

LOUVEIRA

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

2016-2035



VOLUME I

B&B Engenharia Ltda.

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico e PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

VOLUME I

Louveira, 2015.

Contratante: Fundação Agência das Bacias PCJ.

Rua Alfredo Guedes, nº 1949, sala 604, Ed. Racz Center – CEP: 13416-901 - Piracicaba/SP.

Contratado: B&B Engenharia Ltda.

Endereço: Rua Guararapes, nº 1461, Brooklin – CEP: 04.561-002 – São Paulo/SP.

O presente documento constitui-se na **Versão Final Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Louveira**, apresentando os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato nº 25/2013, assinado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a B&B Engenharia Ltda., que tem por objeto a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico conforme a Lei Federal nº 11.445/2007, contendo determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, bem como o desenvolvimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010”.

Com este documento dá-se atendimento ao item 10.1, subitem VII do Termo de Referência que norteia a presente contratação.

Este documento é a associação dos Produtos 1 ao 6, que se constitui como Produto 7, o qual foi elaborado considerando-se os tratamentos decorrentes da análise do Grupo de Trabalho Local constituído pelo município e da fiscalização da Fundação Agência das Bacias PCJ. Tal produto é apresentado em dois volumes, os quais são estruturados da seguinte maneira:

- Volume I: Contempla o diagnóstico da situação da prestação de serviços de saneamento básico (Produto 3), sendo anexos o Plano de Trabalho (Produto 1) e o Plano de Mobilização Social (Produto 2);
- Volume II: Contempla os prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico, objetivos e metas (Produto 4); concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência (Produto 5); Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação da sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas (Produto 6).

1. INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO	19
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	20
2.1. INSERÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO.....	20
2.2. CULTURA E TURISMO.....	23
2.3. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO.....	23
3. PERFIL MUNICIPAL.....	30
3.1. TERRITÓRIO E POPULAÇÃO.....	30
3.2. ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE	30
3.3. DADOS SOCIOECONÔMICOS.....	31
3.4. PROGRAMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL.....	32
3.5. POTENCIAL DE DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES – ATENDIMENTO AO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	33
3.6. INSTRUMENTOS ORDENADORES DE GESTÃO	33
3.7. LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS APLICÁVEIS.....	37
CAPÍTULO II – REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	47
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	48
4.1. MODELO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO	48
4.2. MODELO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	48
4.3. MODELO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	49
4.4. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO... ..	49
CAPÍTULO III –ABASTECIMENTO DE ÁGUA – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO	51
5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	52
5.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS DISPONÍVEIS	52
5.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA URBANA.....	53

5.3. DEMANDA HÍDRICA DO MUNICÍPIO	54
5.4. CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO	54
5.5. TRATAMENTO DE ÁGUA	56
5.6. ADUÇÃO	58
5.7. RESERVAÇÃO	58
5.8. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	62
5.9. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	64
5.10. POTENCIAL DE CONTAMINAÇÃO DOS MANANCIAIS	65
6. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	66
6.1. ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA	66
6.2. VOLUMES PROCESSADOS DE ÁGUA	68
6.3. CONTROLE DE PERDAS	69
6.4. CONSUMO PER CAPITA	69
6.5. MEDIÇÃO E CONTROLE DE VAZÃO	71
6.6. MODELAGEM HIDRÁULICA	72
6.7. QUALIDADE DA ÁGUA	73
6.8. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	75
7. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	78
CAPÍTULO IV – ESGOTAMENTO SANITÁRIO – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO	83
10. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	84
10.1. ASPECTOS GERAIS	84
10.2. SISTEMA DE COLETA	84
10.3. SISTEMA DE TRANSPORTE	84
10.4. SISTEMA DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL	86
10.5. ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA RURAL	94
11. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	96
11.1. ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO	96

11.2. ECONOMIAS, LIGAÇÕES E EXTENSÕES DE REDE DE ESGOTO	97
11.3. VOLUMES PROCESSADOS DE ESGOTO	97
11.4. QUALIDADE DOS EFLUENTES	97
11.5. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	98
12. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	100
CAPÍTULO V – DESEMPENHO GERENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO.....	103
13. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	104
14. DESEMPENHO E PLANEJAMENTO	107
15. DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	113
CAPÍTULO VI – LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO	115
16. CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE ENTRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS).....	116
16.1. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	116
17. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	118
17.1. SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	118
17.2. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	127
17.3. RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	127
17.4. RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO	128
17.5. RESÍDUOS DA LOGÍSTICA REVERSA	129
17.6. ÁREA DE TRANSBORDO	133
17.7. DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	134
18. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	135
18.1. RECEITAS E DESPESAS COM OS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	135
18.2. INVESTIMENTOS EM RESÍDUOS SÓLIDOS	136
19. DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	138
19.1. ASPECTOS TÉCNICO-OPERACIONAIS	138

19.2. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS.....	140
19.3. ASPECTOS ECONÔMICO FINANCEIROS	141
CAPÍTULO VII – DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO	143
20. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	144
21. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	145
21.1. SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL.....	145
21.2. MICRODRENAGEM URBANA.....	145
21.3. MACRODRENAGEM URBANA.....	146
21.4. REPRESAS	148
21.5. SITUAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	148
21.6. CONSEQUÊNCIAS DA IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO	148
21.7. ÁREAS DE RISCOS	163
22. DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE ÁGUAS PLUVIAIS.....	174
23. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
24. PEÇAS GRÁFICAS.....	181
25. ANEXOS.....	182

Figura 1 – Rodovias de Acesso ao município de Louveira.	21
Figura 2 – Sub-Bacias e Municípios da UGRHI - 5.	22
Figura 3 – Mapa Geológico do Município de Louveira.	25
Figura 4 – Mapa Geomorfológico do Município de Louveira.	26
Figura 5 – Mapa Pedológico do Município de Louveira.	27
Figura 6 – Esquema Simplificado do Sistema Cantareira.	28
Figura 7 – Unidades Aquíferas do Município de Louveira.	29
Figura 8 - Sistema de abastecimento de Água de Louveira.	53
Figura 9 – Córrego Fetá.	55
Figura 10 – Barragem de acumulação do Córrego Fetá.	55
Figura 11 – Localização das instalações de Captação e de Tratamento de Água.	56
Figura 12 – Vista da Estação de Tratamento de Água Existente.	57
Figura 13 – ETA em construção.	57
Figura 14 - Vista Aérea do Reservatório de 4 milhões.	59
Figura 15 - Vista Aérea do Reservatório Santo Antônio.	59
Figura 16 - Vista Aérea do Reservatório Santa Isabel.	60
Figura 17 – (a) Poço artesiano; (b) Poço caipira.	65
Figura 18 – Ponto de lançamento dos Esgotos no Rio Capivari.	85
Figura 19 – Vista aérea da Estação de Tratamento de Esgotos.	86
Figura 20 – Estação Elevatória de Esgoto Bruto e Gradeamento Grosso.	87
Figura 21 – Gradeamento (Peneiramento) tipo Escada.	88
Figura 22 – Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente.	89
Figura 23 – Tanques de Aeração.	90
Figura 24 – Vista aérea da ETE destacando os dois Tanques de Aeração.	90

Figura 25 – Decantadores.	92
Figura 26 – Tanque de Desinfecção.....	93
Figura 27 – Estação Elevatória de Efluente Tratado.	94
Figura 28 – Vista de uma “fossa negra” do município de Louveira.	95
Figura 29 – Operação de Poda e Capina.	120
Figura 30 – CGR do município de Louveira.	121
Figura 31 – Sacos reforçados para materiais recicláveis.	122
Figura 32 – Caminhão gradeado coletor de materiais recicláveis.	123
Figura 33 – Prensa hidráulica.	124
Figura 34 – Informativo sobre a Coleta Seletiva Municipal.	125
Figura 35 – Encontro Municipal de Educação para a Sustentabilidade Ambiental – 2013.	126
Figura 36 – Vista de um Decantador da ETA.	129
Figura 37 – Pneus armazenados no CGR.....	130
Figura 38 – Pilhas, Baterias e celulares.....	131
Figura 39 – Coletor de pilhas, baterias e celulares.....	131
Figura 40 – Armazenamento de óleo.....	132
Figura 41 – Armazenamento de Resíduos Eletroeletrônicos no CGR.....	133
Figura 42 – Área de transbordo de Louveira.....	133
Figura 43 – Vista do aterro Estre em Paulínia.	134
Figura 44 – Boca de Lobo.	145
Figura 45 – Escoamento Lateral.	146
Figura 46 – Escada de Dissipação de Energia.	146
Figura 47 – Visualização Espacial das Áreas Urbana e Rural.	151
Figura 48 - Fragmentos de Vegetação no Município de Louveira.	154
Figura 49 – Vista Aérea da Travessia Rio Capivari x Via Férrea x Estrada das Rainhas.	156
Figura 50 – Travessia Rio Capivari x Via Férrea.....	156

Figura 51 – Travessia Rio Capivari x Estrada das Rainhas.	157
Figura 52 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Rua Padre Luiz Gonzaga.	157
Figura 53 – Travessia do Rio Capivari x Rua Padre Luiz Gonzaga.	158
Figura 54 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Avenida Tiradentes.	158
Figura 55 – Rio Capivari x Avenida Tiradentes.	159
Figura 56 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Estrada da Estação de Tratamento.	159
Figura 57 – Travessia Rio Capivari x Estrada da Estação de Tratamento.	160
Figura 58 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Avenida Armando Steck.	160
Figura 59 – Travessia Rio Capivari x Rua Armando Steck.	161
Figura 60 – Vista Aérea da Travessia do Córrego Santo Antônio Sob a Avenida Paulo Prado.	161
Figura 61 – Travessia Ribeirão Santo Antônio x Avenida Paulo Prado.	162
Figura 62 – Vista Aérea do Local da Intervenção.	163
Figura 63 – Imagens da Obra de Drenagem.	164
Figura 64 – Imagem do Local Após a Intervenção.	164
Figura 65 – Localização dos Pontos de Risco no Município de Louveira.	166
Figura 66 – ÁREA LOU-01 – Rodovia Vereador Geraldo Dias – Bairro Leitão.	168
Figura 67 – Área LOU-02 – Rua Hilda Maria Simões – Parque dos Sabiás.	169
Figura 68 – Área LOU-03 – Rua Pedro Chiqueto – Jardim São Francisco.	170
Figura 69 – Área LOU-04 – Rodovia Vereador Geraldo Dias – Bairro Leitão.	171
Figura 70 – Área LOU-05 – Rua Rodrigues Alves – Jardim Niero.	172
Figura 71 – Área LOU-06 – Jardim Ipiranga – Rua Atílio Biscuola.	173

Tabela 1 – Dados de Temperatura do Ar e Precipitação do Município de Louveira.	24
Tabela 2 – Dados de Território e População do Município de Louveira.....	30
Tabela 3 – Dados de Estatísticas Vitais e Saúde do Município Louveira.	31
Tabela 4 – Dados Socioeconômicos do Município Louveira.	31
Tabela 5 – Evolução da Pontuação do IPRS de Louveira no Período de 2008 a 2010.	32
Tabela 6 – Índices de Atendimento de Água.....	66
Tabela 7 – Economias e Ligações de Água hidrometradas - Ano 2013.....	67
Tabela 8 – Economia, Ligações e Extensões de Rede.	67
Tabela 9 – Volume Distribuído no Ano de 2013.	68
Tabela 10 – Volumes de Água Processados.	69
Tabela 11 – Evolução dos Indicadores de Perdas.	69
Tabela 12 – Indicadores de Medição e Controle de Vazão	71
Tabela 13 – Parâmetros Não Conformes de Qualidade da Água - 2013.	74
Tabela 14 – Indicadores de Qualidade de Água.....	74
Tabela 15 – Reclamações de Falta D’Água (2012 e 2013).....	76
Tabela 16 – Ocorrências com os serviços de Água – 2013.....	77
Tabela 17 – Volumes de Reservação Necessários.	79
Tabela 18 – Índices de Atendimento de Esgoto.....	96
Tabela 19 – Economias, Ligações e Extensões de Rede.	97
Tabela 20 – Volumes Processados de Esgoto.	97
Tabela 21 – Indicadores de Qualidade dos Serviços de Esgoto Conforme SNIS.	99
Tabela 22 – Ocorrências com os serviços de Esgoto – 2013.....	99
Tabela 23 – Evolução das Receitas.	104
Tabela 24 – Evolução das Despesas.	104

Tabela 25 – Indicadores Financeiros de Receita e Despesa.....	105
Tabela 26 – Investimentos Realizados.....	111
Tabela 27 – Investimentos Futuros Previstos.....	112
Tabela 28 – Indicadores técnicos, operacionais e financeiros.....	117
Tabela 29 – Veículos Usados na Coleta dos Resíduos Domiciliares.....	118
Tabela 30 – Materiais triados e armazenados mensalmente em 2013.....	123
Tabela 31 – Serviços de coleta e manejo dos resíduos sólidos urbanos do município e respectivas despesas.....	135
Tabela 32 – Investimentos em Resíduos Sólidos no Município de Louveira.....	137
Tabela 33 - Cobertura Vegetal no Município de Louveira.....	153
Tabela 34 - Produção Agrícola Segundo o IBGE.....	153
Tabela 35 – Áreas de Risco no Município de Louveira.....	166

Quadro 1 – Relação dos municípios inseridos na UGRHI 05.	21
Quadro 2 – Estrutura Organizacional da Prefeitura de Louveira.	34
Quadro 3 – Informações Sobre os Reservatórios Existentes.	60
Quadro 4 – Características da Rede de Distribuição.	63
Quadro 5 – Características dos Boosters, EEAT e Casas de Bomba em operação.	64
Quadro 6 – Principais Serviços Relativos ao Abastecimento de Água Executados.	77
Quadro 7 – Resumo do Diagnóstico do SAA – Condições Técnico-Operacionais.	80
Quadro 8 – Resumo do Diagnóstico do SAA – Desempenho Operacional.	81
Quadro 9 – Resumo das Tecnologias Empregadas no SAA.	81
Quadro 10 – Informações dos Interceptores Existentes.	84
Quadro 11 - Estações Elevatórias de Esgoto.	85
Quadro 12 – Resumo do Diagnóstico do SES – Condições Técnico-Operacionais.	101
Quadro 13 – Resumo do Diagnóstico do SES – Desempenho Operacional do SES.	101
Quadro 14 – Tarifa de Água Aplicada no Município de Louveira.	106
Quadro 15 - Relatório de Obras e Projetos - Período 2013/2014.	109
Quadro 16 – Roteiro do serviço de varrição.	119
Quadro 17 – Roteiro da coleta de materiais recicláveis.	121
Quadro 18 – Resumo do Diagnóstico de Resíduos Sólidos.	141
Quadro 19 – Resumo das Tecnologias Empregadas no Sistema de Resíduos Sólidos.	142
Quadro 20 – Zonas do Município de Louveira.	148
Quadro 21 – Resumo do Diagnóstico de Drenagem.	175

Gráfico 1 – Evolução do Consumo Médio Per Capita de Água	70
Gráfico 2 – Evolução das Despesas com os Resíduos Sólidos.....	136
Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Urbanização no Município de Louveira.	150

ANA – Agência Nacional de Águas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP – Área de Preservação Permanente
ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
CADRI – Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais
CCS – Corredor de Comércio e Serviço de Grande Porte e Turismo
CDL – Certificado de Dispensa de Licença
CEPAGRI – Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura
CERTOH – Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CGR – Centro de Gerenciamento de Resíduos
CIAS – Consórcios Intermunicipais para Aterros Sanitários
CIELO – Clínica Interdisciplinar Educacional de Louveira
CNEM – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio
DEFIP – Departamento de Fiscalização e Planejamento dos Serviços de Saneamento
DEFOFO – Diâmetro Equivalente ao Diâmetro das Tubulações de Ferro Fundido
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DEX – Despesa de Exploração
DMC – Distrito de Medição e Controle
DOU – Diário Oficial da União
EEAT – Estação Elevatória de Água Tratada
EEDFU – Estação Elevatória de Descarga de Fundo das Unidades
EEEB – Estação Elevatória de Esgoto Bruto
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental

EPI – Equipamento de Proteção Individual
ETA – Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
FDA – Fundo de Desenvolvimento Ambiental
FECOP – Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição
FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FUNDEMA – Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente do município de Louveira
IAP – Índice de Qualidade de Água para fins de Abastecimento Público
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IQA – Índice de Qualidade da Água
ISO – International Organization for Standardization
IVA – Índice de Qualidade da Água para Proteção da Vida Aquática
MG – Minas Gerais
MS – Ministério da Saúde
OMS – Organização Mundial da Saúde
PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiá
PEAD – Polietileno de Alta Densidade
PEMH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PET – Politereftalato de Etileno
PEV – Pontos de Entrega Voluntária
PIB – Produto Interno Bruto
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PML – Prefeitura Municipal de Louveira
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico
PN – Pressão Nominal
PNSB – Política Nacional de Saneamento Básico
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PV – Poço Visita
PVC – Policloreto de Vinila
Q_{7,10} – Vazão Crítica com 7 Dias Consecutivos com Período de Retorno de 10 Anos

RAFA – Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente
RAP – Relatório Ambiental Preliminar
RCC – Resíduos da Construção Civil
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
RSS – Resíduos de Serviço de Saúde
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SAA – Sistema de Abastecimento de Água
SAE – Secretaria de Água e Esgoto
SAT – Serviço de Atendimento ao Trabalhador
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SES – Sistema de Esgotamento Sanitário
SGA – Secretaria de Gestão Ambiental
SMA – Secretaria do Meio Ambiente
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SP – São Paulo
CERTOH - Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica
SUS – Sistema Único de Saúde
UASB – Upward-flow Anaerobic Sludge Blanket
UGRHI – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
ZCAU – Zona de Conservação Ambiental Urbana
ZCU – Zona de Conservação Urbana
ZPP – Zona de Proteção do Patrimônio
ZUAT – Zona de Uso Agrícola e Turístico
ZUI – Zona de Uso Industrial
ZUM – Zona de Uso Misto
ZUR – Zona de Uso Residencial

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) foram elaborados, respectivamente, de acordo com o Artigo 19 da Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e com o Artigo 19 da Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que estabelece o conteúdo mínimo para a elaboração do PMGIRS.

O presente documento, denominado como Volume I, apresenta-se separadamente uma vez que se constitui como a caracterização atual das condições físicas e da operação dos sistemas de saneamento básico. Portanto, este é um documento de apoio e consulta, onde é oferecido um entendimento das problemáticas atuais. A partir do retrato aqui apresentado, são definidas as metas, ações e proposições para a universalização da prestação dos serviços, as quais são apresentadas no Volume II.

Neste volume, estão contemplados como anexos o Plano de Trabalho, disponível no Anexo I, que aborda as diretrizes gerais do desenvolvimento do PMSB e PMGIRS e o Plano de Mobilização Social, disponível no Anexo II, onde está definido o processo de mobilização e participação social para o acompanhamento do desenvolvimento do presente trabalho.

CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO

2.1. INSERÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Este item visa apresentar a localização e acessos ao município, bem como a situação institucional e territorial no que se refere aos aspectos político-administrativos da região a que pertence e da gestão das bacias hidrográficas onde está inserido.

Portanto, considera-se importante a apresentação contextual dos seguintes aspectos:

- Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Piracicaba/Capivari/Jundiaí.
- Microrregião de Jundiaí;
- Bacia Hidrográfica do Rio Capivari.

2.1.1. Localização e Acessos

O município de Louveira está localizado na porção leste do Estado de São Paulo e limita-se a Norte com Vinhedo, a Leste com Itatiba, ao Sul com Jundiaí e a Oeste com Itupeva.

As principais vias de acesso ao município são as Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Vereador Geraldo Dias e a Romildo Prado que ligam Louveira a grandes municípios como Jundiaí, Campinas e São Paulo. O aeroporto internacional de Viracopos fica a 20,9 km, o aeroporto de Congonhas a 67,2 km e o aeroporto internacional de Guarulhos a 62,4 km do município de Louveira. De acordo com a Fundação SEADE (2013), o município de Louveira pertence à região administrativa de Campinas e região de governo de Jundiaí, ocupando uma área de 55,13 km², apresentando uma densidade demográfica de 761,36 hab/Km² (Fundação SEADE, 2014). O município de Louveira está localizado a uma latitude de 23° 05' 11" Sul e a uma longitude de 46° 57' 02" Oeste, estando a uma altitude de 690 metros. A Figura 1 apresenta as vias de acesso ao município de Louveira.



Fonte: Departamentos de Estradas e Rodagem (DER), 2014 (adaptado).

Figura 1 – Rodovias de Acesso ao município de Louveira.

2.1.2. Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) dos Rios Piracicaba/Capivari/Jundiá

O município Louveira está inserido na UGRHI-5 – Piracicaba, Capivari, Jundiá (porção Paulista das Bacias PCJ), a qual está localizada na porção leste do Estado de São Paulo. Esta UGRHI é composta por 57 municípios, os quais estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação dos municípios inseridos na UGRHI 05.

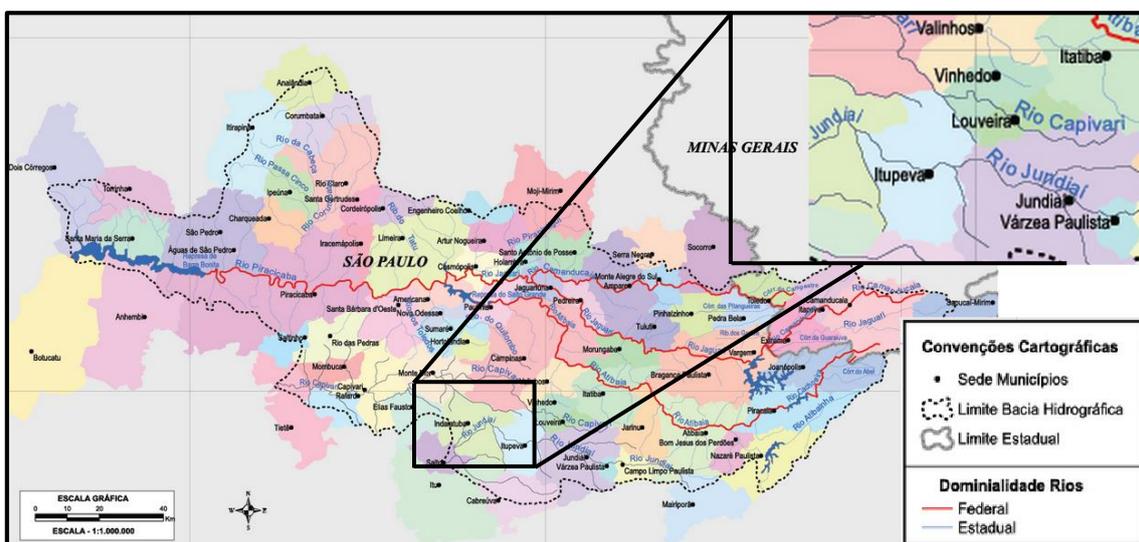
MUNICÍPIO	UGRHI	MUNICÍPIO	UGRHI	MUNICÍPIO	UGRHI
Águas de São Pedro	5	Ipeúna	5	Pinhalzinho	5
Americana	5	Iracemápolis	5	Piracaia	5
Amparo	5 e 9	Itatiba	5	Piracicaba	5 e 10
Analândia	5	Itupeva	5	Rafard	5 e 10
Artur Nogueira	5	Jaguariúna	5	Rio Claro	5
Atibaia	5	Jarinu	5	Rio das Pedras	5 e 10
Bom Jesus dos Perdões	5	Joanópolis	5	Saltinho	5 e 10
Bragança Paulista	5	Jundiá	5	Salto	5
Campinas	5	Limeira	5 e 9	Santa Bárbara d'Oeste	5

Quadro 1 – Relação dos municípios inseridos na UGRHI 05 (Continuação).

Campo Limpo Paulista	5	Louveira	5	Santa Gertrudes	5
Capivari	5	Mombuca	5	Santa Maria da Serra	5
Charqueada	5	Monte Alegre do Sul	5	Santo Antônio de Posse	5
Cordeirópolis	5	Monte Mor	5	São Pedro	5 e 13
Corumbataí	5 e 9	Morungaba	5	Sumaré	5
Cosmópolis	5	Nazaré Paulista	5 e 6	Tuiuti	5
Elias Fausto	5 e 10	Nova Odessa	5	Valinhos	5
Holambra	5	Paulínia	5	Vargem	5
Hortolândia	5	Pedra Bela	5	Várzea Paulista	5
Indaiatuba	5 e 10	Pedreira	5	Vinhedo	5

Fonte: Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2013.

A Figura 2 apresenta a localização do município de Louveira na UGRHI 5.



Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2014.

Figura 2 – Sub-Bacias e Municípios da UGRHI - 5.

2.1.2.1. Comitês das Bacias PCJ

Os Comitês das Bacias PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá), são órgãos consultivos e deliberativos de nível regional, que têm como objetivo aprovar a proposta da bacia hidrográfica, aprovar aplicações de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos e aprovar proposta do plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia, promover entendimentos, cooperação e eventuais conciliações entre os usuários dos recursos hídricos.

2.2. CULTURA E TURISMO

Relacionado às formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, o município de Louveira possui as seguintes tradições:

A população do município tem origem Italiana, portanto, seus costumes são típicos da Itália. A realização de festas, brincadeira de gerações passadas, acostumados com a vida simples da roça, ainda pode-se observar as plantações de uva e outras frutas, as reuniões de domingo com toda a família, a tipicidade de jogos de carta, bocha e comemorações ao final da colheita.

As tipicidades deste povo cujas tradições e seu meio simples de vida, algumas são preservadas como a fabricação de vinhos, doces caseiros, mel, compotas, pratos típicos como polenta, variações de carnes e massas, a confecção de artesanatos como os primordiais biscoitos, gerdanapos, crochês e rendas (PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA).

Louveira está localizada no coração do Pólo Turístico do Circuito das Frutas tendo como principal atrativo o passeio de Agroturismo, uma verdadeira interação entre o ambiente rural e o turista. Os roteiros que atraem inúmeros visitantes oferecem a oportunidade de conhecer atividades agropecuárias, agroindustriais e artesanais que são desenvolvidas nas pequenas propriedades familiares.

2.3. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

2.3.1. Atributos Climáticos

O clima do município de Louveira está situado na área correspondente ao clima Cwa, segundo classificação climática Köppen-Geiger, o qual é caracterizado pelo clima temperado úmido com inverno seco e verão quente (CEPAGRI, 2014 e EMBRAPA, 2014).

Na Tabela 1 são apresentadas informações do CEPAGRI/UNICAMP, onde os dados de temperatura foram obtidos através de equações de temperatura, enquanto que os dados de precipitação são provenientes de estudos do período de 1961 a 1990.

Tabela 1 – Dados de Temperatura do Ar e Precipitação do Município de Louveira.

MÊS	Temperatura do Ar (°C)			CHUVA (mm)
	Mínima média	Máxima média	Média	
JANEIRO	18,0	29,2	23,6	223,0
FEVEREIRO	18,3	29,3	23,8	181,1
MARÇO	17,5	28,9	23,2	148,2
ABRIL	14,8	27,0	20,9	70,8
MAIO	12,1	25,0	18,5	68,4
JUNHO	10,5	23,9	17,2	49,4
JULHO	10,0	24,0	17,0	38,8
AGOSTO	11,3	26,0	18,6	34,6
SETEMBRO	13,2	27,0	20,1	70,8
OUTUBRO	15,0	27,6	21,3	123,3
NOVEMBRO	15,9	28,3	22,1	142,9
DEZEMBRO	17,3	28,3	22,8	211,4
Ano	14,5	27,0	20,8	1361,8
Mínima	10,0	23,9	17,0	34,6
Máxima	18,3	29,3	23,8	223,0

Fonte: Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura (CEPAGRI) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), [s.d.].

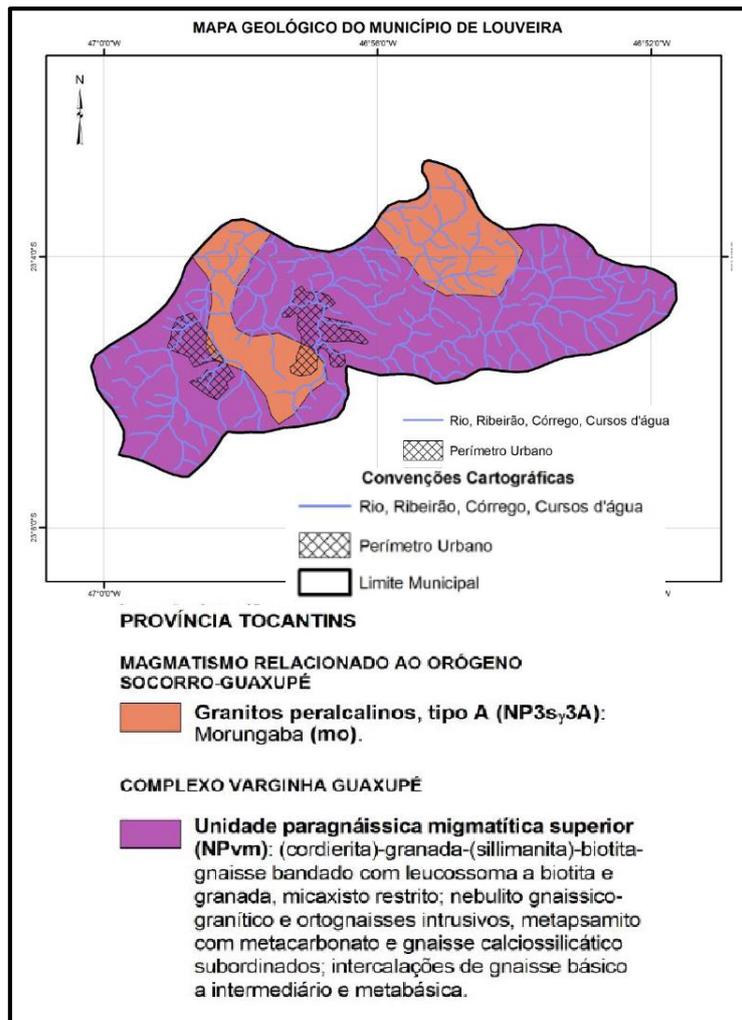
A precipitação anual de Louveira é de 1361.8 mm, com mínima mensal de 34,6 mm e máxima mensal de 223,0 mm, concentrando-se principalmente nos meses de Janeiro e Dezembro.

2.3.2. Atributos Geológicos e Geomorfológicos

Geologia

Na região do município de Louveira são comumente encontradas as rochas ígneas magmáticas, tais como granitoides, como mostra a Figura 3.

As rochas do município de Louveira pertencem à Província Tocantins, de idade neoproterozóica, e são representadas pelas litologias do Complexo Varginha Guaxupé - Unidade paragnáissica migmatítica superior, constituída por (cordierita)-granada- (sillimanita)-biotita gnaiss bandado com leucossoma a biotita e granada, micaxisto restrito; nebulito gnáissico granítico e ortognaisses intrusivos, metapsamito com metacarbonato e gnaiss calciossilicático subordinados; intercalações de gnaiss básico a intermediário e metabásica e, pelos Granitos peralcalinos.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) – Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 2013 (adaptado).

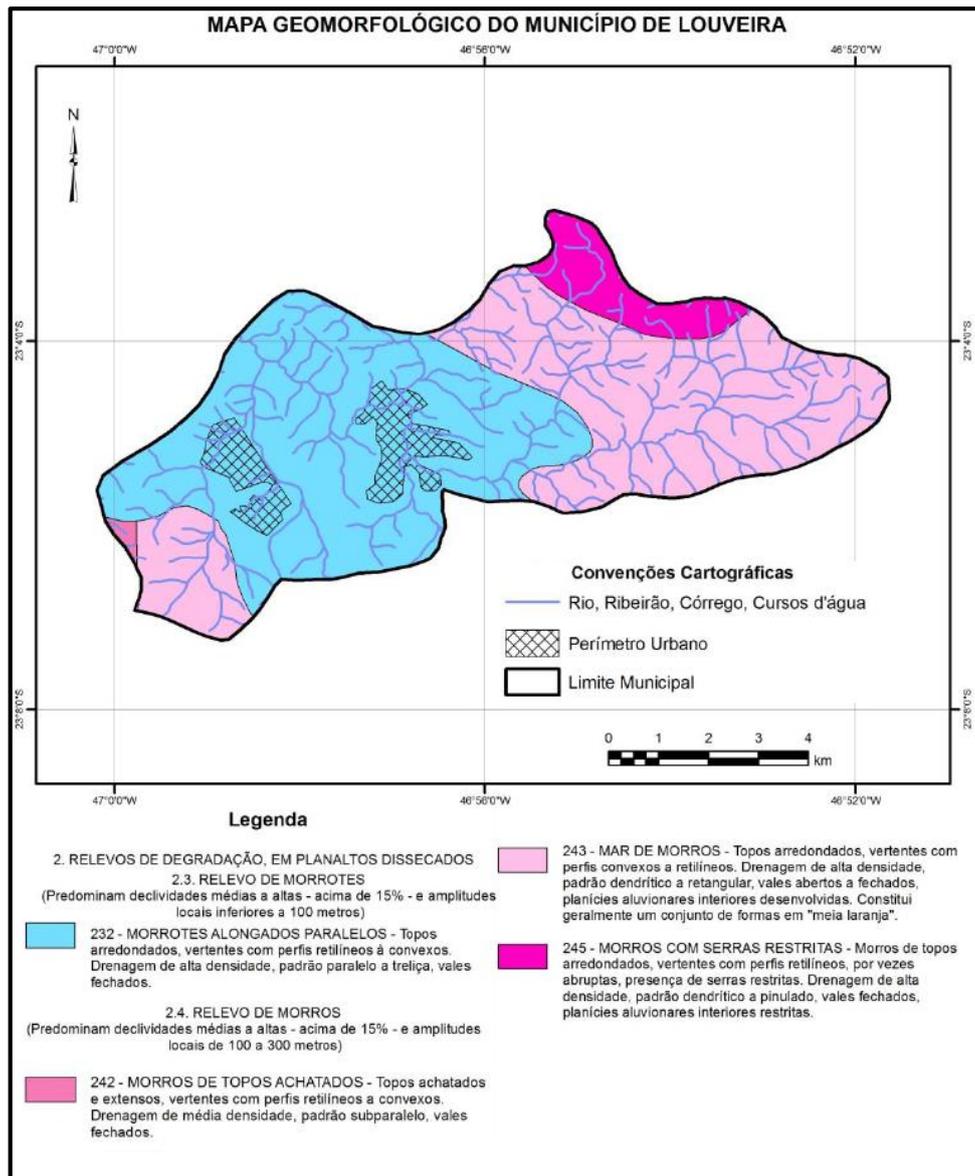
Figura 3 – Mapa Geológico do Município de Louveira.

Geomorfologia

A região onde está inserido o município de Louveira é caracterizada como Serras da Mantiqueira/Itatiaia, incluída no Grande domínio dos Cinturões Móveis Neoproterozóicos que compreendem a extensas áreas representadas por planaltos, alinhamentos serranos e depressões interplanálticas elaborados em terrenos dobrados e falhados, incluindo, principalmente, metamorfitos e granitoides associados.

Louveira situa-se no Planalto Atlântico, conforme mostra a Figura 4, próxima da Serra do Japi, marcando geologicamente o início do Circuito das Águas, pois pertence à Plataforma Sul Americana, com o chamado Complexo Amparo e Silvanópolis, delimitado ao Sul pelas falhas de Itu, Jundiuvira e Camanducaia, ao Norte, pela Falha Jacutinga e, a Oeste, pelos sedimentos da bacia do Paraná.

O Planalto Atlântico apresenta relevo bastante movimentado, desenvolvido, principalmente, em rochas metamórficas e ígneas de idades arqueanas e proterozóica. Observam-se também relevos convexos e suavizados, na forma de morros e morrotes, instalados sobre rochas pré-cambrianas e cenozoicas.

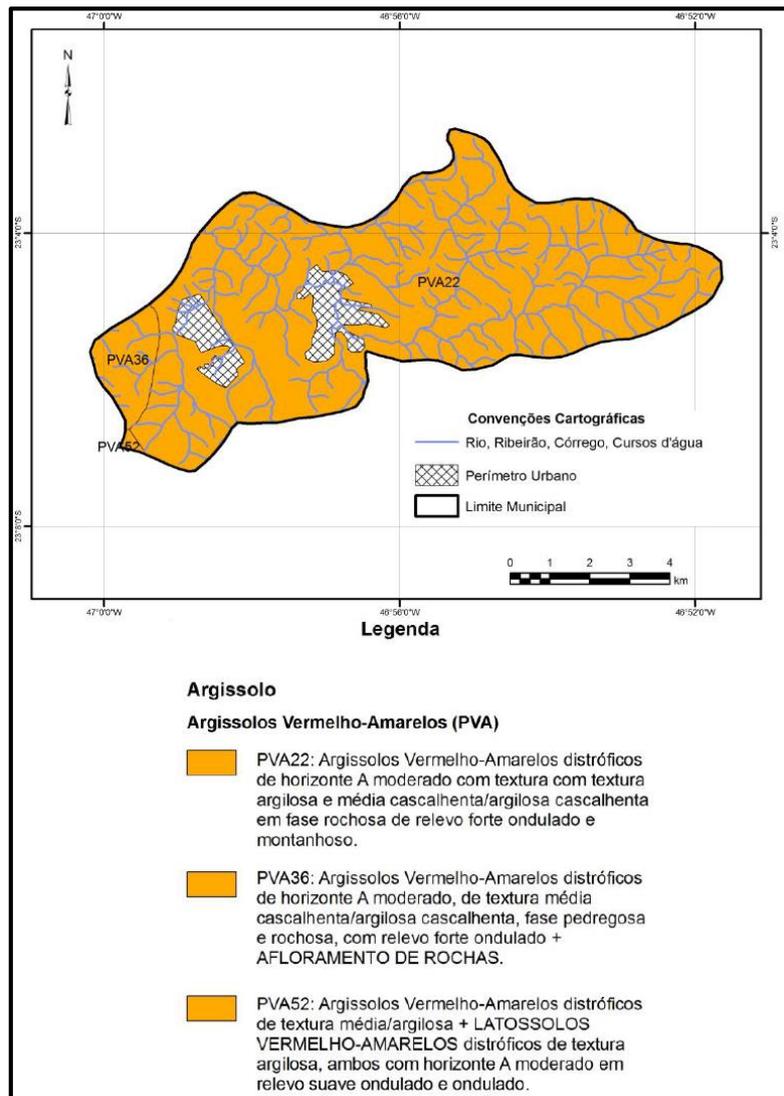


Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013 (adaptado).

Figura 4 – Mapa Geomorfológico do Município de Louveira.

2.3.3. Pedologia

A classificação dos solos é assunto de extrema importância quando discutidas as definições do uso agrícola da terra. De acordo com Mapa Pedológico do Estado de São Paulo (Oliveira *et al.*, 1999) representado na Figura 5, o município de Louveira enquadra-se na tipologia dos Argissolos Vermelho-Amarelos, essa classe está presente em todo o território nacional, do Amapá ao Rio Grande do Sul, constituindo a classe de solo das mais extensas no Brasil, ao lado dos Latossolos. Ocorrem em áreas de relevos mais acidentados e dissecados. As principais restrições são relacionadas à fertilidade, em alguns casos, e suscetibilidade à erosão.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013 (adaptado).

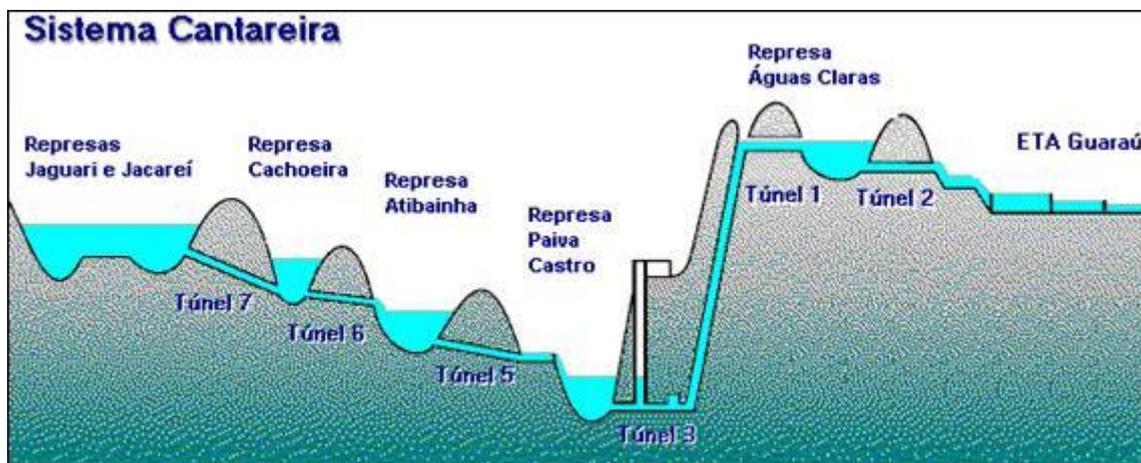
Figura 5 – Mapa Pedológico do Município de Louveira.

2.3.4. Hidrologia e Hidrogeologia

Hidrologia

Como já abordado no item 4.1.2., o município está inserido na Bacia Hidrográfica Piracicaba/Capivari/Jundiaí, e, dos recursos hídricos de superfície das bacias que compõem esta bacia, em particular os da bacia do Piracicaba, não se encontram, em sua totalidade, disponíveis para uso na mesma. A UGRHI 05-PCJ tem sua disponibilidade superficial seriamente afetada devido à transposição de águas da sua bacia hidrográfica para regiões adjacentes, pois parte da água de suas cabeceiras, 31 m³/s, é destinada à UGRHI 06-AT, para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (Programa REÁGUA do Governo do Estado de São Paulo, 2009).

Esta transposição se dá através do Sistema Cantareira (vide a Figura 6) e os municípios situados na região das bacias hidrográficas do PCJ são, em maior ou menor intensidade, submetidos às influências das condições impostas pela concepção e pelas regras operacionais estabelecidas para o sistema.



Fonte: Jornal GGN, 2014.

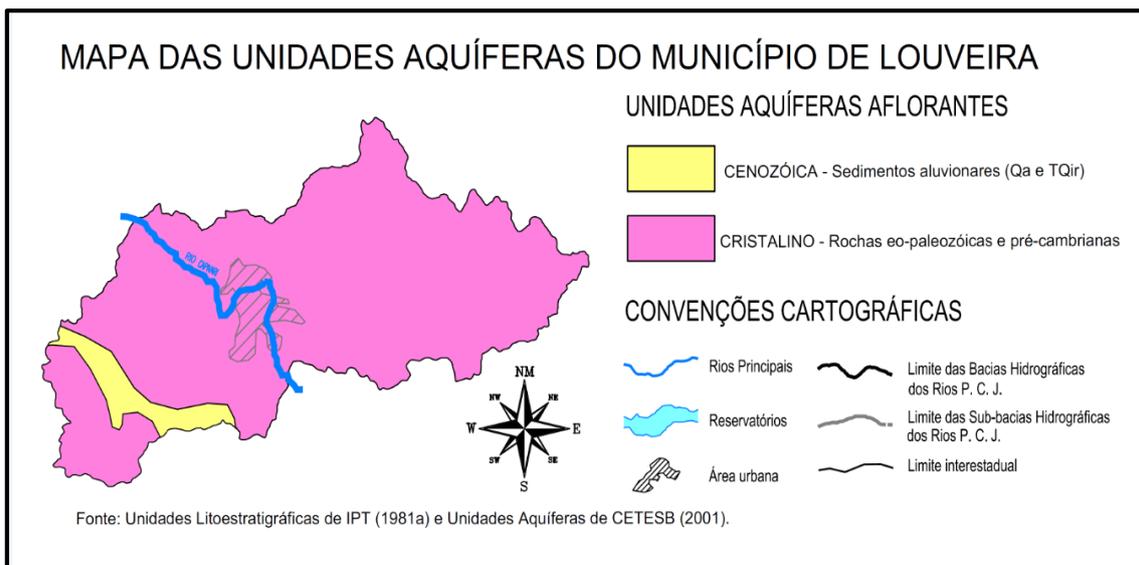
Figura 6 – Esquema Simplificado do Sistema Cantareira.

O principal corpo d'água do município de Louveira é o Rio Capivari e todos os seus afluentes diretos ou indiretos, tais como Córregos Pau a Pique, Rainha, Sapezal, Santo Antônio e Fetá, sendo que este último é utilizado para abastecimento de água.

O Rio Capivari é o principal corpo receptor dos esgotos gerados no município e é o principal corpo d'água para drenagem das águas pluviais.

Hidrogeologia

O município de Louveira encontra-se localizado, predominantemente, no aquífero Cristalino, conforme apresentado na Figura 7.



Fonte: Relatório da Situação das Bacias PCJ 2004-2006 - Agência das Bacias PCJ (adaptado).

Figura 7 – Unidades Aquíferas do Município de Louveira.

Os indicadores apresentados abaixo permitem a avaliação do padrão de desenvolvimento e as condições de vida da população, de forma que se possa conhecer, de uma maneira geral, o contexto municipal ao qual o presente relatório é dirigido.

3.1. TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

Como é possível observar na Tabela 2, o município de Louveira possui uma área de 55,13 km², e população de 40.668 conforme estimativa da Fundação SEADE (2013). Hoje, aproximadamente metade de seu território é constituído por área rural. Apesar de apresentar uma densidade demográfica elevada, a ocupação se dá em torno de apenas dois eixos, o primeiro e mais consolidado é a ocupação histórica em torno da Rodovia Vereador Geraldo Dias, que dá acesso de Louveira para Campinas. O outro eixo é a Rodovia Anhanguera, o qual se trata de uma ocupação mais recente, que se dá por causa da quantidade de empresas que estão se instalando em seu entorno, principalmente empresas de logística.

O município enfrenta hoje, uma grande pressão de expansão em direção às áreas de mananciais, nos bairros Monterrey, Arataba e Abadia.

Tabela 2 – Dados de Território e População do Município de Louveira.

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	
Área (2013) – (km ²)	55,13
População (Estimativa SEADE 2013)	40.668
Densidade Demográfica (2014) - (Habitantes/km ²)	761,36
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (2010-2013) - (Em % ao ano)	3,21
Grau de Urbanização (2010) - (%)	96,15
População com menos de 15 anos (2013) - (%)	21,47
População com 60 anos ou mais (2013) - (%)	8,19

Fonte: Fundação SEADE.

3.2. ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE

No município, dados referentes à saúde tornam-se extremamente importantes no que diz respeito ao Saneamento Básico, visto que é uma das formas mais importantes de prevenção de doenças, uma vez que deve exercer o controle dos fatores do meio físico, que causam ou possam causar efeitos deletérios sobre o bem-estar físico, mental ou social do homem (OMS, 2004).

Como exemplos de fatores que acarretam a proliferação de doenças pode-se citar a deposição inadequada de resíduos sólidos, a não disponibilidade de água potável, a falta de drenagem das águas pluviais e a deficiência nos sistemas de esgotos. Estes problemas podem ter como consequência a mortalidade de crianças com menos de um ano, por exemplo. O município de Louveira enfrenta um grande problema com a inoperância da Estação de

Tratamento de Esgoto (ETE), tendo seus esgotos sendo lançados *in natura* nos corpos d'água. Maiores dados vitais e de saúde do município são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Dados de Estatísticas Vitais e Saúde do Município Louveira.

ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE	
Taxa de Natalidade (2012) - (Por mil habitantes)	18,30
Taxa de Mortalidade Infantil (2012) - (Por mil nascidos vivos)	8,32
Taxa de Mortalidade na Infância (2012) - (Por mil nascidos vivos)	11,10
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 anos (2012) - (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	37,66
Taxa de Mortalidade da População de 60 anos e mais (2012) - (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	4.718,18

Fonte: Fundação SEADE.

3.3. DADOS SOCIOECONÔMICOS

Os dados socioeconômicos caracterizam o poder aquisitivo da população, permitindo a percepção das influências da cultura de consumo na conseqüente geração de resíduos sólidos, por exemplo. Neste contexto, pode-se relacionar os investimentos nas infraestruturas de saneamento básico aos benefícios gerados no grau de instrução da população, sua renda e em sua qualidade de vida. Destaca-se neste item o elevado Produto Interno Bruto (PIB) per capita no município, explicado pela existência de indústrias, principalmente de logística devido ao município estar localizado próximo aos grandes polos industriais como São Paulo, Campinas e Jundiaí. Um maior poder aquisitivo pode estimular costumes de consumo, levando a um aumento na geração de resíduos. Segundo classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para o município de Louveira, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado está classificado como tendo um médio desenvolvimento humano, que compreende valores de IDH entre 0,500 e 0,800.

Os dados socioeconômicos do município são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Dados Socioeconômicos do Município Louveira.

DADOS SOCIOECONÔMICOS	
Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais (2010) - (%)	4,32
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (2010) - (%)	53,13
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (2010)	0,777
Renda Per Capita (2010) - (Em reais correntes)	803,00
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (2012) - (%)	41,33
Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (2012) - (Em reais correntes)	2.282,87
PIB per Capita (2011) - (Em reais correntes)	287.367,39
Participação no PIB do Estado (2011) - (%)	0,812976
Participação nas Exportações do Estado (2013) - (%)	0,092120

Fonte: Fundação SEADE.

- **Índice Paulista de Responsabilidade Social**

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo, destinado a subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos municípios paulistas.

Na Tabela 5 é apresentada a pontuação do município de Louveira no período 2008-2010. Nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, Louveira classificou-se no Grupo 1, que reúne município com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. Portanto, o município se encontra em uma posição privilegiada, na qual apenas 12,1% dos 645 municípios existentes no estado de São Paulo se encontram.

Cabe esclarecer que, a pontuação do município nos indicadores agregados não depende de seu desempenho isolado, mas do desempenho relativo em relação aos demais municípios.

Tabela 5 – Evolução da Pontuação do IPRS de Louveira no Período de 2008 a 2010.

Indicador Sintético	Pontuação IPRS	
	2008	2010
Riqueza	5	4
Longevidade	320	295
Escolaridade	81	118
Grupo	1	1

Fonte: Fundação SEADE.

3.4. PROGRAMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Em Abril de 2014, foi realizada uma reunião entre diretores e coordenadores de escolas municipais, estaduais e particulares para discussão da aplicação da política de educação ambiental no âmbito escolar. Nesta reunião, foi definido o planejamento das ações a serem aplicadas nas escolas primárias e de ensino fundamental no restante do ano letivo.

Além deste planejamento, existem parcerias com órgãos formais e não formais de educação ambiental, conforme tratado a seguir no Item 17.1.3. Desta forma, pode-se avaliar que o município tem trabalhado em ações que mantenham um programa de educação ambiental efetivo, enquanto que a assistência social em saneamento básico participa de processos de habitação (vide Item 21.6.3.)

Quanto à percepção do meio ambiente, constata-se que as condições de saúde de uma população são influenciadas pela evolução das condições de moradia e saneamento do meio à qual está alocada, de maneira que as modificações ambientais afetam a distribuição das doenças. Ainda, percebe-se outro fator, tal como o desenvolvimento econômico. Assim, define-se a percepção ambiental como a consciência que o homem tem em relação ao seu meio, logo, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o meio em que vive (BEZERRA et al., 2009). Portanto, para se conhecer, de forma geral, a percepção ambiental de um município, deve-se a implementar uma pesquisa de satisfação que abranja toda a população. No caso do município de

Louveira, como não se dispõe de tais resultados, não se pode identificar e descrever os julgamentos e expectativas de sua população.

3.4.1. Programa Município Verde Azul

O Programa Município Verde Azul é o certificado que avalia o desempenho das cidades quanto à preocupação ambiental, garantindo à administração pública a prioridade na captação de recursos junto à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por meio do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP).

Os municípios recebem uma nota ambiental que avalia o seu desempenho em dez diretrizes, sendo elas: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente, com relação às quais os municípios concentram os seus esforços na construção de uma agenda ambiental efetiva.

O Certificado Município Verde Azul é emitido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, atestando a excelência do Município frente às 10 (dez) Diretrizes Ambientais estabelecidas, desde que a pontuação obtida seja igual ou superior a 80 (oitenta) pontos.

O município que obtiver a maior pontuação recebe o prêmio Franco Montoro tem verba garantida para investir em políticas ambientais.

O município de Louveira aderiu ao programa e em 2013, sua pontuação foi 66, o que não permite ainda que o município receba o certificado.

3.5. POTENCIAL DE DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES – ATENDIMENTO AO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Para a difusão de informações referentes aos assuntos de saneamento básico, a Prefeitura Municipal vem realizando publicações em seu site oficial, na imprensa local, impresso informativo na conta de água, carro de som, banner, cartazes em pontos estratégicos, e Facebook, conforme estabelecido no Plano de Mobilização Social.

3.6. INSTRUMENTOS ORDENADORES DE GESTÃO

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Louveira (PML) está disposta conforme mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura Organizacional da Prefeitura de Louveira.

SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 2.293, DE 08 DE MAIO DE 2013.
I - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> a) Divisão do Gabinete do Prefeito; b) Ouvidoria Geral do Município; c) Divisão de Auditoria e Apropriação de Custos; d) Divisão de Gestão de Projetos e Programas;
SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 2.293, DE 08 DE MAIO DE 2013.
<ul style="list-style-type: none"> e) Divisão de Comunicação Social; f) Divisão de Relações Institucionais de Governo; g) Divisão de Transportes; h) Divisão de Convênios;
II - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
<ul style="list-style-type: none"> a) Divisão de Agricultura; b) Divisão de Turismo; c) Divisão de Abastecimento e Nutrição; d) Divisão de Indústria, Comércio e Serviços.
III - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> a) Divisão de Proteção Básica; b) Divisão de Inclusão Produtiva; c) Divisão de Programas de Transferência de Renda e Vigilância Social; d) Divisão de Segurança Alimentar; e) Divisão de Proteção Especial; f) Diretor da Casa Abrigo; g) Chefe da Divisão Administrativa; h) Chefe da Divisão de Serviços, Programas e Projetos.
IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
<ul style="list-style-type: none"> a) Divisão da Procuradoria Geral; b) Divisão de Processos Cíveis; c) Divisão de Processo Administrativo e Pessoal; d) Divisão de Execução Fiscal; e) Divisão de Assistência Judiciária Gratuita; f) Divisão do PROCON.
V- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
<ul style="list-style-type: none"> a) Divisão de Planejamento, Obras e Construções; b) Divisão de Fiscalização de Obras; c) Divisão de Políticas Urbanas.
VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
<ul style="list-style-type: none"> a) Divisão de Planejamento e Eventos Esportivos; b) Divisão de Base e Alto Rendimento; c) Divisão de Núcleos Esportivos; d) Divisão de Estrutura e Planejamento.

Quadro 2 – Estrutura Organizacional da Prefeitura de Louveira (Continuação).

VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ECONOMIA
a) Divisão Contábil, e Controle Interno; b) Divisão de Fiscalização Tributária; c) Divisão de Tributação; d) Divisão de Tesouraria; e) Divisão do Cadastro Imobiliário e INCRA;
SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 2.293, DE 08 DE MAIO DE 2013.
f) Divisão de Planejamento e Orçamento; g) Divisão de Patrimônio.
VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
a) Diretoria do Fundo Municipal de Saúde; b) Diretoria de Vigilância e Saúde; c) Diretoria das Unidades de Saúde; d) Diretoria de Assistência Farmacêutica; e) Diretoria da Unidade de Avaliação e Controle – UAC; f) Diretoria do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS I.
IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
a) Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB; b) Divisão do Ensino Fundamental; c) Divisão de Educação Pré-escolar e Creche; d) Divisão de Merenda Escolar; e) Divisão de Programas Educacionais.
X - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
a) Divisão de Serviços Administrativos; b) Divisão da Agência do Correio Satélite; c) Divisão de Compras; d) Divisão de Pessoal; e) Divisão de Almoxarifado; f) Divisão da Central de Processamento de Dados; g) Divisão de Licitação; h) Divisão de Previdência; i) Gestor do Fundo de Previdência.
XI - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
a) Divisão de Serviços Públicos.
XII - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
a) Divisão da Guarda Municipal; b) Divisão do Corpo de Bombeiros; c) Divisão de Defesa Civil; d) Divisão de Trânsito; e) Ouvidor da Guarda Municipal; f) Corregedor da Guarda Municipal; g) Divisão de Inteligência Integrada.
XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E EVENTOS
a) Divisão Administrativa; b) Divisão de Cursos Técnicos; c) Divisão de Eventos.

Quadro 2 – Estrutura Organizacional da Prefeitura de Louveira (Continuação).

SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 2.293, DE 08 DE MAIO DE 2013.
XIV - SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
a) Divisão de Tratamento de Água e Esgoto; b) Divisão Operacional; c) Divisão de Planejamento e Projetos.
XV - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL
a) Divisão de Agenda Verde; b) Divisão de Agenda Azul; c) Divisão de Planejamento Urbano e Ambiental.

Fonte: PML, 2013.

3.6.1. Cooperação Intermunicipal

A adequada gestão das demandas municipais relativas ao saneamento básico não deve se limitar única e exclusivamente ao seu limite territorial, sem levar em conta a dinâmica e as interferências que exerce e sofre da região administrativa, da bacia hidrográfica e da vizinhança limítrofe, na qual o município está inserido. Neste sentido, os consórcios intermunicipais apresentam-se como uma importante ferramenta de apoio ao gestor municipal.

Segundo o IBGE (2002), o consórcio intermunicipal é um acordo firmado entre municípios para a realização de objetivos de interesse comum. Um dos principais motivos para se criar um consórcio é a carência dos gestores locais, tanto de capacidade instalada, quanto de recursos financeiros e humanos, diante do desafio de descentralização. Outros motivos, incluem a possibilidade de implementação de ações conjuntas, a possibilidade de articulação de pressão conjunta, junto aos órgãos de governo e a capacidade de visão macro dos ecossistemas em termos de planejamento e intervenção.

Através do consórcio intermunicipal é possível a identificação de prováveis áreas ou atividades onde pode haver cooperação, complementaridade ou compartilhamento de processos, equipamentos e infraestruturas relativos à gestão de cada um dos temas que compõem o saneamento básico e ambiental dos municípios consorciados.

Por outro lado, a simples implementação dos consórcios pode não ser suficiente para que o compartilhamento de deficiências e objetivos comuns ocorra na sua plenitude. Portanto, é fundamental que os gestores municipais criem uma agenda comum e permanente para a apresentação e discussão de seus planos municipais, com o objetivo de identificar as possíveis oportunidades de cooperação.

Entre as ferramentas que devem ser objetos de análise, pode-se citar:

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano;
- Planos Diretores de Água e Esgoto;
- Planos de Macrodrenagem;
- Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Da análise conjunta destes documentos e das interlocuções entre os diversos gestores, relativas às particularidades específicas locais, pode-se identificar aspectos tais como:

- **Água e Esgoto:** Preservação de nascentes; Preservação e complementaridade de matas ciliares; Mananciais compartilháveis em ocasiões de estiagens extremas; Compra/venda de água bruta e/ou tratada; Abastecimento de áreas limítrofes de difícil acesso; Estações de Tratamento de Esgoto Intermunicipais; Planos de contingência e emergência conjuntos.
- **Resíduos Sólidos:** Possíveis áreas para implantação de aterros intermunicipais; Definição de modelo tecnológico para o manejo de resíduos sólidos com amplitude intermunicipal; Possíveis implantações de unidades de processo de amplitude intermunicipal (usinas de triagem e reciclagem, usinas de compostagem).
- **Drenagem Urbana:** Identificação de possíveis áreas para implantação de bacias de amortização de cheias; Planos de reflorestamento em bacias comuns a mais de um município; Implantação de parques lineares intermunicipais; Planos de contingências e emergência comuns.

Destaca-se que, na mesma linha de cooperação intermunicipal, os itens que compõem as 10 diretrizes do Programa Município Verde Azul (Item 5.4.1.) podem ter seus objetivos, estratégias e ações compartilhados entre os municípios, de modo a se obter melhores resultados individuais e conjuntos.

Atualmente, o município participa do CIAS Várzea Paulista, conforme será apresentado no Item 16.1.

3.7. LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS APLICÁVEIS

Âmbito Federal:

Os diplomas pertinentes a saneamento e recursos hídricos no Brasil são bastante numerosos. A seguir são destacados os principais:

- **Lei nº 6.938/1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- **Constituição Federal, de 1988.** Constituição Federal do Brasil.
- **Lei nº 8.078/1990.** Código de Defesa do Consumidor - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- **Lei nº 8.080/1990. Lei do SUS.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- **Resolução CONAMA nº 006/1991.** "Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos" - Data da legislação: 19/09/1991 - Publicação DOU, de 30/10/1991, pág. 24063.
- **Lei nº 8.666/1993.** Regulamenta o art. 37, inciso Andral, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- **Resolução CONAMA nº 005/1993.** "Estabelece definições, classificação e procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários" - Data da legislação: 05/08/1993 - Publicação DOU nº 166, de 31/08/1993, págs. 12996-12998.
- **Lei nº 9.074/1995.** Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências
- **Lei nº 8.987/1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- **Lei nº 9.433/1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
- **Lei nº 9.984/2000.** Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
- **Resolução CNRH nº 12/2000.** Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.
- **Resolução CNRH nº 13/2000.** Estabelece diretrizes para a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.
- **Lei nº 10.257/2001.** Estatuto das Cidades - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- **Resolução CNRH nº 15/2001.** Estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas.
- **Resolução CNRH nº 16/2001.** Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- **Resolução CNRH nº 17/2001.** Estabelece diretrizes para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.
- **Resolução CNRH nº 29/2002.** Define diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais.
- **Resolução CNRH nº 30/2002.** Define metodologia para codificação de bacias hidrográficas, no âmbito nacional.
- **Resolução ANA nº 194/2002.** Procedimentos e critérios para a emissão, pela Agência Nacional de Águas - ANA, do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH de que trata o Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001.
- **Resolução CONAMA nº 313/2002.** "Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais" - Data da legislação: 29/10/2002 - Publicação DOU nº 226, de 22/11/2002, págs. 85-91.

- **Resolução CNRH nº 32/2003.** Institui a Divisão Hidrográfica Nacional.
- **Lei nº 11.079/2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
- **Resolução ANA nº 707/2004.** (BPS nº 12 de 3.1.2005). Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga, e dá outras providências.
- **Decreto nº 5.440/2005.** Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
- **Lei nº 11.107/2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.
- **Resolução CNRH nº 48/2005.** Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
- **Resolução CNRH nº 54/2005.** Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água.
- **Resolução CONAMA nº 357/2005.** "Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências." - Data da legislação: 17/03/2005 - Publicação DOU nº 053, de 18/03/2005, págs. 58-63.
- **Resolução CNRH nº 58/2006.** Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- **Resolução CNRH nº 65/2006.** Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.
- **Resolução CONAMA nº 369/2006.** "Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP" - Data da legislação: 28/03/2006 - Publicação DOU nº 061, de 29/03/2006, pág. 150-151.
- **Resolução CONAMA nº 371/2006.** "Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências." - Data da legislação: 05/04/2006 - Publicação DOU nº 067, de 06/04/2006, pág. 045.
- **Resolução CONAMA nº 377/2006.** "Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário" - Data da legislação: 09/10/2006 - Publicação DOU nº 195, de 10/10/2006, pág. 56.
- **Resolução CONAMA nº 380/2006.** "Retifica a Resolução CONAMA nº 375/2006 - Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto

sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências" - Data da legislação: 31/10/2006 - Publicação DOU nº 213, de 07/11/2006, pág. 59.

- **Lei nº 11.445/2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
- **Resolução CNRH nº 70/2007.** Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000.
- **Resolução CNRH nº 76/2007.** Estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.
- **Resolução CONAMA nº 396/2008.** "Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências." - Data da legislação: 03/04/2008 - Publicação DOU nº 66, de 07/04/2008, págs. 66-68.
- **Resolução CONAMA nº 397/2008.** "Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes." - Data da legislação: 03/04/2008 - Publicação DOU nº 66, de 07/04/2008, págs. 68-69.
- **Resolução CONAMA nº 404/2008.** "Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos." - Data da legislação: 11/11/2008 - Publicação DOU nº 220, de 12/11/2008, pág. 93.
- **Lei nº 12.305/2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis Projeto de Lei nº 1.991/2007.
- **Portaria nº 2914/11 MS.** Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

Âmbito Estadual

Os diplomas pertinentes ao saneamento e aos recursos hídricos no Estado de São Paulo também são bastante numerosos. A seguir são destacados os principais:

- **Decreto Lei nº 211/1970.** Código de Saúde do Estado de São Paulo.

- **Decreto-lei nº 52.490/1970.** Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos no Estado de São Paulo contra agentes poluidores.
- **Decreto nº 52.497/1970.** Proíbe o lançamento dos resíduos sólidos a céu aberto, bem como a sua queima nas mesmas condições.
- **Lei nº 898/1975.** Disciplina o uso do solo para a Proteção dos Mananciais, cursos e reservatórios de água.
- **Decreto nº 8.468/1976.** Regulamenta a Lei nº 997, de 31 de maio de 1976 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente (com redação dada pela Lei nº 8.943, de 29.09.94).
- **Lei nº 997/1976.** Dispõe sobre a prevenção e o controle do meio ambiente, estabelece padrões técnicos de qualidade e emissão, institui instrumentos de proibição e exigências gerais para licenças e registros dos estabelecimentos geradores de material poluente, procedimentos administrativos e amplia competências da CETESB.
- **Decreto nº 10.755/1977.** Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468/76.
- **Lei nº 1.563/1978.** Proíbe a instalação nas estâncias hidrominerais, climáticas e balneárias de indústrias que provoquem poluição ambiental.
- **Decreto Estadual nº 27.576/1987.** Criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.
- **Decreto nº 28.489/1988.** Considera como modelo básico a Bacia do Rio Piracicaba.
- **Lei nº 6.134/1988.** Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais e águas subterrâneas no Estado de São Paulo.
- **Constituição do Estado de São Paulo 1989.** – Capítulo IV. Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento.
- **Deliberação CONSEMA nº 20/1990.** – Aprova a norma “Critérios de Exigência de EIA/RIMA para sistemas de disposição de Resíduos Sólidos Domiciliares, Industriais e de Serviços de Saúde”.
- **Decreto nº 32.955/1991.** (Com retificação feita no DOE, de 09/02/1991). Regulamenta a Lei nº 6.134/88, de águas subterrâneas.
- **Lei nº 7.663/1991.** (Alterada pelas Leis nº 9.034/94, 10.843/01, 12.183/05). Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- **Lei nº 7.750/1992.** Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento.
- **Decreto nº 36.787/1993.** (Redação alterada pelos Decretos nº 38.455/94; 39.742/94 e 43.265/98). Adapta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
- **Decreto nº 38.455/1994.** Nova redação do artigo 2º do Decreto nº 36.787/93, que adapta o CRH.
- **Decreto nº 39.742/1994.** (Alterada pelo Decreto nº 43.265/98). Adapta o CRH do Decreto nº 36.787/93.

- **Resolução SMA nº 42/1994.** – Aprova os procedimentos para análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e institui o Relatório Ambiental - RAP conforme roteiro de orientação estabelecido pela SMA.
- **Decreto nº 40.815/1996.** Inclui dispositivos no Decreto nº 8.468/76, que aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, a prevenção e controle da poluição.
- **Decreto nº 41.258/1996.** Regulamenta os artigos 9º a 13º da Lei nº 7.663, de 30.12.1991 - Outorga.
- **Resolução SMA nº 25/1996.** – Estabelece programa de apoio aos municípios que pretendam usar áreas mineradas abandonadas ou não para a disposição de resíduos sólidos - classe III.
- **Portaria DAEE nº 717/1996.** Norma sobre outorgas.
- **Lei nº 9.477/1997.** Dispõe sobre alterações da Lei nº 997/76, Artigo 5º, com relação ao licenciamento de fontes de poluição, exigindo as licenças ambientais prévia, de instalação e de operação.
- **Lei nº 9.509/1997.** Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- **Lei nº 9.866/1997.** Disciplina e institui normas para a proteção e recuperação das Bacias Hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado.
- **Resolução SMA nº 50/1997.** – Dispõe sobre a necessidade de elaboração do RAP – Relatório Ambiental Preliminar.
- **Decreto nº 43.204/1998.** Regulamenta o FEHIDRO e Altera Dispositivos do Decreto Estadual nº 37.300.
- **Decreto nº 43.265/1998.** Nova redação de dispositivos do Decreto nº 36.787/93, sobre o CRH.
- **Decreto nº 43.594/1998.** Inclui dispositivos no Decreto nº 8.468/76, que aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, a prevenção e o controle da poluição.
- **Projeto de Lei nº. 20/1998.** Dispõe Sobre a Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos do Domínio do Estado e dá Outras Providências.
- **Lei nº 6.134/1998.** Dispõe sobre a Preservação dos Depósitos Naturais de Águas Subterrâneas.
- **Resolução SMA nº 9/1998.** - Dispõe sobre o Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos para amplo debate junto aos municípios, as entidades públicas e privadas, as organizações não governamentais e as sociedades civis. Este anteprojeto está em discussão nos Conselhos Estaduais – COHIDRO, CONSEMA, CONESAN.
- **Resolução SMA nº 13/1998.** – Dispõe sobre a obrigatoriedade da atualização anual do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos.
- **Deliberação nº 22/1998.** Aprova Proposta de Alteração do Decreto Estadual nº 8468 que dispõe sobre a Regulamentação da Lei Estadual nº 997.
- **Lei nº 10.843/2001.** Altera a Lei nº 7.663/91, da política de recursos hídricos, definindo as entidades públicas e privadas que poderão receber recursos do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

- **Decreto nº 47.400/2002.** Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
- **Resolução SMA nº 34/2003.** - Regulamenta no Estado de São Paulo os procedimentos a serem adotados no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.
- **Lei nº 12.183/2005.** Cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo.
- **Decreto nº 50.667/2006.** Regulamenta dispositivos da Lei da cobrança.
- **Lei nº 12.300/2006.** Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

Âmbito Municipal:

Os diplomas pertinentes a saneamento e recursos hídricos no Município de Louveira estão destacados a seguir:

- **Lei Municipal nº 624/1980** – Institui a Área de Preservação Ecológica do Córrego Fetá.
- **Lei Municipal nº 752/1984** – Estabelece Normas para Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município.
*Últimas alterações: Lei Municipal nº 1.352/1998 – Define Perímetro de Expansão Urbana.
*Alterada pela Lei Municipal nº 1.827/2006 – zoneamento.
- **Lei Municipal nº 747/1984** – Dispõe sobre a obrigatoriedade da construção de fossas sépticas.
- **Lei Municipal nº 1.011/1990** – Institui o Plano de Classificação de Cargos do Município e Dispõe Sobre Carreira.
- **Lei Municipal nº 1.018/1990** – Dispões Sobre Disciplina de Uso do Solo.
- **Lei Municipal nº 1.290/1997** – Autoriza o Executivo Municipal a aderir ao Consórcio para Aterro Sanitário.
- **Lei Municipal nº 1.458/2000** – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
- **Lei Municipal nº 1.525/2001** – Autoriza o Poder Executivo a Celebrar Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, Através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município de Louveira, Objetivando a Implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – PEMH.
- **Lei Municipal nº 1.548/2002** – Autoriza o Poder Executivo a outorgar a concessão dos serviços de água e esgoto sanitário do município de Louveira.
*Revogada pela Lei Municipal nº 1.894/2007.
- **Lei Municipal nº 1.605/2002** – Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico e cria o Departamento de Fiscalização e Planejamento dos Serviços de Saneamento – DEFIP e o Fundo de Desenvolvimento Ambiental – FDA;

- **Lei Municipal nº 987/2004** – Prevê a revisão e a atualização da Lei Orgânica de Louveira e sua adequação as emendas constitucionais.
- **Lei Municipal nº 1.757/2005** – Dispõe sobre Serviço de coleta, triagem e reciclagem de lixo através do Serviço de Atendimento ao Trabalhador (SAT).
*Regulamentada pelo Decreto nº 2.935/2005.
- **Lei Municipal nº 1.824/2006** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder enviar relatório trimestral sobre a execução da coleta, tratamento e destinação final do lixo no município de Louveira;
- **Lei Municipal nº 2.048/2009** – Autoriza o Poder Executivo a criar o projeto Conservador das Águas para prestar apoio aos proprietários rurais.
- **Lei Municipal nº 2.051/2009** – Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, dirigida aos corpos de água superficiais e subterrâneos.
- **Lei Municipal nº 2.129/2010** – Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Poder Executivo do Estado, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da CETESB, para o licenciamento e a fiscalização ambientais pelo município.
- **Lei Municipal nº 2.211/2011** – Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente do município de Louveira – FUMDEMA.
- **Lei Municipal nº 2.160/2011** – Altera a Lei nº 2.008/2008 que dispõe sobre a coleta e o destino de pilhas, baterias e similares e dá outras providencias, para acrescentar as lâmpadas fluorescentes.
- **Lei Municipal nº 2.204/2011** – Dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos.
- **Lei Municipal nº 2.212/2011** – Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Reciclanip visando desenvolver ações conjuntas e integradas de proteção ao meio ambiente na área de coleta, armazenagem e destinações de pneus inservíveis.
- **Lei Municipal nº 2.268/2012** – Proíbe o lançamento de efluentes que contenham corante em rios, lagos, represa e demais corpos de água doce no Município de Louveira, e determina a classificação dos corantes como contaminantes ambientais.
- **Lei Complementar nº 2.293/2013** – Dispõe Sobre a Estrutura Administrativa, Criação de Cargos, suas Atribuições e dá Outras Providências. (criação das Secretarias Municipais de Água e Esgoto e de Gestão Ambiental).
- **Lei Municipal nº 2.320/2013** – Dispõe sobre a ratificação integral do Protocolo de Intenções do Consórcio Público de Direito Público Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá- Agência Reguladora.
- **Lei Municipal nº 2.347/2013.** Institui o programa municipal de incentivos a fruticultura – PROMIF, no município de Louveira, autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica aos produtores rurais que possuem áreas cultivadas com frutas estabelecidos no Município de Louveira e dá outras providências.

- **Projeto de Lei Municipal.** Define as Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM's), estabelece as condições de uso e proteção das respectivas áreas, cria o programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) no Município de Louveira e dá outras providências.

Além da Lei Municipal nº 2.048/2009 que autoriza o Poder Executivo a criar o projeto Conservador das Águas para prestar apoio aos proprietários rurais, há também um Projeto de Lei para pagamentos de serviços ambientais que está em processo de elaboração na Secretaria de Gestão Ambiental (SGA). A ideia da implantação dessa lei em projeto surgiu com os bons resultados que uma lei nos mesmos moldes teve no município de Extrema em Minas Gerais (MG), onde os proprietários de terras localizadas em áreas de mananciais recebem uma verba mensal em estímulo da prática de implantação de bacias de contenção de água, cercamento de áreas, instalação de biodigestores, instalação de corredores ecológicos e recomposição de matas.

A proteção dos mananciais no município de Louveira é regulamentada pela Lei 624, instituída na década de 1980. Esse marco legal define importantes diretrizes de proteção para o principal manancial do município, delimitado pela bacia hidrográfica do córrego Fetá. No entanto, segundo informações levantadas junto às Secretarias de Água e Esgoto, Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental, existem pressões da ocupação atual e outras áreas de manancial de interesse para o abastecimento público que não encontram o adequado respaldo legal para efetivamente garantir a proteção dos mananciais do município.

CAPÍTULO II – REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

4.1. MODELO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO

A caracterização do modelo de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pode ser feita em função da natureza jurídica do prestador e da modalidade da prestação de serviço.

No município de Louveira a prestação do serviço de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto é categorizada como administração pública direta, sob responsabilidade da Secretaria de Água e Esgoto (SAE). A Secretaria de Água e Esgoto foi recém-criada em 2013, antes dessa formação os serviços de água e esgoto eram gerenciados por um setor da Secretaria de Planejamento Urbano, que contava com uma equipe restrita a tarefas operacionais. A estrutura e formação da nova secretaria estão melhor abordadas em itens subsequentes.

A SAE vem realizando diversas ações intersetoriais, entre elas estão:

- **Base Cartográfica:** Contratação da base cartográfica envolvendo várias secretarias da Prefeitura, entre elas: Secretaria de Água e Esgoto, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Gestão Ambiental, entre outras;
- **Multas:** Aplicação de multas contra o desperdício de água, fiscalização pela Secretaria de Água e Esgoto, Secretaria de Gestão Ambiental e Guarda Municipal;
- **Plano Municipal de Saneamento Básico:** Secretaria de Água e Esgoto, Secretaria de Gestão Ambiental e Secretaria de Serviços Públicos;
- **Lei de Manancial:** Elaboração da Lei de Manancial pelas Secretarias de Água e Esgoto, de Gestão Ambiental e de Desenvolvimento Urbano;
- **Diretrizes:** Diretrizes de Uso e Ocupação do solo pelas Secretarias de Água e Esgoto e de Desenvolvimento Urbano;
- **Aprovação de Projetos:** Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Água e Esgoto;
- **Licenciamentos:** Esclarecimento sobre Licenças, parceria entre a Secretaria de Água e Esgoto e Secretaria de Gestão Ambiental.

4.2. MODELO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A prestação deste tipo de serviço pode ser:

- Execução direta dos serviços pela própria Prefeitura;
- A terceirização dos serviços, mediante à contratação de empresa privada para execução total ou parcial dos serviços;
- Concessão dos serviços para o setor privado;
- Outro aspecto a ser considerado é a participação do município em consórcio intermunicipal com o objetivo de atendimento integral ou parcial do processo.

No caso do município de Louveira a prestação de serviço é feita da seguinte forma:

- Coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos (resíduos domiciliares, comerciais, limpeza urbana etc.):
Terceirização para empresa privada, mediante licitação;
- Disposição final dos resíduos sólidos urbanos: Terceirização para empresa privada, mediante licitação.

O detalhamento de cada um destes processos é apresentado no Capítulo VI do presente relatório.

4.3. MODELO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

O modelo de prestação deste tipo de serviço no Brasil é, normalmente, realizado através da execução direta dos serviços pela própria Prefeitura, que é o caso do município de Louveira. Ficando a cargo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (criada em 1997) a execução de serviços com mão de obra da própria Prefeitura, quando de pequena monta e contratação nos casos de maior complexidade.

4.4. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO

A Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) (Lei Federal nº 11.445/2007) estabelece que os municípios são responsáveis pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, sendo que estas são atividades distintas e devem ser exercidas de forma autônoma, por quem não acumula a função de prestador desses serviços, sendo necessária, a criação de órgão distinto, no âmbito da administração direta ou indireta.

Nestes casos, seria necessária a constituição de um ente municipal independente para exercer este papel, o que implicaria em um custo operacional elevado. Outra alternativa prevista na Lei, é que a regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

De forma simplificada, as agências reguladoras exercem as seguintes funções:

- (i) Controle de tarifas, de modo a assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- (ii) Universalização do serviço, estendendo-o a parcelas da população que dele não se beneficiavam por força da escassez do recurso;
- (iii) Fomento da competitividade nas áreas nas quais não haja monopólio natural;
- (iv) Zelo pelo fiel cumprimento do contrato administrativo;
- (v) Arbitramento dos conflitos entre as diversas partes envolvidas.

Acrescenta-se, ainda, a edição de atos normativos específicos para cada setor regulado e a fiscalização do devido cumprimento destes atos e das respectivas leis específicas pelos regulados, bem como a aplicação de sanções, uma vez desrespeitadas as normas ou os contratos a que os mesmos estão submetidos.

No Estado de São Paulo, a maioria dos municípios aderiu às agências estaduais que foram criadas para exercer este papel.

Particularmente, no caso do município de Louveira a decisão foi pela adesão à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), o que foi feito através da Lei Municipal nº 2.320, de 23 de outubro de 2013, que *“Dispõe sobre a ratificação integral do Protocolo de Intenções do Consórcio Público de Direito Público Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”*.

Atualmente a agência atua exclusivamente como reguladora e fiscalizadora dos serviços relacionados à água e esgoto no município, sendo que desta forma, existe a necessidade de ampliação das atividades desenvolvidas pela agência de modo a atender as demais vertentes do saneamento básico. Assim, o município estará em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 11.445/2007.

CAPÍTULO III – ABASTECIMENTO DE ÁGUA – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

5.1. INFRAESTRUTURA E RECURSOS DISPONÍVEIS

A prestação do serviço de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto é categorizada como administração pública direta, sob responsabilidade da Secretaria de Água e Esgoto (SAE). A mesma foi recém-criada em 2013, anterior a isso os serviços de água e esgoto eram gerenciados pela Secretaria de Planejamento Urbano, que contava com uma equipe restrita às tarefas operacionais.

Atualmente a Secretaria de Água e Esgoto encontra-se em fase de estruturação, e constitui-se por três divisões que são responsáveis pelo planejamento, operação, manutenção dos sistemas, e atendimento à população.

A equipe que compõe a secretaria de água e esgoto e suas divisões são apresentadas a seguir.

- **Secretaria:**
 - 01 Secretário;
 - 04 (quatro) funcionários de nível médio no gabinete.

- **Divisão de Planejamento e Projetos:**
 - 01 (um) diretor de divisão;
 - 04 (quatro) estagiários.

- **Divisão de Operação:**
 - 01 (um) diretor de divisão;
 - 01 (um) escriturário (a);
 - 02 (dois) encanadores;
 - 03 (três) leituristas;
 - 07 (sete) artífices;
 - 03 (três) operadores de bomba;
 - 02 (dois) operadores de máquina;
 - 04 (quatro) motoristas;
 - 05 (cinco) auxiliares de serviços gerais.

- **Divisão de Tratamento de Água e Esgoto:**
 - 01 (um) químico;
 - 03 (três) técnicos de tratamento de água e esgoto;
 - 03 (três) técnicos de tratamento somente para água;
 - 05 (cinco) tratadores de água, que são pessoas com formação prática, obtida na própria Estação de Tratamento de Água (ETA).

Sendo que desses funcionários, 14 se enquadram como nível fundamental, 20 possuem ensino médio e 16 possuem ensino superior.

Para a manutenção dos sistemas de água e esgoto existem 02 (duas) equipes, compostas pelos funcionários da divisão de operação. Estas equipes dispõem dos seguintes veículos para a realização dos serviços de manutenção:

- 01 (uma) retro escavadeira;
- 03 (três) caminhões pipa;
- 03 (três) caminhões pipa (terceirizados);
- 01 (um) Bob Cat.

Os serviços de limpeza de fossas são realizados por empresa terceirizada.

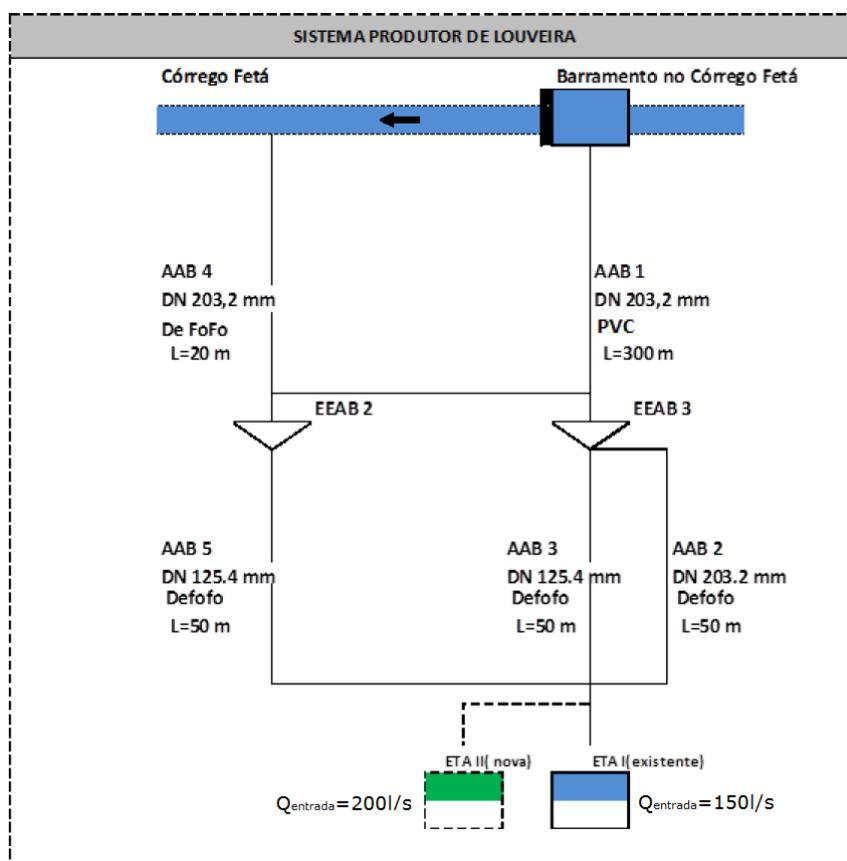
Referente ao plano de cargos, salários e demissão, este é regido, atualmente, pela Lei Complementar nº 2/2013.

Quanto à um plano de capacitação, no município não existe um programa definido.

Quanto às ferramentas de gestão, o município ainda não possui um Plano Diretor de Abastecimento de Água.

5.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA URBANA

O sistema de abastecimento de água do município se dá através de captação superficial no córrego Fetá. A Figura 8 apresenta o fluxograma do sistema de água no município de Louveira.



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA), 2010 (adaptado).

Figura 8 - Sistema de abastecimento de Água de Louveira.

O croqui do Sistema de Abastecimento de água contemplando os sistemas de adução de água tratada e distribuição assim como também o mapa temático do Sistema de Abastecimento de Água no município, seguem anexos ao final deste relatório.

Ressalte-se que em relação ao croqui do sistema de abastecimento de água, não encontram-se informações sobre as vazões de cada unidade devido a inexistência de macromedição. As localidades dos reservatórios estão descritas no Quadro 3.

5.3. DEMANDA HÍDRICA DO MUNICÍPIO

As demandas hídricas em um corpo d'água estão vinculadas às diversas formas de uso possíveis, que podem ser agrupados, por sua vez, em usos consuntivos e usos não consuntivos.

Os usos consuntivos são aqueles em que efetivamente existe o consumo de água, como são os casos de:

- Uso urbano de água proveniente do sistema de abastecimento de água;
- Uso industrial, referente aos consumos de água nos processos industriais;
- Uso na agricultura, referente à utilização da água para irrigações das culturas agrícolas.

Os usos não consuntivos são aqueles em que os recursos hídricos são utilizados de forma que não ocorra o consumo de água, como são exemplos: o aproveitamento hidrelétrico, a navegação, o turismo, a recreação e o lazer.

Em Louveira, as demandas hídricas ocorrem da seguinte maneira:

- Demanda urbana: 144,5 l/s (distribuição média no ano de 2013 – SAE);
- Demanda industrial: 56,0 l/s (referente ao ano de 2008 – Relatório do Plano das Bacias PCJ 2010-2020);
- Demanda de irrigação: 40 l/s, correspondente a uma área de irrigada de 128 ha (referente ao ano de 2008 – Relatório do Plano das Bacias PCJ 2010-2020).

Ressalta-se que o valor apresentado para a Demanda Urbana somente é válido para a situação atual do município, sendo que as estimativas de demandas futuras serão abordadas no Volume II.

5.4. CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO

O manancial utilizado para abastecimento de água do município de Louveira é o Córrego Fetá, que segundo o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI-5 (s.d.) é enquadrado como Classe 2. A captação de água é feita em um barramento construído para elevação do nível d'água não tendo, o mesmo, capacidade de reservação. Existe também outro ponto de captação complementar, no mesmo córrego, logo a montante do anterior, em um pequeno represamento, que é utilizado nos períodos de estiagem. O referido represamento também tem capacidade pouco representativa do ponto de vista da regularização de vazão.

As figuras seguintes (Figura 9 e Figura 10) ilustram o Córrego Fetá e o barramento onde é feita a captação.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 9 – Córrego Fetá.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 10 – Barragem de acumulação do Córrego Fetá.

Segundo o Relatório P6 dos Estudos de Disponibilidade Hídrica de Mananciais e de Concepção para Melhoria e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Louveira – 2014, os corpos d'água que possuem potencial para serem utilizados no abastecimento são:

- **Córrego Engenho Seco:** $Q_{7,10} = 30$ l/s, com vazão regularizável de até 115 l/s;
- **Córrego Passarinho:** $Q_{7,10} = 16$ l/s, com vazão regularizável de até 59 l/s;
- **Córrego Santo Antônio:** $Q_{7,10} = 8$ l/s, com vazão regularizável de até 30 l/s;
- **Córrego Rainha:** Vazão máxima de 30 l/s, esta possível captação tem um caráter emergencial, suprindo a demanda até que sejam implantados os barramentos nos Córregos Engenho Seco e Passarinho, que apresentam um melhor “custo benefício” para implantação.
- **Rio Capivari:** $Q_{7,10} = 111$ l/s, esta possível captação, de caráter emergencial, pode ser considerada para complementar a demanda em períodos de estiagem severa.

5.5. TRATAMENTO DE ÁGUA

O município de Louveira possui uma ETA Convencional, que está em operação e uma nova ETA que está em fase de construção, localizada próxima à existente, conforme Figura 11.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado)

Figura 11 – Localização das instalações de Captação e de Tratamento de Água.

a) Características da ETA Existente.

A ETA existente é uma estação de tratamento de água do tipo convencional dotada de floculadores, decantadores e filtro de areia. Na fase química do processo são utilizados os seguintes produtos:

- Coagulante: Sulfato de alumínio;
- Correção de pH: Cal hidratada;
- Desinfecção: Hipoclorito;
- Fluoretação: Ácido Fluorssilícico;
- Anticorrosivo: Ortopolifosfato.

A ETA tem capacidade de tratamento nominal de 80 l/s, porém após ampliação o sistema passou a tratar 150 l/s. Atualmente a ETA opera com aproximadamente 145 l/s, de acordo com dados registrados na entrada pelo macromedidor (eletromagnético).

São realizadas análises de cor, turbidez, pH, cloro e flúor de 2 em 2 horas.

A limpeza dos decantadores é realizada a cada 21 dias e dos floculadores a cada 42 dias.

O lodo do tratamento é destinado para a empresa Star Controle Ambiental Ltda.

Com a finalização da construção e início da operação da nova ETA, a ETA atual será desativada. A Figura 12 ilustra a ETA existente.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 12 – Vista da Estação de Tratamento de Água Existente.

b) Características Gerais da Nova ETA.

Conforme já relatado, existe uma nova ETA em fase de construção com capacidade nominal para tratamento de 200 l/s, com término previsto para o 2º semestre de 2014, segundo informações da Prefeitura. A Figura 13 ilustra a fase de construção.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2014.

Figura 13 – ETA em construção.

A nova ETA LOUVEIRA foi dimensionada como sendo uma estação de tratamento de água do tipo convencional de ciclo completo, dotada dos processos unitários de coagulação, floculação, sedimentação, filtração, desinfecção, fluoretação e correção final de pH. O projeto e concepção da estação de tratamento de água foram efetuados de forma que a sua vazão nominal seja igual a 200 l/s, podendo a mesma ser operada com vazões inferiores em caso de menor consumo de água.

A ETA prevê ainda o aproveitamento da água proveniente da lavagem dos filtros e das outras fases do processo, que serão coletadas em um tanque de equalização e, posteriormente, bombeadas para o início do tratamento. O lodo da ETA deverá ser coletado e encaminhado para descarte, não estando previstas unidades de desidratação de lodo, conforme especificações definidas no processo de licenciamento.

5.6. ADUÇÃO

De acordo com informações levantadas junto à Secretaria de Água e Esgoto, o município possui as seguintes extensões de adutoras:

- Adutora de água bruta: Extensão total de 1,78 km e a rede é constituída em ferro fundido, Policloreto de Vinila (PVC) e Polietileno de Alta Densidade (PEAD);
- Adutora de água tratada: Extensão total de 15,85 km e a rede é constituída em ferro fundido, cimento amianto, PVC, DEFOFO e PEAD.

Conforme informações coletadas junto à SAE, as adutoras existentes são constituídas por diversas idade e condições, contudo, a maior parte das adutoras constituídas por cimento amianto foram substituídas por PEAD a partir do ano de 2013. Estas substituições ocorreram nas aduções que abastecem a região do Parque dos Estados e parte do Centro.

Atualmente, apenas uma adutora é constituída por cimento amianto, a qual já está prevista em projeto a sua futura substituição.

Para melhor ilustrar a adução no município, apresenta-se nos Anexos o Mapa de Adutoras e Rede de Abastecimento de Água, o qual foi concebido através do atual Cadastro de Rede do município, que tem sido desenvolvido concomitantemente a este relatório.

5.7. RESERVAÇÃO

A disposição dos reservatórios é apresentada no Croqui de Abastecimento de Água anexo a este relatório.

• Características do Sistema de Reservação.

Com a expansão do município de Louveira, muitos reservatórios foram implantados, sendo que, vários deles de pequeno volume de reservação. Porém recentemente foi construído um reservatório de 4.000 m³ (4 milhões de litros), com o objetivo de melhorar as condições da reservação existente. Existe atualmente um total de 31 (trinta e um) reservatórios sendo 09 (nove) de concreto armado e 22 (vinte e dois) metálicos.

❖ R3 – Reservatório de Quatro milhões (Figura 14):

- Volume: 4000 m³;
- Material: Concreto Armado;
- Local: empresa CEVA.



Fonte: Google Earth, 2014 (adaptado).

Figura 14 - Vista Aérea do Reservatório de 4 milhões.

❖ **R7 – Reservatório Santo Antônio (Figura 15):**

- Volume: 2.000 m³;
- Material: Concreto Armado;
- Local: Rua Carlos Pagoto, nº 20.



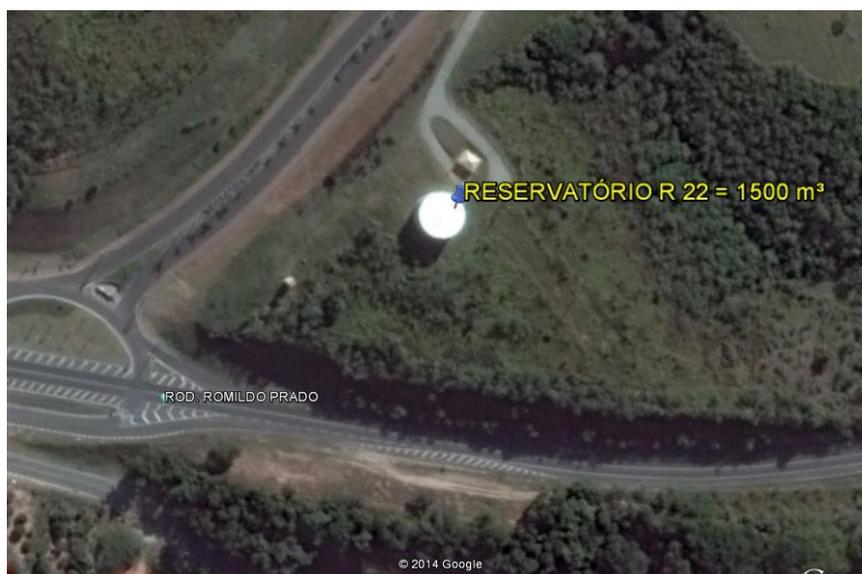
Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 15 - Vista Aérea do Reservatório Santo Antônio.

❖ **R 22 – Reservatório Santa Isabel (Figura 16):**

- Volume: 1500 m³;
- Material: metálico.

- Local: Rodovia Romildo Prado, Santa Isabel.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 16 - Vista Aérea do Reservatório Santa Isabel.

A SAE elaborou um diagnóstico da situação de cada um deles verificando o estado de conservação e estrutural dos mesmos. No Quadro 3 é apresentado um resumo da relação e das condições dos reservatórios existentes.

Quadro 3 – Informações Sobre os Reservatórios Existentes.

Reservatórios	(m³)	Material	Ano	Estado de Conservação	Localização
R1A ETA A	700	Concreto	1973	Ruim – Reservatório com rachadura, infiltração, vazamentos, falta de gradil e necessita de pintura.	Rod. Romildo Prado, 472, Leitão.
R1B ETA B	150	Concreto	1973	Ruim – Reservatório com rachadura, infiltração, vazamentos, falta de gradil e necessita de pintura.	Rod. Romildo Prado, 472, Leitão.
R2 Área de Lazer	30	Metálico	2008	Novo – Falta gradil	Rod. Romildo Prado, Km 1, Casa Grande 1.
R3 Quatro milhões	4000	Concreto	2008	Bom – Falta gradil, pintura e limpeza do terreno	Wagner Luiz Belaviqua, 525, CEVA.
R4 Pinho Rei	30	Metálico	2003	Ruim – Possui vazamento	R. Primavera, s/nº, Pinho Rei.
R5 Jd. Bandeirantes	100	Metálico	2003	Ruim – Pontos de oxidação, falta gradil, pintura e reforma na casa de bomba.	Av. Idílio Pretti, Jd. Bandeirantes.
R6A Jd. Primavera A	130	Concreto	2003	Bom – Necessita de troca do gradil e pintura.	Alameda das Espatodeas, Residencial Jd. Primavera.

Quadro 3 – Informações Sobre os Reservatórios Existentes (Continuação).

R6B Jd. Primavera B	100	Metálico	2003	Bom – Necessita de troca do gradil e pintura.	Alameda das Espatodeas, Residencial Jd. Primavera.
R7 Santo Antônio	2000	Concreto	1994	Bom – Falta pintura	R. Carlos Pagoto, 20, Jardim Ana Lúcia.
R8A Pq. Brasil A	300	Concreto	1994	Bom – Falta impermeabilização e pintura.	R. Santo Miquetto, 151, Pq. Brasil.
R8B Pq. Brasil B	50	Metálico	1994	Novo	R. Santo Miquetto, 151, Pq. Brasil.
R9A Jd. Ana Maria 1	203	Metálico	2011	Ruim – Reservatórios com rachadura, infiltração, vazamentos, falta de gradil e necessita de pintura.	R. dos Imigrantes Italianos, s/nº, Jd. Ana Maria.
R9B Jd. Ana Maria 2	55	Metálico	1997/1998	Ruim – Oxidado e com vazamentos.	R. dos Imigrantes Italianos, s/nº, Jd. Ana Maria.
R10 Vista Alegre	200	Metálico	2003	Bom – Necessita de pintura.	R. 13 de maio, 37, Jd. Vista Alegre.
R11 Altos da Colina	64	Metálico	2007	Bom	R. Neusa Oliveira Ferreira dos Santos, Altos da Colina.
R12 Jardim São Francisco	250	Metálico	1990/1991	Bom – Necessita de pintura.	R. Caetano Soldeira, Jd. São Francisco.
R13 Reserva dos Vinhedos	150	Concreto	2001	Bom – Apresenta vazamentos, alguns pontos de oxidação, falta de pintura e gradil.	Cond. Reserva dos Vinhedos, Residencial Reserva dos Vinhedos.
R14 Estiva	100	Metálico	2004/2005	Bom – Falta Gradil.	R. Francisco Pereira Dutra, Estiva.
R15 Popular III	200	Metálico	2010	Bom – Adequar do gradil.	R. Luiz Carlos Pereira, Vassoural.
R16 Terra Nobre	80	Metálico	2003	Novo – Adequação do gradil e reparo na pintura.	R. Benedito Geraldo Cruz x R. Antonio Bernardes, Terra Nobre.
R17 Quinta das Videiras	90	Metálico	2010	Bom – Adequação do gradil e pintura no muro	R. Luiz Alfredo Bichara, Pq. das Videiras.
R18A Villagge Capriccio A	300	Concreto	1994	Bom – Adequação do gradil, pintura e troca da escada	R. San Giovanni, Vilagge Capriccio.
R18B Villagge Capriccio B	50	Metálico	1994	Bom – Adequação do gradil, pintura e troca da escada	R. San Giovanni, Vilagge Capriccio.
R19 Porto do sol	150	Metálico	2003/2004	Bom – Adequação do gradil e instalar escada para acesso.	Estrada da Boiada, s/nº, Porto do Sol.
R20 Picollo Villaggio	45	Metálico	2008	Regular – Falta gradil, rampa para acesso e apresenta pontos de oxidação.	Alameda Ágata, s/nº, Picollo Villaggio.
R21A Condomínio Delle Stelle	140	Concreto	2001	Bom – Adequar pintura e impermeabilização.	Estrada Alfredo Strabello, 982, Delle Stelle.
R21B Condomínio Delle Stelle	10	Metálico	2001	Ruim – Apresenta pontos de oxidação, necessita de adequação do gradil e pintura casa de bomba.	Estrada Alfredo Strabello, 982, Delle Stelle.
R22 Santa Isabel	1500	Metálico	2009	Bom – Falta gradil	Rod. Romildo Prado, Santa Isabel.

Quadro 3 – Informações Sobre os Reservatórios Existentes (Continuação).

R23A Jd. Vera Cruz A	100	Metálico	2003	Bom – Adequação do gradil.	R. Joaquim Simões, Jd. Vera Cruz.
R23B Jd. Vera Cruz B	25	Metálico	2009	Bom – Necessita de manutenção nas casas de bomba.	R. Joaquim Simões, Jd. Vera Cruz.
R24 Portal do Bosque	30	Metálico	2012	Novo	Rod. Romildo Prado, Cond. Portal do Bosque.

Fonte: SAE.

5.8. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

5.8.1. Rede de Distribuição

No município de Louveira 40% do sistema de distribuição é realizado através do reservatório de 4000 m³, e o restante dividido entre os demais reservatórios e boosters. Os bairros Monterrey e Arataba são abastecidos através de caminhão pipa. A SAE estuda formas para atender a esses bairros com rede de água, as possibilidades apontadas são: a perfuração de poços ou a instalação de uma ETA compacta. Das duas, a segunda é a mais provável, pois já foram feitas perfurações nestes bairros e não foi encontrada vazão significativa de água.

Está sendo realizado no município o cadastramento da rede de distribuição, em função deste evento existem apenas estimativas com base em estudos preliminares a respeito das características da rede. É possível verificar que a rede de distribuição, é quase na sua totalidade, constituída de PVC marrom, possuindo ainda algumas tubulações de DEFOFO e Cimento Amianto. A idade média das tubulações da rede é de cerca de 15 anos, existindo ainda algumas com pouco mais de 20 anos. Informações da SAE indicam que, existem também tubulações de PEAD e de ferro fundido nas travessias.

Conforme estimativa do cadastro que está sendo realizado, a extensão total da rede é de 376.089,00 m, como descrito no Quadro 4.

Quadro 4 – Características da Rede de Distribuição.

CADASTRO TÉCNICO DA REDE DE ÁGUA							
Material	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Ano de Implantação	Material	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Ano de Implantação
PVC DE FOFO	300	15.330	2008	PVC DE FOFO	150	16.344	2009
PVC DE FOFO	200	13.667	2008	PVC DE FOFO	150	4.013	2000
PVC PBA	100	8.523	1994	PVC PBA	100	6.138	2000
PVC PBA	75	8.736	2003	PVC DE FOFO	200	4.307	1994
PVC PBA	60	13.388	2003	PVC DE FOFO	150	4.594	2007
PVC DE FOFO	150	4.437	2007	PVC DE FOFO	150	5.970	1994
PVC DE FOFO	200	13.853	1994	PVC DE FOFO	150	6.297	1994
PVC PBA	100	1.096	2007	PVC PBA	75	2.933	2008
PVC DE FOFO	200	4.696	1994	CIMENTO AMIANTO	150	1.054	≤ 1980
PVC DE FOFO	150	6.428	1994	PVC DE FOFO	100	11.620	1994
PVC DE FOFO	100	5.838	1994	PVC PBA	100	2.517	2010
PVC PBA	75	448	1994	PVC PBA	100	7.230	2004
PVC PBA	75	4.271	1994	PVC PBA	100	4.554	1994
PVC PBA	60	3.682	2007	PVC PBA	100	9.406	2010
PVC PBA	100	224	2006	PVC PBA	100	1.950	2005
PVC PBA	60	7.281	1990	PVC PBA	100	7.841	2000
PVC PBA	75	1.399	1994	PVC PBA	75	10.599	1996
PVC PBA	100	1.307	2000	PVC PBA	100	4.390	2004
PVC PBA	100	6.213	2003	PVC PBA	75	8.061	1994
PVC PBA	100	4.095	2011	PVC PBA	60	7.564	1994
PVC PBA	100	5.457	1997	PVC PBA	60	3.857	1994
PVC DE FOFO	150	517	2004	PVC PBA	100	8.561	2010
PVC PBA	100	2.702	1994	CIMENTO AMIANTO	100	5.200	≤ 1980
PVC DE FOFO	150	3.659	2003	PVC PBA	100	7.276	2012
PVC PBA	100	1.423	2003	PVC PBA	60	5.915	n/d
PVC PBA	100	22.357	2003	PVC PBA	60	6.811	n/d
PVC PBA	75	11.085	2003	PVC PBA	100	3.967	2003
PVC PBA	100	9.043	2003	PVC DE FOFO	150	3.227	2003
PVC PBA	75	22.738	1994	EXTENSÃO TOTAL		376.089	

Fonte: PROESPLAN.

5.8.2. Boosters, Estações Elevatórias de Água Tratada (EEAT) e Casas de Bomba.

Parte da distribuição do município é feita por Boosters, EEAT e Casas de Bombas, conforme características relacionadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Características dos Boosters, EEAT e Casas de Bomba em operação.

Estação Conjunto	Potência Instalada (CV)	Vazão (m ³ /h)	Diâmetro de entrada (mm)	Diâmetro de saída (mm)	Localização
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA TRATADA					
E1/C1	40	100	200	150	EEAT – Rod. Romildo Prado
E1/C2	50	130	200	150	EEAT – Rod. Romildo Prado
E1/C3	50	130	200	150	EEAT – Rod. Romildo Prado
E1/C4	100	145	200	200	EEAT – Rod. Romildo Prado
E1/C5	7,5	300	300	200	EEAT – Rod. Romildo Prado
BOOSTERS					
B1	6	20	100	100	R. Armando Steck, nº 755
B2	4	25	100	100	R. Washington Luiz, nº 177
B3	3	20	100	100	R. Washington Luiz, nº 177
B4*	-	-	-	-	Alameda dos Ipês – Cond. Primavera
B5	7,5	25	75	75	Alameda Turmalina – Cond. Picollo do Villaggio
B6	5	25	75	100	R. Modesto Gumieiro, nº 167
B7	2	5	75	100	R. Francisco Pereira Dutra, nº 1250
B8	20	20	50	50	R. José Luiz Mazalli, nº 300
B9	30	40	100	100	R. João Pagotto, nº 175
B10A	15	30	100	100	R. Uva Patrícia, nº 26
B10B	3	16	50	50	R. Treze Maio, nº 37
B11	7,5	26	75	75	R. dos Imigrantes Italianos, nº 29
B12	15	56	100	100	R. Santo Miqueletto, nº 151
B13	40	160	200	200	R. Atilio Sola, nº 20
CASAS DE BOMBA					
CB1	7,5	25**	75	50	R. Ermelinda Martine Steck
CB2	2	20	50	75	R. Antonio Bernardes, s/nº
CB3	2	20	50	50	Estrada Alfredo Strabello, s/nº
CB4	0,5	4	50	50	R. Joaquim Simões
CB5	2	20	21/2"	21/2"	R. 05 – Alto da Colina

*Booster projetado, instalado e é operado pela administração do condomínio Primavera, não operado pela SAE; **Valor adotado por similaridade com os conjuntos moto-bomba de mesma potência, devido à ausência de informações catalogadas.

Fonte: SAE, 2013.

5.9. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL

A zona rural do município de Louveira não é atendida com rede pública de abastecimento de água. Cada domicílio adota um tipo de solução, são utilizados no município o poço caipira ou o poço artesiano. A Prefeitura não presta nenhum tipo de assistência na área rural relativo à qualidade da água das soluções individuais de captação de água para consumo.

Segundo o cadastro de outorgas do DAEE, no município constam 7 requerimentos de solicitação de outorga de captação de água para uso na área rural. Entretanto, no município não existe a quantificação exata das soluções adotadas. A Figura 17 ilustra alguns exemplos de solução individual.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 17 – (a) Poço artesiano; (b) Poço caipira.

Quanto aos demais usos (industrial, comercial, etc.), no mesmo cadastro do DAEE, constam 50 solicitações de outorga para o uso industrial, não existindo soluções alternativas para o abastecimento público e comercial.

5.10. POTENCIAL DE CONTAMINAÇÃO DOS MANANCIAIS

Sabe-se que os assentamentos humanos têm como consequência o impacto na qualidade ambiental da água, seja através dos usos da terra e da água associados para fins doméstico, de mineração, industrial, de transporte ou agrícolas, alterando o estado natural da qualidade da água. Assim, julga-se necessário avaliar a dinâmica dos assentamentos humanos existentes no município, relacionando-se ao respectivo potencial de poluição de seus mananciais (SWECO, 2004).

O município de Louveira lança todo seu esgoto bruto no Rio Capivari e em alguns de seus afluentes, como Córregos Fetá e Santo Antônio. Em determinados trechos desses corpos de água ocorre a ocupação por assentamentos irregulares nas APP's.

Segundo informações da Prefeitura Municipal existem atualmente 14 empresas que oferecem riscos de contaminação ao Rio Capivari e aos Córregos Sapezal, da Estiva, Cana do Reino e Santo Antônio. Entretanto, o município não dispõe de um Plano Municipal de Recursos Hídricos, o qual discrimine detalhadamente os aspectos de proteção de todas as bacias hídricas localizadas em território municipal, tal como o uso do solo, todas as fontes de poluição, estado da cobertura vegetal, entre outros.

6. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A caracterização e avaliação do desempenho operacional da prestação dos serviços de abastecimento de água do município foram feitas a partir dos seguintes aspectos:

- Índices de cobertura e atendimento de água;
- Economias e ligações de água;
- Volumes processados de água;
- Controle de perdas;
- Medição e controle de vazão;
- Qualidade da água;
- Qualidade dos serviços prestados.

O desenvolvimento deste item foi feito com base nas informações obtidas nas visitas técnicas, nas informações fornecidas pela Prefeitura e nas informações e indicadores do - SNIS. Ressalta-se que para o ano de 2011, o município não sistematizou as informações em banco de dados. Para o ano de 2013 as informações foram disponibilizadas pela SAE.

6.1. ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Na Tabela 6 são apresentadas informações disponíveis no SNIS referentes aos índices de atendimento com os serviços de abastecimento de água. Os anos em que existem informações disponibilizadas no SNIS são de 2010 e 2012. Para o ano de 2013 as informações foram disponibilizadas pela SAE.

Tabela 6 – Índices de Atendimento de Água

Índices de Atendimento	(percentual)	ANO DE REFERÊNCIA		
		2010*	2012*	2013**
Índice de atendimento urbano de água		92,1	100	97,8
Índice de atendimento total de água		92,4	100	92,4

Fonte: * SNIS, ** SAE.

Em relação a tabela anterior, comparando o índice de atendimento com abastecimento de água na área urbana, para os anos de 2010 e 2013, nota-se um aumento gradativo, com tendência a atingir 100%. Estes aspectos denotam que as ações realizadas no período em questão, permitiram o crescimento do índice de atendimento.

Para o ano de 2012, os índices apontam 100%, provavelmente por um equívoco no fornecimento de informações para o sistema do SNIS.

6.1.1. Economias, Ligações e Extensões de Rede

Conforme informações obtidas através da SAE, em 2013 existiam 9.812 economias atendidas com abastecimento público de água e mais 230 ligações atendidas por caminhão pipa, correspondendo a um total de 10.042 ligações de água.

Na Tabela 7 apresentam-se as economias e ligações de água ativas existentes, que são atendidas com rede de água, discriminadas por categoria.

Tabela 7 – Economias e Ligações de Água hidrometradas - Ano 2013.

Categoria	Economias	Ligações de Água
Residencial	9.042	9.042
Social	14	14
Comercial	664	664
Industrial	38	38
Outros	54	54
Grandes Consumidores	0	0
Total	9.812	9.812

Fonte: SAE, 2013.

Das informações fornecidas pode-se verificar que:

- As economias e ligações de água hidrometradas nas categorias residencial e comercial/serviços representam conjuntamente 98,9% do total;
- As economias e ligações industriais de água representam 0,4% do total;
- Não existe no município nenhum consumidor na categoria de grande consumidor;

As economias e as ligações ativas de água nos últimos anos são apresentadas na Tabela 8, os dados foram obtidos através do SNIS e para o ano de 2013 fornecido pela Prefeitura.

Tabela 8 – Economia, Ligações e Extensões de Rede.

INFORMAÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA		
	2010*	2012*	2013**
Quantidade de economias ativas de água [economia]	9.003	9.586	10.042
Quantidade de economias residenciais ativas de água [economia]	8.222	-	9.042
Quantidade de ligações totais de água [ligação]	9.003	9.586	10.042
Quantidade de ligações ativas de água [ligação]	9.003	9.586	10.042
Quantidade de ligações ativas de água micromedidas [ligação]	9.003	9.586	9.812
Extensão da rede de água [km]	203,29	180	376,09

Fonte: *SNIS, **SAE.

Em relação a tabela anterior, nota-se uma inconstância para o dado de extensão de rede para o ano de 2012, que decresceu 23,29 km em relação ao ano de 2010. No período de 2010 a 2013, foram implantadas 1.039 novas ligações de água.

Além das informações descritas na Tabela 8, obteve-se do SNIS alguns indicadores importantes que caracterizam o sistema de água (Referência 2010) e que serão importantes nas fases seguintes do plano. Tais indicadores são descritos a seguir.

- Densidade de economias de água por ligação = 1,00 [econ./lig.];
- Participação das economias residenciais de água no total das economias de água = 91,3%;
- Extensão da rede de água por ligação = 22,5 [m/lig.].

6.2. VOLUMES PROCESSADOS DE ÁGUA

No ano de 2013, o volume de água tratado no município de Louveira foi de 4.556.700 m³, correspondente a uma vazão média de 144,5 l/s, volume este que está bem próximo da capacidade nominal de tratamento da ETA em operação. Na Tabela 9 são apresentados os volumes distribuídos no ano de 2013.

Tabela 9 – Volume Distribuído no Ano de 2013.

Mês	Volume Tratado		Mês	Volume Tratado	
	m ³ /mês	l/s		m ³ /mês	l/s
Janeiro	377.300	140,9	Agosto	382.000	142,6
Fevereiro	350.000	144,7	Setembro	378.440	146
Março	405.950	151,6	Outubro	372.440	139,1
Abril	375.390	144,8	Novembro	356.120	137,4
Maio	412.260	153,9	Dezembro	383.100	143
Junho	378.400	146	Total	4.556.700	
Julho	385.300	143,9	Média	379.725	144,5

Fonte: SAE, 2013.

Para uma análise mais global dos volumes processados de água serão utilizadas informações disponíveis no SNIS para o município de Louveira, correspondentes aos anos de 2010 e 2012 e referentes a 2013 informações fornecidas pela SAE. As informações coletadas estão apresentadas na Tabela 10.

Tabela 10 – Volumes de Água Processados.

Volume de Água (1000 m ³ /ano)	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Volume de água produzido	4.053,11	4.392,00	4.556,70
Volume de água de serviço	0	ND	11,8
Disponibilizado para consumo	4.053,11	4.892,00	4.544,90
Volume de água consumido	2.057,57	2.860,00	2.315,34
Volume de água faturado	2.077,17	2.211,00	2.251,91
Volume de água macromedido	4.053,11	4.392,00	4.556,70
Volume de água micromedido	2.057,57	2.211,00	2.315,34
Volume micromedido nas economias residenciais ativas de água	1.754,91	ND	2.315,34

ND = Informação não disponível.

Fonte: *SNIS, **SAE.

6.3. CONTROLE DE PERDAS

Segundo a SAE de Louveira, as perdas de água do município no ano de 2013 chegaram a 52,83% no mês de julho e a média anual ficou em 47,58%. Ficando assim, acima da média nacional, que é de 36,9% (SNIS – 2012). A Tabela 11 apresenta indicadores de perdas coletados no SNIS para os anos de 2010 e 2012. E para o ano de 2013 os indicadores foram calculados com base nos dados fornecidos pela SAE.

Tabela 11 – Evolução dos Indicadores de Perdas.

Indicadores de Perdas	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Índice de perdas na distribuição [%]	49,23	34,88	47,6
Índice de perdas por ligação [l/dia/lig.]	607,27	437,85	608,28 ^[1]
Índice de perdas no faturamento [%]	48,75	49,66	50,45 ^[1]
Índice bruto de perdas lineares [m ³ /dia/Km]	26,89	23,32	16,07 ^[1]

^[1] Valores calculados com base nas informações obtidas junto a SAE de Louveira.

Fonte: *SNIS, **SAE.

Observa-se que os valores apresentados no ano de 2012 não são condizentes com os valores apresentados nos anos de 2010 e 2013, pois em 2012 os índices se apresentam significativamente inferiores, comparados às informações fornecidas para o ano de 2013, que caracteriza a atual situação do município. Isto deve ter ocorrido devido à um fornecimento equivocado dos volumes processados de água ao sistema do SNIS.

6.4. CONSUMO PER CAPITA

O consumo per capita é um dos parâmetros importantes para se avaliar a qualidade do abastecimento de água de uma cidade.

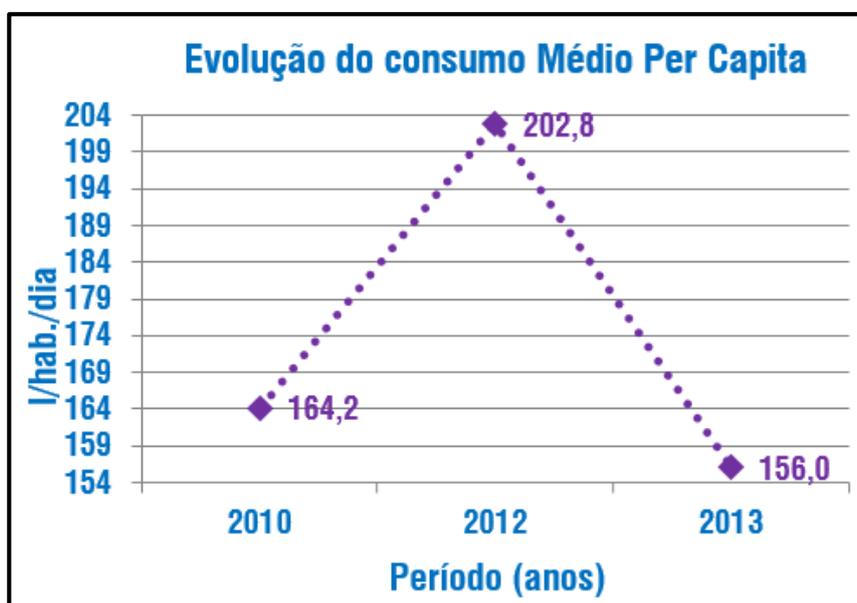
Este parâmetro é extremamente variável e depende de diversos fatores, destacando-se o padrão de consumo de cada localidade e a disponibilidade de água em condições de vazão e pressão adequadas no cavalete de cada consumidor.

Quanto aos padrões de consumo, além das atividades predominantes no município e determinados cultivos agrícolas, dependem também de diversos fatores, tais como:

- Condições climáticas da região;
- Hábitos higiênicos e culturais;
- Porte do município;
- Existência ou não de medição da água fornecida e da intensidade de como é feita (índices de micromedição);
- Valor da tarifa de água, etc.

As condições de pressão e de vazão (disponibilidade) de água para os diversos usuários de uma comunidade dependem da qualidade do sistema de distribuição. Tubulações das redes de água subdimensionadas, ou mal conservadas, deficiências de setorização e reservação e etc., também podem influenciar negativamente o consumo. No Gráfico 1 é apresentada a evolução do consumo per capita no município de Louveira, nos anos de 2010, 2012 e 2013.

Gráfico 1 – Evolução do Consumo Médio Per Capita de Água



Fonte: SNIS, 2010 e 2012; SAE, 2013.

Pelo mesmo fato ocorrido com os dados de perdas, aqui também apresenta um dado no ano de 2012 discrepante dos demais.

Como se pode observar, o município de Louveira demonstra uma queda no consumo médio per capita entre 2010 e 2013, este fato pode ser atribuído a um forte problema enfrentado no município referente à relativa repressão da

demanda de água. No entanto, estão em curso algumas ações da SAE que podem influenciar neste indicador, como por exemplo: As atuais substituições de adutoras, que pode ocasionar um crescimento no valor de consumo médio per capita, visto que a ação aumentará a disponibilidade de água nas ligações prediais. E, por outro lado, este valor pode diminuir ainda mais com as devido as atuais campanhas que incentivam o uso consciente da água, evitando desperdícios.

6.5. MEDIÇÃO E CONTROLE DE VAZÃO

Para um gerenciamento eficiente do sistema de abastecimento de água, buscando o melhor desempenho na apropriação dos volumes produzidos e entregues para consumo, bem como no controle e redução de perdas, é necessário que se disponha de um adequado sistema de medição e controle de vazões.

Neste sentido, a macromedição e a micromedição tem papel fundamental. Os principais indicadores destes processos são: o índice de macromedição e o índice de hidrometração.

A Tabela 12 apresenta a evolução dos indicadores de medição e controle de vazão para o município de Louveira.

Tabela 12 – Indicadores de Medição e Controle de Vazão

Indicadores de Medição e Controle de Vazão	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Índice de hidrometração [percentual]	100	100	97,7
Índice de micromedição relativo ao volume disponibilizado [percentual]	50,8	50,3	50,9
Índice de macromedição [percentual]	100	100	100

Fonte: *SNIS, **SAE.

Vale ressaltar que, apesar do município ter 100% de macromedição, não existe setorização ao longo da rede de distribuição. O que dificulta o trabalho de combate às perdas de água.

O índice de hidrometração foi mantido em 100% até 2012, em 2013 o índice caiu para 97,7%, pois algumas ligações são atendidas por caminhão pipa, atribui-se a isto um valor no índice de perdas no faturamento, pois o serviço não é cobrado pelo volume transportado e sim por viagem efetivada, ou seja, independentemente do tamanho do reservatório atendido, o valor cobrado é o mesmo.

Já o índice de micromedição em relação ao volume disponibilizado, que está na faixa de 51%, é uma medida indireta do índice de perdas percentual, que se encontra no mesmo nível de grandeza.

A qualidade da micromedição tem íntima relação com a qualidade do parque de hidrômetros instalados. Assim sendo, é muito importante a gestão do parque de hidrômetros.

Devido à falta de gestão do Parque de Hidrômetros, não é possível estimar com exatidão a idade média do mesmo. Entretanto, segundo estimativas da SAE, o município de Louveira apresenta hoje, um parque de hidrômetros com a maioria dos equipamentos com idade superior a 10 anos e muitos desses estão deteriorados, desta forma, não

apuram com precisão o volume de água que passa por eles. Para garantir que haja uma gestão eficiente, é necessário que o município implante programas de manutenção e substituição e crie um banco de dados com as características dos micromedidores instalados. Segundo informações da SAE, há uma deficiência na leitura dos hidrômetros, pois o número de leituristas é reduzido.

O índice de macromedição tem sido mantido em 100% nos últimos anos. Isto significa que os macromedidores existentes são, em conjunto com a micromedição, suficientes para a apropriação dos volumes nas diversas fases dos processos de produção e distribuição da água tratada.

Entretanto, como o sistema de distribuição não é setorizado, serão necessárias medidas para implantação de Distritos de Medição e Controle (DMC's), para garantir o adequado controle e redução das perdas físicas.

Para a manutenção da qualidade da macromedição são necessárias diversas ações, entre as quais, a execução de ensaios pitométricos periódicos, serviço que não existe hoje em Louveira.

6.6. MODELAGEM HIDRÁULICA

A ferramenta de modelagem hidráulica, como descrito no Termo de Referência, refere-se a uma ferramenta computacional, por meio da qual se torna possível a simulação do comportamento do SAA sob as mais variadas condições, prevendo assim o seu desempenho e respostas, notadamente no que se refere às pressões de abastecimento, velocidades nas tubulações, entre outros.

Esta simulação hidráulica se desenvolve por meio de softwares específicos e destinados com exclusividade a este fim, tais como o EPANET que é livre, ou o Water CAD da Bentley Systems, que é licenciado, possuindo recursos mais avançados de análises e de desenvolvimento. Este ferramental é normalmente utilizado com a finalidade de se projetar intervenções no SAA, tais como: ações de setorização, controle de pressão, estudos de capacidade de atendimento a novos empreendimentos, etc. É usado também, em ambientes mais avançados e desenvolvidos, para o suporte à operação do SAA, auxiliando na resposta às situações cotidianas da operação, como: localização de causas de desabastecimento, manobras de manutenção, situações de contingenciamento, entre outras.

A aplicação desse recurso entretanto é algo bastante complexo, e que depende de diversas variáveis, tais como:

- Um cadastro técnico com um bom nível de confiabilidade, no que diz respeito a materiais, diâmetros, caminhamentos e idades de redes;
- Cadastro comercial compatível com setores de abastecimento, para permitir o desenvolvimento de balanços de oferta e demanda;
- Integralidade de hidrometração, de modo a permitir auferir o volume consumido de Água;
- Boa estimativa do nível de perdas do SAA;
- Domínio das regras operacionais a que se submete o SAA;
- Disponibilidade do Software para a função;
- Capacitação de pessoal; e,

- Disponibilidade de se realizar medições de vazão e pressão em pontos notáveis do SAA com vistas à calibração do modelo hidráulico, que significa o seu ajuste até o ponto em que suas simulações representem fielmente as condições reais de operação do sistema. Somente com a calibração do modelo hidráulico é que o mesmo se torna apto a todas as atribuições descritas. Sem isso, eventuais simulações tornam-se fortemente suscetíveis a erros.

Pelo nível de exigências descrito, frente à realidade de operação dos sistemas no Brasil, podemos explicar ainda a escassa utilização dessa ferramenta nos nossos sistemas. O desenvolvimento da modelagem hidráulica torna-se uma realidade, na medida do desenvolvimento institucional dos Prestadores de Serviços, cabendo salientar que a construção de um modelo hidráulico de boa qualidade demanda um prazo grande de desenvolvimento e implementação.

No município de Louveira, pelas condições expostas no diagnóstico, não existem ferramentas de modelagem hidráulica implementadas no SAA, não sendo possível portanto sua utilização no que se relaciona o Termo de Referência que norteia o presente trabalho.

6.7. QUALIDADE DA ÁGUA

A Secretaria de Água e Esgoto de Louveira disponibiliza mensalmente, no site oficial da Prefeitura, informações sobre a qualidade da água. Para esta análise, foram utilizados os resultados obtidos durante o ano de 2013. Os parâmetros monitorados foram pH, Cloro Livre, Cloro Residual, Turbidez, Fluoreto, Coliformes Fecais, E. Coli e Bactérias Heterotróficas.

Com base nos parâmetros monitorados, é possível constatar que a água distribuída em 2013, esteve em condições de potabilidade adequada na maior parte do tempo. As ocorrências com o cloro livre acima do limite máximo na rede de distribuição indicam uma falta de controle temporário do sistema de dosagem da ETA.

Houve uma ocorrência de turbidez acima do limite máximo que é de 5 UT, ocasionada quando a Defesa Civil executou interferências na calha do rio com objetivos de amenizar casos de enchentes, nessa ocasião ocorreu movimentação do leito do rio que é rico em manganês. Esse fato associado à interrupção do serviço e existência de tubulações antigas e mais porosas, fez com que o manganês ficasse retido nas tubulações provocando essa alteração na turbidez por diversas vezes.

Quanto ao íon fluoreto as 19 (dezenove) ocorrências na rede de distribuição indicam problemas ocorridos no sistema de dosagem, já que o flúor não sofre alterações significativas na rede de distribuição.

Os dados fornecidos foram resumidos na Tabela 13.

Tabela 13 – Parâmetros Não Conformes de Qualidade da Água - 2013.

Parâmetro	Referência	Saída da ETA		Rede de Distribuição	
		N	Tipo	N	Tipo
pH	6 - 9,5				
Cloro Livre	Máx. 2,0mg/L	5	> 2,0mg/L	4	> 2,0mg/L
Cloro Total	-				
Turbidez	Até 5 UT			1	> 5 UT
Fluoreto	0,6 a 0,8mg/L	3	< 0,6 mg/L	19	< 0,6 mg/L
Coliformes Fecais	Ausente				
<i>E. Coli</i>	Ausente				
Bactérias Heterotróficas	Máx. 500 UFC/mL				

N = número de amostras não conformes

Legenda: Parâmetros Conformes

Fonte: SAE, 2013.

Indicadores coletados do SNIS indicam que os parâmetros de cloro residual, turbidez, coliformes totais e fecais, estiveram adequados nos anos de 2010 e 2012, que foram os anos que o município forneceu dados ao sistema. A SAE disponibilizou dados mais atualizados, do ano de 2013. Conforme mostra a Tabela 14.

Tabela 14 – Indicadores de Qualidade de Água.

Indicadores de Qualidade de Água [percentual]	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Incidência das análises de cloro residual fora do padrão	0	0	9,57%
Incidência das análises de turbidez fora do padrão	0	0	1,06%
Incidência das análises de coliformes fecais fora do padrão	0	0	0
Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão	0	0	1,06%
Índice de conformidade da quantidade de amostras - cloro residual	113,33	100	90,42%
Índice de conformidade da quantidade de amostras - turbidez	130,77	100	98,93%
Índice de conformidade da quantidade de amostras - coliformes totais	113,33	100	98,93%

Fonte: *SNIS; **SAE.

Referente aos dados que apresentam porcentagem maior que 100%, destaca-se que isto se dá devido à quantidade de amostras realizadas, as quais foram maiores que a quantidade de amostras exigidas.

É importante esclarecer que, apenas estes parâmetros podem não ser suficientes para constatar outros problemas quanto à qualidade da água, como gosto e odor, ocorrências de água suja, etc., que muitas vezes são constatados a partir da reclamação dos usuários. Segundo informações da SAE, no ano de 2013 houveram 41 ocorrências de água suja.

A SAE disponibiliza, através do site oficial da Prefeitura, relatórios mensais sobre a qualidade da água distribuída no município.

Para uma análise mais detalhada da qualidade da água distribuída no município, está anexada ao relatório a última análise realizada com base em todos os parâmetros exigidos pela Portaria MS nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

6.8. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A avaliação da qualidade dos serviços prestados relativos ao abastecimento de água foi feita com base nas seguintes informações:

- Reclamações dos usuários dos serviços;
- Indicadores de qualidade de serviço;
- Principais Serviços Executados.

As reclamações referentes aos serviços de água podem ser motivadas por diversos aspectos como por exemplo:

- Reclamações de falta ou intermitência no fornecimento de água;
- Reclamações de qualidade da água distribuída, tais como: gosto e odor, água suja, roupas manchadas pela presença de ferro e manganês e etc.

A seguir são apresentadas as informações existentes sobre as reclamações quanto à prestação dos serviços de água no município de Louveira, fornecidas pela SAE.

Os dados disponibilizados pela Prefeitura são referentes às reclamações de falta d'água.

a) Reclamações de Falta D'Água:

A Prefeitura disponibilizou as informações sobre falta d'água que ocorreram nos anos de 2012 e 2013. Estas informações estão resumidas na Tabela 15.

Tabela 15 – Reclamações de Falta D'Água (2012 e 2013).

Mês	Nº de Reclamações		Mês	Nº de Reclamações	
	Ano 2012	Ano 2013		Ano 2012	Ano 2013
Janeiro	11	13	Agosto	53	44
Fevereiro	34	49	Setembro	68	70
Março	44	65	Outubro	36	76
Abril	46	63	Novembro	41	45
Maiο	65	39	Dezembro	39	135
Junho	40	43	Média mensal	43	55
Julho	37	19	Total	514	661

Fonte: SAE.

Os bairros mais afetados com falta d'água em 2013 são apresentados a seguir:

- Alto da Colina: 39 dias;
- Pinho Rey: 26 dias;
- Colinas de São José: 34 dias;
- Jardim Lago Azul: 25 dias;
- Residencial Burck: 23 dias;
- Condomínio Primavera: 20 dias;
- Vila Bossi: 16 dias;
- Vila Nova Louveira: 24 dias;
- Vila Pasti: 11 dias.

b) Outros Indicadores de Qualidade dos Serviços:

A Prefeitura mantém o registro das principais ocorrências com os serviços de água, que permitem avaliar a qualidade dos serviços prestados. Na Tabela 16 são apresentadas as principais ocorrências no ano de 2013.

Tabela 16 – Ocorrências com os serviços de Água – 2013.

Ocorrências	Quantidade	Ocorrências	Quantidade
Vazamento de Água no Passeio	251	Verificação em Registro	4
Vazamento de Água no Cavalete	278	Substituição de cano 3/4	0
Vazamento na Rede da Rua	199	Água Suja	41
Falta de Água	661	Dar Descarga na Rede de Água	127
Pressão Fraca no Cavalete	7	Troca de Rede do Passeio	0
Cano Quebrado	0	Troca de Lacre	1
Registro Quebrado	8	Reservatório vazando	16
Verificação de Hidrômetro	4	Pressão muito forte	2
Hidrômetro Invertido	5	Rompimento de adutora	1
Erguer Registro	0	Cavalete quebrado	2
Troca de Registro	45	Colocar Ventosa	2
Rede Quebrada	0	Booster vazando	1
Total de Ocorrências Atendidas = 1655			

Fonte: SAE, 2013.

As informações apresentadas, mostram, em números, os principais problemas do município já expostos neste relatório. Problemas relacionados à questão de falta d'água e problemas com a rede de distribuição, que apresenta muitos vazamentos.

c) Principais Serviços Executados:

No Quadro 6 estão apresentados os principais serviços executados pela SAE referentes aos serviços de água.

Quadro 6 – Principais Serviços Relativos ao Abastecimento de Água Executados.

Serviços	Preço (R\$)
Ligação de Água	97,37
Mudança de Cavalete	52,92
Viagem de Água Tratada	15,24 por m ³
Viagem de Água Bruta	10,76 por m ³
Viagem de Água Tratada – Zona Rural	20,00 por m ³
Viagem de Água Bruta – Zona Rural	15,00 por m ³
Viagem de Água Tratada – A Retirar no Local	7,00 por m ³
Viagem de Água Bruta – A Retirar no Local	3,50 por m ³
Certidão Negativa de Débito	24,34
Certidão de existência de rede de água e esgoto	47,63
Certidão de existência de ligação de água e esgoto	44,45
Estudo para prolongamento da rede de água	74,09
Diretrizes para elaboração de projetos	148,18

Fonte: SAE, 2013.

7. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Louveira tem o privilégio de ter muitos mananciais nascendo dentro de seus limites, inclusive o manancial que é utilizado para captação, o Córrego Fetá. Porém, não existe no município, uma legislação específica para a preservação das nascentes. Hoje, alguns corpos d'água sofrem influência da ocupação em suas margens, que é o caso do próprio córrego Fetá, o qual passa, antes da captação, por aglomerados urbanos dos bairros Arataba e Monterrey.

Louveira possui uma captação de água, do tipo superficial, feita num barramento para elevação de nível d'água. Entretanto, a reservação existente é insuficiente para atender a demanda atual. Causando recorrentes problemas de falta d'água.

Neste sentido, a Prefeitura contratou o projeto básico de uma represa no Córrego Fetá, onde é feita a captação de água para o município.

O projeto básico encontra-se em tramitação na CETESB que exigiu a elaboração de um Relatório Ambiental Preliminar (RAP). O projeto executivo está sendo elaborado com volume de acumulação previsto de 300 mil m³.

Conforme informações da Prefeitura, o solo onde será construída a represa possui 13 metros de argila e 3 metros de areia, por este fato, o solo é pouco resistente. Exigindo um cuidado especial para as fundações da represa, o que aumentará o custo da obra. Para regularizar a vazão nominal da futura ETA, que é de 200 l/s, estudos contratados pela Prefeitura estimam que seja necessário um volume de reservação da ordem de 3,5 milhões de m³. Para alcançar a vazão de outorga necessária para abastecer a população, mesmo para as condições atuais de 150 l/s, a Prefeitura estuda outras áreas para construir novos reservatórios de acumulação de água bruta e outras opções de manancial superficial.

A Prefeitura cogita em caráter parcial a utilização do Córrego Rainha, afluente do Rio Capivari, cuja nascente está no município de Vinhedo. As águas do córrego atualmente encontram-se com boas condições de qualidade. Os estudos em andamento para avaliação da disponibilidade hídrica do município permitirão a definição de alternativas viáveis de serem implantadas.

As adutoras de água bruta do município encontram-se em bom estado de conservação e operam normalmente sem apresentar problemas, deste modo não são necessárias ações imediatas.

O município possui uma ETA que tem capacidade de projeto, para tratamento de 80 l/s e foi submetida a uma ampliação, onde foram instalados novos floculadores, elevando sua capacidade de tratamento para 150 l/s. No entanto, esse volume já não é mais suficiente para atender à demanda do município. A estação apresenta problemas operacionais e, segundo informações da SAE, suas estruturas estão deterioradas, apresentando vazamentos nos registros de descarga de fundo e nas conexões com os floculadores instalados.

Visando atender à demanda necessária do município e com maior qualidade, está em construção uma nova Estação de Tratamento de Água, ao lado da existente, que terá capacidade nominal de 200 l/s. E assim que for concluída a obra e entrar em operação a estação antiga será desativada.

As adutoras de água tratada estão em boas condições, visto que recentemente foram substituídas parte delas, porém, ainda existem trechos que são constituídos em cimento amianto, que devem ser substituídos o quanto antes.

O sistema de reservação apresenta uma grande quantidade de reservatórios, porém, muitos deles de pequeno volume. Segundo levantamento da SAE, existe uma grande quantidade de reservatórios que estão com estado de conservação ruins, prejudicando a qualidade da água e apresentando vazamentos. A SAE contratou um estudo para avaliar este sistema, em caráter imediato, o estudo prevê a instalação de 9 (nove) novos reservatórios com o volume maior de reservação, a substituição dos que estão em pior estado e desativação gradativa dos reservatórios menores.

A fim de verificar de forma global se a capacidade de reservação existente está compatível com a capacidade de produção do sistema, será feita uma análise considerando as seguintes hipóteses:

- Demanda média de água igual à capacidade de produção da ETA;
- Capacidade de produção: atual 150 l/s e futura 200 l/s;
- Coeficiente do dia de maior consumo: 1,2;
- Capacidade de reservação total atual: 11.332 m³.

Conforme se pode verificar na Tabela 17, do ponto de vista de uma avaliação global, a capacidade de reservação existente é suficiente para as condições atuais e futuras. Entretanto, segundo informações da SAE, o município enfrenta problemáticas relacionadas à setorização, de maneira que, mesmo que na teoria haja uma folga na reservação, esta não ocorre na prática. Assim, serão necessários estudos de setorização da rede de distribuição e a consequente redução dos reservatórios de pequeno volume.

Tabela 17 – Volumes de Reservação Necessários.

	Capacidade de Produção (l/s)	Volume Médio Diário (m³/dia)	Volume Máximo Diário (m³/dia)	Reservação Necessária (m³)	Reservação Existente (m³)
Atual	150	12.960	15.552	5.184	11.332
Futura	200	17.280	20.736	6.912	N/A

N/A = Não se aplica.

Estimativas da SAE indicam que a rede de distribuição do município tem uma idade média de aproximadamente 13 anos, apresentando idades igual ou superior a 34 anos e as redes mais novas foram implantadas a partir de 2012. Ainda segundo descrições da SAE, muitos trechos estão num estágio de deterioração avançado, o que apresenta muitos rompimentos e consequente aumento no índice de perdas físicas e muitas ocorrências de falta d'água. Não há setorização na rede nem distritos de medição e controle (DMC).

Visando à melhoria e adequação do sistema de abastecimento de água, a SAE tem efetuado substituições nas linhas de adução. Entretanto, existe a necessidade imediata de substituição da última adutora constituída por cimento amianto.

O parque de hidrômetros também apresenta uma idade média elevada, trazendo prejuízos na apuração dos volumes consumidos. Não existe um programa específico para gerenciar os hidrômetros que estão instalados e nem um banco de dados dos mesmos.

Em relação às perdas de água no sistema, pelos motivos já indicados, o município enfrenta um grave problema, pois a média do seu índice de perdas no ano de 2013 foi de 47,6%. A fim de sanar esse e outros problemas enfrentados, algumas ações estão sendo tomadas, como: construção da nova ETA, substituição das adutoras da água tratada, implantação do cadastro da rede de água e a implantação de novos reservatórios com a desativação de reservatórios deficientes. Porém é válido ressaltar que somente essas ações não são suficientes para diminuir significativamente o problema de perdas no município.

Em 2013, o consumo de energia elétrica no sistema de abastecimento de água foi de 2.411.988 Kw. Os dados de consumo de energia elétrica referentes aos anos anteriores à 2013 não foram disponibilizados no SNIS.

Resumo Sucinto

Um resumo sucinto de alguns aspectos notáveis do presente diagnóstico são apresentados nos Quadros 7, 8 e 9..

Quadro 7 – Resumo do Diagnóstico do SAA – Condições Técnico-Operacionais.

CONDIÇÃO TÉCNICO – OPERACIONAL DO SAA	
ASPECTO	SITUAÇÃO ATUAL
Manancial de Captação	Córrego Fetá (classe 2). Não tem regularização de vazão necessária para atender à demanda atual. Não existe legislação específica no município que garanta a proteção dos mananciais. Não possui outorga de captação, porém, estão em andamento estudos e projetos para obter a referida outorga.
Situação das ETAs	ETA Existente: Capacidade nominal de 150 l/s, apresenta vazamento e suas estruturas estão deterioradas. Será desativada assim que a nova entrar em operação. ETA Nova: Capacidade nominal de 200 l/s está em processo de construção.
Adutoras	As adutoras de água bruta apresentam um bom estado de conservação e operação. Não há necessidade de intervenções imediatas. Boa parte das adutoras de água tratada foram substituídas recentemente, porém ainda existem trechos muito antigos e constituídos em cimento amianto, necessitando de substituição imediata.
Reservação	Existem muitos reservatórios, a maioria deles de pequeno volume e alguns deles em estado de conservação ruim. Apesar de o volume de reservação total do município ser elevado, existem problemas recorrentes de falta d'água. Foi contratado estudo para avaliar este aspecto, que apontou para solução imediata do problema de demanda reprimida, a construção de 9 reservatórios de maior volume com a desativação de alguns de menor capacidade. E ao longo do tempo desativar os que estão mais deteriorados.
Sistema de Distribuição	Segundo estimativa do cadastro da rede de distribuição que está sendo realizado, a extensão da rede é aproximadamente 376,09 km. Existem ainda muitos trechos de cimento amianto, que devem ser substituídos imediatamente. Não existe setorização na rede.

Quadro 8 – Resumo do Diagnóstico do SAA – Desempenho Operacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL DO SAA	
ASPECTO	SITUAÇÃO ATUAL
Índice de atendimento de água.	O atendimento urbano no município é de 97,8%, sendo que na área rural não existe atendimento com rede pública de água, sendo adotadas atualmente, soluções individuais (poços artesianos e caipiras).
Medição e controle de vazão.	Em Louveira 97,7% das ligações de água são hidrometradas, o restante não possui micromedição, esses são os locais abastecidos por caminhão pipa. A macromedição chega a 100%, o que é suficiente para apropriação dos volumes processados, mas não para controle de perdas e otimização operacional.
Redução e Controle de Perdas.	A SAE não realiza serviço de pesquisa e detecção de vazamentos. O sistema possui um índice de perdas médio de 47,6%. Porém, algumas ações que estão sendo realizadas acabam afetando positivamente este índice, como: substituição de adutoras e a desativação de reservatórios problemáticos.
Qualidade da Água.	Atende aos padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 2.914/11 do MS, com raras ocorrências de flúor, cloro e turbidez fora do padrão (referência: 2013).
Reclamações de falta d'água.	Média de 43 reclamações mensais em 2012 e 55 em 2013.

Quadro 9 – Resumo das Tecnologias Empregadas no SAA.

TECNOLOGIAS EMPREGADAS NO SAA	
Unidade	Tecnologia
Captação/Adução de água bruta	Bombeamento
Estação de Tratamento de Água	Sistema convencional
Estação Elevatória de Água Tratada	Bombeamento com ligamento/desligamento por sensor de nível.
Reservação/Adução de água tratada	Sensor de nível para ligar/desligar Boosters, EEAT e Casas de bombas.

CAPÍTULO IV – ESGOTAMENTO SANITÁRIO – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

10. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

10.1. ASPECTOS GERAIS

O Sistema Público de Esgotamento Sanitário do município de Louveira é realizado pela Prefeitura Municipal via Secretaria de Água e Esgoto.

Este sistema atende, com a coleta e afastamento de esgoto, 90% da população urbana do município, de acordo com dados de 2013 da SAE. Atualmente, 100% dos esgotos gerados no município são lançados sem qualquer tipo de tratamento. E não há o monitoramento do corpo receptor.

Vale ressaltar que o município não possui Plano Diretor de Esgotamento Sanitário.

A concepção usual de um sistema de esgoto é basicamente constituída de:

- Sistema de Coleta de Esgotos: Rede coletora e coletores tronco;
- Sistema de Transporte: Estações Elevatórias de Esgoto (EEE), Interceptores e Emissários;
- Sistema de Tratamento de Esgoto e Disposição Final: Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Emissário Final;
- Sistema de Tratamento e Disposição Final do Lodo da ETE.

A caracterização do sistema de esgoto do município de Louveira será feita tomando-se como base estes conceitos, conforme os itens a seguir.

10.2. SISTEMA DE COLETA

A rede coletora existente atende quase à totalidade da área urbana. Entretanto, existem alguns conglomerados localizados na área urbana que ainda não são atendidos, como é o caso dos bairros Arataba e Monterrey.

Como ainda não existe um sistema cadastral da rede coletora de esgotos, a SAE está realizando o referido cadastro. Com base em estudos preliminares estima-se que a extensão da rede é de aproximadamente 190 km e que basicamente é constituída de tubulação de PVC e Cerâmica.

10.3. SISTEMA DE TRANSPORTE

Já existem interceptores implantados ao longo do Rio Capivari, Córrego Sapezal e no Córrego Santo Antônio. As informações desses interceptores são apresentadas no Quadro 10:

Quadro 10 – Informações dos Interceptores Existentes.

Interceptores	Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Material
Rio Capivari - Margem esquerda	300, 400 e 600	4.749	PVC, concreto, concreto A-3 e FºFº
Rio Capivari - Margem direita	400	362,5	PVC e FºFº
Córrego Santo Antônio	200, 300, 400 e 600	1.719	PVC, concreto, concreto A-3 e FºFº
Córrego Sapezal	300, 400 e 800	3.762	PVC, concreto, concreto A-3 e FºFº

Fonte: SAE, 2014.

Conforme informações da SAE, estes interceptores estão funcionando acima de sua capacidade máxima, estando quase que totalmente afogados. Estas situações podem acontecer pelo próprio subdimensionamento do interceptor ou por problemas de obstrução, que podem ser ocasionados em diversas circunstâncias como entupimento, assoreamento, ou colapso estrutural.

Atualmente, os esgotos coletados e encaminhados aos interceptores existentes são transportados pelo Interceptor Capivari até as proximidades da ETE existente e lançados no Rio Capivari, conforme mostra a Figura 18.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 18 – Ponto de lançamento dos Esgotos no Rio Capivari.

Quanto as informações referentes às estações elevatórias de esgoto, estas são apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Estações Elevatórias de Esgoto.

Estação Conjunto	Potência Instalada (cv)	Vazão (l/s)	Diâmetro entrada (mm)	Diâmetro saída (mm)	Localização
E1	3,0	3,0	150	100	DHL
E2	2,0	1,5	150	100	Vassoural
E3	2,0	1,2	150	100	Piccolo Villagio
E4	2,0	1,0	150	100	J. America
E5	2,0	1,0	150	100	J. Ana Maria
E6	2,0	0,5	150	100	Portal do Bosque

Fonte: SAE, 2015.

Apesar do sistema de transporte ter a finalidade de transportar apenas os esgotos, há a possibilidade de ocorrência de ligações domiciliares de águas pluviais ligadas à rede coletora de esgoto, uma vez que o município não possui nenhum tipo de ferramenta para gerenciar este problema.

10.4. SISTEMA DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL

Os esgotos coletados no município de Louveira serão futuramente encaminhados e tratados na Estação de Tratamento de Esgoto Capivari, que está parcialmente construída. A referida ETE (Figura 19) foi construída em 2006, mas nunca entrou em operação.

Hoje, o principal objetivo da SAE é colocar em operação a ETE Capivari, para isto, está recuperando as estruturas que foram danificadas com a ação de intempéries e finalizando o projeto inicial.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 19 – Vista aérea da Estação de Tratamento de Esgotos.

Uma das etapas da conclusão da ETE é a construção de salas administrativas e do laboratório da estação de tratamento que já foi autorizado pela Prefeitura.

A concepção adotada para a estação de tratamento foi a de Reator Anaeróbico de Fluxo Ascendente (RAFA), também conhecido como UASB (Upward-flow Anaerobic Sludge Blanket) seguido por Sistema de Lodos Ativos Convencional. Sua estrutura completa foi projetada em duas fases. A primeira, que já está quase pronta, terá capacidade para tratar o esgoto de 44 mil habitantes. Ou seja, potencial para efetuar o tratamento de 100% da população atual da cidade.

A segunda etapa consiste em uma possível ampliação, com capacidade para sanear o esgoto de mais 33 mil habitantes. A capacidade nominal da ETE em sua etapa final é de 164,0 l/s, conforme memorial descritivo de projeto. O sistema de tratamento prevê ainda a nitrificação e a desinfecção do efluente final.

A disposição final dos esgotos tratados será feita através de estação de bombeamento do efluente tratado e um emissário com extensão de cerca de 1,0 Km, que levará o efluente tratado até o ponto de lançamento no Rio Capivari, em local situado a jusante da captação do município de Vinhedo. Esta captação ocorre atualmente no território de Louveira, a poucos metros a montante da confluência do córrego Sapezal e Rio Capivari.

Quanto as proposições de eventuais ampliações do sistema, estas serão abordadas no Relatório de “Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico - Objetivos e Metas”.

10.4.1. Descrição das Características Físicas e Operacionais das Unidades de Tratamento

As unidades básicas que comporão os sistemas de tratamento e disposição final após a finalização da construção das unidades faltantes da ETE e recuperação das que eventualmente estejam deterioradas, são descritas a seguir.

- **Gradeamento Grosso e Estação Elevatória de Esgoto Bruto**

O esgoto bruto deverá ser conduzido para a Estação de Tratamento através de uma Estação Elevatória de Esgoto Bruto (EEEB). Inicialmente, antes da entrada na EEEB, será realizada a remoção dos sólidos de maiores dimensões em gradeamento grosso com limpeza mecanizada (espaçamento entre barras de 2,5 cm), vide Figura 20. Após a remoção dos sólidos grosseiros, o esgoto será recalcado para peneira tipo escada e caixa de areia, mediante uso de quatro conjuntos motor-bomba tipo submersível, sendo um reserva.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 20 – Estação Elevatória de Esgoto Bruto e Gradeamento Grosso.

- **Gradeamento (Peneiramento) Tipo Escada e Caixa de Areia Mecanizada**

A grade tipo escada terá a função de remover sólidos em suspensão com dimensões superiores a 3,0mm, que possivelmente não seriam removidos na caixa de areia (Figura 21).

A jusante das peneiras foi instalada uma calha Parshall com garganta de 0,457m, para medição da vazão afluente à ETE.

Após a calha Parshall, o esgoto será encaminhado para duas caixas de areia tipo tanque quadrado, em paralelo para uso alternado, com raspadores de fundo com campo de ação circular. Os poços de coleta de areia transportadores tipo parafuso, serão responsáveis pela condução do material para caçambas de armazenamento. O equipamento deverá promover a “lavagem” da areia, transportando-a no sentido ascendente, permitindo a separação da matéria orgânica ao longo da “rosca sem fim”.

Na saída das caixas de areia, vertedores ajustáveis permitirão manter o nível dentro dos tanques conforme especificado em projeto. Os vertedores irão descarregar livremente no canal efluente, permitindo distribuição uniforme do escoamento em ambos os tanques. Na caixa de saída do canal efluente serão lançados os lodos em excesso dos tanques de aeração (provindos da estação elevatória de recirculação) e a solução do agente alcalinizante (soda cáustica).



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 21 – Gradeamento (Peneiramento) tipo Escada.

- **Reatores Anaeróbios**

Após o tratamento preliminar, o esgoto será encaminhado aos dois módulos de Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente e Manta de Lodo (UASB), cada qual com dois tanques (sendo três na 1ª Etapa e um na 2ª). A instalação de caixas divisoras de vazão permite a alimentação independente de cada um dos tanques, adequando o uso dos mesmos à vazão afluente (Figura 22).

Além do esgoto afluente, os reatores anaeróbios receberão o lodo em excesso gerado no processo aeróbio (para digestão), com distribuição equitativa em todos os tanques através das caixas divisoras de vazão na saída do tratamento preliminar.

Os gases formados no processo serão conduzidos ao sistema de queima.

O lodo em excesso do processo anaeróbio será descartado em canal lateral aos tanques, sendo posteriormente destinado ao sistema de desaguamento com centrífugas.

O efluente dos reatores UASB será conduzido para uma caixa de passagem, provida de comportas, que permitirá o by-pass dos tanques de aeração. Essa mesma caixa receberá a tubulação de by-pass oriunda da caixa de areia.

Com relação à fase sólida, em final de plano, o memorial descritivo prevê descarte de 57m³ de lodo dos UASB's, a ser encaminhado para o sistema de desidratação. O controle da quantidade de lodo no interior dos tanques poderá ser feito através de amostragem ao longo da altura, extraídas das tomadas de coleta especialmente projetadas para tal fim.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 22 – Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente.

- **Tanques de Aeração**

O efluente dos reatores anaeróbios sofrerá tratamento complementar com processo aeróbio, em três tanques de aeração em paralelo, conforme Figura 23 e Figura 24, sendo que dois já estão implantados. Para tanto, uma caixa divisora de vazão realizará distribuição equitativa e independente entre as três unidades.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 23 – Tanques de Aeração.



Fonte: Google Earth, 2013 (Adaptado).

Figura 24 – Vista aérea da ETE destacando os dois Tanques de Aeração.

Cada tanque tem as seguintes dimensões:

- Altura útil: 5,50m;
- Borda livre: 0,50m;
- Largura: 6,00m;
- Comprimento: 47,0m;
- Volume final: 1.551m³.

O sistema de aeração dos tanques é constituído de difusores (com introdução de bolhas finas), com transporte de ar com tubos de aço inox.

O sistema permitirá a manutenção dos difusores sem a necessidade de drenagem ou paralisação das unidades.

O nível de oxigênio no interior dos tanques de aeração não deverá ser inferior a 2,0 mgO₂/L.

O fornecimento de ar será feito pelos sopradores tipo Roots.

Dependendo das condições de operação do sistema, poderá ser necessário adicionar alcalinidade no afluente dos tanques de aeração e/ou dos reatores anaeróbios (UASB). Para tanto, foi previsto um sistema de armazenamento e dosagem de solução de soda cáustica capaz de atender à demanda de fim de plano. Estima-se a dosagem máxima de 550kg de NaOH por dia, equivalente a 1100 L/dia de solução a 50%.

A armazenagem da solução de soda cáustica será feita em dois reservatórios de 12,5m³ cada e duas bombas para transferência do produto, com capacidade mínima de 15m³/h. A dosagem será feita por duas bombas (1+1 reserva), do tipo peristáltica.

- **Decantadores**

O efluente dos tanques de aeração será encaminhado para uma caixa divisora de vazão, localizada próxima dos decantadores (Figura 25). Essa caixa terá a função de distribuir, equitativamente e de forma independente, o afluente para os dois tanques, bem como de receber o efluente e lodo sedimentado dessas unidades. Mediante abertura e fechamento de comportas, será possível isolar um decantador, quando necessário.

Os decantadores circulares são do tipo convencional, com raspadores de lodo mecanizados, com acionamento periférico e escumadores superficiais flexíveis. O efluente deverá entrar no tanque pelo fundo, através de uma tubulação embutida na coluna central de concreto, e escoar radialmente, saindo por vertedores instalados na periferia do decantador. Os sólidos sedimentados serão conduzidos pelas lâminas raspadoras a um poço central de coleta de lodo, existente no fundo do tanque, de onde serão removidos através da tubulação de drenagem.

Posteriormente, os lodos sedimentados e flotados serão conduzidos para um poço de acúmulo, no qual poderão ser recalcados para a entrada dos tanques de aeração (recirculação) ou saída da caixa de areia (para encaminhamento aos Reatores UASB). Para tanto, estarão disponíveis dois sistemas independentes de recalque, um para recirculação e outro para descarte, ambos com medidores de vazão eletromagnéticos.

As características dos decantadores são descritas a seguir:

- Quantidade: 2;
- Tipo: removedor de lodo sedimentado em decantador secundário de lodos ativados, tanque circular, com acionamento periférico;
- Diâmetro dos decantadores: 22,0m;
- Altura útil da parede lateral: 3,60m;
- Borda livre: 0,70m;
- Inclinação do fundo: 8,33%.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 25 – Decantadores.

A coleta do efluente será feita através de vertedores triangulares instalados na periferia dos tanques. Os vertedores serão do tipo ajustáveis. Estão previstos, também, defletores periféricos para retenção da espuma na superfície dos tanques, a qual será removida pelo raspador superficial, acoplado à ponte rotativa.

- **Desidratação do Lodo**

O lodo descartado dos reatores anaeróbios (teor de 3%) será destinado a um tanque para armazenamento e homogeneização, com volume útil de 60m³, para posteriormente ser recalcado para desidratação em duas centrífugas (1+1 reserva). A homogeneização do lodo no interior do tanque é feita por um misturador com potência de 3,0kW.

- Teor de sólidos afluente: 2,5%;
- Teor de sólidos desejado para o efluente: 23%.

A otimização do processo, no sistema de desidratação de lodo é feita através da dosagem de polieletrólito.

O sistema é composto por equipamentos para preparação e dosagem de polieletrólito, composto de dois tanques em fibra de vidro, com bordas reforçadas para fixação de misturador tipo rápido e duas bombas tipo peristáltica (sendo uma reserva).

O lodo terá que ser removido da estação por uma empresa terceirizada e levada até o ponto de descarte. O líquido drenado pelas centrífugas será encaminhado de volta ao sistema de tratamento, através da Estação Elevatória de Descarga de Fundo das Unidades (EEDFU).

- **Queima e Tratamento de Gases**

O biogás oriundo da digestão anaeróbia nos reatores UASB será encaminhado a dois queimadores tipo Flare (1+1 reserva), para queima do gás metano e dos demais gases.

Estima-se que deverá ser conduzido ao sistema de queima cerca de 695m³ de biogás, por dia.

- **Desinfecção**

Após a passagem pelos decantadores, o efluente deverá ser encaminhado para o sistema de desinfecção. A desinfecção será feita com gás cloro, em tanque de contato com escoamento pistonado, provido de chicanas (Figura 26).

O sistema deverá ser capaz de fornecer até 8 mg Cl₂/L para a vazão máxima afluyente de 929 m³/h ou 7,4 kg Cl₂ /h. O consumo médio estimado de cloro, a base de 4 mg/l é de 57 kg Cl₂ /dia, em final de plano.

O tempo de detenção mínimo, no tanque de contato, foi calculado em 30 minutos. As características do tanque de contato são descritas a seguir:

- Número de canais: 5;
- Comprimento por canal: 31,0 m;
- Largura de cada canal: 1,5 m;
- Profundidade útil: 2,0 m.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 26 – Tanque de Desinfecção.

- **Estação Elevatória do Efluente Tratado e Câmara de Carga**

O efluente final tratado da ETE, após a passagem por todas as unidades de tratamento e desinfecção, será por recomendação da CETESB, encaminhado a uma estação elevatória, sendo posteriormente recalcado para uma câmara de carga e finalmente conduzido a um emissário, com extensão aproximada de 1 km. Prevê-se que esta câmara servirá como uma chaminé de equilíbrio, pressurizando o emissário com baixa carga, até seu lançamento no Rio Capivari.

A finalidade deste complexo (Estação Elevatória de Efluente Final, Câmara de Carga e Emissário) é permitir o lançamento do efluente tratado, prudentemente à jusante da captação de Vinhedo, no rio Capivari.

Na linha de recalque do efluente final deverá ser instalado um medidor de vazão tipo eletromagnético (Figura 27).



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 27 – Estação Elevatória de Efluente Tratado.

10.5. ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA RURAL

Na zona rural não existe um sistema de coleta e afastamento do esgoto sanitário implantado pela Prefeitura, o proprietário é o responsável por promover este sistema em sua residência. A forma mais comum utilizada pelos moradores rurais é a “fossa negra”, que consiste na escavação semelhante à de um poço, podendo ser no formato retangular ou cilíndrico, e toda tubulação de esgoto da residência é encaminhada para a fossa. Não há impermeabilização neste sistema, sendo assim, a parte líquida infiltra no solo e o material sólido fica depositado no fundo. Na parte superior é feita uma laje de concreto, deixando apenas um “respiro” para que os gases gerados não fiquem enclausurados, conforme Figura 28.

Os problemas desta solução adotada são caracterizados pela contaminação do solo, do lençol freático e pela proliferação de vetores e conseqüente ocorrência de doenças, visto que a captação de água provém, muitas vezes, de poços instalados em área próxima às fossas negras.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 28 – Vista de uma “fossa negra” do município de Louveira.

No município, não existe um controle quantitativo das soluções utilizadas na área rural. Ressalta-se ainda, que o município não dispõe de soluções coletivas e demais usos (industrial, comercial, serviços, agropecuária, atividades públicas, etc.).

Quanto às alternativas futuras, individuais e coletivas, de esgotamento sanitário, estas serão abordadas no Volume II.

11. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A caracterização e avaliação do desempenho operacional da prestação dos serviços de esgotamento sanitário do município foram feitas considerando-se os seguintes aspectos:

- Índices de Cobertura e Atendimento de Esgoto;
- Economias e Ligações de Esgoto;
- Volumes Processados de Esgoto;
- Qualidade dos Efluentes;
- Qualidade dos Serviços Prestados com Esgotamento Sanitário.

O desenvolvimento deste item foi feito com base nas informações obtidas nas visitas técnicas, nas informações fornecidas pela Prefeitura e nas informações e indicadores do - SNIS. Ressalta-se que para o ano de 2011, o município não sistematizou as informações em banco de dados. Para o ano de 2013 as informações foram disponibilizadas pela SAE.

11.1. ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Na Tabela 18 são apresentadas informações disponíveis no SNIS e fornecidas pela SAE referentes aos índices de atendimento com os serviços de esgotamento sanitário.

Tabela 18 – Índices de Atendimento de Esgoto.

Índices de Atendimento (percentual)	ANO DE REFERÊNCIA		
	2010*	2012*	2013**
Índice de atendimento urbano de esgoto	82,9	95,0	90,0
Índice de atendimento total de esgoto	85,7	91,3	86,5
Índice de tratamento de esgoto	0	0	0

Fonte: *SNIS, **SAE.

Apesar de os dados apresentados para o ano de 2012 não estarem conformidade com os demais, analisando diretamente os anos de 2010 e 2013, houve uma evolução relevante no atendimento à população com esgotamento sanitário.

Estes aspectos denotam que as ações feitas em esgoto apesar de terem permitido acompanhar razoavelmente o crescimento populacional, não foram suficientes para universalizar o atendimento da área urbana do município. Contudo, o trabalho realizado pela SAE no ano de 2013 permitiu que o índice de atendimento apresentasse uma evolução, atingindo a 90% da população urbana.

11.2. ECONOMIAS, LIGAÇÕES E EXTENSÕES DE REDE DE ESGOTO

Na Tabela 19 são apresentadas as evoluções das economias e das ligações de esgoto obtidas do SNIS e fornecidas pela SAE.

Tabela 19 – Economias, Ligações e Extensões de Rede.

INFORMAÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA		
	2010*	2012*	2013**
Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto [economia]	7.400	-	8.020
Quantidade de ligações totais de esgoto [ligação]	8.103	9.586	8.686
Extensão da rede de esgoto [km]	152,46	120	190,00

Fonte: *SNIS, **SAE.

Observa-se que os dados apresentados para extensão de rede no ano de 2012 são incoerentes, uma vez que a rede diminuiu em 32,46 km.

11.3. VOLUMES PROCESSADOS DE ESGOTO

A Tabela 20 apresenta informações sobre os volumes processados de esgoto a partir de dados disponíveis no SNIS e SAE.

Tabela 20 – Volumes Processados de Esgoto.

Volume de Esgoto (1.000 m³/ano)	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Coletado	1.646,06	1.770,00	1.852,27
Tratado	0	0	0
Faturado	1.646,06	1.770,00	1.852,27

Fonte: *SNIS, **SAE.

Em 2013 o volume coletado de esgoto correspondeu a 80% do volume consumido de água (2315,34x1000 m³), assim como nos anos anteriores.

Ressalta-se que as informações apresentadas somente são válidas para a situação atual do município, sendo que as estimativas de geração futura e alternativas de tratamento serão abordadas na etapa seguinte, a ser chamado de Relatório de “Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico. Objetivos e Metas”.

11.4. QUALIDADE DOS EFLUENTES

As cargas orgânicas remanescentes que são encaminhadas ao Rio Capivari, proveniente dos esgotos domésticos e industriais gerados no município de Louveira, foram estimadas, conforme indicado a seguir.

- Carga Orgânica dos Efluentes Domésticos:

Atualmente, o esgoto doméstico coletado ainda não é tratado no município de Louveira, sendo lançado bruto no Rio Capivari, contrariando, deste modo, as determinações da Resolução CONAMA nº 430/2011. A estimativa da carga orgânica remanescente, referente ao ano de 2013 foi feita com base nos seguintes parâmetros:

- População Total do Município em 2013: 40.668 habitantes (Estimativa do Seade);
- Índice de Urbanização Adotado: foi admitido como sendo igual ao de 2010: 96,15% (Censo IBGE, 2010);
- Índice de Coleta de Esgoto Atual: 86,5%;
- Índice de Tratamento Atual: 0 %;
- Eficiência do Tratamento: 0%;
- Produção Per Capita de Carga Orgânica: 54 g.DBO/hab.dia.

Os resultados obtidos com base nos parâmetros adotados são os seguintes:

- Carga orgânica potencial, referente à população urbana do município: 2.112 Kg DBO/dia;
- Carga orgânica coletada pelo SES: 1.900 Kg DBO/dia;
- Carga orgânica removida no tratamento: 0,0 Kg DBO/dia;
- Carga orgânica remanescente lançada no corpo d'água: 2.112 Kg DBO/dia.

Conforme pode-se observar, a carga orgânica proveniente dos esgotos domésticos do município de Louveira que é lançada no Rio Capivari para o período estudado é bastante elevada se comparada às condições e padrões de lançamento de efluentes exigidas na Resolução nº 430/2011. Cabe, porém, ressaltar que a Prefeitura de Louveira através de sua Secretaria de Água e Esgoto, vem tomando medidas para implementar o tratamento dos esgotos coletados no município ainda em 2014 (vide Item 10.4.).

- Carga Orgânica dos Efluentes Industriais:

As indústrias existentes no município de Louveira, também são responsáveis pelo lançamento de carga orgânica, proveniente dos processos de tratamento de seus efluentes industriais.

Conforme, dados obtidos do Relatório Final do Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2010 – 2020), a carga orgânica industrial remanescente na bacia do Rio Capivari, proveniente do município de Louveira foi de 94 Kg DBO/dia, no ano de 2008.

11.5. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A avaliação da qualidade dos serviços prestados relativos aos serviços de esgotamento sanitário foi feita com base nos indicadores de qualidade de serviço.

As reclamações referentes aos serviços de esgoto podem ser motivadas por diversos aspectos como por exemplo:

- Obstruções em redes e ramais de esgoto;
- Retorno de esgoto para dentro de imóveis por caixas de inspeção, ralos, pias, poços de elevadores e etc.;

- Extravasamentos de esgotos por poços de visita em vias públicas;
- Tempo de atendimento a pedidos de ligação;
- Tempo de reparo dos serviços e etc.

Na Tabela 21 são apresentadas as informações existentes sobre indicadores de qualidade dos serviços de esgoto do município de Louveira, conforme SNIS.

Tabela 21 – Indicadores de Qualidade dos Serviços de Esgoto Conforme SNIS.

Indicadores de Qualidade (SNIS)	ANO DE REFERÊNCIA
	2010
Extravasamentos de esgotos por extensão de rede [extrav./Km]	2,61

Fonte: SNIS.

A Prefeitura mantém o registro das principais ocorrências com os serviços de esgoto, que permitem avaliar a qualidade dos serviços prestados. Na Tabela 22 são apresentadas as principais ocorrências com serviços de esgoto que aconteceram no ano de 2013.

Tabela 22 – Ocorrências com os serviços de Esgoto – 2013.

Ocorrências	Quantidade
Esgoto Entupido	585
Esgoto vazando na Rua / Calçada	8
Poço de Visita Vazando	2
Total de Ocorrências Atendidas	595

Fonte: SAE, 2013.

Observa-se que a principal ocorrência é em relação ao entupimento de rede, problema este que pode ser causado por infiltração de raízes pela bolsa das tubulações e pela presença de materiais que causam obstrução, indevidamente jogados na rede.

12. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No que se refere à cobertura da área urbana do município com rede coletora de esgotos a situação é razoavelmente adequada já que o índice de atendimento com a coleta de esgoto é estimado em 86,5% da população total. Entretanto, existem alguns locais sem coleta de esgoto, como são os casos de alguns conglomerados urbanos mais afastados da zona central da cidade como, por exemplo, os bairros Arataba com cerca de 400 lotes de 5000 m² e Monterrey com 600 lotes de 1000 m². Os moradores destes bairros usam fossas negras que contaminam o lençol freático, mas também acabam drenando parte do esgoto para o Córrego Fetá, que é o principal manancial do município.

Esta poluição, até então, não tem prejudicado significativamente a qualidade da água do manancial. Entretanto, com a ocupação total destes lotes, o lançamento dos esgotos no Córrego Fetá poderá prejudicar de maneira relevante a qualidade da água, comprometendo assim, o abastecimento público de água potável.

Como a Prefeitura tem intenção de implantar rede de esgoto nestes bairros, é importante que esta ação só deva ser efetivada em consonância com a implantação do Interceptor de 7 Km, previsto para o Córrego Fetá.

O município ainda não possui um sistema de cadastro de rede, porém, a SAE está realizando o cadastramento das redes de esgotamento.

Outro problema existente é o fato de que o lançamento dos esgotos coletados no lado oposto da Anhanguera é feito no Córrego Sapezal (Classe II), afluente do Rio Capivari.

Quanto ao tratamento de esgotos, o município de Louveira encontra-se em uma situação bastante crítica já que 100% dos esgotos gerados no município são lançados no Rio Capivari e seus afluentes no município. A construção da ETE Capivari teve início em 2006, mas nunca entrou em operação, pois apesar de ter sido praticamente concluída, especialmente as estruturas civis, alguns itens não foram finalizados, como o laboratório, partes elétricas, entre outros.

A Prefeitura já está tomando medidas para contratar uma empresa para realizar as obras de conclusão da ETE. Outro aspecto positivo é que alguns dos principais interceptores estão parcialmente implantados, tais como os Interceptores dos Córregos Capivari, Córrego Sapezal e Santo Antônio.

Vale ressaltar que o município de Louveira possui requerimento de outorga para o lançamento do esgoto (processo 1564/111) e Licença de Operação (processo 05/01177/04).

Como a ETE ainda não está em operação, não se tem o controle do consumo de energia elétrica no sistema de esgotamento sanitário.

No Cadastro de Áreas Contaminadas e Reabilitadas do Estado de São Paulo (CETESB, 2013), não constam áreas contaminadas por esgotos, no município.

Resumo Sucinto

Um resumo sucinto de alguns aspectos notáveis do presente diagnóstico é apresentado nos Quadros 12 e 13.

Quadro 12 – Resumo do Diagnóstico do SES – Condições Técnico-Operacionais

CONDIÇÃO TÉCNICO - OPERACIONAL DO SES	
ASPECTO	SITUAÇÃO ATUAL
ETE Capivari.	Previsão de conclusão e operação em 2014.
Rede coletora.	Por falta de sistema de cadastro, não se tem a extensão exata de rede, contudo, com o estudo para cadastramento em curso, foi estimado que o município possui aproximadamente 190 km de rede (Ano de referência 2014).
Corpo receptor dos esgotos após tratamento.	Rio Capivari – Classe 2, recebe direta ou indiretamente todo esgoto gerado no município sem qualquer tipo de tratamento.
Tecnologia empregada no SES	Somente coleta e afastamento por gravidade e através de estações elevatórias de esgoto.

Quadro 13 – Resumo do Diagnóstico do SES – Desempenho Operacional do SES.

DESEMPENHO OPERACIONAL DO SES	
ASPECTO	SITUAÇÃO ATUAL
Índice de atendimento de esgotamento sanitário.	O Sistema atende a 90% da população urbana de Louveira, porém, bairros da área urbana ainda não possuem atendimento, como é o caso dos Bairros Arataba e Monterrey. Na zona rural não existe cobertura pública de esgotamento sanitário, sendo utilizadas soluções individuais, a exemplo das fossas negras.

**CAPÍTULO V – DESEMPENHO GERENCIAL
DA ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS DE
ÁGUA E ESGOTO**

13. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A avaliação do desempenho econômico-financeiro e comercial foi feita com base em informações e indicadores de receita, despesas, arrecadação e inadimplência, conforme apresentado a seguir.

- **Receitas e Despesas:**

Na Tabela 23 e Tabela 24 são apresentadas as evoluções das receitas e despesas nos anos de 2010 e 2012, disponíveis no SNIS. O desenvolvimento deste item foi feito com base nas informações obtidas nas visitas técnicas, nas informações fornecidas pela Prefeitura e nas informações e indicadores do - SNIS. Ressalta-se que para o ano de 2011, o município não sistematizou as informações em banco de dados. Para o ano de 2013 as informações foram disponibilizadas pela SAE.

Tabela 23 – Evolução das Receitas.

Informações Financeiras de Receitas (R\$/ano)	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Receita operacional direta de água	3.807.200,95	4.328.238,57	4.775.936,31
Receita operacional direta de esgoto	465.076,04	403.190,81	606.515,17
Receita operacional indireta	0,00	0,00	0,00
Receita operacional total (direta + indireta)	4.272.276,99	4.731.429,38	5.382.451,48
Arrecadação total	4.272.276,99	4.731.429,38	5.382.451,48

Fonte: *SNIS, **SAE.

Tabela 24 – Evolução das Despesas.

Informações Financeiras de Despesas	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Despesa com pessoal próprio [R\$/ano]	1.476.389,26	2.201.198,68	2.622.461,42
Despesa com produtos químicos [R\$/ano]	167.067,03	161.632,60	250.329,50
Despesa com energia elétrica [R\$/ano]	853.913,23	1.006.513,05	1.272.973,97
Despesa com serviços de terceiros [R\$/ano]	1.447.534,97	1.096.036,53	4.729.708,23
Despesas de exploração (dex) [R\$/ano]	8.936.266,68	4.465.380,86	8.875.473,12
Despesas com juros e encargos do serviço da dívida [R\$/ano]	0	0	0
Despesas totais com os serviços (dts) [R\$/ano]	8.936.266,68	4.465.380,86	21.783.382,01

Fonte: *SNIS, **SAE.

Da mesma forma que nas informações anteriores, foram obtidos indicadores financeiros do SNIS para os anos de 2010 e 2012, conforme apresentado na Tabela 25, as informações referentes a 2013 foram disponibilizadas pela SAE.

Tabela 25 – Indicadores Financeiros de Receita e Despesa.

Indicadores Financeiros	Ano de referência		
	2010*	2012*	2013**
Despesa total com os serviços por m ³ faturado [R\$/m ³]	2,40	1,12	9,67
Despesa de exploração por m ³ faturado [R\$/m ³]	2,40	1,12	9,67
Índice de evasão de receitas [percentual]	0	0	0
Tarifa média praticada [R\$/m ³]	1,15	1,19	2,39
Tarifa média de água [R\$/m ³]	1,83	1,96	2,12
Tarifa média de esgoto [R\$/m ³]	0,28	0,23	0,33

Fonte: *SNIS, **SAE.

Observa-se que houve um aumento acentuado das despesas de exploração, no período 2010 – 2013, conforme indicam os valores do indicador DEX/m³ faturado.

É possível observar que em 2010 e 2013 o DEX/m³ supera a tarifa média praticada no período, denotando que o sistema encontra-se deficitário. Em 2013, a receita foi de R\$ 5.382.451,48 enquanto a despesa chegou a R\$ 8.936.266,68, gerando um déficit de R\$ -3.553.815,20.

Quanto ao valor das despesas totais de 2013, fornecidas pela prefeitura, no valor de 21.783.382,01, esclarece-se que tal valor inclui todo o montante de investimento realizado com obra e aquisição e de equipamentos.

- **Evasão de Receitas.**

A medida da evasão de receita ou inadimplência é feita pela diferença entre o valor da receita operacional total, que é o que foi faturado com a prestação dos serviços, e a arrecadação total, que é o que realmente é pago pelos usuários ao prestador dos serviços.

É usual representar-se a inadimplência como um percentual da receita total.

Apesar dos dados fornecidos pela prefeitura conforme indicado na Tabela 25 apontarem um histórico do índice de evasão de receitas igual a zero. Tendo conhecimento que o dado não representa a situação atual do município, estimativas fornecidas pelo setor de finanças da SAE indicam que o índice de inadimplência atual é da ordem de 40%.

- **Sistema Tarifário**

A Prefeitura pretende, a partir da adesão à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), implementar a política tarifária no município de Louveira para os serviços de água e esgoto.

Os preços praticados atualmente aos usuários dos serviços de água e esgoto no município foram fixados pelo Decreto nº 3.857 de 06 de fevereiro de 2013, e passaram a vigorar a partir do mês de janeiro de 2013.

No Quadro 14 são apresentados os preços das tarifas de água por categoria de cliente, conforme consta do Decreto nº 3.857/2013.

Quadro 14 – Tarifa de Água Aplicada no Município de Louveira.

I - Categoria Residencial/Pública:	
Até 10 m ³ mensais (mínimo)	R\$ 15,00
Acima de 10 até 20 m ³	R\$ 1,97 p/m ³ excedente
Acima de 20 até 30 m ³	R\$ 2,39 p/m ³ excedente
Acima de 30 até 40 m ³	R\$ 3,21 p/m ³ excedente
Acima de 40 até 50 m ³	R\$ 3,58 p/m ³ excedente
Acima de 50 até 70 m ³	R\$ 4,99 p/m ³ excedente
Acima de 70 m ³	R\$ 7,13 p/m ³ excedente
II - Categoria Residencial Social:	
Até 10 m ³ mensais (mínimo)	R\$ 7,50
Acima de 10 até 20 m ³	R\$ 0,99 p/m ³ excedente
Acima de 20 até 30 m ³	R\$ 2,39 p/m ³ excedente
Acima de 30 até 40 m ³	R\$ 3,21 p/m ³ excedente
Acima de 40 até 50 m ³	R\$ 3,58 p/m ³ excedente
Acima de 50 até 70 m ³	R\$ 4,99 p/m ³ excedente
Acima de 70 m ³	R\$ 7,13 p/m ³ excedente
III - Categoria Comercial/Industrial:	
Até 6 m ³ mensais (mínimo)	R\$ 20,00
Acima de 6 até 24 m ³	R\$ 3,14 p/m ³ excedente
Acima de 24 até 44 m ³	R\$ 3,22 p/m ³ excedente
Acima de 44 até 64 m ³	R\$ 3,54 p/m ³ excedente
Acima de 64 até 84 m ³	R\$ 4,19 p/m ³ excedente
Acima de 84 até 104 m ³	R\$ 5,26 p/m ³ excedente
Acima de 104 até 150 m ³	R\$ 7,22 p/m ³ excedente
Acima de 150 m ³	R\$ 13,41 p/m ³ excedente

Fonte: PML, 2013.

O preço da tarifa de esgoto fica fixado em 15% (quinze por cento) do valor correspondente ao respectivo preço da água consumida pelo usuário que, mesmo não tendo o seu esgoto tratado, se utiliza da rede coletora pública de esgotos.

No presente item serão apresentados alguns aspectos relevantes sobre o planejamento e a gestão do fornecimento de água e de esgotamento sanitário, por parte do operador dos sistemas, que é a própria Prefeitura via Secretaria de Água e Esgoto.

Para tanto serão considerados os seguintes aspectos:

- Programas existentes;
- Estudos e projetos existentes e com planejamento futuro;
- Obras em andamento;
- Investimentos realizados e futuros.

a) Programas.

Ao que se pode observar das informações coletadas sobre a prestação de serviços de água e esgoto no município de Louveira, pode-se constatar deficiências no planejamento e ausência de programas de melhoria dos sistemas, tais como:

- Programa de Controle e Redução de Perdas;
- Programa de Pesquisa e Reparo de Vazamentos Invisíveis;
- Programas de Fiscalização e detecção de ligações clandestinas de água e esgoto;

b) Estudos e Projetos.

É de se depreender que o planejamento e gestão de estudos e projetos no âmbito da Prefeitura, dado às deficiências hoje existentes nos sistemas de água e de esgoto, seja devido à criação da Divisão de Planejamento e Projeto dentro da Secretaria de Água e Esgoto ter sido somente no final de 2013. São exemplos:

- Ausência de Planos Diretores de Água e Esgoto;
- Inexistência de base cadastral dos sistemas de água e esgoto;
- Inexistência de setorização no sistema de distribuição;
- Quantidade exagerada de reservatórios setoriais.

Na atualidade, o município possui alguns projetos, obras e licitações em andamento para melhoria no sistema de abastecimento de água, conforme abaixo:

- Barragem (Fase de estudos);
- Nova Estação de Tratamento de Água (Fase de construção);
- Reservatórios (fase projeto):
 - Morro do Toco: capacidade 1.500 m³;
 - Jardim Juliana: capacidade 1.500 m³;
 - Centro: capacidade 1.500 m³;

- Arataba: capacidade 300 m³;
 - Monterrey: capacidade 300 m³;
 - Parque Brasil: capacidade 1.500 m³;
 - Vila Omizollo: capacidade 1.500 m³;
 - Jardim Vera Cruz: capacidade 1.500 m³;
 - Sagrado Coração de Jesus 1.500 m³.
- Adutoras:
 - Travessia sob a Rodovia Anhanguera, pelo método não destrutivo km 73 (Fase de execução correspondente ao contrato de nº 143/2013 e convite de nº 062/2013 em 25/12/2013);
 - Adutora PEAD PN 10 com Ø externo de 450 mm e interno de 396,6 mm, extensão 110 m. Trata-se da construção de uma travessia da adutora de água tratada de abastecimento do bairro Santo Antônio, sob a rodovia em substituição à tubulação existente, instalado no interior da galeria de passagem do córrego Santo Antônio;
 - Travessia sob a rodovia anhanguera no Km 73 + 200 m Norte. (Fase de licitação correspondente à requisição de nº 5373 em 24/10/2013):
 - ✓ Adutora PEAD PN 12,5 com Ø externo de 315 mm e interno 268,2 mm;
 - ✓ Extensão de 1.470 m;
 - ✓ O trecho a ser executado complementarará um anel do sistema de distribuição com o propósito de melhorar as condições de abastecimento da região do bairro Santo Antônio, em especial dos loteamentos Altos da Colina e Jardim São Francisco.
 - Trechos de interligação a adutora sob a Avenida José Bevilaqua aos reservatórios dos loteamentos Jardim São Francisco e Altos da Colina (Fase de licitação correspondente à requisição de nº 5569 em 06/11/2013):
 - ✓ Adutora PEAD pressão nominal (PN) 10 com Ø externo de 180 mm e interno de 153,4 mm;
 - ✓ Extensão de 900 m;
 - ✓ Pretende-se, depois de construída a passagem sob a rodovia Anhanguera, que os reservatórios sejam alimentados diretamente do reservatório principal situado na região do Parque dos Estados. Esse Conjunto de obras permitirá, além de eliminar as estações elevatórias hoje existentes e reduzir os custos de operação do sistema, ampliar a capacidade de distribuição na região dos referidos loteamentos.

c) Obras e Investimentos.

Obras em andamento:

A seguir, no Quadro 15, apresenta-se a relação de projetos e obras de melhoria e adequação dos sistemas de água e esgoto.

Quadro 15 - Relatório de Obras e Projetos - Período 2013/2014.

DESCRIÇÃO	STATUS	VALOR R\$
Substituição de trecho da adutora de água potável da rua Miguel Bossi de amianto, 150 mm por tubos PEAD 160 mm - 1050m.	Finalizado 2013	96.000,00
Execução de adutora de água potável com tubos PVC-DEFOFO, 150 mm, entre o reservatório de 4 milhões e a Avenida Atilio Biscuola: 800 m.	Finalizado 2013	134.000,00
1. Execução de adutora de água potável com tubos PEAD 160 mm, entre o Jd. São Francisco e Altos da Colina e interligação da rede de água potável sob a rodovia Anhanguera, diâmetro 200mm - 80m.	Finalizado 2013	140.243,05
Extensão da rede de água potável na rua Imigrantes Italianos, diâmetro 75 mm – 180 m.	Finalizado 2013	42.000,00
Extensão de rede de água potável no bairro da Estiva, diâmetro de 60 mm – 40 m.	Finalizado 2013	12.600,00
1. Interligação entre o reservatório Vista Alegre e o Loteamento Cavalli, diâmetro de 60 mm – 160 m.	Finalizado 2013	18.000,00
Construção de adutora de água potável entre o reservatório 4 milhões e a Rodovia Anhanguera, PEAD diâmetro 315mm.	Finalizado 2013	380.421,74
Furo de dois poço artesiano no Bairro Santo Antonio	Finalizado 2013	140.000,00
Execução de travessia 110 metros por MND sob a Rodovia Anhanguera Km 73	Finalizado 2013	137.500,00
Elaboração de projeto das redes coletoras de esgoto nos bairros Monterrey e Arataba	Finalizado 2013	143.000,00
Levantamento topográfico e projeto da rede de abastecimento de água e interceptor de esgoto do Córrego Fetá entre o Rio Capivari e o Bairro Monterrey	Finalizado 2013	129.500,00
Levantamento aerofotogramétrico do município	Finalizado 2014	324.094,00
Estudos de Concepção do Sistema de Distribuição de Água	Finalizado 2014	396.983,83
Aquisição de ETA compacta	Em andamento	1.500.000,00
Projeto executivo da represa de captação de água bruta	Em andamento	145.000,00
RAP da represa de captação	Em andamento	142.000,00

Quadro 15 - Relatório de Obras e Projetos - Período 2013/2014 (Continuação).

Locação de Dragline para desassoreamento dos tanques de captação do Córrego Fetá	Finalizado 2014	58.200,00
Aquisição e instalação de reservatório de água potável na Vila Omizolo	Finalizado 2014	90.683,00
Extensão de rede de água potável tubo PEAD 63mm na Rua Bento Pereira Dutra, Estiva	Finalizado 2014	14.763,00
Perfuração de dois poços artesianos no Bairro Monterrey	Finalizado 2014	139.142,00
Execução de rede esgoto no Jardim América e Vila Pasti	Finalizado 2014	92.080,00
Projeto elétrico do posto primário da nova ETA	Finalizado 2014	5.000,00
Instalação de reservatório no loteamento Altos da Colina – 100 m ³	Finalizado 2014	140.000,00
Reforma do reservatório de água tratada do Parque Brasil	Finalizado 2014	6.000,00
Instalações para captação de água bruta no Córrego Rainha (alambrado)	Finalizado 2014	39.534,63
Obtenção de outorga no DAEE do Córrego Rainha	Finalizado 2014	33.500,00
Construção de barragem de captação no curso d'água do Córrego Rainha	Finalizado 2014	75.309,03
Construção de casa de bomba no Córrego Rainha	Finalizado 2014	69.125,00
Construção de passagem MND, sob a rodovia Romildo Prado - 450/315 mm – 73 m	Finalizado 2014	87.500,00
Construção de adutora água bruta entre o pesqueiro e a ETA – 315 mm - 1700 m.	Finalizado 2014	537.644,00
Execução por MND de adutora de água bruta na Vila Bossi	Finalizado 2014	147.312,00
Execução de adutora de água potável (PEAD 180mm) entre a a Rua Miguel Bossi e a Estação Elevatória do Capivari	Finalizado 2014	111.024,00
Projeto para 7 reservatórios de água potável de 1.500m ³ (Bandeirantes, Sagrado Coração, Santa Casa, Jardim Juliana, Conjunto Habitacional Popular IV, Jardim Brasil e Vila Omizolo) e 2 reservatórios de 500 m ³ (Monterrey e Arataba)	Em andamento *	13.862.238,87
Projetos de adutoras e rede de água Santo Antonio: Reservatório 2 milhões /Terra da Uva – 225 mm - 1700 m	Em andamento *	445.840,79
Adutoras de água potável Jardim Juliana: Anhanguera/novo reservatório – 315 mm, 225 mm - 1520 m	Em andamento *	571.678,84
Rede de água do loteamento Faixa Azul - 63 mm - 960 m	Em andamento	50.049,15
Projeto para 20Km de interceptores de esgotos	Em andamento	489.028,00
Rede de Esgoto do loteamento Faixa Azul - 150 mm - 380 m	Em andamento	91.611,23

Quadro 15 - Relatório de Obras e Projetos - Período 2013/2014 (Continuação).

Execução de adutora de água potável 100 mm - 610 m e substituição de trecho amianto – 100 mm - 314 m (Vassoural e Popular III)	Em andamento	148.592,33
Obtenção de outorgas e cadastramento de travessias do sistema de saneamento do município	Em andamento	78.500,00
Substituição da rede de distribuição de água potável da Vila Pasti de cimento amianto para PEAD	Em andamento	729.555,13
Projeto da ETA compacta Monterrey e cabine primária da ETA	Em andamento	24.000,00
Construção de edificação para instalação da cabine primária e alojamento dos operadores de bomba de água bruta	Em andamento	251.572,32
Construção do Laboratório e a base do Cloro gás da ETE	Em andamento	479.568,78
Construção do Laboratório da ETA	Em andamento *	380.740,39
Impermeabilização dos tanques da ETE	Em andamento *	681.717,08
TOTAL 2014		19.931.509,57

*Valor estimado.

Fonte: SAE, 2015.

Investimentos Realizados:

Coletou-se informações do SNIS para os anos de 2010 e 2012, referente aos investimentos realizados, além de informações mais atualizadas cedidas pela Prefeitura, do ano de 2013. Estes investimentos estão discriminados na Tabela 26.

Tabela 26 – Investimentos Realizados.

Informações Financeiras de Investimentos	ANO DE REFERÊNCIA		
	2010*	2012*	2013**
Investimento realizado em abastecimento de água [R\$/ano]	566.931,17	0	20.171.853,73
Investimento realizado em esgotamento sanitário [R\$/ano]	4.681.567,79	0	259.233,48
Total dos Investimentos [R\$/ano]	5.248.498,96	0	20.431.087,21

Fonte: *SNIS, **SAE.

Investimentos Futuros Previstos:

A Prefeitura, através da Secretaria de Água e Esgoto, tem como investimentos prioritários no sistema de abastecimento de água:

- Investimentos para a construção de uma represa para a captação futura de água para abastecimento público;
- Investimentos na estação de tratamento de água;

- Investimentos no sistema adutor: adutoras e Estação Elevatória de Água Tratada (EEAT);
- Investimentos nos sistemas de reservação e ampliação.

O total dos investimentos previstos no sistema de água para 2014 é em torno de R\$ 30 milhões. Conforme demonstrado na

Tabela 27.

Tabela 27 – Investimentos Futuros Previstos.

Objeto	Valor (R\$)
Administração dos Funcionários	2.800.000,00
Represa	12.200.000,00
Ampliação da Rede de Abastecimento	1.700.000,00
Tratamento de Água	3.100.000,00
Reservação	1.000.000,00
Manutenção	2.691.750,00
Participação em Consórcio Público	28.250,00
Ampliação da Rede Coletora	4.500.000,00
Estudos e Projetos	1.000.000,00
Tratamento de Esgoto	1.000.000,00
Total 2014	30.020.000,00

Fonte: SAE, 2013.

15. DIAGNÓSTICO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Do ponto de vista da gestão da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a atual administração da Prefeitura decidiu que, para melhorar a qualidade dos serviços prestados, algumas ações de caráter estruturais precisariam ser realizadas. Destas, a mais relevante, foi a criação de uma secretaria específica para fazer a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Secretaria Municipal de Água e Esgoto.

Através desta secretaria estão sendo planejadas algumas ações importantes para:

- Correção das deficiências existentes;
- Melhoria da capacidade de gestão dos serviços;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados, entre outros.

Entre estas ações merecem destaque:

- Estruturação da nova secretaria;
- Construção de uma base cartográfica para o município;
- Estruturação e treinamento de uma equipe para cuidar da base cartográfica;
- Contratação de Plano Diretor de Abastecimento de Água;
- Contratação de Plano Diretor do Sistema de Esgoto;
- Início de uma nova captação no Córrego Rainha;
- Contratação as obras para Finalização da Estação de Tratamento de Esgoto Capivari;
- Estruturação e capacitação de uma equipe para fazer a operação e manutenção da nova ETE.

Estão sendo previstos investimentos importantes para melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgoto em 2014 num total de R\$ 30.020.000,00.

Também estão sendo realizadas ações para tratar os esgotos coletados no município, com a finalização da estação de tratamento de esgotos existente.

Todas estas ações estão aderentes às necessidades de correção das deficiências constatadas durante a atual fase de diagnóstico do presente plano, tais como:

- Inexistência de um planejamento de longo prazo para contratação de projetos, obras prioritárias, dotação financeira e etc.;
- Sistema de distribuição não setorizado adequadamente, causando irregularidades no abastecimento e aumento no nível de perdas;
- Vulnerabilidade do sistema de abastecimento de água;
- Inexistência até o momento de sistema de tratamento de esgotos;

- Vulnerabilidade das áreas de manancial frente às pressões de adensamento urbano.

No aspecto econômico-financeiro os resultados obtidos nos últimos anos mostram que os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, não são autossuficientes. Pois, historicamente, não foram realizados investimentos de melhoria nos sistemas e possui uma inadimplência muito relevante.

Particularmente, as despesas de exploração subiram acentuadamente no período 2008 -2013, variando de R\$ 0,83/m³ para R\$ 9,67/m³ no período. Este valor se apresenta significativamente elevado, podendo-se comparar às despesas de exploração por m³ faturado dos municípios de Jaguariúna e Valinhos, que são de R\$ 1,37 e R\$ 1,67, respectivamente,

Quanto às ações de melhorias que vem sendo tomadas no sistema de gestão, outras medidas estruturais mais profundas serão necessárias para que a prestação de serviços seja autossustentada.

CAPÍTULO VI – LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

16. CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE ENTRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS)

A Lei Federal nº 12.305/2010 estabelece que a elaboração do PMGIRS é condição necessária para o Distrito Federal e os municípios terem acesso aos recursos da União, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Deste modo, todo município deve ter elaborado o seu PMGIRS, independentemente de possuir ou não o PMSB.

Conforme a PNRS, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no Plano Municipal de Saneamento Básico, o qual é previsto na Lei Federal nº 11.445/2007, desde que respeitado o conteúdo mínimo previsto na referida lei.

Portanto, é possível elaborar um único plano atendendo às Leis Federais nº 11.445/2007 e nº 12.305/2010.

16.1. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão dos resíduos sólidos no município de Louveira é realizada conjuntamente entre a Prefeitura Municipal, e empresa especializada em manejo de resíduos sólidos, Litucera Limpeza e Engenharia Ltda., por meio de contrato firmado entre as partes. Por sua vez, a empresa mantém contrato para tratamento e disposição final dos resíduos com as empresas Estre Ambiental S/A e Silcon Ambiental Ltda., ambas localizadas no município de Paulínia.

A gestão dos resíduos dos serviços de saúde dos grupos A, D e E realizada junto à empresa Litucera, é coordenada pela Secretaria de Serviços Públicos e a Secretaria de Saúde é responsável por supervisionar e coordenar o gerenciamento de resíduos dos grupos B e C.

A Secretaria de Serviços Públicos com o apoio da SGA coordena, supervisiona e emite as ordens de serviço para o gerenciamento dos resíduos junto à empresa terceirizada; a SGA coordena e supervisiona o Programa de Coleta Seletiva Municipal, realiza ações direcionadas aos resíduos de logística reversa e, em parceria com a Secretaria de Educação promove programas de educação ambiental.

Quanto aos resíduos da construção civil, a responsabilidade pela destinação final é do gerador, conforme artigo 3º da Lei Municipal nº 1.246/1997, porém como alguns municípios descartam esses resíduos em calçadas e vias públicas, o município conta com os programas denominados “Louveira sem Sujeira” e “Catatreco”, onde a empresa Litucera realiza a coleta desses resíduos.

Para a gestão dos serviços, a PML possui 1 funcionário de nível fundamental, 10 de ensino médio, sendo 1 de ensino técnico e 3 de nível superior.

Na Tabela 28 estão apresentados alguns indicadores relativos à prestação do serviço coletados no SNIS.

Tabela 28 – Indicadores técnicos, operacionais e financeiros.

INFORMAÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA 2013
Extensão total de sarjetas varridas pelos executores (Km varridos) (km/ano)	9.473,00
Taxa de terceirização da extensão varrida (%)	100
Empregados terceirizados	17
Despesa com empresas contratadas para coleta de RSS (R\$/ano)	157.091,55
Despesa com empresas contratadas para o serviço de varrição (R\$/ano)	619.234,97

Fonte: Diagnóstico Preliminar do SNIS, 2013.

Consórcios Intermunicipais para Aterros Sanitários (CIAS)

O município participa do Consórcio Municipal do Aterro Sanitário, CIAS Várzea Paulista, que é constituído pelos municípios de Cajamar, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista e Vinhedo. O aterro foi encerrado em março de 2006, portanto a participação atual dos municípios no consórcio se dá devido a necessidade do monitoramento e possíveis intervenções no aterro. Segundo informações do PMGIRS de Louveira, o CIAS é financiado através de quotas pagas anualmente pelos municípios participantes, com exceção de Várzea Paulista que é isento de pagamentos por sediar o aterro. Ainda conforme o PMGIRS, o município de Louveira efetuou o pagamento de R\$ 191.098,09 para o CIAS em 2013, arcando assim, com sua responsabilidade quanto a este passivo ambiental.

17. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

17.1. SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

17.1.1. Resíduos Sólidos Domiciliares

Os serviços de coleta dos resíduos sólidos domiciliares e públicos são realizados por uma empresa terceirizada especializada, contratada pela Prefeitura sob a coordenação da Secretaria de Serviços Públicos.

Ressalta-se que as informações sobre as características dos resíduos do município serão abordadas no Estudo de Composição Gravimétrica, presente no Relatório de “Prognósticos e Alternativas para universalização dos serviços de Saneamento Básico. Objetivos e Metas”.

Empresa de Coleta, Pessoal e etc.

O total de pessoas envolvidas com a coleta desses resíduos é de 15 (quinze) funcionários, entre coletores e motoristas, sendo todos da empresa terceirizada. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) utilizados pelos coletores são especificamente luvas e botas.

Veículos

Os veículos que são utilizados pela empresa contratada para realização do serviço estão descritos na Tabela 29.

Tabela 29 – Veículos Usados na Coleta dos Resíduos Domiciliares.

TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE
Caminhão compactador	4
Caminhão Basculante, Carroceria ou Baú	6
Caminhões poliguindaste	1

Fonte: PML, 2013.

Índice de Cobertura e Frequência de Coleta

O serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares é estendido para 100% da população tanto rural quanto urbana. A frequência de coleta comum é uniformemente distribuída no município, tendo atendimento três vezes por semana, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite.

Segundo informações da Prefeitura, em 2013 foram coletadas 12.024,67 toneladas de resíduos comuns domiciliares e públicos, que corresponde a uma média de 32,94 t/dia.

Ressalta-se que as informações apresentadas neste item correspondem à realidade atual do município, sendo que as estimativas de índice de cobertura futuras serão abordadas no Volume II.

17.1.2. Resíduos dos Serviços de Limpeza Urbana

Os serviços de limpeza pública compreendem varrições de vias públicas e de praças, limpezas de feiras-livres, capina, poda, limpeza de cemitérios, limpezas de margens de córregos e rios, desobstrução de bocas de lobo.

A Secretaria de Serviços Públicos supervisiona a gestão desses resíduos, pois o gerenciamento dos resíduos foi terceirizado. A própria empresa terceirizada realiza a coleta e transporte dos resíduos, já para o tratamento e disposição final, ela mantém contrato com a empresa Estre Ambiental S/A.

Geradores Especiais

No município, a geração especial de resíduos é proveniente da feira livre, onde, ao término desta, é realizada a remoção dos resíduos sólidos por meio de varrição, e, posteriormente, ocorre a lavagem do local com a utilização de caminhão pipa e os locais utilizados por barracas de aves, carnes e pescados, são desinfectados com produtos à base de hipoclorito de sódio.

Outro gerador é a própria prefeitura, que através de festas temáticas que são realizadas anualmente, a exemplo da Festa de Uva, gera uma grande quantidade de resíduos.

Os custos envolvidos com ambos os geradores ficam a cargo da PML, e, estes tendem a ser reduzidos à medida que a população adequa seus hábitos, não descartando resíduos em locais impróprios.

Ressalta-se que os serviços são realizados de maneira satisfatória, abrangendo integralmente a população urbana, havendo a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Varrição

Este serviço está relacionado à varrição de vias e logradouros públicos e recolhimento de resíduos espalhados nos mesmos. No Quadro 16 está descrito o roteiro utilizado pela empresa terceirizada para a execução do serviço.

Quadro 16 – Roteiro do serviço de varrição.

ROTEIRO DO SERVIÇO DE VARRIÇÃO	
Diariamente	Centro, Vila Nova Louveira, Jd. Lago Azul – 2ª Gleba e Jd. Santo Antônio.
Três vezes por semana	Jd. São Francisco, Irmãos Chiqueto, Jd. Lagoa Azul – 3ª Gleba, Jd. Primavera, Tito Livio Meirelles, Vila Pasti, Jd. 21 de Março, Conj. Hab. Sagrado Coração de Jesus, Pq. Da Colina, Terra da Uva, Vila Caldana, Jd. Vera Cruz, Jd. Esmeralda, Jd. Niero, Vila Bossi, Pq. Dos Sabiás, Pq. Dos Estados, Pq. Das Videiras, Est. Municipal Louveira/Vinhedo, Residencial Burck, Pq. Brasil, Cidade Jardim e Jd. Lago Azul – 1ª Gleba.
Uma vez por semana	Rua Atilio Biscuola, Est. De Acesso à Reserva Dos Vinhedos, Est. Francisco Pereira Dutra, Av. José Mamprim, Terra Nobre e Abadia.

Fonte: PML, 2013.

Poda, Capina e Outros Serviços

Desde junho de 2013 o município de Louveira conta com o programa “Louveira sem Sujeira” que realiza serviços de capina, poda de árvores, desobstrução de bocas de lobo, manutenção de estradas e calçadas, recolhimento de entulhos e operação cata treco (Figura 29).

Possui também o Programa Cata treco, que realiza coleta de resíduos volumosos, madeira, podas e capina. São efetuadas coletas diárias, passando por todos os bairros durante a semana, além de efetuar o recolhimento mediante agendamento prévio.

Os resíduos coletados em ambos os programas são encaminhados à área de transbordo, onde ficam armazenados temporariamente. Os entulhos, madeira e terra são encaminhados à empresa Cemara Pró-Ambiental, em Americana, os resíduos volumosos são levados ao aterro Estre, em Paulínia e os galhos são armazenados na área de transbordo para posterior trituração.



Fonte: PML, 2013.

Figura 29 – Operação de Poda e Capina.

17.1.3. Coleta Seletiva e Reciclagem

Sob a coordenação e supervisão da SGA, o município de Louveira possui um Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR), que está localizado na Rua Antonio Biscuola, 225 – Faixa Azul. O CGR recebeu Certificado de Dispensa de Licença - CDL nº 5001336 – não necessitando assim de licenças ambientais tais como de operação, instalação ou licença prévia.

Existem catadores que operam de forma individual no município, entretanto, a PML não prevê a possibilidade de incorporá-los junto ao CGR, pois este é operado parte com funcionários da própria Prefeitura, parte por uma empresa terceirizada. O município não possui um cadastro destes catadores. A Figura 30 ilustra o CGR.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 30 – CGR do município de Louveira.

a) Coleta

Realizada parcialmente por empresa terceirizada, a coleta dos resíduos recicláveis é feita de porta em porta e abrange todo o município de Louveira.

No Quadro 17 está descrito o roteiro seguido.

Quadro 17 – Roteiro da coleta de materiais recicláveis.

SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO
Burck	CENTRO	Abadia	B. Rainha	Jd. Esmeralda	Jd. São Francisco
Jd. Juliana	Jd. Niero	Estrada do Bugio	Villagio Capriccino	Tito Livio Meirelles	Irmãos Chiquetto
Res. Ana Maria	Vila Bossi	Jd. Nova América	Delle Stelle	Serra Azul	Jd. Diamante
Colinas de S. José	Jd. Bandeirantes	Sagrado Coração de Jesus	Porto do Sol	Jd. Primavera	Altos da Colina
Pq. Brasil	Vila Nova Louveira	Jd. 21 de Março	Vila Omizollo	Lago Azul - 2ª e 3ª Glebas	Nelo Chicalhone
Jd. Lago Azul -1ªGleba	Vila Pasti	Lot. Polozzi	Picollo Vilaggio	Pau a Pique	Jd. Belo Horizonte
Villagio Dei Fiore	Pq. Dos Sabiás	V. Caldana	Pq. Das Videiras	Ricieri Chiquetto	Res. Cavalli
R. Antônio Niero	Jd. Vera Cruz	Estiva	Res. Das Videiras	Jd. Santo Antônio	Vista Alegre
Monterrey	R. Primo Zanella	Colinas de Bela Vista	Casa Grande I, II e III	Área de Lazer	Terra da Uva
Arataba	Pq. Dos Estados	Bertié/Soldeira	Villagio Dei Fiore		Jd. Amazonas
Gonzaga	Terra Norte	Reserva dos Vinhedos	Capivari		
Cestaroli		Faixa Azul	Estrada da Gruta		
Barreiro		Chiquetto/Dinofre	Ponte Preta		
		Atílio Biscuola	Cond. Jad. Primavera		
		Principado de Louveira			
		Damasceno			
		Leitão			

Fonte: Secretaria de Gestão Ambiental (SGA), 2013.

A quantidade de resíduos sólidos secos coletados através da coleta seletiva é em média de 5,5 toneladas por dia. Os materiais são acondicionados em sacos verdes (Figura 31), que são fornecidos gratuitamente pela Prefeitura. Os sacos são distribuídos conforme a quantidade de sacos preenchidos retirados na hora da coleta, se um município

separou três sacos de materiais recicláveis, por exemplo, ele recebe na hora da coleta três sacos novos para a próxima semana.

Cada saco tem a capacidade nominal de 70 litros. Em 2013 foram utilizados 50.000 sacos.



Fonte: B&B Engenharia Ltda., 2013.

Figura 31 – Sacos reforçados para materiais recicláveis.

Segundo alguns dados fornecidos pela Secretaria de Gestão Ambiental, em 2013 foram triados 302.480 kg de resíduos entre metal, plástico, vidro, papel e isopor, e foram armazenados 7.200 litros de óleo de cozinha, 200 litros de óleo lubrificante e 13.347 kg de equipamentos eletrônicos. Na Tabela 30 é possível verificar o material triado mensalmente em 2013.

Tabela 30 – Materiais triados e armazenados mensalmente em 2013.

	BRUTO (kg)	METAL (kg)	PAPEL (kg)	PLÁSTICO (kg)	VIDRO (kg)	ÓLEO DE COZINHA (L)	ISOPOR (kg)	ELETRO ELETRONICO (kg)	ÓLEO LUBRIFICANTE (L)
JANEIRO	10.890	NH	NH	NH	NH	NH	NH	NH	200
FEVEREIRO	NH	670	17.930	1.260	NH	NH	NH	190	NH
MARÇO	43.760	2.850	18.090	4.810	7.400	NH	NH	NH	NH
ABRIL	70.450	3.490	22.250	11.120	NH	2.700	NH	7.728	NH
MAIO	64.910	3.240	16.720	4.240	7.550	NH	NH	NH	NH
JUNHO	55.710	2.400	13.000	4.730	1.220	2.000	NH	NH	NH
JULHO	51.830	2.550	29.100	6.218	5.460	NH	NH	NH	NH
AGOSTO	55.890	3.967	11.500	5.384	NH	NH	NH	NH	NH
SETEMBRO	64.350	3.110	11.420	5.760	11.300	NH	NH	3.189	NH
OUTUBRO	85.980	820	18.350	6.005	NH	NH	220	NH	NH
NOVEMBRO	75.840	2.930	11.900	5.396	3.300	NH	NH	2.240	NH
DEZEMBRO	55.386		8.390	2.880	2.880	2.500	670	NH	NH
TOTAL	634.996	26.027	178.650	57.803	39.110	7.200	890	13.347	200

NH – Não houve.
Fonte: PML, 2014.

Para a execução do serviço, a Prefeitura conta com um caminhão carroceria com capacidade de 8.000 kg, conforme Figura 32.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 32 – Caminhão gradeado coletor de materiais recicláveis.

b) Triagem

O CGR possui uma área construída de 1.120,00 m², constituído por piso de concreto, estrutura de alvenaria e cobertura em zinco.

Para a realização da triagem do material coletado, o CGR possui mesa separadora, prensa hidráulica, carro abastecedor fundo, carro abastecedor com porta, carro de armazenamento e transpaleteira.

O contingente de trabalhadores é composto por dois servidores públicos alocados na SGA e quinze funcionários da empresa terceirizada.

A Figura 33 mostra a prensa hidráulica utilizada.



Fonte: B&B Engenharia Ltda., 2013.

Figura 33 – Prensa hidráulica.

c) Destinação dos Resíduos Recicláveis Triados

O material triado é doado para a Irmandade Santa Casa e à Clínica Interdisciplinar Educacional de Louveira (CIELO), que realiza sua comercialização conforme o Decreto Municipal nº 2.935/2005, que regulamenta o Art. 5º da Lei Municipal nº 1.757/2005.

No ano de 2013 foram arrecadados R\$ 164.493,40 com a venda dos materiais recicláveis oriundos do Programa de Coleta Seletiva Municipal.

O material reciclável não triado, a depender da disponibilidade e da demanda, também pode ser comercializado.

Entre os principais clientes estão, Sucata Capela, Redisa Reciclagem, Bragança Recicla, Sucata Belíssima, Roque de Jesus, Edmar Nogueira, Felipe Silva, Carton Santana, José de França, Jenilson Valentin, Proluminas Lubrificante, Dynel's Print do Brasil, Itaqueri Inox Com. De Metais, Pronto Óleo, Sucaleste e Antonioli Plásticos Ltda.

d) Cooperativas de Catadores

O município de Louveira possui baixa potencialidade para o estabelecimento de soluções para os resíduos sob a forma de cooperativas, já que o conceito da triagem com mão de obra contratada já se encontra consolidado na

forma privada. Apesar de não ter um cadastro dos catadores informais, sabe-se que alguns sucateiros realizam a atividade de coleta de materiais recicláveis, principalmente junto ao comércio local, sem a autorização formal da administração municipal. Há muitos casos em que os sacos de materiais recicláveis separados em frente às casas são extraviados pelos catadores para terem acesso ao material antes do caminhão retirá-los, pegando assim os materiais que estão em melhor estado e com maior valor agregado.

e) Ações Realizadas em Coleta Seletiva e Reciclagem

A Prefeitura de Louveira realiza ações contínuas de educação ambiental para conscientizar a população com ações intersetoriais, por meio de abordagens nas ruas, anúncios em carro de som, publicações na Imprensa Oficial do Município, painéis publicitários e folhetos explicativos distribuídos em escolas, prédios públicos, comércios.

A Figura 34 ilustra o folheto elaborado para a informação e conscientização da população.



Fonte: PML, 2013

Figura 34 – Informativo sobre a Coleta Seletiva Municipal.

- **Projeto Reciclar.**

O projeto “Reciclar” tem como objetivo instruir, por meio dos educadores ambientais, a população a fazer a separação correta dos materiais recicláveis. A abordagem é feita porta a porta com instruções relativas à separação correta dos resíduos e entrega do kit da coleta seletiva. São priorizados os bairros no entorno da região do Santo Antônio para a realização do projeto, pois se trata de uma área onde há um alto índice de população imigrante, ou seja, de munícipes que vieram de outras cidades da região e ainda não estão acostumados à rotina de coleta dos resíduos.

- **Frequência:** Prazo indeterminado;
- **Público Alvo:** Público em geral.

- **Campanha de arrecadação de sucata eletrônica em parceria com o Lions Club.**

A última campanha ocorreu em 2013, em parceria com o Lions Club, que teve como principal objetivo arrecadar materiais eletrônicos obsoletos que frequentemente são descartados de maneira inadequada, além de conscientizar a população sobre os riscos de contaminação no solo e no lençol freático por esses resíduos. Segundo informações da PML, esta parceria ainda está vigente e estão sendo programados os próximos eventos.

- **Público Alvo:** Público em geral.

- **Palestra “Os desafios da Gestão dos Resíduos Sólidos” e Conferência Regional do Meio Ambiente e Resíduos Sólidos.**

Tanto a palestra quanto a conferência são realizadas com o objetivo de destacar a importância de um gerenciamento eficaz da destinação dos resíduos e introduzir conceitos relevantes à Política Nacional de Resíduos Sólidos. A palestra conta com uso de recurso audiovisual, e tanto a palestra quanto a conferência têm como público alvo todos os municípios de Louveira e ocorrem esporadicamente.

- **Encontro Municipal de Educação para a Sustentabilidade Ambiental em parceria com a Secretaria de Educação.**

O objetivo do encontro é expor os trabalhos realizados ao longo do ano acerca de sustentabilidade, o evento é realizado em formato de feira expositiva, anualmente. Os alunos e familiares da rede de ensino fundamental do município de Louveira são o público alvo do evento (Figura 35).



Fonte: PML, 2013.

Figura 35 – Encontro Municipal de Educação para a Sustentabilidade Ambiental – 2013.

17.2. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Os RCC's são aqueles gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos e obras de civis. Estes resíduos são regidos pela Resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações, sendo que a sua gestão deve respeitar a classificação (Resíduos Classe A, B, C e D).

No município de Louveira, a maior parte dos resíduos da construção civil gerados, são provenientes de pequenas reformas realizadas ou por pequenas empreiteiras, que apesar de não gerarem grandes volumes, não gerenciam os resíduos produzidos.

A Lei Municipal nº 1.815/2006 proíbe, sob pena de multa, a deposição de entulhos e RCC em vias e terrenos públicos. Entretanto, os moradores costumam depositar os resíduos provenientes de pequenas reformas em frente às suas residências.

Para a resolução desse impasse, a Prefeitura, através do programa “Louveira Sem Sujeira” recolhe esses resíduos e os transfere para a área de transbordo, em seguida são encaminhados à CEMARA Pró Ambiental, empresa especializada em transformar os resíduos gerados pela construção civil em agregados reciclados reutilizáveis, evitando o descarte de entulho em locais impróprios.

Ressalta-se que as propostas para reutilização, reciclagem, beneficiamento destes deste tipo de resíduo serão apresentadas no Relatório de “Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico. Objetivos e Metas”.

17.3. RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Os resíduos de serviços de saúde – RSS são classificados segundo a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e CONAMA nº 358/2005 da seguinte maneira:

Grupo A: resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção;

Grupo B: resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade;

Grupo C: materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista;

Grupo D: resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares;

Grupo E: materiais perfurocortantes ou escarificantes.

Ainda segundo estas resoluções, o tratamento e a destinação final destes resíduos são de responsabilidade do gerador.

A Resolução CONAMA nº 358/2005 prevê a obrigatoriedade do gerenciamento dos RSS pelo seu respectivo gerador, de forma que o mesmo deve ter elaborado seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), respeitando todas as premissas descritas pela referida resolução.

O PGRSS se dá através de um conjunto de procedimentos de gestão que visam o correto gerenciamento dos resíduos produzidos nos estabelecimentos, descrevendo as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características intrínsecas e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como as ações de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Ainda, o PGRSS deve abranger todas as etapas de planejamento dos recursos físicos, materiais e a capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo de RSS.

Desta forma, a Prefeitura Municipal via Secretaria Municipal de Serviços Públicos supervisiona e coordena o serviço de gerenciamento dos RSS dos grupos A, D e E, que é realizado pela empresa terceirizada, e a Secretaria Municipal de Saúde coordena e supervisiona os RSS dos grupos B e C.

A coleta dos RSS é realizada diariamente pela empresa terceirizada em estabelecimentos geradores como postos de saúde, pronto atendimento, centro odontológico, zoonoses e outros serviços disponibilizados pelo poder público municipal. Também são realizadas coletas em drogarias, que devem instalar coletores de medicamentos vencidos conforme a Lei Municipal nº 2.204/2011.

Após a coleta, os resíduos são encaminhados para a empresa Silcon, onde recebem devido tratamento. A empresa opera sob a Licença de Operação nº 16007179 com validade até 19 de julho de 2013 e solicitação de renovação da Licença de Operação feita em 18 de março de 2013.

Para a destinação dos resíduos, a Prefeitura possui Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais (CADRI) nº 5005245, que foi emitido em 25 de março de 2014. Em 2013 a Prefeitura enviou para tratamento 35.010 kg de RSS.

Depois de ter recebido tratamento, os resíduos são encaminhados ao aterro da Estre.

17.4. RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO

Os resíduos relacionados ao saneamento básico, como tratamento de água e esgoto, manutenção dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais são considerados resíduos sólidos dos serviços públicos de saneamento, tais como: resíduos resultantes dos processos aplicados em Estações de Tratamento de Água (ETA's) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's), ambos envolvendo cargas de matéria orgânica; resíduos dos sistemas de drenagem, que predominam materiais inertes provenientes principalmente do desassoreamento de cursos d'água. No caso de Louveira, a ETE municipal ainda está em construção, logo não há geração de lodo. Na Figura 36 é apresentado um decantador de alta taxa de módulos tubulares da ETA, que é a unidade de maior produção de lodo. Outro local onde há produção de lodo são os filtros da ETA.



Fonte: B&B Engenharia Ltda., 2013.

Figura 36 – Vista de um Decantador da ETA.

A limpeza dos decantadores da ETA é realizada a cada 21 dias, onde é gerado aproximadamente 28m³ de lodo composto por matéria orgânica, terra, sulfato de alumínio e cal, além de outros produtos químicos incorporados ao sistema de tratamento. Esses resíduos são encaminhados para a empresa Star Controle Ambiental localizada em Leme/SP. A empresa opera sob a Licença de Operação nº 65001375 emitida pela CETESB, com validade até 04/07/2019. E para o transporte deste resíduo, a prefeitura possui o CADRI nº 05005575, válido até 02/09/2019, emitido pela CETESB.

17.5. RESÍDUOS DA LOGÍSTICA REVERSA

O município de Louveira possui uma ampla legislação municipal para regulação do gerenciamento de logística reversa. A Lei Municipal nº 2.160/2011 dispõe sobre a coleta e o destino de pilhas, baterias e similares além de acrescentar as lâmpadas fluorescentes. Por sua vez, a Lei Municipal nº 2.112/2010 institui o programa municipal de coleta e destinação de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal e a Lei Municipal nº 2.212/2011 autoriza o Poder Executivo a estabelecer convênio com a Associação Reciclanip, visando à coleta, armazenamento e destinação de pneus inservíveis.

🚚 Coleta de Pneus Usados Inservíveis

A Prefeitura Municipal realiza a coleta dos pneus inservíveis mensalmente em pontos específicos, onde há geradores cadastrados, tais como: Auto Center Léo I e II, Borracharia Zanella, Borracharia do Toninho, Auto Mecânica e Centro Automotivo 3 Irmãos, Bicicletaria JN, Bicicletaria Edinho, Posto Frango Assado, Posto Rede Lago

Azul, SN Trocar Pneus, Borracharia do Pereira, Xancar Auto Center e União Auto Center. A agenda da coleta é organizada no início de cada ano.

Após coletados, os pneus inservíveis são armazenados no CGR em local coberto (conforme Figura 37) até obter um volume de aproximadamente 2.000 pneus de passeio ou 300 pneus de carga e em seguida recebe destinação por meio do convênio estabelecido com a Associação Reciclanip.



Fonte: B&B Engenharia Ltda.

Figura 37 – Pneus armazenados no CGR.

O município de Louveira, em 2013, encaminhou aproximadamente 4.000 pneus inservíveis à associação, que destina o material para utilização na geração de energia nas cimenteiras ou a trituração para reaproveitamento na fabricação de asfalto ecológico, solados de sapato, borrachas de vedação, pisos de quadras poliesportivas, pisos industriais e tapetes para automóveis.

A Reciclanip é uma entidade sem fins lucrativos que atua na logística reversa de pneus inservíveis em todo o Brasil. Foi criada pelos fabricantes nacionais de pneus em 2007 para atender à Resolução nº 416/2009 do CONAMA, que regulamenta a coleta e destinação dos pneus inservíveis de forma ambientalmente adequada.

Coleta de Lâmpadas Fluorescentes, Pilhas e Baterias

De acordo com a Lei Municipal nº 2.160/2011 os comerciantes de pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes como mercados, supermercados, estabelecimentos e assistências técnicas devem manter em recipientes adequados esses resíduos, em locais visíveis e identificados contendo informações educativas acerca dos malefícios causados pela disposição incorreta desses resíduos, bem como a obrigatoriedade de recebê-los de volta no final da vida útil do produto. A Prefeitura participa do Programa ABINEE Recebe Pilhas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) que é uma iniciativa conjunta de fabricantes e importadores de pilhas e baterias portáteis que

se uniram visando atender à Resolução CONAMA nº 401/2008. A Prefeitura coleta pilhas em pontos determinados com coletores para pilhas, baterias e celulares, conforme Figura 39 e o encaminha para a GM & CLog. Em 2013 a Prefeitura encaminhou 150 kg de pilhas e baterias para a GM & CLog. A Figura 38 mostra o armazenamento desses resíduos ainda no CGR.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 38 – Pilhas, Baterias e celulares.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 39 – Coletor de pilhas, baterias e celulares.

Foram encaminhadas, em 2013, 7.321 lâmpadas para descontaminação na empresa Tramppo em Cotia/SP, sendo efetivados os gastos totais de R\$ 5.271,12 para sua destinação final.

Coleta de Óleo e Gordura

O programa municipal de coleta e destinação de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal conta com a disponibilização de bombonas capazes de armazenar até 50 litros aos comércios geradores. A orientação feita aos munícipes é de armazenar esse resíduo em garrafas PET, para serem coletados juntamente com os materiais recicláveis e então, poderem ser armazenados no CGR, conforme mostra a Figura 40.



Fonte: B&B Engenharia Ltda., 2013.

Figura 40 – Armazenamento de óleo.

Este material é destinado da mesma maneira que os materiais recicláveis. No ano de 2013 foram coletados 7.200 kg de óleo, o que gerou um capital de R\$ 5.580,00.

Resíduos Eletroeletrônicos

Os resíduos eletroeletrônicos são coletados juntamente com os materiais recicláveis. Futuramente, os resíduos eletrônicos também serão recolhidos nos Pontos de Entrega Voluntária (PEV) que serão instalados pela Prefeitura. No ano de 2013 ocorreu em parceria com o Lions Club, campanha para arrecadar resíduos eletrônicos.

Os resíduos coletados são armazenados no CGR e são destinados da mesma forma que os materiais recicláveis. Foram recolhidos no ano de 2013, 13.347 kg que geraram uma receita de R\$ 2.689,55. A Figura 41 ilustra o armazenamento dos resíduos eletrônicos no CGR.



Fonte: PML, 2013.

Figura 41 – Armazenamento de Resíduos Eletroeletrônicos no CGR.

17.6. ÁREA DE TRANSBORDO

A área de transbordo que se localiza na Rua Antônio Biscuola, s/n – Faixa Azul, é administrada pela Prefeitura e operada por empresa terceirizada. Para operação da unidade estão disponíveis: três contêineres, dois caminhões basculantes e uma pá carregadeira.

Quanto à segurança da área de transbordo, foram observados durante a visita técnica, que não há nenhum tipo de muro ou nem mesmo uma cerca, possibilitando assim, fácil acesso aos resíduos, muitos deles perigosos, por serem afiados e cortantes, além de favorecer a poluição visual. A Figura 42 ilustra a área de transbordo.



Fonte: B&B Engenharia Ltda, 2013.

Figura 42 – Área de transbordo de Louveira.

17.7. DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A Estre Ambiental S/A, é o local onde é destinada maior parte dos resíduos gerados no município de Louveira, conforme descrito nos itens anteriores. O aterro tem uma área de 705 mil m² e localiza-se na Avenida Orlando Vedovello, s/nº, Parque da Represa, Paulínia – SP. Possui Licença de Operação nº 37001620 emitida pela CETESB em 18/10/2012, com validade até 18/10/2017. A Figura 43 mostra a vista aérea do aterro.



Fonte: Google Earth, 2013

Figura 43 – Vista do aterro Estre em Paulínia.

O CGR da Estre possui um amplo sistema de controle ambiental e também possui o certificado ISO 14.001/2004. Os sistemas estão descritos abaixo:

- Sistemas de alta eficiência e segurança para impermeabilização do solo;
- Sistemas de drenagem e coleta de líquidos percolados (chorume);
- Sistemas de drenagem e tratamento de líquidos e gases de efeito estufa;
- Sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Sistemas de monitoramento geotécnico do maciço dos Centros de Gerenciamento de Resíduos e das águas superficiais e subterrâneas, com relatórios periódicos controlados pelos órgãos ambientais.

O município de Louveira atualmente transporta para o município de Paulínia em média 33 t/dia. No ano de 2013, o custo médio total com os resíduos domiciliares e comerciais foi de R\$ 214,94 R\$/t, sendo 143,92 R\$/t (67%) referentes à coleta e 71,02 R\$/t (33%) da destinação.

Ressalta-se que as informações apresentadas neste item são válidas somente para a situação atual do município, sendo que as estimativas de geração futura de resíduos sólidos, bem como a destinação final dos mesmos, são abordadas no Anexo IV.

18.1. RECEITAS E DESPESAS COM OS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O município de Louveira não tem uma receita específica referente aos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

A dotação orçamentária para cobrir as despesas deste tipo de serviço e eventuais necessidades de investimentos vem do orçamento geral do município, que é obtido através da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos munícipes.

Despesas Totais

Segundo informações da Prefeitura Municipal, as despesas com os serviços de resíduos sólidos, em 2013, foram de R\$ 3.452.875,38.

Na Tabela 31 estão discriminadas as despesas com os serviços de coleta e manejo dos resíduos sólidos urbanos.

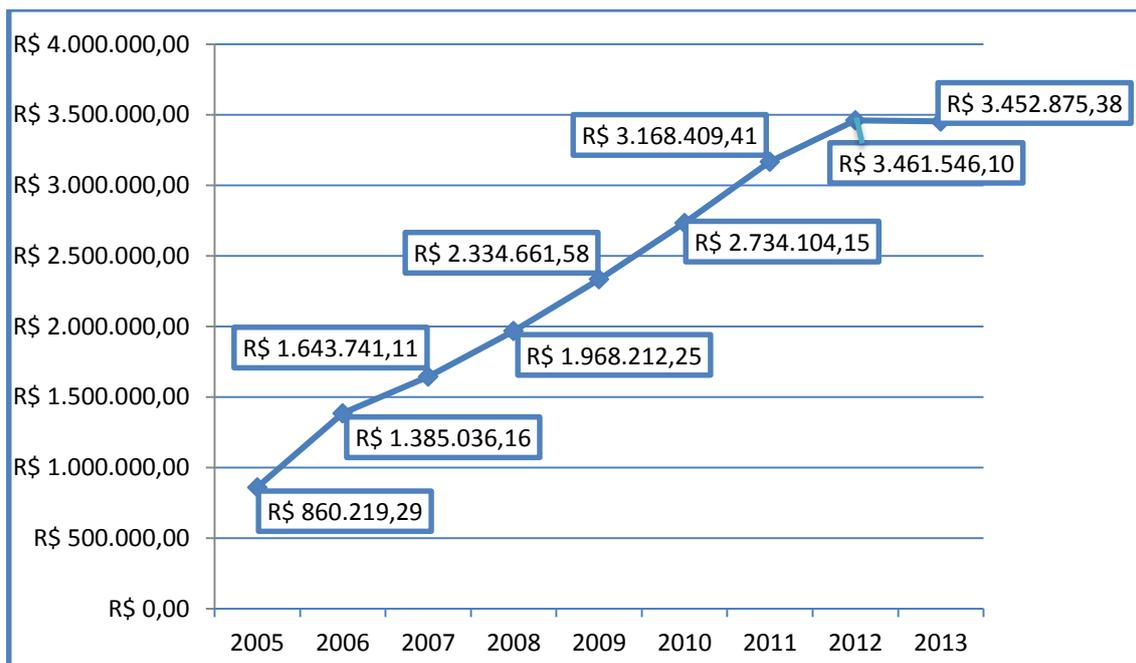
Tabela 31 – Serviços de coleta e manejo dos resíduos sólidos urbanos do município e respectivas despesas.

TIPO DE RESÍDUO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)
Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais	Tonelada	12.024,67	1.730.590,49
Destino de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais	Tonelada	12.024,67	853.992,06
Coleta e Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde	Viagem	245	157.091,55
Tratamento e Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde	Kg	35.270	114.254,80
Coleta de Resto de Poda de Árvore	Viagem	3.809	596.946,48
TOTAL			3.452.875,38

Fonte: PML, 2013.

No Gráfico 2 é apresentada a evolução das despesas com resíduos sólidos no período 2005 a 2013.

Gráfico 2 – Evolução das Despesas com os Resíduos Sólidos.



Fonte: SNIS, 2005 a 2011; PML, 2012 e 2013.

18.2. INVESTIMENTOS EM RESÍDUOS SÓLIDOS

Um Programa de investimentos deve ser realizado levando-se em conta os seguintes aspectos:

✚ Investimentos em Infraestrutura e Projetos:

- Instalação de cinco ecopontos na área rural;
- Criação de quatro Pontos de Entrega Voluntária (PEV), onde serão recolhidos roupas, calçados, eletrônicos, brinquedos e lâmpadas;
- Instalação de coletores pela cidade.

✚ Investimentos em Obras e Serviços de Melhoria do Sistema:

- Está em processo de licitação a contratação do serviço de britagem, para triturar os RCC's;
- Foi contratado serviço de trituração de podas, que já está em operação.

✚ Investimentos em Programas:

- Campanha de conscientização quanto à destinação correta dos resíduos.

✚ Investimentos em Infraestrutura e Gestão:

Não existe um Programa de Investimentos estruturado para resíduos sólidos no município de Louveira. Os investimentos em resíduos sólidos são previstos no orçamento da Prefeitura quando há necessidade. Os investimentos em resíduos sólidos realizados recentemente estão discriminados na Tabela 32.

Tabela 32 – Investimentos em Resíduos Sólidos no Município de Louveira.

PRODUTO/AÇÃO	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO
Contratação da empresa de assessoria ambiental para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos	2013	R\$ 68.655,00
Programa de Coleta Seletiva	2013	R\$ 312.740,00
Aquisição de sacos verdes para incentivar a população a participar do Programa da coleta seletiva	2013	R\$ 552.498,50

Fonte: PML, 2013.

19.1. ASPECTOS TÉCNICO-OPERACIONAIS

a) Sistema da Gestão dos Resíduos Sólidos:

A seguir são relacionados alguns aspectos importantes sobre a gestão dos resíduos sólidos no município de Louveira, obtidos na fase de diagnóstico do presente Plano Municipal de Saneamento Básico, tendo sido complementados pelas informações contidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - 2014, elaborado pela empresa AmbiÉtica Assessoria Ambiental Ltda.

- A Prefeitura Municipal conta com uma estrutura composta por setores diferentes que atuam na gestão dos resíduos sólidos, buscando atender a demanda local de forma satisfatória;
- A Secretaria de Serviços Públicos é responsável pelo gerenciamento dos RSS junto à empresa terceirizada; está a cargo da Secretaria de Gestão Ambiental a Coleta Seletiva Municipal, realizar ações no que diz respeito aos resíduos de logística reversa e promover programas relativos a educação ambiental;
- A atual sistemática de gestão dos resíduos sólidos do município já obteve importantes avanços para atendimento aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Verifica-se, porém a necessidade de qualificação dessa estrutura administrativa, para atender às demandas da PNRS;
- A premissa adotada pela Prefeitura de terceirizar os serviços é coerente com a PNRS, entretanto não é recomendável não se dispor de uma estrutura de pessoal e equipamentos estratégica para atuação em situações emergenciais e/ou outras que exijam alguma flexibilidade que algumas vezes o contrato não possibilita;
- Em relação ao PGIRS elaborado pela AmbiÉtica, o mesmo foi implantado no ano vigente, assim, as ações e objetivos respeitam a atualidade atual.

b) Qualidade dos Serviços Prestados:

- O sistema de coleta de resíduos sólidos domiciliares está sendo feito de forma adequada, atendendo 100% da área urbana e rural;
- A estrutura disponível para execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos e limpeza urbana permite que a qualidade dos serviços seja satisfatória;
- A destinação adequada dos resíduos de construção civil do município ainda não está totalmente equacionada, visto que existe ainda disposição clandestina deste tipo de resíduos como é o caso da disposição de resíduos da construção civil nas margens de um lago artificial formado na antiga estação de areia próximo à Rua Miguel Bossi.

A Prefeitura e sua contratada através do Projeto Louveira Sem Sujeira e do Programa Cata treco realiza a coleta dos RCC's, considerados como entulhos. Uma vez recolhidos pelos serviços de limpeza, os resíduos

da construção e demolição são transportados e encaminhados à CEMARA Pró Ambiental em Americana. No município também atuam empresas de coleta de entulho (caçambeiros), os quais lidam com dificuldades para a realização dos serviços, uma vez que faltam áreas licenciadas para a disposição final ou recuperação da forma de agregado;

- A coleta e destinação final dos resíduos de saúde estão sendo realizadas de forma adequada. A Prefeitura realiza estes serviços, pois são gerados resíduos nos estabelecimentos públicos de saúde. Quanto aos resíduos gerados nos estabelecimentos particulares, a Prefeitura Municipal também arca com os serviços de coleta, tratamento e destinação final.
- No município, não constam áreas contaminadas por resíduos sólidos, segundo o Cadastro de Áreas Contaminadas e Reabilitadas no Estado de São Paulo (CETESB, 2013);
- Dentre os impactos ambientais negativos que podem ser decorrentes da disposição de resíduos sólidos urbanos, estão a contaminação da água, o assoreamento, as enchentes e a proliferação de vetores transmissores de doenças, além da poluição visual e mau cheiro (MUCELLIN & BELLINI, 2008).

c) Aterro Sanitário

- Os resíduos classificados como comum são diariamente encaminhados para a empresa Estre Ambiental S/A. A alternativa de encaminhar todo o resíduo urbano para um aterro particular em outra cidade livra o município de todos os inconvenientes advindos do gerenciamento e operação de um aterro sanitário;
- No caso da situação sócio-ambiental, destacam-se as ações da empresa Estre no âmbito da Educação Ambiental, a qual está voltada aos diversos grupos, podem-se inclusive, realizar-se palestras e atividades junto à população do município de Louveira;
- A análise dos aspectos de logística e custo-benefício, de se manter este tipo de alternativa para o futuro, deverá ser objeto de estudo específico. Numa perspectiva de longo prazo, será necessário analisar-se alternativas, seja aterro próprio, privado, ou uma solução através do consórcio intermunicipal.

d) Coleta Seletiva e Reciclagem

- A PNRS estimula a redução do volume de resíduos destinados a aterros, por meio de programas de coleta seletiva e de reutilização de materiais/reciclagem, associada à preocupação de inclusão social, orientando a utilização de cooperativas de pessoas físicas de baixa renda;
- O município de Louveira dispõe de um Programa de Coleta Seletiva a mais de 10 anos, o programa vem acontecendo com boa participação por parte dos munícipes desde novembro de 2002. A coleta dos materiais recicláveis gerados em Louveira é efetuada sob responsabilidade da Prefeitura Municipal com prestação de serviços parciais da empresa terceirizada. A triagem do material reciclado é feita no CGR por uma equipe mista, composta por 15 funcionários terceirizados e 2 servidores públicos alocados na Secretaria de Gestão Ambiental;

- A opção adotada pelo município de assumir para si a responsabilidade total pela coleta seletiva e reciclagem facilita a gestão do processo e permite que se estabeleçam metas mais confiáveis. Entretanto, não atende às diretrizes da PNRS no que se refere à inclusão social da população de baixa renda do município, com a utilização de cooperativas de catadores.

e) Logística Reversa

O processo de Logística Reversa está bem encaminhado no município, sob a coordenação da Prefeitura, junto aos demais atores do processo. Os custos advindos da gestão e operacionalização do processo são arcados pela Prefeitura.

Fazem parte desta logística reversa do município os seguintes produtos: Pneus inservíveis, óleos e gorduras, pilhas e baterias, e resíduos eletrônicos.

f) Resíduos de Serviços de Saneamento

Os resíduos gerados na estação de tratamento de água do município são recolhidos por uma empresa desentupidora e encaminhados para a empresa Star Controle Ambiental, localizada em Jundiaí/SP, que se encarrega da destinação final. Por enquanto, o município de Louveira não dispõe de estação de tratamento de esgoto, não existindo, portanto este tipo de resíduo. Ainda não foi definida qual será a destinação final dos resíduos que serão gerados quando a ETE entrar em operação.

Deste modo, pode-se dizer que atualmente a destinação dos resíduos de serviços de saneamento do município de Louveira está sendo disposta de forma adequada.

19.2. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Quanto aos aspectos legais e institucionais da situação do município na gestão dos seus resíduos sólidos foram considerados os seguintes aspectos:

- Atendimento às Diretrizes da PNRS;
- Atendimento aos Prazos Legais da PNRS.

Quanto ao primeiro aspecto, pode-se constatar, que o município de Louveira já dispõe de um amplo rol de leis municipais, que permitem que a gestão dos resíduos sólidos urbanos do município seja feita em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No segundo caso, pode-se dizer que o município conseguiu cumprir a meta, pois já possui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que permitirá que obtenha recursos federais para financiamento dos investimentos que venha a fazer no setor.

19.3. ASPECTOS ECONÔMICO FINANCEIROS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina que o manejo de resíduos sólidos deverá ser feito de forma sustentável. As ações para o atendimento à todas as determinações da PNRS demandarão altos custos de investimentos para a implantação de programas, projetos, planos e ações. Também haverá aumento dos custos advindos das despesas para o manejo de resíduos sólidos.

Destaca-se que existe a viabilidade social, visto que os serviços abrangem toda a população, contudo, os aspectos de viabilidade financeira, atual e futura, serão abordados no Relatório de “Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços de Saneamento Básico. Objetivos e Metas”.

Resumo Sucinto

Um resumo sucinto de alguns aspectos notáveis do presente diagnóstico é apresentado no Quadro 18 e no Quadro 19.

Quadro 18 – Resumo do Diagnóstico de Resíduos Sólidos.

Aspectos	Situação Atual
Geração Média de resíduos domiciliares	1.103 t/ mês, sendo 960 ton. de resíduos comuns e 143 ton. de materiais recicláveis.
Destino final dos resíduos domiciliares	Aterro sanitário da Estre Ambiental S/A.
Índice de atendimento	O serviço atende a 100% da população do município.
Coleta de resíduos de construção civil	A Prefeitura através dos programas Louveira sem Sujeira e Cata treco utiliza serviços da empresa terceirizada para coletar o RCC oriundo de pequenas reformas que os munícipes depositam nas calçadas. A Prefeitura não cobra nenhum valor pelo serviço.
Destino final dos resíduos de construção civil	São destinados para empresa CEMARA Pró Ambiental.
Ecopontos disponíveis para pequenos geradores de resíduos de construção civil	Não existem até o momento no município. A Prefeitura coleta entulhos na calçada do munícipe.
Destinação dos resíduos de saúde do município (incluindo clínicas e consultórios particulares) – Coleta, tratamento (autoclavagem e incineração) e destinação final.	100% do município têm destinação e tratamento adequados, da seguinte forma: -Empresa terceirizada, contratada pela Prefeitura, realiza coleta e transporte dos RSS.
Destinação dos resíduos de saúde do município (incluindo clínicas e consultórios particulares) – Coleta, tratamento (autoclavagem e incineração) e destinação final.	-Silcon Ambiental Ltda., contratada pela empresa terceirizada para realizar o tratamento e disposição final dos RSS.
Geração e Destinação dos Resíduos de Logística Reversa	- Pneus Inservíveis: 4000 unid. - Lâmpadas Fluorescentes: 7.321 unid. - Óleos e Gorduras: 7.200 Kg. - Resíduos Eletrônicos: 13.347 Kg. - Pilhas e baterias: 150 kg.

Quadro 19 – Resumo das Tecnologias Empregadas no Sistema de Resíduos Sólidos.

Tecnologias Empregadas no SRS	
Unidade	Tecnologia
Coleta	RSD: Coleta manual; caminhões compactadores. RSS: Remoção manual; furgão e caminhão baú. RCC: Coleta manual; caminhão basculante. Recicláveis: Coleta manual; caminhão caçamba com gaiola adaptada; Prensa hidráulica.
Podas	Serviço realizado manualmente.
Varrição	Serviço realizado manualmente.
Tratamento	RSD: Não há tratamento. RSS: Desinfecção; Incineração. RCC: Reciclagem.
Disposição	RSD: Captação de chorume, controle de águas pluviais, queima de biogás. RSS: Aterramento, captação de chorume, queima de biogás. RCC: Aterramento.

**CAPÍTULO VII – DRENAGEM URBANA E
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS –
CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO**

20. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

A gestão da drenagem urbana do município de Louveira é realizada pela Prefeitura Municipal, através de diversas secretarias, não ficando definida uma secretaria específica para tratar da gestão da drenagem urbana. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva são feitos com mão de obra própria, quando de pequeno porte, e através de empresas contratadas nos casos de maior complexidade. Para a realização das contratações, a PML conta com um funcionário, de nível superior.

Referente ao plano de cargos, salários e demissão, este é regido, atualmente, pela Lei Complementar nº 2/2013. Quanto à um plano de capacitação, no município não existe um programa definido.

21. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Nos itens a seguir são apresentadas algumas características relativas ao município de Louveira, necessárias para a contextualização da situação da drenagem urbana do município.

21.1. SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

Além das rodovias estaduais que cortam o município de Louveira, tais como Rodovia Anhanguera, rodovia Romildo Prado, rodovia Vereador Geraldo Dias, existem inúmeras vias públicas municipais, além da via férrea explorada pela FERROBAN, que cruzam os principais corpos d'água e que podem interferir na macrodrenagem urbana. A Rodovia Bandeirantes margeia o município e praticamente não interfere na macrodrenagem.

Os impactos das travessias por estas vias de trânsito estão analisados nas fases seguintes do diagnóstico.

21.2. MICRODRENAGEM URBANA

A drenagem do município, na etapa de microdrenagem urbana, é realizada de forma tradicional, com sarjeta, bocas de lobo, redes coletoras de águas pluviais e galerias que fazem o lançamento direto na rede de drenagem natural.

Nas áreas onde não existem redes coletoras, as águas pluviais correm pelas sarjetas, podendo também se espalhar pelas calçadas e pelo leito das ruas e avenidas.

As figuras seguintes (Figura 44, Figura 45 e Figura 46) ilustram as formas de drenagem do município.



Fonte: Google Earth, 2014.

Figura 44 – Boca de Lobo.



Fonte: Google Earth, 2014.

Figura 45 – escoamento Lateral.



Fonte: Google Earth, 2014.

Figura 46 – Escada de Dissipação de Energia.

21.3. MACRODRENAGEM URBANA

A macrodrenagem do município de Louveira está integralmente inserida na bacia do Rio Capivari, que atravessa o município desde a área rural até os limites da área urbana na divisa com o município de Vinhedo.

Diversos outros córregos afluentes diretos e indiretos do Rio Capivari já citados neste relatório complementam o sistema de macrodrenagem natural.

Pode-se distinguir como sendo as principais sub-bacias de drenagem, as seguintes:

- Sub-bacia de Drenagem do Córrego Santo Antônio;
- Sub-bacia de Drenagem do Córrego Sapezal;
- Sub-bacia de Drenagem do Córrego Fetá;
- Sub-bacia de Drenagem do Rio Capivari.

As sub-bacias estão apresentadas no Mapa Topográfico, anexo a este relatório.

Atualmente, a sub-bacia do Córrego Santo Antônio se encontra urbanizada em seu baixo curso sofrendo uma pressão pela alteração de usos agrícolas para urbanos, com tendência à ocupação. Esta sub-bacia tem como particularidade a interceptação de sua drenagem natural pela rodovia Anhanguera.

A Sub-bacia do Córrego Fetá, onde se encontra o manancial do município, e até então menos urbanizada, sofre de adensamento populacional a partir de loteamentos existentes, tais como o Abadia, Arataba e Monterrey.

Já o Rio Capivari, para onde drenam todos os cursos d'água do município, se configura como um grande canal de esgotamento sanitário com sérios impactos ambientais negativos de âmbito local e regional extrapolando o município de Louveira e afetando os municípios situados a jusante.

A capacidade de drenagem destes corpos d'água tem sido, ao longo dos anos, afetada pela ocupação urbana em suas bacias de drenagem, o que ocasiona a impermeabilização do solo e conseqüentemente aumenta os picos das vazões durante as chuvas. Este aumento de vazão pode, em determinadas situações de chuvas mais intensas, causar inundações nas áreas ribeirinhas, além de outros eventos danosos.

Ainda, no caso do município, não foram encontradas informações quanto aos estudos hidrológicos disponíveis, não se podendo avaliar parâmetros importantes, tais como o período de retorno das chuvas, deficiências do sistema e capacidade dos diâmetros de tubulações empregados nas travessias, galerias, entre outros. Salienta-se que o município não dispõe de um Plano Municipal de Macrodrenagem.

A avaliação dos impactos e dos riscos causados pelas inundações, são verificadas a partir dos períodos de retorno de 10, 25, 50 e 100 anos. Para o período de retorno de 10 anos, é feita a verificação das dimensões das obras de canalizações e efeitos de cheias de menores relevância, enquanto que, os que se referem a 100 anos, destinam-se aos dimensionamentos das obras de controle de inundações.

Através dos resultados obtidos da modelagem hidrológica, constante do PDMD é possível também a elaboração das cartas de zoneamento de risco de enchentes para os diferentes períodos de retorno das chuvas. Estas cartas são importantes para o município, pois assim, pode-se definir as áreas de ocupação populacional e de infraestrutura urbana, de forma que estas não fiquem sujeitas a eventos de alagamentos e de enchentes. Portanto, a proposição da elaboração deste tipo de estudo será efetuada no Volume II.

21.4. REPRESAS

O represamento das águas, devido à existência de lagos e principalmente represas na bacia hidrográfica podem exercer papel importante na redução dos picos de cheia, durante a ocorrência de chuvas torrenciais.

No município de Louveira existem algumas represas de pequeno porte em propriedades particulares, como sítios, pesqueiros, entre outros, que minimamente podem exercer este papel.

A captação existente no Córrego Fetá possui apenas um represamento para elevação de nível, que praticamente não contribui na redução do pico de cheias na bacia.

Com a implantação da nova captação no Córrego Fetá, será construída uma represa para regularização parcial da vazão captada, com volume estimado de 300 mil m³. Esta represa quando adequadamente operada irá contribuir no controle de cheias. É importante, porém, lembrar a importância de se estabelecer regras operacionais que evitem o transbordamento da represa em ocasiões de chuvas intensas, o que poderá provocar enchentes na área urbana do município.

21.5. SITUAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

21.5.1. Zoneamento Municipal

Segundo o Plano Diretor do município de Louveira, o município é dividido entre as seguintes zonas descritas no Quadro 20:

Quadro 20 – Zonas do Município de Louveira.

Zona de Uso do Solo	
ZUAT	Zona de Uso Agrícola e Turístico
ZCU-1, 2, 3, 4 e 5	Zona de Conservação Urbana
ZUR	Zona de Uso Residencial
ZCAU	Zona de Conservação Ambiental Urbana
ZUI	Zona de Uso Industrial
ZUM-1, 2 e 3	Zona de Uso Misto
ZPP	Zona de Proteção do Patrimônio
CCS	Corredor de Comércio e Serviço de Grande Porte e Turismo

Fonte: PML, 2013.

21.6. CONSEQUÊNCIAS DA IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO

Na área urbana, um aspecto determinante para a ocorrência de enchentes é o grau de urbanização do município, visto que é um dos principais responsáveis pela impermeabilização do solo. E, como consequência, a quantidade de águas de chuvas que afluem para os corpos d'água aumenta significativamente, em detrimento da parcela que poderia se infiltrar no solo. Com isso, há o aumento da vazão dos corpos d'água, que podem provocar, em

determinadas situações, enchentes em locais onde a calha do rio não suporta a vazão de cheia e nos pontos onde existem obstruções ao escoamento, como no caso das travessias de vias rodoviárias.

Na área rural, as práticas de manejo podem impactar negativamente no meio ambiente, através da compactação do solo com o uso de máquinas agrícolas, reduzindo a capacidade de infiltração das águas de chuva, trazendo também, como consequência, o aumento da quantidade de águas pluviais que drenam para os corpos d'água. Entretanto, essa não é uma preocupação no município, onde predomina a cultura da uva, que não necessita de maquinário pesado no manejo.

Ainda, as enxurradas provocam a erosão do terreno e carregam o solo para os corpos d'água, acarretando o assoreamento dos mesmos, além da perda de nutrientes necessários às atividades agrícolas, por exemplo. Por tais motivos é que a cobertura vegetal existente na bacia exerce papel fundamental na retenção e infiltração das águas pluviais, como são os casos da mata nativa, mata ciliar, áreas de várzea, parques públicos e etc.

21.6.1. Efeitos da Urbanização no Município

No município de Louveira o controle ambiental não foi suficiente ao longo dos anos para conter a pressão imobiliária permitindo a ocupação irregular. Um exemplo é a liberação de uma gleba nas nascentes do Córrego Santo Antônio para implantação de um centro de operações logísticas do Magazine Luiza, implantado em 2007, além da ocorrência de loteamentos irregulares nas áreas de proteção dos mananciais. Mesmo alguns loteamentos regularizados, como os dos bairros de Monterrey e Arataba, apresentam problemas de carreamento de resíduos e erosão do solo o que agrava o assoreamento e a poluição dos corpos d'água.

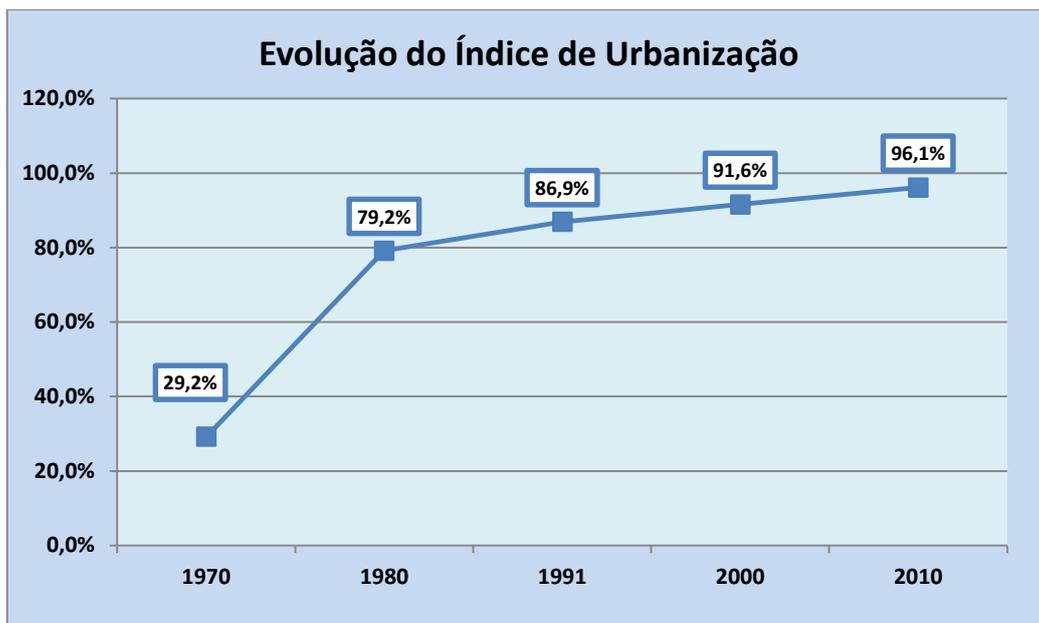
O crescimento populacional do município de Louveira tem se dado nas últimas décadas pelo aumento êxodo rural e forte migração devido à instalação de grandes centros logísticos.

Deste modo, o índice de urbanização cresceu acentuadamente, principalmente a partir da década de 80, atingindo o patamar de 96,1%, segundo o censo do IBGE de 2010.

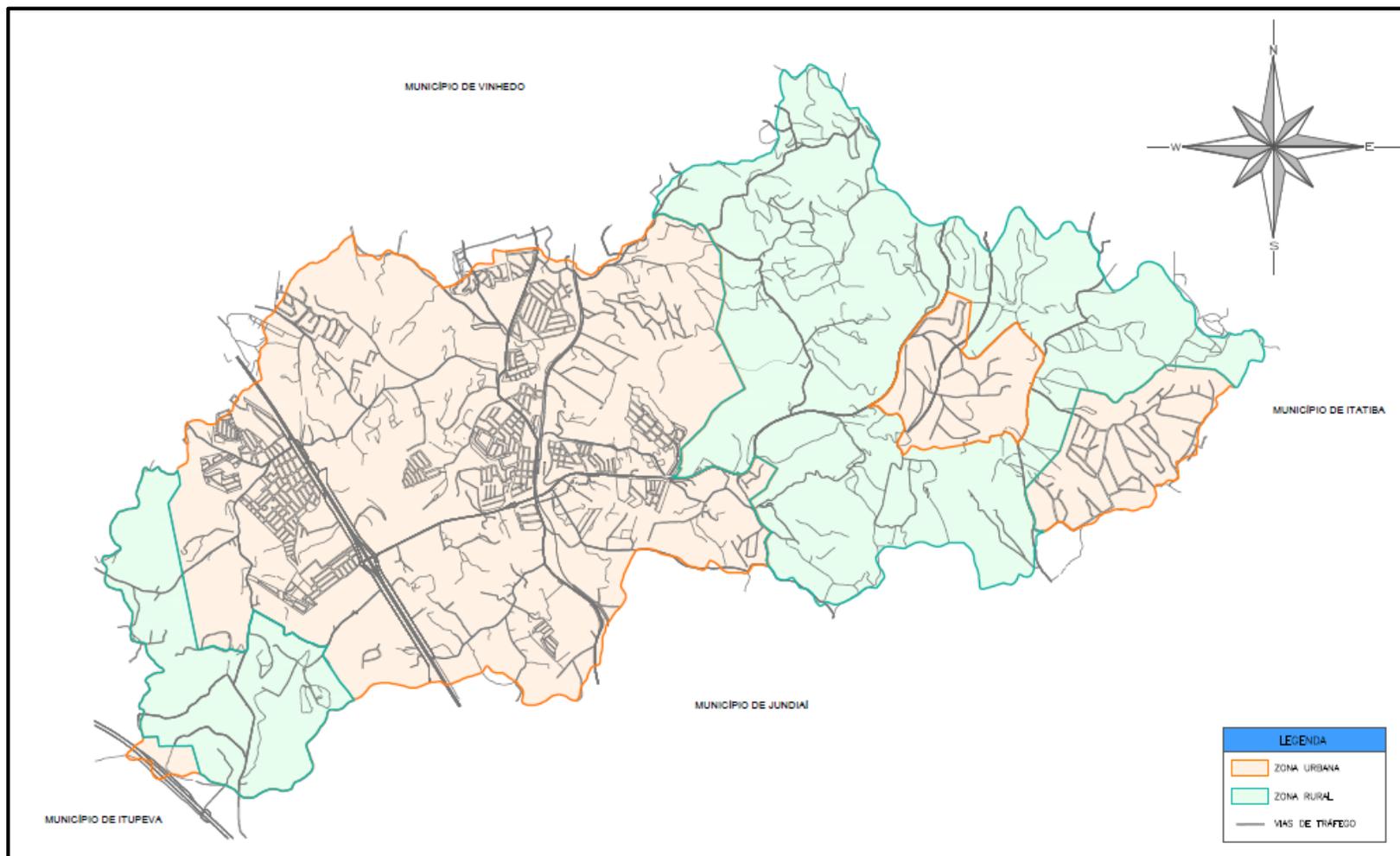
Atualmente a área urbana ocupa cerca de 34 Km², o que representa cerca de 60% da área total do município.

A evolução do grau de urbanização do município e de sua situação atual, podem ser observadas no Gráfico 3 e Figura 47.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Urbanização no Município de Louveira.



Fonte: IBGE.



Fonte: PML, 2014.

Figura 47 – Visualização Espacial das Áreas Urbana e Rural.

Nestas circunstâncias, a capacidade de drenagem dos corpos d'água do município tem sido, ao longo dos anos, afetada pela ocupação urbana em suas bacias de drenagem o que provoca o aumento da impermeabilização do solo e conseqüentemente o aumento dos picos das vazões durante as chuvas mais intensas. Este aumento de vazão pode, em determinadas situações de chuvas mais intensas, causar efeitos danosos como enchentes, inundações nas áreas ribeirinhas, erosão marginal e solapamento das margens dos corpos d'água. Quando associados à deficiência da microdrenagem são responsáveis por alagamentos e enxurradas em vias públicas.

21.6.2. Cobertura Vegetal

Uma consequência direta da expansão urbana é a redução sensível da quantidade de cobertura vegetal da bacia hidrográfica, principalmente se esta expansão se deu de forma não planejada.

Ao fenômeno da concentração populacional, soma-se a elevada demanda pelo uso das terras agricultáveis, sendo que, certos municípios possuem raras áreas arborizadas, como é o caso de Louveira, cidade que historicamente perdeu suas florestas para a agricultura.

Esse aspecto exerce grande influência na qualidade de vida da população, uma vez que a presença de árvores exerce impacto significativo sobre o clima local.

Matas, capoeiras e reflorestamentos ocupam, segundo dados da SGA, cerca de 15% da área do município. Este dado mostra que a cobertura vegetal do município é, de maneira relativa, pouco significativa no que diz respeito à contribuição para com a melhoria das condições ambientais e do município e para amortecimento e retenção das águas pluviais.

O principal fator responsável pela supressão de vegetação nativa no município foi a abertura de áreas agrícolas para lavouras como a do café (início do século XX), da uva, do morango, entre outros. Em menor proporção as áreas de pastagem e a implantação de novos loteamentos.

Ainda, segundo os dados do Instituto Florestal de São Paulo, atualmente a cobertura vegetal, predominantemente capoeira, vegetação secundária ocupando 5,04 % do território municipal. A mata representa apenas 0,19% do município de Louveira. O reflorestamento representa 5,05% da cobertura vegetal do município como podemos observar na Tabela 33.

Tabela 33 - Cobertura Vegetal no Município de Louveira.

Cobertura Vegetal	Área (ha)	(%) *
Mata	10,27	0,19
Capoeira	277,47	5,04
Total	287,74	5,23
Reflorestamento	272,45	5,05
	560,19	10,28

* (em relação à área do município)

Fonte: Instituto Florestal, [s.d.].

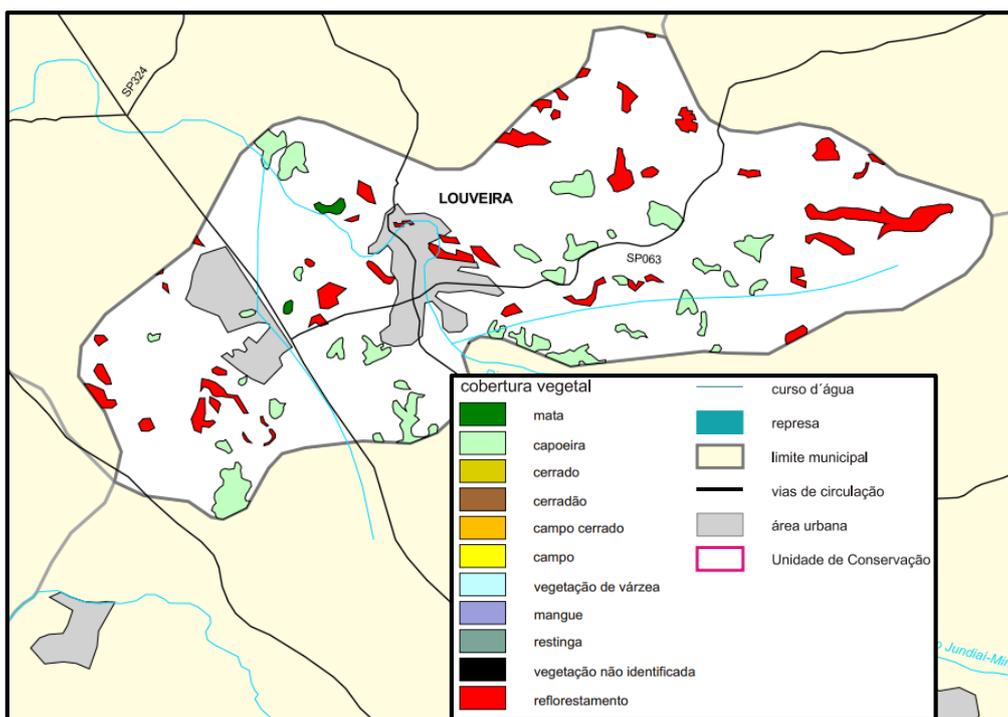
As informações sobre cultivos no município foram coletadas no portal eletrônico do IBGE Cidades, conforme apresentado na Tabela 34.

Tabela 34 - Produção Agrícola Segundo o IBGE.

Produção Agrícola Municipal - Permanente	Área Cultivada (hectares)
Abacate	1
Banana	3
Caqui	82
Figo	33
Goiaba	16
Limão	2
Manga	3
Maracujá	3
Pêssego	2
Tangerina	6
Uva	329

Fonte: IBGE, 2013.

A Figura 48 permite visualizar a distribuição da cobertura vegetal no município de Louveira.



Fonte: SIFESP, 2009.

Figura 48 - Fragmentos de Vegetação no Município de Louveira.

A quase total ausência de cobertura vegetal nativa, conforme identificada acima, teve origem em diversos aspectos entre os quais se pode destacar:

- Elevada expansão das atividades associadas à urbanização (habitação, indústria, equipamentos e infraestruturas);
- Ausência de diretrizes, controle e fiscalização do uso e ocupação do solo, que se deu de forma desordenada anteriormente e após decretação do antigo Plano Diretor;
- Ocupação irregular de áreas de várzea e de encostas.

21.6.3. Ocupação das Áreas Ribeirinhas e de Encostas

Conforme já relatado nos itens anteriores, o crescimento da área urbana de Louveira ocorreu por muitos anos sem que houvesse no município um planejamento e fiscalização mais rigorosa do uso e ocupação. Este aspecto, associado a outros de caráter social, trouxeram como consequência, a ocupação irregular de áreas urbanas. Particularmente, em áreas de encostas.

Para a gestão das necessidades habitacionais do município para a população de baixa renda e particularmente daquela que ocupa áreas irregulares e de risco, a Prefeitura contratou uma empresa de consultoria para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) - documento exigido pelo Ministério das Cidades para obtenção de recursos na área.

O PLHIS é elaborado a partir do diagnóstico das áreas existentes e futuras áreas destinadas às construções de moradias populares, mapeando também as demandas por habitação, as áreas de risco e áreas à espera de regularização, calculando o impacto financeiro, entre outros pontos referentes às características da habitação municipal.

Além de sua importância como ferramenta para planejar a cidade, o Plano Local de Habitação é necessário para garantir repasses financeiros via Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Em Louveira, o plano está em elaboração pela Fundação Municipal de Habitação (FUMHAB).

21.6.4. Travessias de Corpos D'Água

Outro fator advindo da urbanização crescente é o aumento das vias públicas, que por sua vez interceptam os corpos d'água do município, obrigando muitas vezes a se fazer a drenagem dos mesmos através de travessias, que ao longo do tempo se tornam subdimensionadas provocando transbordamentos que afetam vias públicas, bairros e residências.

No caso da Rodovia Estadual Romildo Prado, esta corta o Rio Capivari através de viaduto, não interferindo, portanto na drenagem do rio.

Já as vias públicas municipais, estradas, ruas e avenidas e a via férrea, que cruzam os principais corpos d'água, podem interferir na macrodrenagem urbana.

No município de Louveira este tipo de ocorrência não tem acontecido, denotando que as travessias existentes estão suportando os efeitos das cheias sem causar estrangulamentos significativos, pelo menos para o histórico pluviométrico atual. São necessários, portanto, estudos mais específicos e mais aprofundados visando avaliar a capacidade de drenagem dos corpos d'água do município prevendo cenários futuros, pluviométricos e de impermeabilização da bacia.

Nas figuras a seguir (Figura 49 a Figura 61) são apresentadas visualizações de algumas das várias travessias existentes, principalmente no Rio Capivari e uma travessia do Córrego Santo Antônio.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 49 – Vista Aérea da Travessia Rio Capivari x Via Férrea x Estrada das Rainhas.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 50 – Travessia Rio Capivari x Via Férrea.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 51 – Travessia Rio Capivari x Estrada das Rainhas.



Fonte: Google Earth, (adaptado).

Figura 52 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Rua Padre Luiz Gonzaga.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 53 – Travessia do Rio Capivari x Rua Padre Luiz Gonzaga.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 54 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Avenida Tiradentes.



Fonte: Google Earth.

Figura 55 – Rio Capivari x Avenida Tiradentes.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 56 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Estrada da Estação de Tratamento.



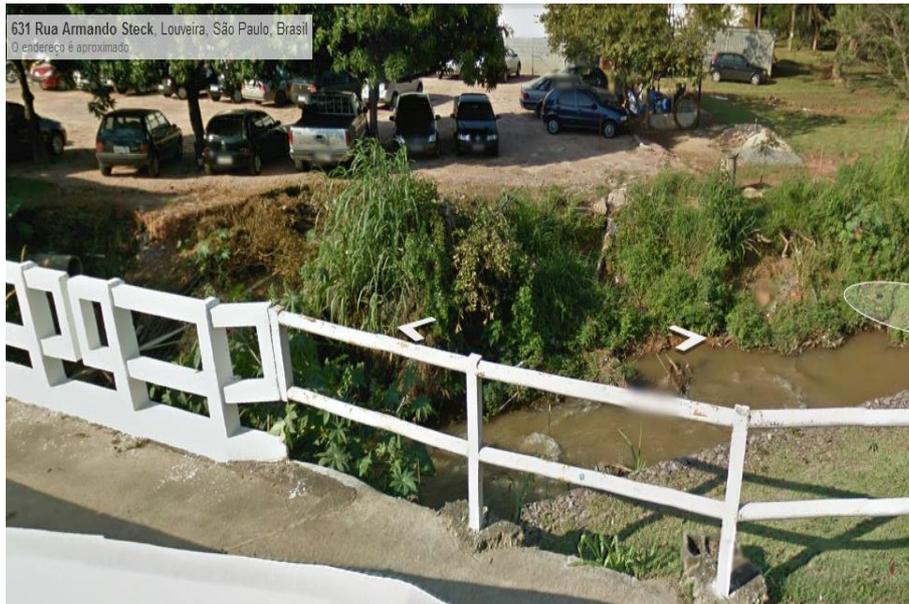
Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 57 – Travessia Rio Capivari x Estrada da Estação de Tratamento.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 58 – Vista Aérea da Travessia do Rio Capivari Sob a Avenida Armando Steck.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 59 – Travessia Rio Capivari x Rua Armando Steck.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 60 – Vista Aérea da Travessia do Córrego Santo Antônio Sob a Avenida Paulo Prado.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 61 – Travessia Ribeirão Santo Antônio x Avenida Paulo Prado.

21.6.5. Parques Municipais

Além dos parques existentes atualmente no município, entendendo a importância que os parques municipais, especialmente os lineares, possuem para melhoria das condições ambientais, de lazer, retenção e absorção de águas pluviais, etc., a Prefeitura de Louveira, através do novo Plano Diretor, em seu item II, estabelece a *“implantação de projeto de utilização das áreas públicas e privadas da várzea do rio Capivari, denominado Parque Capivari, buscando a integração do patrimônio natural e histórico ao uso urbano e lazer (...)”*.

Define ainda que, *“a área de estudo para implantação do Parque Capivari deve corresponder pelo menos às áreas de preservação permanente ao longo do curso d'água inclusive a Zona de Proteção do Patrimônio (ZPP), demarcada na lei de uso, ocupação e parcelamento do solo, constituída de áreas públicas e privadas, ocupadas e desocupadas, cujos usos, densidades de ocupação, taxa de impermeabilização e recuos possibilitam conformar um espaço diferenciado na malha urbana de Louveira e potencializar o valor paisagístico e a qualidade ambiental”*.

Conforme consta do Plano Diretor que está em vigor, o Eixo Ambiental definido pelo Parque Capivari, possibilitará a integração dos afluentes do Rio Capivari e formação do Parque Fetá e do Parque Sapezal. Este eixo ambiental terá a função de consolidar as Áreas de Preservação Permanente (APP) preservando e recuperando as matas ciliares, protegendo lagos e lagoas ao longo do Rio Capivari e de seus afluentes.

O Programa de Metas da Prefeitura para o período 2013-2016 prevê também a Implantação do Parque Municipal de Louveira.

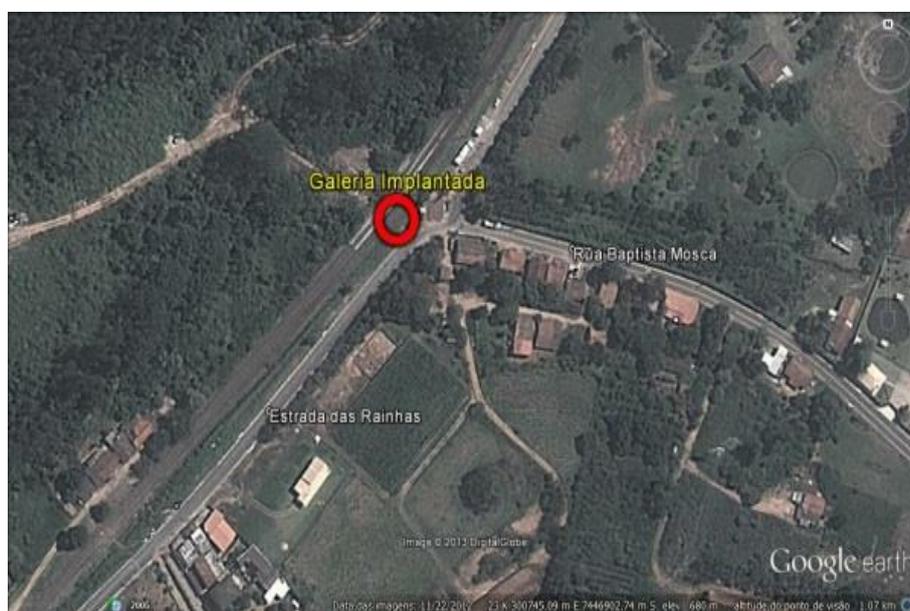
21.7. ÁREAS DE RISCOS

21.7.1. Histórico de Ocorrências de Inundação no Município

O município de Louveira não é um município que tenha vivenciado eventos graves e frequentes de inundação durante os períodos de chuvas intensas.

A ocorrência mais significativa envolvendo a drenagem urbana aconteceu no dia 13 de janeiro de 2011, quando um período de chuvas intensas, provocou inundações em várias cidades do Estado de São Paulo. Em Louveira, o local mais afetado foi o centro da cidade.

Conforme informações da Defesa Civil do município, foram realizadas obras de ampliação de redes de drenagem em 2012 nos locais mais afetados da zona central, e a execução de uma tubulação que faz a drenagem da estrada das Rainhas sob a via férrea. As figuras a seguir (Figura 62 a Figura 64) ilustram o local e a execução da obra.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 62 – Vista Aérea do Local da Intervenção.



Fonte: PML, 2013.

Figura 63 – Imagens da Obra de Drenagem.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 64 – Imagem do Local Após a Intervenção.

Segundo informações da Prefeitura, após a execução destas obras, este tipo de ocorrência não tem mais acontecido até o momento, mesmo nos períodos de maior pluviometria.

21.7.2. Principais Pontos Críticos do Sistema de Drenagem

Normalmente, as principais causas das ocorrências de situações críticas com a drenagem urbana, nos eventos de chuvas intensas, de forma geral, são:

- Deficiência e/ou ausência de redes e galerias de águas em alguns locais;
- Estrangulamento da secção dos canais de drenagem natural (ribeirões e córregos) por travessias de vias de trânsito rodoviário e ferroviário, causando elevação de nível e transbordamento;

- Vazões de cheia superiores à capacidade de drenagem de alguns trechos dos canais naturais, inundando as margens;
- Características geomorfológicas da bacia (relevo, solo e etc.);
- Ocupação de áreas ribeirinhas e de encostas.

Em maio de 2013, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, finalizou o Relatório Técnico N° 133.105-205, que apresenta os resultados do mapeamento de áreas de risco de deslizamentos e inundações do Município de Louveira, estado de São Paulo, em cumprimento ao contrato celebrado entre o IPT e a Casa Militar do Gabinete do Governador do estado de São Paulo.

O mapeamento de áreas de alto e muito alto risco a deslizamentos e inundações faz parte do Plano Preventivo de Defesa Civil do Estado.

O mapeamento utilizou metodologia simplificada a partir daquela desenvolvida pelo IPT para o Ministério das Cidades e adotada em todo o país.

O referido Relatório Técnico apresenta os trabalhos referentes ao mapeamento de áreas de risco de deslizamentos e inundações do município de Louveira, assim como a indicação da concepção de intervenções.

As conclusões do relatório são a seguir resumidas:

Risco de Deslizamento

O mapeamento para a identificação de áreas de risco de deslizamentos, no município de Louveira, proporcionou concluir que as características das encostas naturais na região indicam alta suscetibilidade natural para ocorrência de deslizamentos de solo pouco profundos. No total foram identificadas três áreas classificadas como de Risco Alto – R3, em função da forma de ocupação do terreno e da proximidade das moradias em relação aos taludes. A cicatriz de deslizamento que apresenta maior dimensão, observada na área LOU-02, pode ser indicada como exemplo de movimentação induzida pelas escavações no talude e presença de estruturas geológicas desfavoráveis à estabilidade. Nesse sentido, outras situações semelhantes poderão ocorrer, caso as novas intervenções nas encostas não sigam orientações técnicas compatíveis com os terrenos.

Risco de Inundação

O mapeamento identificou três áreas de risco de inundação; duas associadas ao rio Capivari e outra a uma pequena drenagem local. O rio Capivari corta a região central e vários bairros no município. Em função das variações das alturas dos taludes marginais, poderá ocorrer inundação em diversos pontos ao longo do canal da drenagem. Por meio da caracterização geológico-geotécnica expedita e do histórico de processos nos locais avaliados, conclui-se que alguns problemas podem ser esperados em períodos de grande intensidade pluviométrica, tais como as inundações, em função da rápida concentração das águas de chuva no principal córrego da cidade, em função do grau de impermeabilização, assoreamento e características geométricas dos canais.

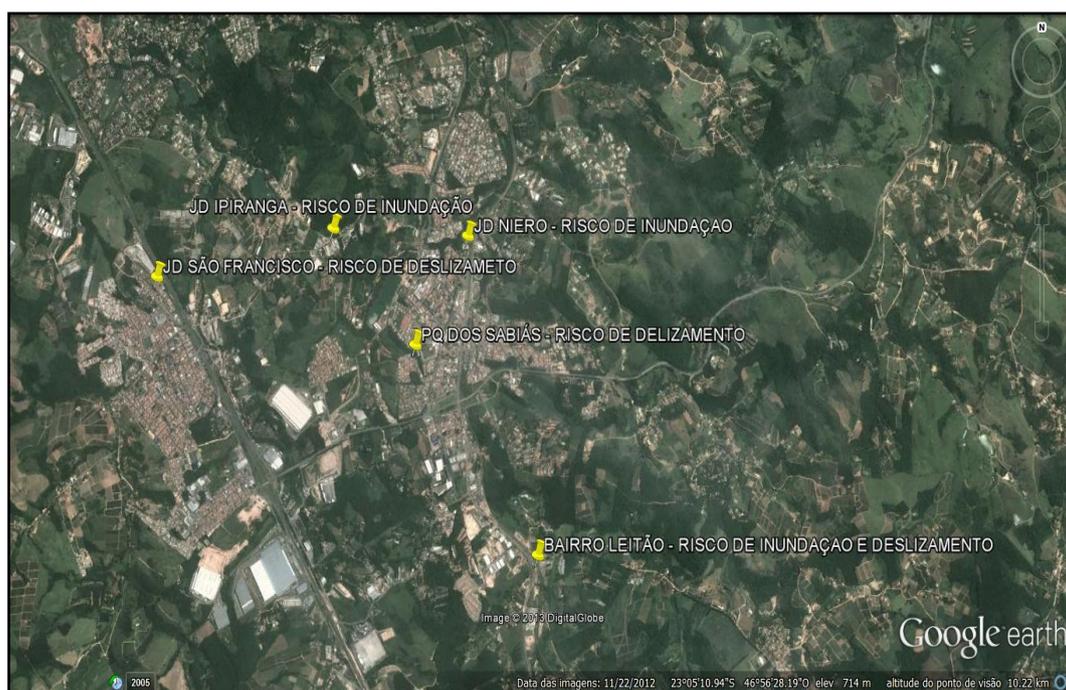
As áreas que foram objeto do mapeamento estão resumidas na Tabela 35, conforme codificação apresentada no referido relatório do IPT.

Tabela 35 – Áreas de Risco no Município de Louveira.

ÁREA Nº	NOME DA ÁREA	PROCESSO	NIVEL DE RISCO
LOU-01	Bairro Leitão – Rodovia Vereador Geraldo Dias	Deslizamento	R-3 (Alto)
LOU-02	Parque dos Sabiás – Rua Hilda Maria Simões	Deslizamento	R-3 (Alto)
LOU-03	Jardim São Francisco – Rua Pedro Chiqueto	Deslizamento	R-3 (Alto)
LOU-04	Bairro Leitão – Rodovia Vereador Geraldo Dias	Inundação	R-2 (Médio)
LOU-05	Jardim Niero – Rua Rodrigues Alves	Inundação	R-1 (Baixo)
LOU-06	Jardim Ipiranga – Atílio Biscuola	Inundação	R-1 (Baixo)

Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013.

Na Figura 65 é possível visualizar a localização das áreas de risco.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

Figura 65 – Localização dos Pontos de Risco no Município de Louveira.

Nos itens seguintes são apresentadas informações mais detalhadas, referentes às áreas com riscos de deslizamento e risco de inundação.

A. Áreas Sujeitas a Deslizamento:

📍 Área LOU-01 (Bairro Leitão – Rodovia Vereador Geraldo Dias) – Deslizamento – (R3 – Risco Alto).

- Descrição da Área:

A Área **LOU-01** compreende setor de risco, localizado próximo da Rodovia Vereador Geraldo Dias e linha ferroviária, bairro com baixa densidade ocupacional, predominando construções de alvenaria. As vias nas proximidades possuem boas condições de pavimentação e sistemas de drenagem, em vias de acesso, satisfatórios e precários.

Há moradias bastante próximas à base do aterro da rodovia, aterro que alcança 6 m de altura com inclinações de 30°. O acesso a essas moradias é por meio de vielas e caminhos que possuem de boas a péssimas condições de circulação, com pontos de concentração de água e erosões pontuais. Há também casos de escavações pontuais nos taludes de aterro da ferrovia, para ampliação dos terrenos das moradias.

Durante os estudos realizados pelo IPT, foi registrado deslizamento, nesse talude de aterro. Por conta do risco a área é monitorada durante o Plano Preservativo da Defesa Civil, pois é um dos pontos com grau mais crítico relacionado a riscos geológicos no município de Louveira. Esta área é agregada à Área LOU-04.

- Descrição do Processo Observado e/ou Potencial:

(...)Espera-se para a área LOU-01 a ocorrência de deslizamentos planares rasos, nos taludes de corte, potencializados pelas escavações no local, gerando volumes suficientes para atingir as moradias a jusante. Nesse caso, o grau de risco da área LOU-01 foi definido como R3 – Risco Alto. (...) (IPT, Relatório Técnico N° 133.105-205.)

A Figura 66 ilustra a localização da área.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013.

Figura 66 – ÁREA LOU-01 – Rodovia Vereador Geraldo Dias – Bairro Leitão.

📍 Área LOU-02 (Parque dos Sabiás – Rua Hilda Maria Simões) - Deslizamento- (R3-Risco Alto).

- Descrição da Área:

A Área **LOU-02** compreende setor de risco, localizado na Rua Hilda Maria Simões, Parque dos Sabiás, bairro com alta densidade ocupacional, predominando construções de alvenaria. As vias nas proximidades possuem boas condições de pavimentação e sistemas de drenagem, em vias de acesso, satisfatórios.

Há moradias na base de uma encosta com alto grau de declividade que chegam a 10 m e 90° de inclinação.

Durante os estudos realizados pelo IPT foi registrada cicatriz de deslizamento, em talude de corte, envolvendo volume de solo e raio de alcance suficiente para atingir a calçada da Rua Hilda Maria Simões. De acordo com os resultados do mapeamento do IPT os deslizamentos na área também ocorrem por conta de condicionantes geológicos persistentes no talude, principalmente fraturamento da rocha e foliação. Há um terreno desocupado que possui um muro de pedra com cerca de 30 metros de altura e vasta extensão lateral.

- Descrição do Processo Observado e/ou Potencial:

(...) Espera-se para a área **LOU-02** a ocorrência de deslizamentos planares rasos, nos taludes de corte, potencializados pelas escavações no local, gerando volumes suficientes para atingir as moradias a jusante e acessos. Nesse caso, o grau de risco da área **LOU-02** foi definido como **R3** – Risco Alto. (...) (IPT, Relatório Técnico N° 133.105-205.)

A Figura 67 ilustra a localização da área.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013.

Figura 67 – Área LOU-02 – Rua Hilda Maria Simões – Parque dos Sabiás.

🚧 Área LOU-03 (Jardim São Francisco – Rua Pedro Chiqueto) – Deslizamento – (R3-Risco Alto).

- Descrição da Área:

A Área **LOU-03** compreende setor de risco, localizado na Rua Pedro Chiqueto, Jardim São Francisco, bairro com alta densidade ocupacional, predominando construções de alvenaria. As vias nas proximidades possuem boas condições de pavimentação e sistemas de drenagem, em vias de acesso, de precários a satisfatórios.

Há moradias na base de uma encosta com alto grau de declividade que chegam a 8 m variando entre 45° a 90° de inclinação.

Principalmente nos lotes ocupados no topo da encosta foi observado pelos estudos do IPT que os moradores fazem uma espécie de muro de contenção.

Durante os estudos realizados pelo IPT foi registrada cicatriz de deslizamento, em talude de corte, envolvendo volume de solo e raio de alcance suficiente para atingir a calçada da Rua Hilda Maria Simões. De acordo com os resultados do mapeamento do IPT os deslizamentos na área também ocorrem por conta de condicionantes geológicos persistentes no talude, principalmente fraturamento da rocha e foliação. Há um terreno desocupado que possui um muro de pedra com cerca de 30 metros de altura e vasta extensão lateral.

- Descrição do Processo Observado e/ou Potencial:

(...) Espera-se para a área **LOU-03** a ocorrência de deslizamentos planares rasos, nos taludes de corte, potencializados pelas escavações no local, gerando volumes suficientes para atingir as

moradias a jusante. Nesse caso, o grau de risco da área **LOU-03** foi definido como **R3** – Risco Alto. (...) (IPT, Relatório Técnico Nº 133.105-205.)

A Figura 68 ilustra a localização da área.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013.

Figura 68 – Área LOU-03 – Rua Pedro Chiqueto – Jardim São Francisco.

B. Áreas Sujeitas a Inundação:

📍 Área LOU-04 (Bairro Leitão – Rodovia Vereador Geraldo Dias) – Inundação – (R2-Risco Médio).

- Descrição da Área:

A Área **LOU-04** compreende setor de risco, localizado na Rodovia Vereador Geraldo Dias, Bairro Leitão, bairro com média a baixa densidade ocupacional, predominando construções de alvenaria. As vias nas proximidades possuem boas condições de pavimentação e sistemas de drenagem, em vias de acesso, de precários a satisfatórios.

Existem moradias entre o aterro da rodovia e o aterro da linha férrea que passa pela área. Há uma drenagem no local, o canal possui cerca de 2 m de largura (máxima) e margens variando de 1 a 2 metros de altura. A pequena distância entre a margem do canal de drenagem e as moradias aumentam o impacto na área.

Segundo informações da COMDEC, as cheias são frequentes na área e no trecho vistoriado, e caracterizada pela rápida elevação das águas.

- Descrição do Processo Observado e/ou Potencial:

(...) Espera-se para a área **LOU-04** a ocorrência de inundações com rápida elevação das águas, com possibilidade de atingir as moradias e vias de acesso (isolamento de parte do bairro). Nesse caso, o grau de risco da área **LOU-04** foi definido como **R2** – Risco Médio. (...) (IPT, Relatório Técnico Nº 133.105-205.)

A Figura 69 ilustra a localização da área.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013.

Figura 69 – Área LOU-04 – Rodovia Vereador Geraldo Dias – Bairro Leitão.

📍 Área LOU-05 (Jardim Niero – Rua Rodrigues Alves) – Inundação – (R1 - Risco Baixo).

- Descrição da Área:

A Área **LOU-05** compreende setor de risco, localizado próximo ao centro na Rua Rodrigues Alves, bairro com alta densidade ocupacional e predominância de construções em alvenaria. As vias nas proximidades possuem boas condições de pavimentação e sistemas de drenagem, em vias de acesso, satisfatórios.

A drenagem no local, referente ao rio Capivari, é natural, meandrante a retilínea, o canal possui em torno de 5 metros de largura e margens que variam entre 2,5 a 4 metros de altura.

Os estudos realizados pelo IPT nessa área constataram que os taludes marginais são naturais e que há boa conservação da vegetação presente nos mesmos.

O risco mapeado na área é pela ocorrência de processo de solapamento em pontos específicos do canal. A distância entre as moradias e a margem do canal é relativamente distante, o que reduz a possibilidades de acidentes.

De acordo com informações da COMDEC, no local não há frequência de cheias, sendo a última ocorrência em 2011. Mesmo com a baixa frequência dessa ocorrência, quando ocorre algumas moradias chegam a ficar isoladas com a água atingindo 1,5 metros de altura.

- Descrição do Processo Observado e/ou Potencial:

(...) Espera-se para a área **LOU-05** a ocorrência de inundação, com possibilidade de impacto nas vias de acesso e isolamento de moradias. Nesse caso, o grau de risco da área **LOU-05** foi definido como **R1** – Risco Baixo. (...) (IPT, Relatório Técnico Nº 133.105-205.)

A Figura 70 ilustra a localização da área.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013.

Figura 70 – Área LOU-05 – Rua Rodrigues Alves – Jardim Niero.

📍 **Área LOU-06 (Jardim Ipiranga – Atílio Biscuola) – Inundação – (R1 - Risco Baixo).**

- Descrição da Área:

A Área **LOU-06** compreende setor de risco, localizado próximo as Ruas Atílio Biscuola e Antonio Biscuola, bairro com média densidade ocupacional e predominância de diversas indústrias. As vias nas proximidades possuem boas condições de pavimentação e sistemas de drenagem, em vias de acesso, satisfatórios.

A drenagem no local, referente ao rio Capivari, é natural, meandrante a retilínea, no local o canal possui em torno de 5 metros de largura e margens que variam entre 2 a 3 metros de altura.

Os estudos realizados pelo IPT nessa área constataram que os taludes marginais são naturais e que há boa conservação da vegetação presente nos mesmos.

O risco mapeado na área é pela ocorrência de processo de solapamento em pontos específicos do canal. De acordo com informações da COMDEC, no local não há frequência de cheias, sendo a última ocorrência em 2011. Mesmo com a baixa frequência dessa ocorrência, quando ocorreu, a água chegou a atingir o pátio das indústrias e algumas moradias, a água atingiu 1,5 metros de altura com raio de alcance superior a 300 metros.

- Descrição do Processo Observado e/ou Potencial:

(...)Espera-se para a área **LOU-06** a ocorrência de inundação, com possibilidade de impacto nas vias de acesso e isolamento da área. Nesse caso, o grau de risco da área **LOU-06** foi definido como **R1** – Risco Baixo. (...) (IPT, Relatório Técnico N° 133.105-205.)

A Figura 71 ilustra a localização da área.



Fonte: Relatório de Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamento e Inundações do Município de Louveira (SP) - IPT, 2013.

Figura 71 – Área LOU-06 – Jardim Ipiranga – Rua Atilio Biscuola.

22. DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE ÁGUAS PLUVIAIS

Neste item estão resumidos os aspectos considerados mais relevantes das fases de caracterização e diagnóstico, bem como acrescentadas algumas informações importantes.

Da análise das informações e considerações feitas nas fases de caracterização e diagnóstico da situação da drenagem urbana no município de Louveira, foi possível constatar que esta não está condicionada exclusivamente às características próprias do município, mas que tanto influencia, quanto é influenciada pela situação dos outros municípios que compõem a bacia do Rio Capivari.

Da mesma forma, os municípios da bacia do Rio Capivari, são influenciados pela dinâmica de crescimento da Microrregião de Jundiaí, na qual estão inseridos.

Por estar situado relativamente mais perto de sua nascente, os impactos sofridos pelo município de Louveira são menores do que os dos municípios de jusante.

A inexistência de um Plano Diretor de Drenagem até o ano de 2013 contribuiu para que os resultados alcançados até o momento não fossem satisfatórios.

No contexto atual do próprio município é possível constatar diversos aspectos, tanto positivos quanto negativos que impactam na drenagem e manejo das águas pluviais, tais como:

- A inexistência de um sistema de cadastro das redes do município e particularmente das redes pluviais, outros aspectos como planos e projetos futuros, entre outros, denotam a ineficiência na sistemática de gestão do setor;
- Outro aspecto que também denota esta ineficiência é a dificuldade que o poder público teve até o momento, em ordenar o crescimento urbano, tendo permitido que a ocupação se desse de forma desordenada, comprometendo seriamente a capacidade de retenção e absorção natural das águas pluviais. Exemplo disto é o baixo índice de cobertura vegetal, a ocupação de áreas ribeirinhas e encostas e etc.;
- A capacidade de drenagem da calha do Rio Capivari, e seus afluentes no município aparentemente está adequada, visto que a incidência de inundações é baixa, e os locais de risco levantados pelo estudo do IPT indicam nível de risco baixo. Da mesma forma, as travessias dos corpos d'água existentes no município, aparentemente também não tem interferido na capacidade de drenagem dos mesmos. Entretanto, só um estudo mais aprofundado, levando em consideração cenários próprios, poderão determinar eventuais necessidades de intervenção nos corpos hídricos;
- O planejamento das ações a serem tomadas no sentido de melhorar as condições da drenagem urbana e manejo das águas pluviais do município, devem prioritariamente se voltar para a mitigação da impermeabilização de novas áreas nas sub-bacias hidrográficas. Este é um conceito moderno do manejo das águas pluviais que prioriza o amortecimento, a retenção e a infiltração das águas pluviais, em relação ao ato simples de drenar. Neste sentido o novo Plano Diretor, em implantação, possui diretrizes bastante

adequadas, particularmente no que se refere ao novo zoneamento. Entretanto é necessário que se estabeleçam metas para tornar as diretrizes e proposições realmente efetivas;

- Dentro do objetivo proposto de mitigar a impermeabilização da bacia no âmbito municipal cabe destacar as proposições do Plano Diretor de implantar e integrar os Parques Municipais do Capivari, Fetá, Sapezal e Louveira. Outros destaques são: O estabelecimento de áreas mínimas, limites para a densidade demográfica (hab./ha), e taxa mínima de permeabilidade (%) para os novos lotes e glebas;
- O estudo feito pelo IPT em 2013, no município de Louveira detectou 3 (três) locais de ocupação de encosta com classificação de risco alto de deslizamento. Deste modo, é necessário que se tomem medidas urgentes para evitar que ocorra algum tipo de acidente grave por ocasião de chuvas intensas. As recomendações feitas no referido relatório são importantes, e de caráter geral, necessitando estudos e medidas efetivas, como projeto e obra de contenção e/ou remoção das famílias das áreas de risco, quando for o caso;
- A gestão da ocupação irregular e clandestina, principalmente aquelas localizadas em áreas de risco, é recomendável que seja feita através do Plano Local de habitação de Interesse Social- PLHIS, que inclusive permite a obtenção de recursos federais para investimentos na área. Neste sentido a municipalidade já contratou uma empresa de consultoria para a elaboração do plano. Os estudos serão realizados pelas secretarias municipais de Desenvolvimento Urbano, Governo e Assistência Social, em conjunto com a empresa contratada para a elaboração do plano.

Resumo Sucinto

Um resumo sucinto de alguns aspectos notáveis do presente diagnóstico é apresentado no Quadro 21.

Quadro 21 – Resumo do Diagnóstico de Drenagem.

ASPECTO	SITUAÇÃO ATUAL
Microdrenagem	Forma tradicional: sarjeta, bocas de lobo, redes coletoras de águas pluviais e galerias, por ausência de cadastro não foi possível tratarmos de dimensões e quantidades.
Macro drenagem	-Integralmente inserida na Bacia do Rio Capivari -Sub-bacia de Drenagem do Córrego Santo Antônio; -Sub-bacia de Drenagem do Córrego Sapezal; -Sub-bacia de Drenagem do Córrego Fetá
Zoneamento Municipal	- Zona de Uso Agrícola e Turístico; - Zona de Conservação Urbana; - Zona de Uso Residencial; - Zona de Conservação Ambiental Urbana; - Zona de Uso Industrial; - Zona de Uso Misto; - Zona de Proteção do Patrimônio; - Corredor de Comércio e Serviço de Grande Porte e Turismo.

Quadro 21 – Resumo do Diagnóstico de Drenagem (Continuação).

Cobertura Vegetal (% em relação a área total do município)				- Capoeira: 5,04% - Mata: 0,19 % - Reflorestamento: 5,05 %
Travessias				Existem algumas travessias importantes no município, porém, nenhuma delas apresenta problemas mais sérios na drenagem.
Principais Deslizamentos	Pontos	Críticos	de	<ul style="list-style-type: none"> • Bairro Leitão – Rodovia Vereador Geraldo Dias – R-3 (Alto); • Parque dos Sabiás – Rua Hilda Maria Simões – R-3 (Alto); • Jardim São Francisco – Rua Pedro Chiqueto – R-3 (Alto).
Principais Pontos Críticos de Inundação				<ul style="list-style-type: none"> • Bairro Leitão – Rodovia Vereador Geraldo Dias – R-2 (Médio); • Jardim Niero – Rua Rodrigues Alves – R-1 (Baixo); • Jardim Ipiranga – Atílio Biscuola – R-1 (Baixo).
Tecnologias				Sarjetas, bocas de lobo, tubulações e galerias.

Finalmente podemos concluir que, a junção de todos os aspectos aqui relatados, alguns positivos outros negativos, devem ser entendidos como subsídios igualmente importantes para as fases posteriores do presente plano de saneamento.

ABPL, SELETUR. Guia de orientação para adequação dos municípios à Política nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PCJ. Disponível: <http://www.agenciapcj.org.br>. Acesso novembro de 2013.

AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PCJ. Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2013. Disponível em: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-situacao-2013.pdf>. Acesso em março de 2014.

AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PCJ. Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2004-2006. Disponível em: http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/Relatorio_de_situacao/rs-2004-2006/RS-04-06_Relatorio-Sintese.pdf. Acesso em março de 2014.

AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PCJ. Relatório Final do Plano de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: 2010 - 2029. Disponível em: http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/PB/PCJ_PB-2010-2020_RelatorioFinal.pdf. Acesso em março de 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Disponível: <http://atlas.ana.gov.br/>. Acesso em novembro de 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução nº 306, de 07 de dezembro de 2004, dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. DOU, 2004.

AMBIÉTICA ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Louveira, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Resíduos sólidos – Classificação, NBR 10.004. Rio de Janeiro, 2004. 63p.

BEZERRA *et al.* Qualidade de Vida e Percepção Ambiental dos Moradores de Uma Comunidade Rural de Mossoró, RN. Revista Verde. Mossoró. Rio Grande do Norte. V. 4. N.3. p. 39-44. Julho/setembro 2009. Disponível em: <http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RVADS/article/view/193/193>. Acesso em Janeiro de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA. Resolução CONAMA nº 416/09, de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus

inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]; Brasília, DF, 01 de out 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Departamento de Ambiente Urbano, ICLEI - Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação. Disponível em: <http://www.mineiropt.com.br/arquivoslc/arq51ac9e732bb33.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Manual para elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Consórcios Públicos. Brasília – DF. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_arquivos/1_manual_elaborao_plano_gesto_integrada_rs_cp_125.pdf. Acesso em outubro de 2010.

_____. Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/>. Acesso em novembro de 2013.

_____. Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/institucional/index.asp>. Acesso em novembro de 2013.

_____. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico Brasília: DOU, 2010.

_____. Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que institui as diretrizes nacionais para o saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico no Brasil. Brasília: DOU, 2007.

_____. Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasília: DOU, 2005.

_____. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: DOU, 2010.

CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA (CEPAGRI). Disponível: <http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>. Acesso em novembro de 2013.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. 2013. Disponível em: <http://residuossolidos.cetesb.sp.gov.br/residuos-solidos/residuos-urbanos-saude-construcao-civil/publicacoes-e-relatorios/>. Acesso em março de 2014.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ). Disponível em: <http://www.comitespcj.org.br/>. Acesso em novembro de 2013.

DER – SP. Departamento de Estradas e Rodagem. Disponível em: <http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Index.aspx>. Acesso em Março de 2014.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Agropecuária. Disponível em: <http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/clima.htm>. Acesso em Julho de 2014.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Disponível: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em novembro de 2013.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em Janeiro de 2013.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em Março de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - Censo Demográfico. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT) - Mapeamento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco de Deslizamentos e Inundações do Município de Louveira (SP), 27 de maio de 2013.
Prefeitura Municipal de Louveira.

JORNAL GGN. Site Institucional. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/sabesp-deve-usar-volume-morto-do-sistema-cantareira-ate-o-final-de-novembro>. Acesso em Fevereiro de 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Disponível em: <http://www.who.int/en/>. Acesso em Março de 2014.

PROESPLAN ENGENHARIA LTDA. Estudos de Disponibilidade Hídrica de Mananciais e de Concepção para Melhoria e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Louveira, Relatório P6 – Consolidação da Concepção Proposta. Louveira, 2014.

REÀGUA. Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas, Programa Reágua do Governo do Estado de São Paulo. Arcabouço para o Gerenciamento Ambiental e Social do Programa Reágua, Versão Preliminar. Secretaria de Saneamento e Energia. Estado de São Paulo. Março de 2009.

RODRIGUES, S. F. S. Avaliação das Alterações da Rede de Drenagem em Sub-bacias e Microbacias do Alto e Baixo Rio Capivari (Louveira e Rafard/SP). Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos. 2003. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18132/tde-15092008-104021/pt-br.php>. Acesso em Abril de 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saneamento de Recursos Hídricos. Coordenadoria de Recursos Hídricos. Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH): São Paulo: SSRH/CRHI, 2013. Vol. 1. 210 p. Disponível em: http://www.comitespcj.org.br/images/Download/PERH/PERH-2012-2015_Vol-I.pdf. Acesso em Março de 2014.

SÃO PAULO. Município Verde Azul. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/ranking-pontuacao/> Acesso em Março de 2014.

SECRETARIA DE ÁGUA E ESGOTO. Arquivos Institucionais.

SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL. Arquivos Institucionais. 2013.

SIFESP. Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo. 2009. Disponível em: <http://s.ambiente.sp.gov.br/sifesp/louveira.pdf>. Acesso em março de 2014.

SWECO International AB & Associates. Desenvolvimento da Estratégia Conjunta de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Pungué – Anexo VI Estudo Sectorial: Qualidade da Água e Transporte de Sedimentos. Moçambique. 2004. 65 pg. Disponível em: <http://www.elmed-rostov.ru/Projects/Pungwe%20CD/Reports/por/Monograph/Monograph%20Annex%20VI%20Portuguese.pdf>. Acesso em Agosto de 2014.

WIKIPEDIA. A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Louveira>. Acesso em Março de 2014.

- Mapa de área urbana e rural;
- Mapa Temático do SAA;
- Mapa de Adutoras e Rede de Distribuição;
- Mapa Topográfico com Sub-bacias e Hidrologia;
- Mapa de áreas de risco;
- Croqui do Sistema de Abastecimento.

Anexo I - Análise da qualidade da água.

Anexo II – Plano de Trabalho Para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Louveira;

Anexo III – Plano de Mobilização Social Para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Louveira;

Anexo IV – Estudo Gravimétrico do Município de Louveira.

B&B Engenharia

COORDENAÇÃO GERAL E RESPONSÁVEL TÉCNICO DA B&B ENGENHARIA

LUÍS GUILHERME DE CARVALHO BECHUATE

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

EDUARDO AUGUSTO RIBEIRO BULHÕES

EDUARDO AUGUSTO RIBEIRO BULHÕES FILHO

EQUIPE TÉCNICA

JAMILLE CARIBÉ GONÇALVES SILVA

JOSÉ CARLOS LEITÃO

CARLA CORREIA PAZIN

MAYARA DE OLIVEIRA MAIA

JULIANA APARECIDA DE CARVALHO

Fundação Agência das Bacias PCJ

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

ELAINE FRANCO DE CAMPOS

EQUIPE TÉCNICA

ALINE DE FÁTIMA ROCHA MENESES

ANDERSON ASSIS NOGUEIRA

Grupo de Acompanhamento Local

COORDENAÇÃO DO GRUPO

CAMILA GARCIA SANTOS

CONTRIBUIÇÕES

SANDRO LUIS DE MORAES

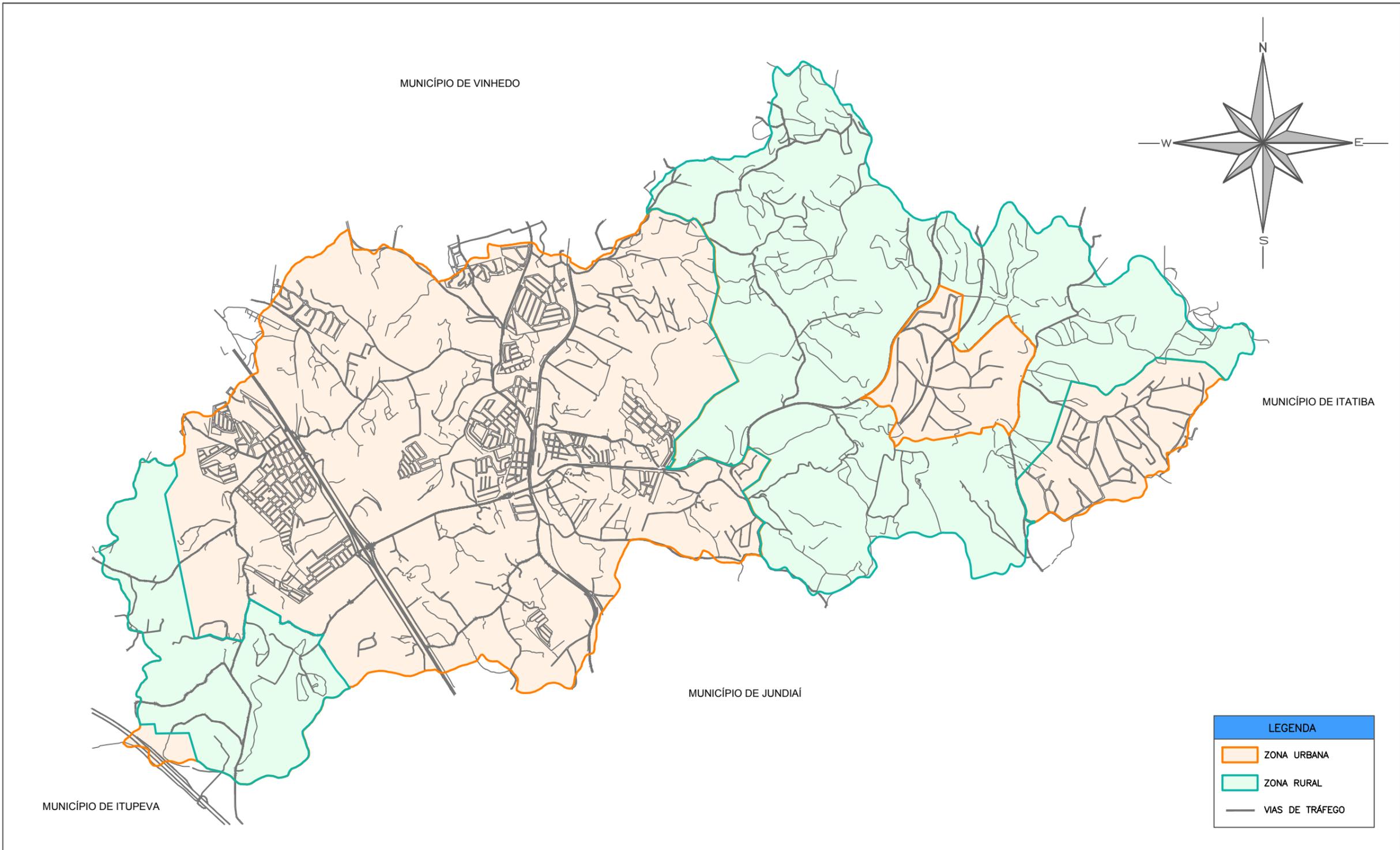
CRISTIAN LIMA VINDILENO

ROSE MARY GARCIA SKELTON CELIDONIO

LIVIA ROCHA BARRETO BRANDÃO

VERONICA SABATINO CALDEYRO

JULIANA CONSTANTE ZAFANI CONTI



LEGENDA	
	ZONA URBANA
	ZONA RURAL
	VIAS DE TRÁFEGO

OBSERVAÇÕES
 DESENHO ADAPTADO A PARTIR DE INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA.

DES.: THAYNÁ CRISTINY BOTTAN	27/12/2013	
PROJ.: JAMILLE CARIBÉ GONÇALVES	27/12/2013	
APROVADO POR: LUÍS G. C. BECHUATE		
ASS.:	CREA: 5060517321	27/12/2013

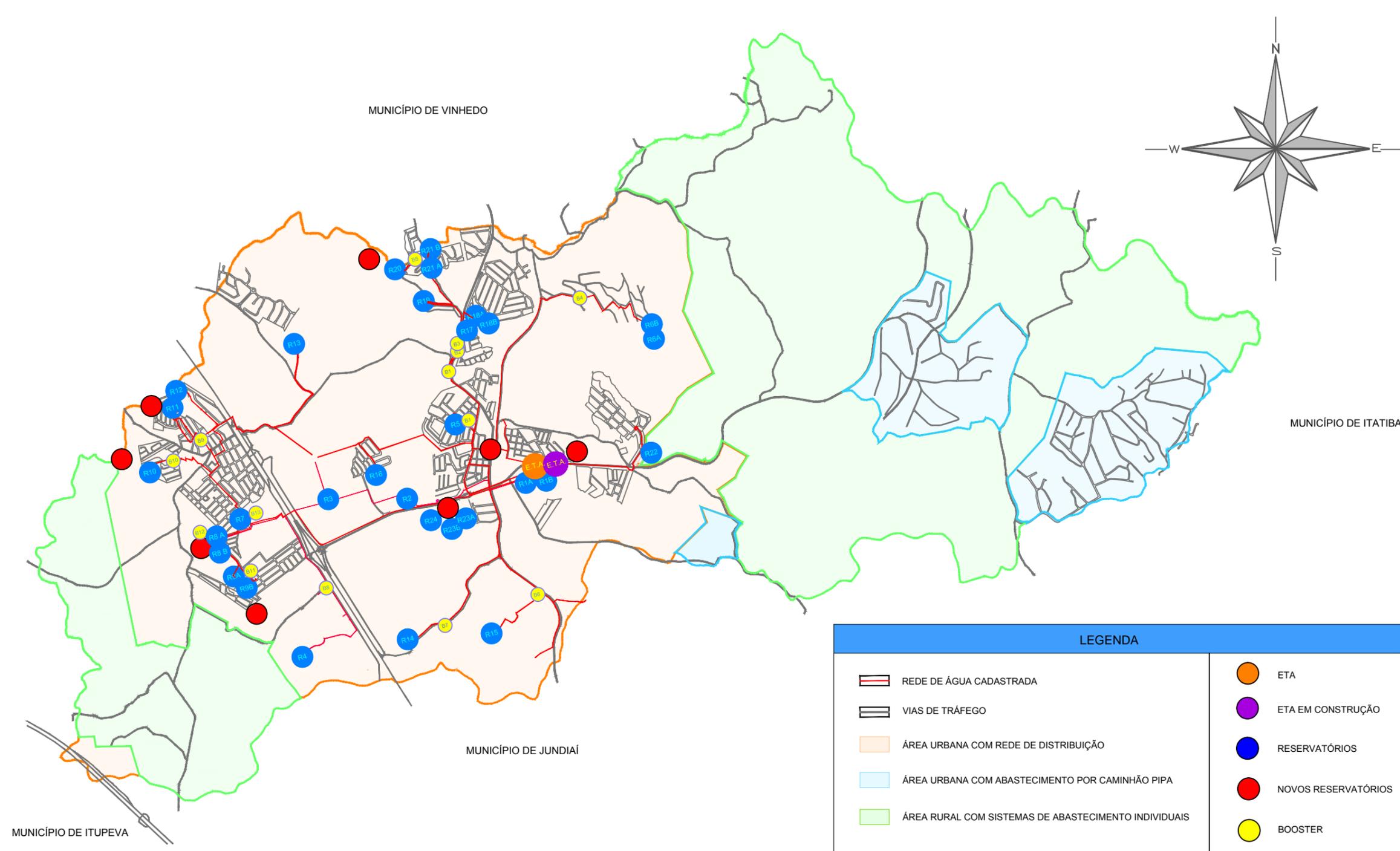
FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS PCJ
 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E
 PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 CONTRATO N° 25/2013

ÁREA URBANA E RURAL

ÁREA PROJ.: MUNICÍPIO DE LOUVEIRA
 SUB-ÁREA PROJ.:



REV. 0	FL. 01/01
N° DESENHO D. 156.056.879.13	
ESCALA SEM ESCALA	



LEGENDA	
	REDE DE ÁGUA CADASTRADA
	VIAS DE TRÁFEGO
	ÁREA URBANA COM REDE DE DISTRIBUIÇÃO
	ÁREA URBANA COM ABASTECIMENTO POR CAMINHÃO PIPA
	ÁREA RURAL COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO INDIVIDUAIS
	ETA
	ETA EM CONSTRUÇÃO
	RESERVATÓRIOS
	NOVOS RESERVATÓRIOS
	BOOSTER

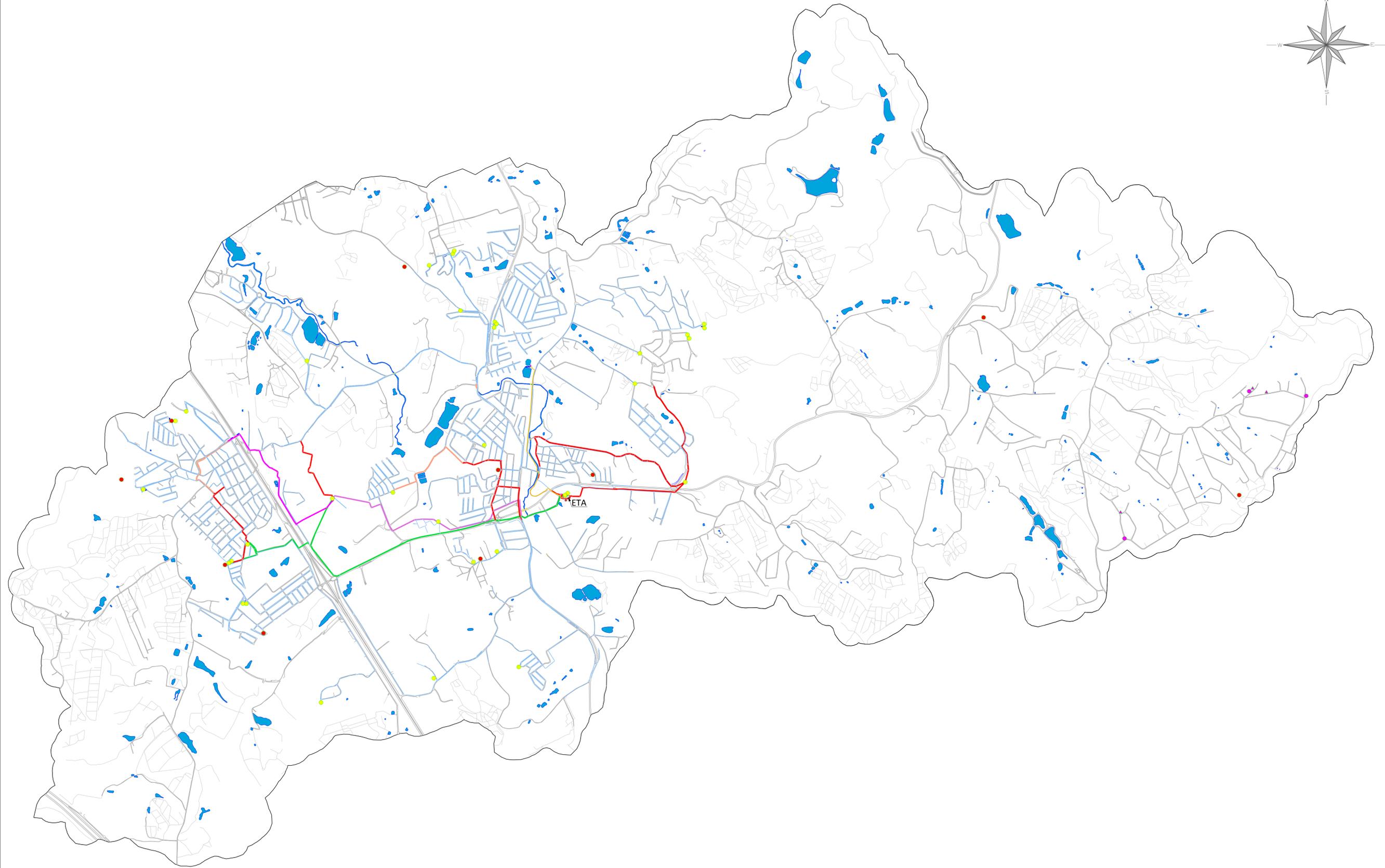
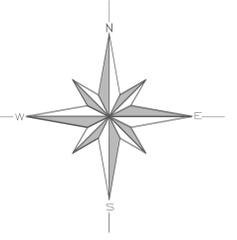
OBSERVAÇÕES
 DESENHO ADAPTADO A PARTIR DE INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA

DES.: THAYNÁ CRISTINY BOTTAN	30/12/2013	
PROJ.: JAMILLE CARIBÉ GONÇALVES	30/12/2013	
APROVADO POR: LUÍS G. C. BECHUATE		
ASS.:	CREA: 5060517321	30/12/2013

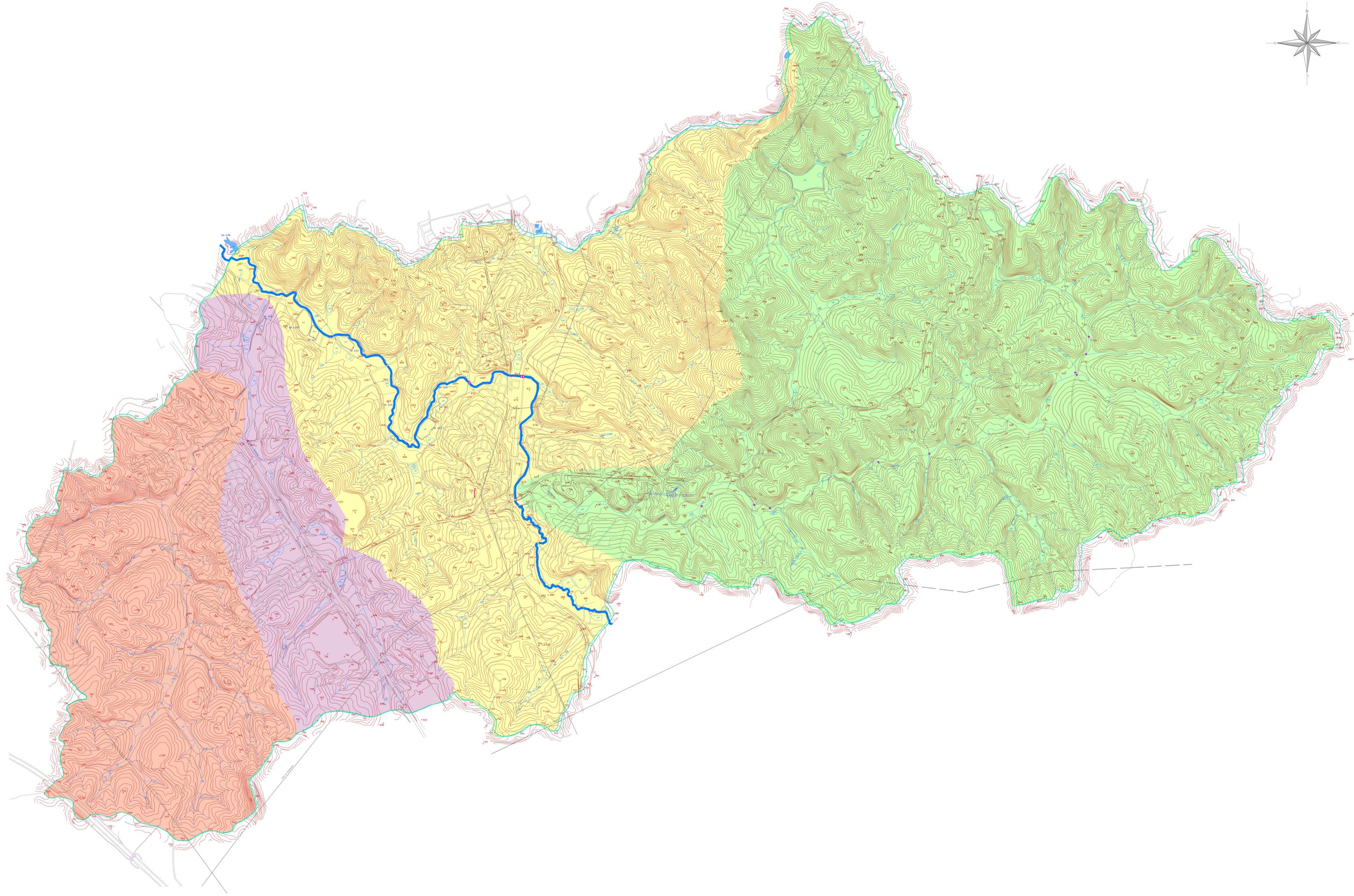
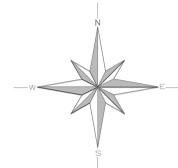
FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS PCJ PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONTRATO N° 25/2013	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
ÁREA PROJ.: MUNICÍPIO DE LOUVEIRA	
SUB-ÁREA PROJ.:	



REV. 0	FL. 01/01
N° DESENHO D. 156.056.887.13	
ESCALA SEM ESCALA	



ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA E TRATADA			LEGENDA		OBSERVAÇÕES	 db db engenharia	FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONTRATO Nº 25/2013 ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	 PCJ Agência das Bacias PCJ														
<ul style="list-style-type: none"> ■ ADUTORA DE ÁGUA TRATADA 150mm DEFF - 8,05km ■ ADUTORA DE ÁGUA TRATADA 180mm PEAD - 1,00km ■ ADUTORA DE ÁGUA TRATADA 200mm PFP - 0,06km 	<ul style="list-style-type: none"> ■ ADUTORA DE ÁGUA TRATADA 200mm DEFF - 2,00km ■ ADUTORA DE ÁGUA TRATADA 300mm PVC - 2,97km ■ ADUTORA DE ÁGUA TRATADA 315mm PEAD - 1,78km 	<ul style="list-style-type: none"> ■ ADUTORA DE ÁGUA BRUTA 315mm PEAD - 1,79km 	<ul style="list-style-type: none"> ■ REDE DE ÁGUA ● RESERVATÓRIO EXISTENTE ● RESERVATÓRIO EM FASE DE IMPLANTAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> — VIAS DE TRÁFEGO — CORPOS HÍDICOS 					DESENHO ADAPTADO A PARTIR DE INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA	<table border="1"> <tr> <td>DES.: THAYNA CRISTINY BOTTAN</td> <td>25/02/2013</td> </tr> <tr> <td>PROJ.: JAMILLE CARIBE GONÇALVES</td> <td>25/02/2013</td> </tr> <tr> <td>APROVADO POR: LUIS G. C. BECHUATE</td> <td></td> </tr> <tr> <td>ASS.: [CREA: 5060517321]</td> <td>25/02/2013</td> </tr> </table>	DES.: THAYNA CRISTINY BOTTAN	25/02/2013	PROJ.: JAMILLE CARIBE GONÇALVES	25/02/2013	APROVADO POR: LUIS G. C. BECHUATE		ASS.: [CREA: 5060517321]	25/02/2013	ÁREA PROJ.: MUNICÍPIO DE LOUVEIRA SUB-ÁREA PROJ.:	<table border="1"> <tr> <td>REV. 0</td> <td>FL. 01/01</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Nº DESENHO</td> </tr> <tr> <td colspan="2">ESCALA SEM ESCALA</td> </tr> </table>	REV. 0	FL. 01/01
DES.: THAYNA CRISTINY BOTTAN	25/02/2013																					
PROJ.: JAMILLE CARIBE GONÇALVES	25/02/2013																					
APROVADO POR: LUIS G. C. BECHUATE																						
ASS.: [CREA: 5060517321]	25/02/2013																					
REV. 0	FL. 01/01																					
Nº DESENHO																						
ESCALA SEM ESCALA																						



OBSERVAÇÕES
DESENHO ADAPTADO A PARTIR DE INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA.

DES:	THAYNA CRISTINA BOTAN	23/10/2014
PROJ:	JAMILLE CARIBE GONCALVES	23/10/2014
APROVADO POR:	LUIS G. G. BECHJATE	
ASS:	CREA: 5060517321	23/10/2014



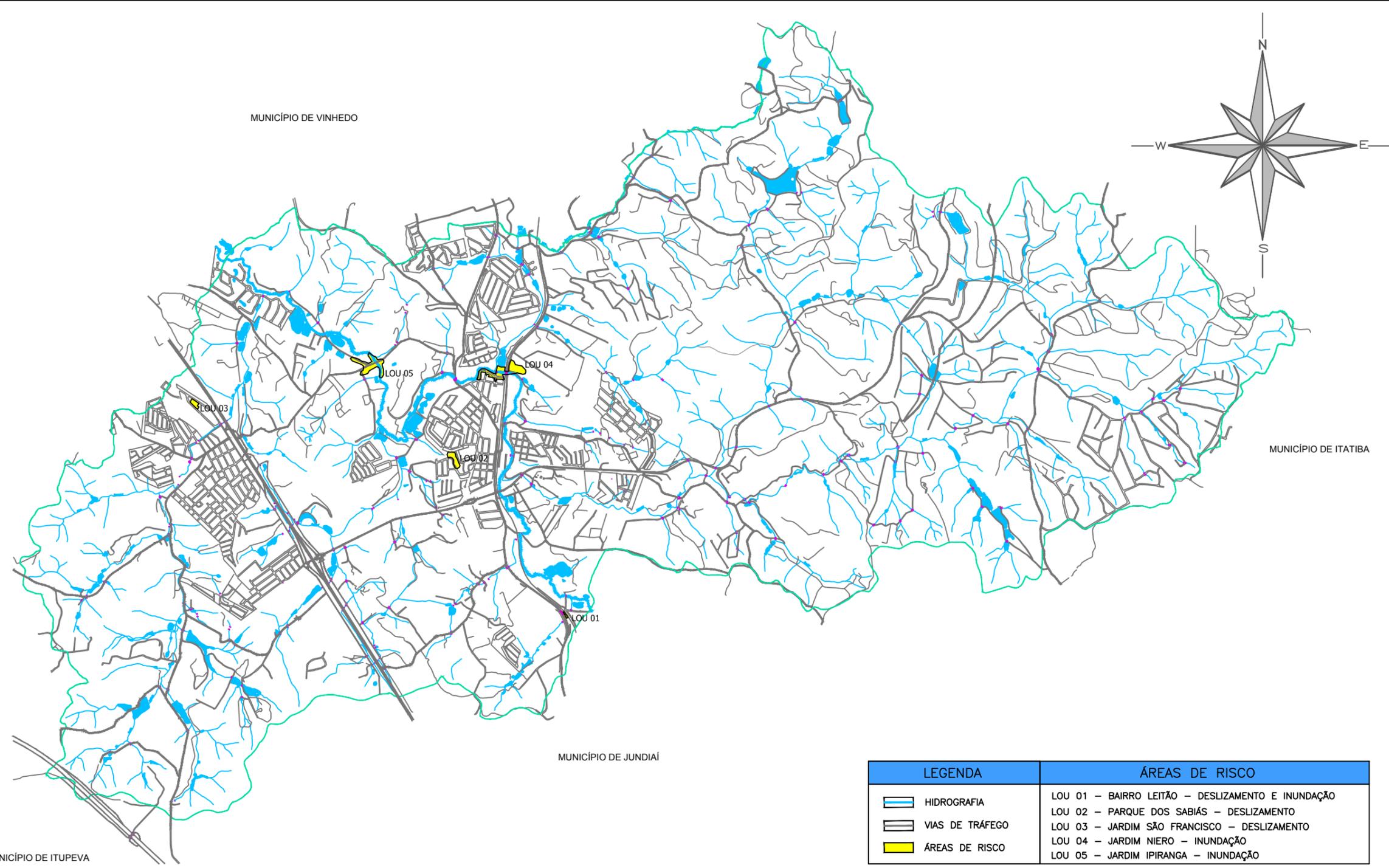
FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCU
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E
PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
CONTRATO Nº 25/2013

MAPA TOPOGRÁFICO

ÁREA PROJ.: MUNICÍPIO DE LOUVEIRA
SUB-ÁREA PROJ.:



REV:	FL.
01	01/01
Nº DESENHO:	B.154.056.826.14
ESCALA:	SEM ESCALA



LEGENDA	ÁREAS DE RISCO
HIDROGRAFIA	LOU 01 - BAIRRO LEITÃO - DESLIZAMENTO E INUNDAÇÃO
VIAS DE TRÁFEGO	LOU 02 - PARQUE DOS SABIÁS - DESLIZAMENTO
ÁREAS DE RISCO	LOU 03 - JARDIM SÃO FRANCISCO - DESLIZAMENTO
	LOU 04 - JARDIM NIERO - INUNDAÇÃO
	LOU 05 - JARDIM IPIRANGA - INUNDAÇÃO

OBSERVAÇÕES
 DESENHO ADAPTADO A PARTIR DE INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA

DES.:	THAYNÁ CRISTINY BOTTAN	27/12/2013
PROJ.:	JAMILLE CARIBÉ GONÇALVES	27/12/2013
APROVADO POR:	LUÍS G. C. BECHUATE	
ASS.:	CREA: 5060517321	27/12/2013

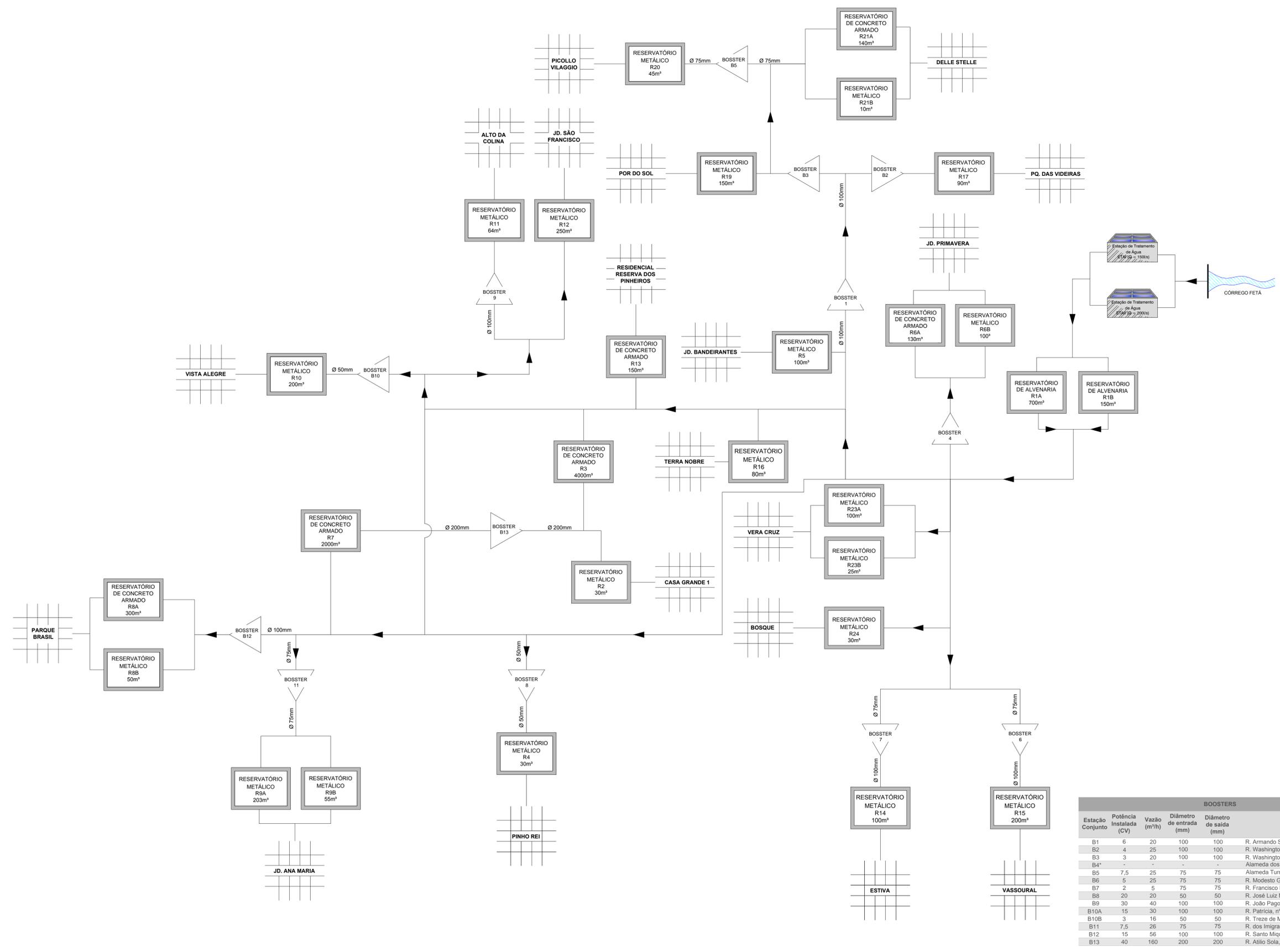
FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS PCJ
 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E
 PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 CONTRATO N° 25/2013

ÁREAS DE RISCO DE
 ALAGAMENTO/DESLIZAMENTOS/INUNDAÇÕES

ÁREA PROJ.: MUNICÍPIO DE LOUVEIRA
 SUB-ÁREA PROJ.:



REV. 0	FL. 01/01
N° DESENHO D. 156.056.880.13	
ESCALA SEM ESCALA	



BOOSTERS					
Estação Conjunto	Potência Instalada (CV)	Vazão (m³/h)	Diâmetro de entrada (mm)	Diâmetro de saída (mm)	Localização
B1	6	20	100	100	R. Armando Steck, nº 755
B2	4	25	100	100	R. Washington Luiz, nº 177
B3	3	20	100	100	R. Washington Luiz, nº 177
B4*	-	-	-	-	Alameda dos Ipês - Cond. Primavera
B5	7,5	25	75	75	Alameda Turmalina - Cond. Picollo do Vilaggio
B6	5	25	75	75	R. Modesto Guimieiro, nº 167
B7	2	5	75	75	R. Francisco Pereira Dutra, nº 1250
B8	20	20	50	50	R. José Luiz Mazali, nº 300
B9	30	40	100	100	R. João Pagotto, nº 175
B10A	15	30	100	100	R. Patrícia, nº 26
B10B	3	16	50	50	R. Treze de Maio, nº 37
B11	7,5	26	75	75	R. dos Imigrantes Italianos, nº 29
B12	15	56	100	100	R. Santo Miquelito, nº 151
B13	40	160	200	200	R. Atílio Sola, nº 20

OBSERVAÇÕES
 DESENHO ADAPTADO A PARTIR DE INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA.


 DES.: THAYNA CRISTINY BOTTAN 23/10/2014
 PROD.: JAMILLE CARIBÉ GONÇALVES 23/10/2014
 APROVADO POR: LUIS G. C. BECHUATE
 ASS.: CREA: 5060517321 23/10/2014

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ
 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E
 PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 CONTRATO N.º 25/2013
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 ÁREA PROJ.: MUNICÍPIO DE LOUVEIRA
 SUB-ÁREA PROJ.:


 REV. 0 FL. 01/01
 N.º DESENHO D.156.056.824.14
 ESCALA SEM ESCALA

ANEXO I

ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA

	ambilab ANÁLISES AMBIENTAIS	RELATÓRIO DE ENSAIO	Av. Dr. Ângelo Simões, 1291 Campinas - SP CEP 13.041-150 Fone: (19) 2511-2122 e-mail: contato@ambilab.com.br CNPJ Nº 11.708.069/0001-90	R.E. Nº 14.4458
				PÁGINA Nº 1 / 4

Identificação do Cliente

Nome

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

Logradouro	Número	Complemento	Bairro
Rua Catharina Calssavara Caldana	451	-	Vila Caldana
Município	UF	CEP	Fone
Louveira	SP	13.290-000	(19) 3878-1446
			Contato
			Sr. Carlos Alberto Boci

Dados da Amostra

Endereço de Coleta	Método de Amostragem	Data de Coleta	Horário de Coleta	Coletor
Idem cliente	SMEWW ⁽¹⁾ Métodos 1060 A/B/C	16/07/2014	12:00 hs	AMBILAB
Condições Climáticas	Chuvas 24h	Matriz	Origem	Data de Chegada
Ensolado	Não	Água	Manancial	16/07/2014
		Horário de Chegada	Processo Nº	
		16:45 hs	-	
Ponto de Coleta				
Água <i>in natura</i> - correto Fetá				

Resultados Analíticos dos Ensaios

Acreditação

Laboratório de Ensaio acreditado pela Cgcre de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, sob o número CRL 0663.

Legislação

Resolução CONAMA nº 357, de 17 de Março de 2005 - Artigo nº 15 - Águas Doces - Classe 2

Metodologia

Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater 22st Edition⁽¹⁾

Ensaio Acreditados

Os resultados relatados abaixo fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório.

Parâmetros Físico-Químicos – Inorgânicos

Parâmetro	Metodologia	Unidade	VMP	LQ	Resultado
Alumínio dissolvido	3111 B ⁽¹⁾	mg/L	0,1	0,1	0,1
Cádmio total	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,001	0,001	< LQ
Chumbo total	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,01	0,001	< LQ
Cloreto total	4500Cl- B ⁽¹⁾	mg/L	250	4,4	< LQ
Cloro residual total	4500Cl G ⁽¹⁾	mg/L	0,01	0,1	< LQ
Cobre dissolvido	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,009	0,005	< LQ
Ferro dissolvido	3111 B ⁽¹⁾	mg/L	0,3	0,1	0,2
Manganês total	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,1	0,1	< LQ
Níquel total	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,025	0,01	< LQ
Oxigênio dissolvido	4500O G ⁽¹⁾	mg/L	mín. 5,0	0,1	1,0
pH	4500H+ B ⁽¹⁾	mg/L	6,0 a 9,0	0,1	6,0
Vanádio total	3111 D ⁽¹⁾	mg/L	0,1	0,1	< LQ
Zinco total	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,18	0,05	0,06

Ensaio Não Acreditados

Os resultados relatados abaixo não fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório.

Parâmetros Físico-Químicos – Inorgânicos

Parâmetro	Metodologia	Unidade	VMP	LQ	Resultado
Antimônio	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,005	0,003	< LQ
Arsênio total	3111 B ⁽¹⁾	µg/L	0,14	0,001	< LQ
Bário total	3111 D ⁽¹⁾	mg/L	0,7	0,26	< LQ
Berílio total	3500 Be ⁽¹⁾	mg/L	0,04	0,01	< LQ
Boro total	3500 B ⁽¹⁾	mg/L	0,5	0,1	< LQ



Parâmetro	Metodologia	Unidade	VMP	LQ	Resultado
Cianeto livre	4500CN- E ⁽¹⁾	mg/L	0,005	0,001	< LQ
Cobalto total	3111 C ⁽¹⁾	µg/L	0,05	0,05	< LQ
Cor aparente	2120 B ⁽¹⁾	uH	75	3	< LQ
Cromo total	3111 C ⁽¹⁾	mg/L	0,05	0,05	< LQ
Fluoreto total	4500F- C ⁽¹⁾	mg/L	1,4	0,1	0,1
Fósforo total	4500P E ⁽¹⁾	mg/L	ver observação (5)	0,05	0,08
Lítio total	3500 Li ⁽¹⁾	mg/L	2,5	0,1	< LQ
Mercurio total	3112 B ⁽¹⁾	µg/L	0,0002	0,0001	< LQ
Nitrato	NBR 12.620 ⁽³⁾	mg/L	10	0,1	1,5
Nitrito	4500NO ₂ F ⁽¹⁾	mg/L	1	0,05	0,36
Nitrogênio amoniacal	4500NH ₃ F ⁽¹⁾	mg/L	3,7	0,05	< LQ
Selênio total	3114 C ⁽¹⁾	mg/L	0,01	0,001	< LQ
Sólidos dissolvidos	2540 C ⁽¹⁾	µg/L	500	10	74
Sulfato total	4500SO ₄ ²⁻ E ⁽¹⁾	mg/L	250	2,4	< LQ
Sulfeto	4500S ²⁻ E ⁽¹⁾	mg/L	0,002	0,001	< LQ
Turbidez total	2130 B ⁽¹⁾	mg/L	40	0,7	7,2
Urânio total	3111 D ⁽¹⁾	mg/L	0,02	0,01	< LQ

Parâmetros Físico-Químicos – Orgânicos

Parâmetro	Metodologia	Unidade	VMP	LQ	Resultado
Acrilamida	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,5	0,1	< LQ
Alacloro	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	20	1	< LQ
Aldrim+Dieldrin	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,005	0,001	< LQ
Atrazina	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	2	1	< LQ
Benzeno	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	5	4	< LQ
Benzina	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	0,001	0,001	< LQ
Benzo(a)antraceno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,05	0,05	< LQ
Benzo(a)pireno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,05	0,05	< LQ
Benzo(b)fluoranteno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,05	0,05	< LQ
Benzo(k)fluoranteno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,05	0,05	< LQ
Carbaril	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,02	0,01	< LQ
Clordano (cis+trans)	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,04	0,01	< LQ
2-Clorofenol	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	0,1	0,1	< LQ
Criseno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,05	0,05	< LQ
2,4-D	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	4	0,2	< LQ
Demeton total	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,1	0,1	< LQ
Dibenzo(a,h)antraceno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,05	0,05	< LQ
1,2-Dicloroetano	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	10	1	< LQ
1,1-Dicloroetano	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	3	1	< LQ
2,4-Diclorofenol	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	0,3	0,1	< LQ
Diclorometano	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	20	1	< LQ
DDT (DDT+DDE+DDD)	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,002	0,001	< LQ
Dodecacloro	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,001	0,001	< LQ



ambilab
ANÁLISES AMBIENTAIS

RELATÓRIO DE ENSAIO

Av. Dr. Ângelo Simões, 1291
Campinas - SP CEP 13.041-150
Fone: (19) 2511-2122
e-mail: contato@ambilab.com.br
CNPJ Nº 11.708.069/0001-90

R.E. Nº
14.4458

PÁGINA Nº
3 / 4

Parâmetro	Metodologia	Unidade	VMP	LQ	Resultado
Endossulfan	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,056	0,009	< LQ
Endrin	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,004	0,001	< LQ
Estireno	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	20	4	< LQ
Etilbenzeno	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	90	4	< LQ
Fenóis totais	5530 C ⁽¹⁾	µg/L	3	1	< LQ
Glifosato	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	65	30	< LQ
Gution	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,005	0,001	< LQ
Heptacloro	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,01	0,01	< LQ
Hexaclorobenzeno	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,0065	0,005	< LQ
Indeno(1,2,3-cd)pireno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,018	0,015	< LQ
Lindano	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,02	0,0018	< LQ
Malation	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,1	0,1	< LQ
Metolacloro	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	10	0,06	< LQ
Metoxicloro	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,03	0,03	< LQ
Paration	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,04	0,01	< LQ
PCBs	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,001	0,001	< LQ
Pentaclorofenol	EPA 604 ⁽²⁾	µg/L	3	1	< LQ
Simazina	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	2	0,4	< LQ
Surfactantes	5540 B	µg/L	0,5	0,006	< LQ
2,4,5-T	EPA 8121 ⁽²⁾	µg/L	2	0,2	< LQ
Tetracloroeto de carbono	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	1,6	0,4	< LQ
Tetracloroeteno	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	3,3	0,6	< LQ
Tributilestanho	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	0,063	0,003	< LQ
Triclorobenzeno	EPA 8100 ⁽²⁾	µg/L	0,02	0,01	< LQ
Tricloroeteno	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	0,03	0,01	< LQ
Toxafeno	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,01	0,002	< LQ
2,4,6-Triclorofenol	EPA 604 ⁽²⁾	µg/L	10	1	< LQ
Trifluralina	EPA 508.1 ⁽²⁾	µg/L	0,2	0,0027	< LQ
Xileno	EPA 502.2 ⁽²⁾	µg/L	300	4	< LQ

Parâmetros Microbiológicos

Parâmetro	Metodologia	Unidade	VMP	LQ	Resultado
Coliformes totais	9221 C ⁽¹⁾	NMP / 100 mL	-	1,1 x 10 ⁰	1,4 x 10 ⁵
<i>Escherichia coli</i>	9221 C ⁽¹⁾	NMP / 100 mL	1,0 x 10 ³	1,1 x 10 ⁰	1,4 x 10 ⁴



ambilab
ANÁLISES AMBIENTAIS

RELATÓRIO DE ENSAIO

Av. Dr. Ângelo Simões, 1291
Campinas - SP CEP 13.041-150
Fone: (19) 2511-2122
e-mail: contato@ambilab.com.br
CNPJ Nº 11.708.069/0001-90

R.E. Nº
14.4458

PÁGINA Nº
4 / 4

Abreviações

NA: não aplicável

VMP: valor máximo permitido

uT: unidade de turbidez

mg/L: miligramas por litro

LQ: limite de quantificação

NMP: número mais provável

uH: unidade Hazen (mg/L Pt-Co)

µg/L: microgramas por litro

NS: parâmetro não solicitado

Observações

Laboratório de Ensaio acreditado pela Cgcre de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, sob o número CRL 0663. Este relatório atende aos requisitos de acreditação da Cgcre, que avaliou a competência do laboratório.

(1) *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* - 22st Ed. Washington, DC: APHA, 2012.

(2) EPA – Environmental Protection Agency SW – 846

(3) ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

(4) CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

(5) Fósforo total: até 0,1 mg/L P em ambiente lótico; até 0,03 mg/L P em ambientes lênticos; até 0,05 mg/L, em ambientes intermediários.

Os resultados se restringem às amostras coletadas e ensaios realizados.

Este relatório somente pode ser reproduzido por completo. A reprodução parcial requer aprovação formal da AMBI-LAB.

Consulte a disponibilidade para fornecer informações adicionais sobre os ensaios (branco fortificado, incertezas, certificados, etc.)

Conclusões

As opiniões e interpretações expressas abaixo não fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório.

Os resultados dos ensaios realizados na amostra analisada apresentaram-se **fora** dos limites, com referência aos Valores Máximos Permitidos, em comparação com a Resolução CONAMA nº 357, de 17 de Março de 2005 - Artigo nº 15 - Águas Doces - Classe 2.

Parâmetros em desacordo com a legislação: **Oxigênio dissolvido**.

As conclusões acima referem-se apenas aos ensaios realizados.

Local

Data

Signatário(a) Autorizado(a)

Campinas - SP

14/08/2014

Patricia Helena Diniz
CRQ-IV 04478688

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO PARA
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E PLANO
MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DE
LOUVEIRA

APRESENTAÇÃO

O presente relatório, denominado Plano de Trabalho apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato No. 25/13, assinado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a B&B Engenharia Ltda., que tem por objeto a “Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico conforme Lei Nº 11.445/2007, contendo Determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo Das Águas Pluviais, bem como o Desenvolvimento do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei 12.305/10”.

O Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que será elaborado exclusivamente para o município de Louveira/SP é objeto do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA firmado entre Agência das Bacias PCJ e a Prefeitura Municipal da Cidade de Louveira no dia 24 de julho de 2013. No qual a Prefeitura se compromete a cumprir na íntegra a Cláusula Segunda – Das Obrigações dos Partícipes em especial o item 2.1 – Obrigações da Prefeitura.

Foi fundada em 1639 e nome da cidade se deve ao primeiro povoador que se chamava Gaspar de Louveira, natural da Espanha. Apenas em 1964 foi elevado a categoria de município, desmembrado de Vinhedo.

A cidade de Louveira localiza-se a uma latitude 23°5'12" sul e a uma longitude 46°56'58" oeste, estando a uma altitude de 668 metros. Pertence à Aglomeração Urbana de Jundiaí e está 60 km distante da capital do estado de São Paulo (São Paulo). Faz divisa com os municípios Vinhedo, Valinhos, Jundiaí, Itatiba, Itupeva e Várzea Paulista.

Possui uma população estimada de 41.700 habitantes para o ano de 2013. O Censo de 2010 registrou uma população de 37.125 habitantes sendo estes distribuídos em uma população urbana de 35.695 habitantes correspondentes a 96,1% da população do município e os demais 1.430 (3,9%) munícipes habitam a zona rural do município, perfazendo uma densidade demográfica de 673,37 hab/km² dentro da área total de 55,133 km² do território do município.

Este documento apresenta as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos estudos e uma atualização do cronograma de entrega dos produtos. Contêm também todas as definições, especialmente aquelas provindas da reunião inicial ocorrida entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB), equipe da Contratada e representantes dos municípios beneficiados, no dia 23/09/2013.

Com este documento dá se atendimento ao item 10.1, item I do Termo de Referência que norteia a presente contratação.

O presente documento é apresentado em um único volume, contendo anexos.

ÍNDICE ANALÍTICO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. DESCRIÇÃO DO OBJETO	5
3. PRINCÍPIOS LEGAIS.....	7
4. METODOLOGIA	13
5. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7. EQUIPE TÉCNICA	37
8. ANEXO	38

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico será elaborado de acordo com o Artigo 19 da Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico.

A Política (art. 9º) e o Plano de Saneamento Básico (art. 19º), instituídos pela Lei 11.445/2007, são os elementos centrais da gestão dos serviços. Conforme essa lei, a boa gestão é objeto das definições da política de saneamento básico formulada pelo titular dos serviços e engloba: o respectivo plano; o estabelecimento das funções e normas de regulação, fiscalização e avaliação; a definição do modelo para a prestação dos serviços; a fixação dos direitos e deveres dos usuários, inclusive quanto ao atendimento essencial à saúde pública; o estabelecimento dos mecanismos de controle social e do sistema de informação; dentre outras definições.

A Política Pública de Saneamento Básico define as funções de gestão e estabelece a garantia do atendimento essencial à saúde pública, os direitos e deveres dos usuários, o controle social e o sistema de informação.

O objetivo deste Plano de Saneamento é a caracterização e diagnóstico das condições atuais dos sistemas existentes, apontando as causas das deficiências encontradas, bem como a definição, e respectivo cronograma de implantação, dos programas, projetos e ações necessárias, para atendimento das necessidades futuras, para um horizonte de planejamento de 20 anos. Este instrumento irá subsidiar a Política Municipal de Saneamento, que irá dotar o Município de instrumentos para a gestão dos serviços de saneamento básico.

Este plano procurou atender aos quesitos da legislação vigente que trata dos Planos de Saneamento, atendendo aos seguintes objetivos específicos:

- Diagnóstico da situação atual apontando as causas das deficiências detectadas;
- Identificação das necessidades futuras;
- Definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para atendimento das necessidades futuras (cronograma de intervenções);
- Definição dos mecanismos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

O presente documento trata do Plano de Trabalho, apresentando as atividades que serão desenvolvidas ao longo dos trabalhos.

O planejamento é um meio sistemático de se determinar a situação atual de um processo, onde se deseja chegar e qual o trajeto que deverá ser percorrido. A determinação da situação atual de um processo depende da identificação dos fatores que compõem esta realidade, de forma que este levantamento deva ser o mais representativo possível da realidade. Este levantamento pode ser utilizado como base na tomada de decisão acerca das possibilidades futuras, determinando, com isso, o caminho que deverá ser percorrido para se chegar à situação almejada. Os resultados do planejamento são geralmente apresentados sob a forma de diretrizes, planos, programas, normas e projetos articulados.

Dentre os muitos modelos de planejamento, o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB tem por objetivo apresentar o diagnóstico do saneamento básico no território do município e definir o planejamento para o setor.

Destina-se a formular as linhas de ações estruturantes e operacionais referentes ao Saneamento Básico, especificamente no que se refere ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Proporcionar a todos, o acesso UNIVERSAL ao saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade é uma das questões fundamentais do momento atual, e um desafio para as políticas sociais. Desafio que coloca a necessidade de se buscar as condições adequadas para a gestão dos serviços.

Conforme o Estatuto das Cidades (Lei Federal n. 10.257/01), o direito a cidades sustentáveis (moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana e serviços públicos) é diretriz fundamental da Política Urbana a ser assegurada mediante o planejamento e a articulação das diversas ações no nível local (MC – SNSA, 2011).

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O PMSB contém a definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização do acesso da população aos serviços de saneamento, bem como os programas, projetos e ações necessárias, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007.

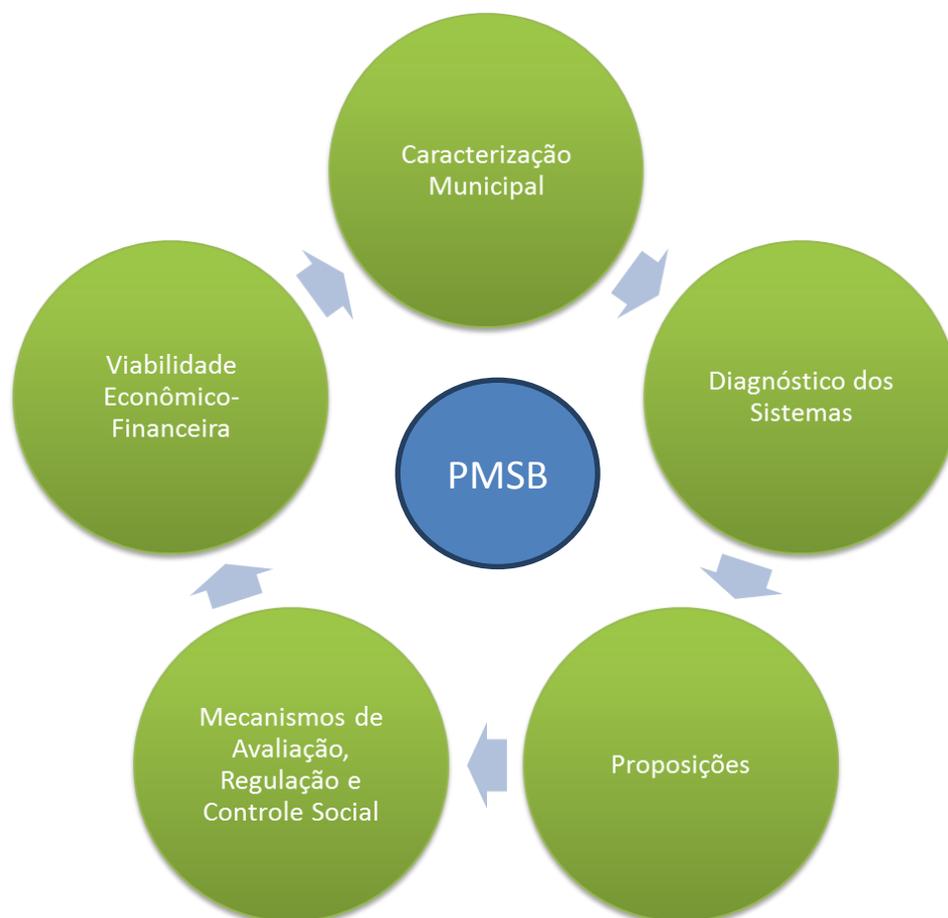


Figura 1 - Relação entre os processos que compõem o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Dessa forma, será necessário planejar, dentro de um processo participativo:

- A disponibilização de água com qualidade para toda a população, dentro de um contexto de eficiência, com minimização de perdas e desperdícios;
- A coleta e o tratamento dos esgotos sanitários para todas as residências, com soluções adequadas e eficientes, o que significa mais saúde, qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social para a população e os municípios, além de preservação do meio ambiente;
- Estruturas adequadas de drenagem e proteção contra cheias, propiciando condições saudáveis e higiênicas para todas as áreas residenciais dos municípios;

- Práticas eficientes e adequadas para a coleta e destinação final dos diversos tipos de resíduos gerados no município, com remediação de áreas contaminadas, protegendo o meio ambiente e a saúde da população; e,
- Abordagem setorial das condições de habitação, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente e recursos hídricos complementando o planejamento do saneamento ambiental dos municípios.

Já o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) deve definir, no âmbito local ou regional, o órgão público que será a referência para entrega do Plano de Gerenciamento, de forma a garantir a sistemática anual de atualização, visando o controle e a fiscalização, o qual deverá orientar quanto a estes procedimentos, quanto às penalidades aplicáveis pelo seu não cumprimento, assim como pela identificação dos responsáveis por:

- Atividades industriais;
- Agrosilvopastoris;
- Estabelecimentos de serviços de saúde;
- Serviços públicos de saneamento básico;
- Empresas e terminais de transporte;
- Mineradoras;
- Construtoras; e dentre outros,
- Os grandes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço.

A Lei 12.305/2010, no Art. 21 § 2º, estabelece que a inexistência do PGIRS não obste a elaboração, implementação e operacionalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. O Decreto 7.404/2010, que a regulamenta, no Art. 56, afirma que os responsáveis pelo Plano de Gerenciamento deverão disponibilizar ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente e às demais autoridades competentes, com periodicidade anual, informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização do plano, consoante as regras estabelecidas pelo órgão coordenador do SINIR – Sistema Nacional de Gestão de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, por meio eletrônico.

3. PRINCÍPIOS LEGAIS

A Política Pública de Saneamento Básico deve estabelecer os princípios que orientem a formulação de seus objetivos e programas e a definição dos instrumentos da gestão, conforme as peculiaridades locais e a observância dos princípios da Constituição Federal - CF, da Lei Nacional de Saneamento Básico, do Estatuto das Cidades e de políticas correlatas.

Os produtos a serem entregues serão elaborados á luz das legislações descritas nos itens a seguir.

- Princípios Constitucionais:

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988 devem ser observados os seguintes princípios em relação ao Saneamento Básico:

- a) Direito à saúde, mediante políticas de redução do risco de doença e outros agravos e de acesso universal e igualitário aos serviços (arts. 6º e 196), bem com a competência do Sistema Único de Saúde para participar da formulação da política e execução das ações de saneamento básico (inciso IV, do art. 200);
- b) Direito ao ambiente equilibrado, de uso comum e essencial à qualidade de vida;
- c) Direito à educação ambiental em todos os níveis de ensino, visando à preservação do meio ambiente (art. 225).

- Princípios da Política Urbana:

Baseado na Lei 10.257/2001 – Estatuto das Cidades devem ser observado os seguintes princípios em relação ao Saneamento Básico:

- a) Direito a cidades sustentáveis, ao saneamento ambiental, [...] para as atuais e futuras gerações (inciso I, art. 2º);
- b) Direito da sociedade à participação na gestão municipal [...] na formulação, execução e avaliação dos planos de desenvolvimento urbano (inciso II, art. 2º);
- c) Garantia das funções sociais da cidade; do controle do uso do solo; e do direito à expansão urbana compatível com a sustentabilidade ambiental, social e econômica e a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização (art. 2º);
- d) Garantia à moradia digna como direito e vetor da inclusão social.

- Princípios da Lei Nacional de Saneamento Básico:

Considerando-se a Lei 11.445/07 (Art. 2º) os serviços públicos de saneamento básicos serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

- a) Universalização do acesso;
- b) Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- c) Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

- d) Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- e) Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- f) Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltada para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- g) Eficiência e sustentabilidade econômica;
- h) Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- i) Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- j) Controle social;
- k) Segurança, qualidade e regularidade;
- l) Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

- Princípios da Política de Resíduos Sólidos:

O tema relativo aos resíduos sólidos é atual e de grande interesse e relevância aos Municípios brasileiros, sobretudo após a edição da tão esperada Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.”



Figura 2 - Interseção de interesses das leis que regem a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

O art. 6º, da Lei nº 12.305/10, estabelece os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que são:

a) princípio da prevenção e da precaução - contido no art. 225, § 1º, da Constituição Federal, que impõe uma série de condutas, ao Poder Público, no sentido de prevenir a ocorrência de danos ambientais. O princípio é também verificado no art. 2º, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1.981, que é a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que cuida da preservação do meio ambiente, e condutas de precaução para evitar a ocorrência de dano ambiental.

Com efeito, o dano ambiental em geral possui as características da irreparabilidade e da irreversibilidade, e, diante disso, a preocupação da lei é a de prevenir que danos ambientais sejam sequer causados.

b) Princípio do poluidor-pagador e do protetor-recebedor – dois princípios de mais absoluta relevância em matéria ambiental. O princípio do poluidor pagador tem como primordial objetivo imputar ao poluidor o custo financeiro pela poluição que ele tiver causado ao meio ambiente, ou seja, à ação de poluir, cabe sempre e invariavelmente uma devida e necessária reação, que é o custo correspondente ao dano causado. Em contraposição ao princípio do poluidor-pagador, existe o protetor-recebedor, segundo o qual aquele que protege o meio ambiente em benefício da coletividade – que é a titular do bem ambiental - deve receber como contraprestação uma compensação financeira como incentivo ao serviço prestado. Trata-se de remuneração indireta pelo serviço ambiental prestado. Tal remuneração em geral é concedida através de redução de alíquotas de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, isenção de ITR – Imposto Territorial Rural, ou redução de alíquotas de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. No caso do ICMS a compensação já foi denominada de ICMS Ecológico ou ICMS Verde.

c) Princípio da visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, e que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica, e de saúde pública – ou seja, na gestão dos resíduos sólidos, as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública são analisadas como um todo, de modo abrangente, e conjunto. Considera-se o ambiente macro, levando-se em consideração todos os fatores citados pelo dispositivo legal de forma conjunta. É uma visão multidisciplinar dos fatores que envolvem os resíduos sólidos, ao contrário de se analisar cada variável isoladamente.

d) Princípio do desenvolvimento sustentável – esse princípio é aludido em diversos momentos da Lei nº 12.305/10, que prega à sociedade a obrigatoriedade da coleta seletiva, e da reciclagem de resíduos, incluindo, ainda, a produção de embalagens que devem propiciar a reciclagem e reutilização (art. 32). O desenvolvimento sustentável é, como se pode ler do texto legal, a grande preocupação da atualidade, e tema de grande destaque.

e) Princípio da ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação

estimada do planeta – decorre do princípio do consumo sustentável. Trata da necessidade de produção de produtos que atendam ao princípio da sadia qualidade de vida, e, ao mesmo tempo, permitam a redução do impacto ambiental causado pelo consumo.

f) Princípio da cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade – conforme é cediço em direito, o meio ambiente constitui direito difuso, de toda a coletividade, e, nesse sentido, todos – Poder Público, entidades particulares e segmentos da sociedade – precisam unir-se em prol do meio ambiente, e, no caso dos resíduos sólidos, para que a gestão, o gerenciamento, o manuseio, e o aterramento dos resíduos ocorram estritamente dentro das exigências estipuladas na Lei federal nº 12.305/10, e com o mínimo de impacto ao meio ambiente.

g) Princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos – tal princípio envolve cadeias produtivas, Poder Público, e a coletividade titular do bem ambiental, todos unidos no sentido de produzir e destinar corretamente os resíduos, com a finalidade de reduzir o impacto ambiental.

h) Princípio de reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania – está aí evidenciada a preocupação da lei com a coleta seletiva e com a reciclagem de resíduos.

Tais resíduos precisam ser separados mediante a denominada coleta seletiva - coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição, nos termos do art. 3º, V, da Lei nº 12.305/10 – , que deve ser implementada pelo Poder Público nos termos da Lei federal, com valorização dos catadores como categoria profissional. A preocupação da Lei é também com a produção de embalagens que devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, conforme reza o art. 32, da Lei nº 12.305/10.

i) Princípio do respeito às diversidades locais e regionais – as competências locais e regionais sobre resíduos sólidos devem ser observadas nos termos da Constituição Federal. A União, os Estados o Distrito Federal têm competência concorrente para legislar sobre o tema, nos termos do art. 24, inc. VI, da Constituição Federal, sendo que inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercem competência plena para atender às suas peculiaridades, nos termos do art. 24, § 3º, da Constituição Federal. E, ainda, cabe aos Municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber nos termos do art. 30, II, da Constituição Federal.

j) Princípio do direito da sociedade à informação e ao controle social – o princípio da informação ambiental, também chamado de educação ambiental é um dos mais antigos e mais importantes princípios de direito ambiental. Ele já constava da Carta de Belgrado, escrita em 1.975, por vinte especialistas em educação ambiental, e que dizia

que a meta da educação ambiental é desenvolver um cidadão consciente sobre o meio ambiente. Após, o princípio também foi abordado pelo Princípio 19, da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, em 1.972.

k) Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade – é o princípio que determina a proibição de excesso, devendo ser sempre levada em conta a extensão do dano e o prejuízo sofrido pelo meio ambiente. A razoabilidade e a proporcionalidade devem sempre pautar e alicerçar os atos e as decisões administrativas e judiciais, porque servem como moderadores para que abusos sejam evitados.

- Demais legislações:

Pode-se destacar ainda da Lei 11.445/07:

“Art. 9. São responsabilidades dos titulares dos serviços:

- a) Elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei;
- b) Prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;
- c) Adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo “per capita” de água para abastecimento público observado as normas nacionais relativas à potabilidade da água;
- d) Fixar os direitos e os deveres dos usuários;
- e) Estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3º desta Lei;
- f) Estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;
- g) “Intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais”.

Em relação aos planos de saneamento, o artigo Art. 19 da Lei nº 11.445/2007:

“§ 1º Os planos de saneamento básico serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

O plano, que poderá ser específico para cada serviço, abrangerá no mínimo:

- a) Diagnóstico da Situação de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- b) Objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- c) Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento; ações para emergências e contingências;

d) Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ “4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.”

O Decreto nº 7.217/2010, artigo 26, parágrafo 4º, exige a existência do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços ou por delegação deste, segundo os preceitos estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, como condição indispensável de acesso, a partir de 2014, aos recursos orçamentários da União ou recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

4. METODOLOGIA

A metodologia a ser empregada no processo de execução do planejamento e atividades obedecerá a uma série de processos, que foram consistidos nesta metodologia de planejamento, de forma a atingir os objetivos finais e especificações determinadas, pelo Termo de Referência que norteia o presente trabalho.

Tais processos foram divididos em sete produtos, apresentados no formato de um fluxograma, exibindo também a forma de participação de cada entidade envolvida em todos os processos citados.

Para cada item exposto descreve-se, logo a seguir do fluxograma, suas respectivas definições de processo e descrições de atividades.

A seguir, o fluxograma:

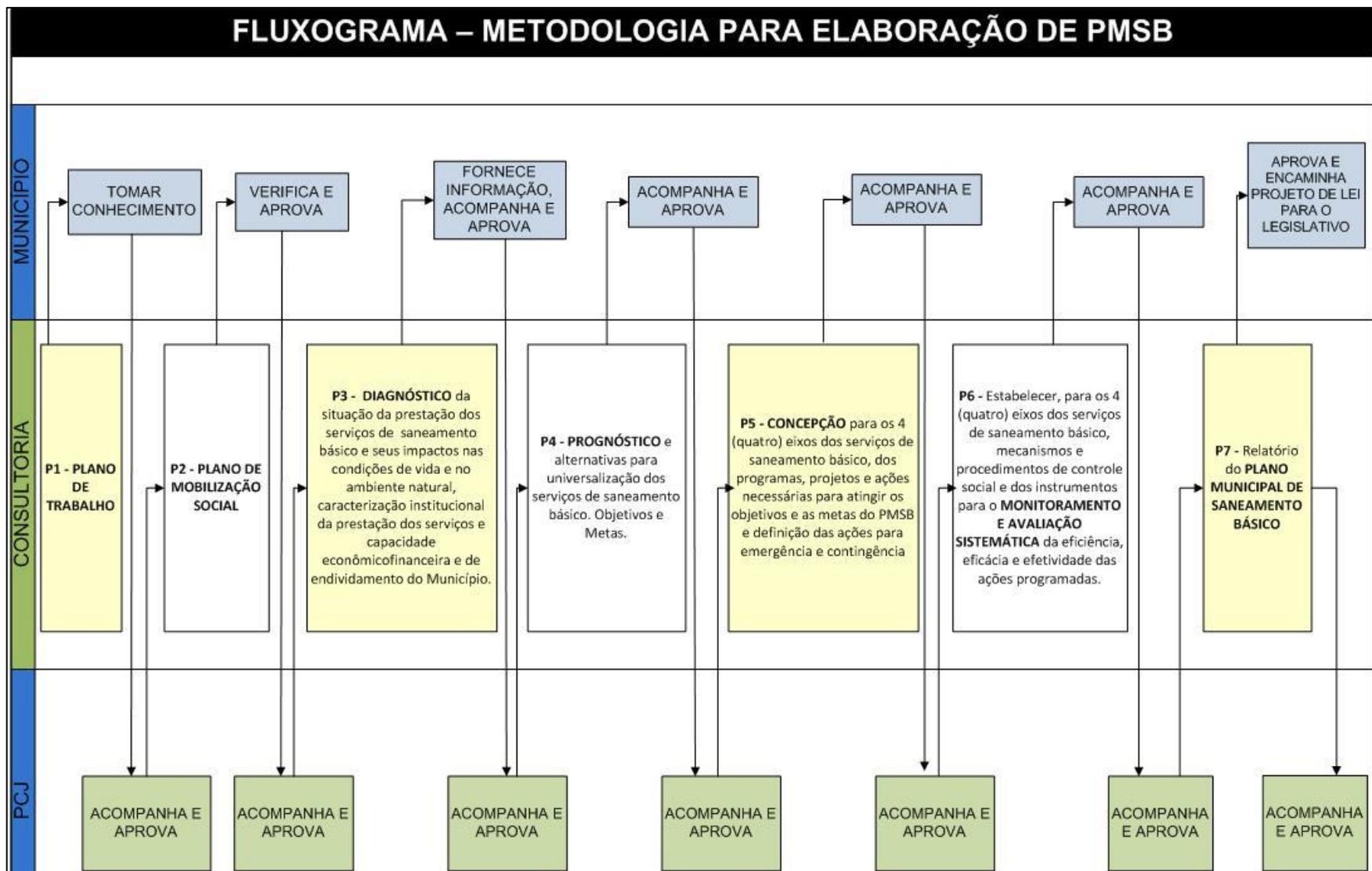


Figura 3 - Fluxograma de Atividades.

4.1. Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho, que consiste no presente documento, elaborado para cada um dos municípios beneficiados, deve conter todas as definições, especialmente aquelas provindas da reunião inicial entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB), Equipe da Contratada e representantes dos municípios beneficiados, e em consonância com os termos do Anexo C do Ato Convocatório.

Decorrente da referida reunião, foram feitas algumas definições entre as empresas contratadas e a Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme relacionadas abaixo:

- ✚ Todos os documentos elaborados serão entregues ao município via Agência PCJ;
- ✚ Os municípios contemplados terão prazo para analisar os produtos entregues;
- ✚ É obrigatório que o município publique os documentos entregues e estipulem prazo para disponibilização;
- ✚ É obrigatório que o município reúna e apresente à Fundação Agência das Bacias PCJ, evidências objetivas de que os produtos recebidos no âmbito do presente trabalho tenham sido divulgados no Município, fomentando assim o exercício da participação social;
- ✚ Os produtos objeto do presente trabalho, representando as fases descritas no Fluxograma apresentado, serão enviados ao Município beneficiado pela Agência, por e-mail, e terão prazo estipulado para aprovação. Findo este prazo e consistidas os eventuais ajustes, proceder-se-á, também por intermédio da Agência, o envio destes produtos em meio físico;
- ✚ A partir da entrega dos Relatórios de Diagnóstico em diante, as aprovações dos produtos devem ser feitas por meio de reuniões;
- ✚ As reuniões com o Município serão agendadas pela Empresa Contratada.

Segue abaixo o cronograma de reuniões a serem definidas com o Município.

4.2. Plano de Mobilização Social

De acordo com o TR o **Plano de Mobilização Social** visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano e da sua participação no processo de sua elaboração. Por meio deste planejamento organiza-se o processo e os canais de participação na elaboração do Plano e na avaliação dos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, do art. 3º, da lei 11.445/07). Conforme tal definição, o Plano de Mobilização Social deverá abranger:

a) Formatação de mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas relativas ao Plano de Saneamento Básico;

b) Estabelecimento de canais para recebimento de críticas e sugestões, garantindo-se a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas;

c) Constituição de Grupos de Trabalho para o desenvolvimento de temas específicos do Plano quando a realidade complexa indicar ou houver a necessidade de atuação articulada de diferentes órgãos e instituições;

d) Concepção dos eventos abertos à comunidade local, como debates, seminários e audiências públicas para discussão e participação popular na formulação do Plano, incluindo a recepção de dados de saneamento;

e) Realização de Conferência Municipal de Saneamento Básico, conforme a conveniência, para a discussão das propostas e instrumentos do PMSB, incluindo agenda de eventos e discussões setoriais e temáticos preparatórios;

f) Forma de acompanhamento e participação no processo de elaboração do PMSB, dos Conselhos da Cidade, de Saúde, de Meio Ambiente e de Educação e, caso estejam instalados, dos Comitês de Bacia Hidrográfica onde o município estiver inserido.



Figura 4 - Mecanismos de interação da Sociedade na elaboração do PMSB.

4.3. Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural

- Diagnóstico dos serviços de abastecimento de água potável (SAA):

As unidades básicas que compõem o sistema de abastecimento de água são os mananciais superficiais e subterrâneos de captação de água bruta, as estações elevatórias e adutoras de água bruta, as Estações de Tratamento de Água (ETAs), os reservatórios, as estações elevatórias e adutoras de água tratada, a rede de distribuição e os pontos de controle sanitário.

No diagnóstico dos SAA, as unidades serão representadas em um croqui esquemático, destacando, as vazões médias, em base anual, que entram e saem de cada unidade, a identificação dos materiais, a data de implantação, as dimensões e o tipo de tecnologia empregada.

➤ Elementos Essenciais:

O que será levantado:

a) Caracterização da cobertura e qualidade dos serviços, com a identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água; regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo per capita de água; qualidade da água tratada e distribuída à população;

b) Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros;

c) Análise crítica do plano diretor de abastecimento de água, caso exista;

d) Visão geral dos sistemas, infraestrutura, tecnologia e operação de abastecimento de água;

e) Avaliação da disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população;

f) Levantamento e avaliação das condições dos atuais e potenciais mananciais de abastecimento de água;

g) Avaliação dos sistemas de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e de informação aos consumidores e usuários dos serviços;

h) Identificação, quantificação e avaliação de soluções alternativas de abastecimento de água, individuais ou coletivas, utilizadas pela população, nas áreas urbanas e rurais, e demais usos (industrial, comercial, pública, outros);

i) Verificar as especificidades do Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água em vigor entre os municípios envolvidos.

Como também pela análise e verificação das leis, normas, portarias e demais legislações relacionadas ao tema.

- Diagnóstico dos serviços do sistema de esgotamento sanitário (SES):

As principais unidades que compõem o SES são a rede coletora, os coletores troncos, os interceptores, os emissários ou linhas de recalque, as elevatórias existentes ao longo de todo o sistema, as Estações de Tratamento do Esgoto Coletado (ETEs), os corpos receptores do lançamento do esgoto e os pontos de monitoramento. Deverá ser verificada a situação de tratamento e da disposição final do lodo resultante.

No diagnóstico do SES, serão levantadas as áreas atendidas pela rede coletora em número de domicílios e por manchas sobre a base cartográfica, além da existência de tratamento parcial ou total para os esgotos coletados. Serão indicadas as vazões médias em unidades, como as elevatórias e as estações de tratamento, nesta última será indicada a carga orgânica média diária.

➤ Elementos Essenciais:

O que será levantado:

a) Caracterização da cobertura e identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento pelo sistema público de esgotamento sanitário, contemplando também o tratamento;

b) Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros;

c) Análise crítica do plano diretor de esgotamento sanitário, caso exista, quanto à implantação, atualidade e pertinências frente às demandas futuras;

d) Visão geral dos sistemas infraestruturas, tecnologia e operação de esgotamento sanitário quanto à capacidade instalada frente à demanda e ao estado das estruturas implantadas;

e) Avaliação da situação atual e estimativa futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas de esgotamento sanitário disponíveis;

f) Análise dos processos e resultados do sistema de monitoramento da quantidade e qualidade dos efluentes, quando existente tal sistema;

g) Avaliação dos dados sobre as condições dos corpos receptores, quando existentes;

h) Indicação de áreas de risco de contaminação, e de áreas já contaminadas por esgotos no município quando mapeadas e avaliadas.

- Diagnóstico dos serviços do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais (SDU e MAP):

A finalidade da drenagem urbana é coletar e afastar as águas pluviais urbanas, combater inundação e empoçamento de água, e também prevenir doenças. O objetivo do diagnóstico da drenagem urbana é detectar os pontos mais sujeitos à inundação e sua causa, se por excessiva impermeabilização do solo ou devido às interferências, como travessias e estrangulamentos.

O mapeamento da infraestrutura em drenagem deverá mostrar as bacias e os principais corpos hídricos que atravessam o meio urbano, bem como os pontos que sofrem mais frequentemente inundação. Serão representados, por meio de manchas sobre a base cartográfica, as áreas com infraestrutura em microdrenagem (sarjeta, boca-de-lobo e galeria), em função do corpo d'água principal da bacia de drenagem, e ainda as áreas urbanas que passam por programas regulares de limpeza de bocas-de-lobo.

➤ Elementos Essenciais:

a) Análise crítica do plano diretor de drenagem urbana e/ou recursos hídricos, caso exista, quanto à implantação, atualidade e demandas futuras;

b) Identificação da infraestrutura atual e análise crítica dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais e das técnicas e tecnologias adotadas;

c) Identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público, incluindo demandas de ações estruturais e não estruturais para o manejo das águas pluviais;

d) Identificação das deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos;

e) Verificação da separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário;

f) Estudo das características morfológicas e determinação de índices físicos para as bacias e microbacias em especial das áreas urbanas;

g) Caracterização e indicação cartográfica das áreas de risco de enchentes e inundações;

h) Elaboração de cartas com zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas;

i) Análise de indicadores epidemiológicos de agravos à saúde cuja incidência pode ser determinada por deficiência nos sistemas de manejo de águas pluviais;

j) Análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e riscos de enchentes, inundações e deslizamentos de terra.

- Diagnóstico dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (SLU e MRS):

O diagnóstico da limpeza pública urbana envolverá os serviços de varrição, capina, podas, manutenção de áreas verdes e áreas públicas, remoção de cadáveres de animais, de veículos abandonados, entre outros. Nesse caso, serão levantadas as áreas atendidas por operador (no caso de ser terceirizada), a frequência de varrição e manutenção de áreas públicas, as características da frota de coleta específica (caminhões coletores-compactadores/caminhões gaiola), quando houver, destacando a capacidade de coleta, condições de conservação, problemas operacionais, os tipos e quantidades de resíduos coletados, bem como eventuais sazonalidades.

O diagnóstico do serviço de manejo dos resíduos sólidos será feito desde a etapa de acondicionamento, até a coleta, a triagem, o transbordo e o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos. Informações como a capacidade, o ano de implantação, as condições de conservação e os problemas operacionais de todas as unidades que compõem o sistema serão levantadas, de modo a identificar, mais à frente, o ano de saturação, devido às demandas futuras.

➤ Elementos Essenciais:

a) Análise da situação da gestão do serviço com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros;

b) Análise crítica do plano diretor de resíduos sólidos, caso exista, quanto à sua implantação, atualidade e pertinência, frente às demandas futuras;

c) Descrição e análise da situação dos sistemas, infraestruturas, tecnologia e operação de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município;

d) Identificação de lacunas no atendimento à população pelo sistema público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (condições atuais e futuras), quanto à população atendida (urbana e rural), tipo, regularidade, qualidade e frequência dos serviços;

e) Identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida;

f) Análise dos serviços públicos de limpeza urbana e serviços especiais (feiras, mercados, espaços públicos, praias, outros);

g) Avaliação das soluções adotadas para a destinação dos resíduos originários de construção e demolição e dos serviços de saúde.

h) Informações da caracterização dos resíduos sólidos produzidos no município em termos de quantidade e qualidade;

i) Identificação das formas da coleta seletiva (cooperativas, associações e “carrinheiros”), quando existirem, quantificando-as e qualificando-as, inclusive quanto aos custos e viabilidade social e financeira;

j) Inventário/análise da situação dos catadores, que atuam nas ruas ou em lixões, identificando seu potencial de organização;

k) Identificação e informação sobre áreas de risco de poluição/contaminação e de áreas já contaminadas, por resíduos sólidos e as alterações ambientais causadas por depósitos de resíduos no meio urbano;

l) Análise da situação socioambiental dos sítios utilizados para a disposição final de resíduos sólidos.

4.4. Prognóstico

O PMSB é um instrumento de planejamento da ação do município para universalizar os serviços de saneamento, entendendo-se como universalização a “ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico”.

Nesta etapa, serão estabelecidos os objetivos gerais e específicos a serem alcançados no horizonte de duração do plano, levando em conta, de um lado, o diagnóstico dos principais problemas existentes e o balanço entre a oferta e a demanda por serviços ao longo do tempo.

Os objetivos do plano estarão ligados à melhoria e proteção do meio ambiente, à melhoria da saúde pública, à prevenção de inundações, à expansão dos sistemas de saneamento, ao aumento da eficiência e à garantia da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços.

As metas, vinculadas aos objetivos, envolverão a elevação da cobertura de atendimento e dos indicadores de qualidade; a redução de perdas; a redução ou eliminação de pontos de alagamento; a redução dos casos de doenças de veiculação hídrica e da mortalidade infantil no município; o estabelecimento de parâmetros operacionais.

É importante ressaltar que os objetivos e metas definidos refletirão as principais demandas da sociedade e contemplarão as soluções dos problemas identificados durante a elaboração do diagnóstico técnico e da mobilização social.

Nesta etapa ficará definido que o desenvolvimento e a formulação de estratégias para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para o PMSB serão para um horizonte de 20 anos.

Para a elaboração dos prognósticos e das alternativas serão desenvolvidos os seguintes itens:

a) Projeção populacional com base em dados censitários do IBGE;

b) Projeção de demandas com base nos dados levantados no diagnóstico;

c) Serão construídos cenários alternativos de demandas e avaliação da capacidade de oferta necessária por serviços que permitam orientar o processo de planejamento do saneamento básico;

d) Os objetivos e metas serão elaborados de forma a serem quantificáveis e a orientar a definição de metas, a seleção de estratégias e a proposição dos Programas, Projetos e Ações do Plano nos quatro componentes do saneamento básico, na gestão e em temas transversais.

4.5. Concepção

O Plano Municipal de Saneamento Básico tem como objetivo principal promover o acesso universal aos serviços de saneamento básico à saúde e à qualidade de vida e do meio ambiente. Para isso, torna-se necessário organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico com integralidade, regularidade e qualidade. O Plano deve abranger as áreas urbana e rural do município e contemplar os quatro serviços que compõem o saneamento básico, quais sejam: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário.

O Plano Municipal de Saneamento Básico deve abranger, minimamente, o seguinte conteúdo:

- Diagnóstico das condições da prestação dos serviços, com indicadores sanitários, - epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, dentre outros;
- Estabelecimento de objetivos e metas para a universalização dos serviços;
- Definição de programas, projetos e ações para se atingir as metas estabelecidas;
- Estabelecimento de ações para emergências e contingências;
- Previsão de índices mínimos para o desempenho dos prestadores e para a eficiência e eficácia dos serviços; e,
- Definição de mecanismos de avaliação, dentre outras diretrizes.

Como atribuição indelegável do titular dos serviços de saneamento, o Plano deve ser elaborado com participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. O Titular dos serviços exerce essa competência conforme atribuição constitucional (art. 30, CF) de legislar sobre assuntos de interesse local; de prestar, direta ou indiretamente, os serviços públicos de interesse local; e de promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo urbano. Além das diretrizes da Lei 11.445/2007, o Plano de Saneamento Básico deve observar o Plano Diretor do Município e outros planos correlatos de Saneamento e Recursos Hídricos.

Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Compreenderá, dentre outras atividades: procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas; indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços; indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, e nos recursos naturais; salubridade ambiental: indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos; definição de indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano; definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos

pelos prestadores de serviços; determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços; definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano; mecanismos para a divulgação e acesso do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população; adoção de diretrizes para o processo de revisão do plano a cada 4 anos; indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

4.6. Monitoramento e Avaliação Sistemática

Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Compreenderá, dentre outras atividades: procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas; indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços; indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, e nos recursos naturais; salubridade ambiental: indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos; definição de indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano; definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos pelos prestadores de serviços; determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços; definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano; mecanismos para a divulgação e acesso do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população; adoção de diretrizes para o processo de revisão do plano a cada 4 anos; indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

4.7. Plano Municipal de Saneamento Básico

Compreenderá, dentre outras atividades: elaboração de documento síntese para discussão; realização de atividades de participação para discussão do Plano; sistematização dos relatórios dos produtos 1 a 6, com as consolidações das contribuições das atividades de participação social e elaboração do Relatório Final.

A etapa final da elaboração do PMSB refere-se a documentação a ser disponibilizada para o debate final de aprovação do mesmo. A legislação vigente exige a consulta ou audiência pública para debate do plano. A consulta diz respeito à disponibilização do documento em tempo que a legislação exige, em geral via internet, mas podendo ainda estar impresso em local acessível. A audiência é o debate ao vivo do documento em momento que dever ser convocado com a antecedência que a legislação exige. Tanto no primeiro momento quanto no segundo deverão ser recebidas para devida avaliação as contribuições da sociedade.

Nestes termos, percebe-se que todo o conteúdo estudado nas etapas anteriores deverá ser objeto de uma síntese bem elaborada, de preferência em linguagem que possa traduzir o rigor das decisões técnicas em Leitura

compreendida pela média dos interessados. Esta síntese é que deve estar disponível no processo de consulta e audiência, sem prejuízo da opção de se publicar os demais relatórios como anexos caso seja necessário.

5. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

Os produtos a serem entregues, serão conforme descritos a seguir.

Tabela 1 - Produtos a serem entregues durante o andamento da elaboração do PMSB.

LEGENDA DA ENTREGA DE PRODUTOS		ENTREGAS
Produto 1	Plano de Trabalho	15 dias
Produto 2	Plano de Mobilização Social	Mês 01
Produto 3	Diagnóstico dos Sistemas	Mês 03
Produto 4	Prognósticos, Objetivos e Metas	Mês 04
Produto 5	Concepção dos sistemas	Mês 05
Produto 6	Mecanismos de Avaliação, Regulação e Controle Social e Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira e Modicidade Tarifária	Mês 06
Produto 7	PMSB Final Consolidado	Mês 07

- **Produto 1:** Plano de Trabalho.

Elaborado um plano de trabalho para cada um dos municípios objeto do contrato, contendo todas as definições, especialmente aquelas providas da reunião inicial entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB), Equipe da Contratada e representantes dos municípios beneficiados.

- **Produto 2:** Plano de Mobilização e definição do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Este produto consiste na definição da estratégia de mobilização social democrática e participativo com a inclusão da divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico, além da capacitação para a participação em todos os momentos do processo.

O Plano de Mobilização deverá:

- Estabelecer os mecanismos para a efetiva participação da sociedade, nos processos de formulação da Política e de elaboração do Plano de Saneamento Básico em todas as etapas, inclusive o diagnóstico;
- Garantir a participação e o controle social, por meio de conferências, audiências e consultas públicas, seminários e debates e da atuação de órgãos de representação colegiada, tais como, os Conselhos da Cidade, de Saúde e de Meio Ambiente;
- Estabelecer os mecanismos para a disseminação e o amplo acesso às informações sobre o diagnóstico e os serviços prestados e sobre as propostas relativas ao plano de saneamento básico e aos estudos que as fundamentam;
- Definir os mecanismos de divulgação das etapas de discussão da política e do plano bem como canais para recebimento de sugestões e críticas;

- Definir estratégias de comunicação e canais de acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais.

- **Produto 3:** Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município.

O Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico Coleta de Dados compreenderá, dentre outras atividades:

- Identificação dos distritos, levantamento e análise da legislação sobre saneamento, saúde, meio ambiente; análise da organização, estrutura e capacidade institucional (secretarias, existência de corpo técnico);
- Dados quantitativos e qualitativos sobre: abastecimento de água, esgotamento sanitário, tecnologias utilizadas e a compatibilidade com a realidade do município;
- Dados socioeconômicos e capacidade de pagamento dos usuários (renda mensal da população, bolsa família, etc.);
- Estudos e projetos de saneamento básico existentes;
- Salubridade ambiental - Indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- Dados e informações de outras políticas correlatas.

A caracterização geral do município que compreenderá, dentre outras atividades:

- Caracterização da demografia urbana e rural por renda, gênero, faixa etária, densidade, acesso ao saneamento e projeções de crescimento;
- Caracterização geral: geomorfologia, climatologia, hidrografia, hidrogeologia e topografia do território;
- Caracterização das áreas de interesse social: localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico, precariedade habitacional, situação socioeconômica, renda e indicadores de acesso à educação;
- Infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte, saúde e habitação);
- Indicação das áreas sujeitas à inundação ou deslizamento e áreas de proteção ambiental;
- Consolidação cartográfica das informações socioeconômicas, físico-territorial e ambiental disponível sobre o município e a região;
- Vocações econômicas do município: contexto atual e projeções em termos das atividades produtivas por setor.

A situação institucional que compreenderá, dentre outras atividades:

- Identificação e análise do modelo e organização jurídico-institucional, com descrição dos órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro (4) componentes;
- Identificação de programas locais existentes de interesse do saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana, gestão de recursos hídricos e meio ambiente;
- Identificação e descrição da organização social, comunidades tradicionais, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, percepção em relação à saúde, ao saneamento e ao ambiente;
- Identificação das redes, órgãos e estruturas de educação e avaliação da capacidade de apoiar projetos e ações de educação ambiental combinados com os programas de saneamento básico;
- Existência e análise de programas de educação ambiental e de assistência social em saneamento; análise de normas de fiscalização e regulação quando existentes.

A situação econômico-financeira dos serviços e do município que compreenderá, dentre outras atividades:

- Capacidade econômico-financeira do Município frente às necessidades de investimento e sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento básico, envolvendo a política e o sistema de cobrança, dotações do orçamento do município, fontes de subvenção, financiamentos e outras;
- Capacidade de endividamento e disponibilidade de linhas de financiamento;
- Necessidade de destinação de recursos orçamentários do município, para viabilizar a adequada prestação e manutenção dos serviços;
- Necessidade de investimentos para viabilizar a universalização do acesso aos serviços.

A situação dos serviços de abastecimento de água potável que compreenderá, dentre outras atividades:

- Caracterização da cobertura por solução e qualidade dos serviços;
- Identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água;
- Regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo per capita de água;
- Índice de perdas, qualidade da água tratada e distribuída à população;
- Identificação dos domicílios sem canalização interna;
- Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: consumo, receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS);
- Visão geral dos sistemas (infraestrutura, tecnologia e operação): captação, adução, tratamento, reservação, estações elevatórias, rede de distribuição e ligações prediais;
- Avaliação da capacidade de atendimento frente à demanda e ao estado das estruturas;
- Disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população pelos sistemas existentes versus consumo, demanda atual e futura;

- Levantamento e avaliação das condições dos atuais e potenciais mananciais - aspectos de proteção da bacia (tipos de uso do solo, fontes de poluição, estado da cobertura vegetal, qualidade da água, ocupações por assentamentos humanos, outros);
- Avaliação dos sistemas de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e de informação aos consumidores e usuários dos serviços;
- Identificação, quantificação e avaliação de soluções alternativas de abastecimento de água, individuais ou coletivas, utilizadas pela população, nas áreas urbanas e rurais, e outros usos nas áreas urbanas (industrial, comercial, pública, outros).

A situação dos serviços de esgotamento sanitário que compreenderá, dentre outras atividades:

- Caracterização da cobertura por coleta e tratamento, e por outras soluções;
- Identificação do déficit de instalações hidrossanitárias;
- Identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento pelo sistema público, contemplando o tratamento;
- Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS);
- Visão geral dos sistemas (infraestruturas, tecnologia e operação) quanto à: capacidade instalada frente à demanda e ao estado das estruturas, envolvendo as ligações de esgoto, as redes coletoras, os interceptores, as estações elevatórias, as estações de tratamento, os emissários e a disposição final;
- Avaliação da situação atual e futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas disponíveis, sistema público e soluções individuais e/ou coletivas, contemplando o tratamento;
- Avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes os dados necessários;
- Indicação de áreas de risco de contaminação;
- Identificação, quantificação e avaliação qualitativa de soluções alternativas de esgotamento sanitário (fossas sépticas, fossa negra, infiltração no solo, lançamento direto em corpos d'água), individuais ou coletivas, utilizadas pela população e outros usuários nas áreas urbanas e rurais (industrial, comercial, serviços, agropecuária, atividades públicas, outros).

A situação da saúde que compreenderá, dentre outras atividades:

- Morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias (Capítulo I, do CID-10 - CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS), conforme lista apresentada na Tabela 2, do Documento de Diretrizes, e estado nutricional de crianças menores de quatro anos;

Tabela 2 - Doenças infecciosas e parasitárias.

CATEGORIA	DOENÇAS
Doenças de transmissão feco-oral	Diarreias, febres entéricas e hepatite A.
Doenças transmitidas por inseto vetor	Dengue, febre amarela, Leishmanioses (L. tegumentar e L. visceral), filariose linfática, malária e doença de chagas.
Doenças transmitidas por contato com a água	Esquistossomose e Leptospirose.
Doenças relacionadas com higiene	Doenças dos olhos, doenças da pele, tracoma, conjuntivites e micoses superficiais.
Geo-helmintos e teníases	Helmintíases. Teníases.

- Existência e análise do Programa Saúde na Família.

- **Produto 4:** Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico / Objetivos e Metas.

Compreenderá dentre outras atividades:

- Análise da prestação de serviços, as necessidades dos serviços públicos de saneamento básico - curto, médio e longo prazos;
- Cenários alternativos das demandas por serviços de saneamento básico;
- Definição de diretrizes e estratégias; compatibilização das carências de saneamento básico com as ações do plano;
- Hierarquização das áreas de intervenção prioritária;
- Definição de objetivos e metas;
- Mecanismos que possibilitem o atendimento aos padrões de potabilidade da água para consumo humano e condições adequadas para outros usos;
- Projeção de investimentos, indicando a fonte, para alcançar as metas e viabilizar a universalização do acesso aos serviços;
- Proposta de arranjo alternativo ou readequação do modelo e organização jurídico-institucional existente, com descrição dos os órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro componentes;
- Procedimentos e mecanismos para a compatibilização com as Políticas e os Planos Nacional e Estadual de recursos hídricos.

- **Produto 5:** Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.

Definição das ações para emergência e contingência, compreenderá, dentre outras atividades:

- Programação de ações imediatas; programação das ações do plano;
- Definição dos programas, projetos e ações com estimativas de custos, baseadas nos resultados da Etapa 4;
- Estabelecer objetivos e metas de longo, médio e curto prazos;
- Formulação de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade;
- Mecanismos de promoção do direito à cidade;
- Mecanismos de promoção da saúde e a qualidade de vida;
- Mecanismos de promoção da sustentabilidade ambiental;
- Mecanismos de melhoria do gerenciamento e da prestação dos serviços;
- Estabelecimento de planos de racionamento e atendimento a aumentos de demanda temporária;
- Estabelecimento de regras para situação crítica na prestação de serviços, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência;
- Estabelecimento de regras e diretrizes para atuação em situações de contingência e desastres;
- Estabelecer diretrizes para a articulação com os Planos Locais de Risco.

- **Produto 6:** Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Compreenderá, dentre outras atividades:

- Procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas;
- Indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços;
- Indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, e nos recursos naturais;
- Salubridade ambiental: indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos;
- Definição de indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano;
- Definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos pelos prestadores de serviços;
- Determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços;
- Definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano;
- Mecanismos para a divulgação e acesso do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população;
- Adoção de diretrizes para o processo de revisão do plano a cada 4 anos;

- Indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- Periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

- Produto 7: Relatório final do plano.

Compreenderá, dentre outras atividades: elaboração de documento síntese para discussão; realização de atividades de participação para discussão do Plano; sistematização dos relatórios dos produtos 1 a 6, com as consolidações das contribuições das atividades de participação social e elaboração do Relatório Final.

São apresentados a seguir, o Cronograma de Entrega dos Produtos e o Cronograma de Alocação de Pessoal.

Quadros 2 - Cronograma de Entrega dos Produtos.

ATIVIDADES	PRAZO (dias)								Total	
	30	60	90	120	150	180	210	240		
P1 - PLANO DE TRABALHO	8%									R\$ 10.535,17
	R\$ 10.535,17									
P2 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	10%									R\$ 13.168,96
	R\$ 13.168,96									
P3 - DIAGNÓSTICO da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômicofinanceira e de endividamento do Município.		34%								R\$ 44.774,45
		R\$ 44.774,45								
P4 - PROGNÓSTICO e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.				12%						R\$ 15.802,75
				R\$ 15.802,75						
P5 - CONCEPÇÃO para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.					12%					R\$ 15.802,75
					R\$ 15.802,75					
P6 - Estabelecer, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.						12%				R\$ 15.802,75
						R\$ 15.802,75				
P7 - Relatório do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO .							12%			R\$ 15.802,75
							R\$ 15.802,75			
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 131.689,57
PRODUTOS	↓ P1 e P2		↓ P3		↓ P4		↓ P5 e P6		↓ P7	

Os relatórios serão elaborados em conformidade com o ANEXO A – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS, do Ato Convocatório - COLETA DE PREÇOS Nº 07/2013 – REPUBLICAÇÃO. Os prazos para análise, pelo Contratante, dos relatórios e documentos apresentados serão de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao recebimento desses documentos, conforme item 5.1 do ANEXO B do Termo de Referência.

As reuniões mensais com a Contratante serão realizadas após a entrega dos relatórios e do respectivo prazo de análise dos mesmos.

Quadro 3 - Cronograma de Alocação de Pessoal.

		CRONOGRAMA DE ALOCAÇÃO DE PESSOAL																																								
		15/09 a 21/09	22/09 a 28/09	29/09 a 05/10	06/10 a 12/10	13/10 a 19/10	20/10 a 26/10	27/10 a 02/11	03/11 a 09/11	10/11 a 16/11	17/11 a 23/11	24/11 a 30/11	01/12 a 07/12	08/12 a 14/12	15/12 a 21/12	22/12 a 28/12	29/12 a 04/01	05/01 a 11/01	12/01 a 18/01	19/01 a 25/01	26/01 a 01/02	02/02 a 08/02	09/02 a 15/02	16/02 a 22/02	23/02 a 01/03	02/03 a 08/03	09/03 a 15/03	16/03 a 22/03	23/03 a 29/03	30/03 a 05/04	06/04 a 12/04	13/04 a 19/04	20/04 a 26/04	27/04 a 03/05	04/05 a 10/05	11/05 a 17/05						
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12	S13	S14	S15	S16	S17	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25	S26	S27	S28	S29	S30	S31	S32	S33	S34	S35						
P1	PLANO DE TRABALHO.	TIPO																																								
	JAMILLE CARIBÉ - Engenheira Ambiental	horas	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	JOSÉ CARLOS LEITÃO - Engenheiro Civil	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	GUILHERME MALTA VASCONCELOS - Engenheiro Ambiental	horas	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	ANDRÉ BATISTA BORIN - Tecnólogo em Saneamento Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	DÉBORA RAQUEL CARDOSO DE MARQUES - Técnica em Meio Ambiente	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	THAYNÁ CRISTINY BOTTAN - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	GESIANE KESSILU MARSOLI - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
P2	PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.	TIPO																																								
	JAMILLE CARIBÉ - Engenheira Ambiental	horas	0	4	8,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	JOSÉ CARLOS LEITÃO - Engenheiro Civil	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	RENATA DATRINO - Socióloga	Gb	0,25	0,25	0,25	0,25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	GUILHERME MALTA VASCONCELOS - Engenheiro Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	ANDRÉ BATISTA BORIN - Tecnólogo em Saneamento Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	DÉBORA RAQUEL CARDOSO DE MARQUES - Técnica em Meio Ambiente	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	THAYNÁ CRISTINY BOTTAN - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
GESIANE KESSILU MARSOLI - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
P3	DIAGNÓSTICO da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico financeira e de endividamento do município.	TIPO																																								
	JAMILLE CARIBÉ - Engenheira Ambiental	horas	0	0	0	0	0,42	1,31	0,92	1,14	0,47	0,94	0,94	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	JOSÉ CARLOS LEITÃO - Engenheiro Civil	horas	0	0	0	0	0,31	0,97	0,31	1,42	0,94	1,42	1,42	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	GUILHERME MALTA VASCONCELOS - Engenheiro Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	ANDRÉ BATISTA BORIN - Tecnólogo em Saneamento Ambiental	horas	0	0	0	0	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	DÉBORA RAQUEL CARDOSO DE MARQUES - Técnica em Meio Ambiente	horas	0	0	0	0	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	2,83	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	THAYNÁ CRISTINY BOTTAN - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	GESIANE KESSILU MARSOLI - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	1,11	1,11	1,11	1,11	1,11	2,36	2,36	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
P4	PROGNÓSTICO e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.	TIPO																																								
	JAMILLE CARIBÉ - Engenheira Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,22	1,22	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	JOSÉ CARLOS LEITÃO - Engenheiro Civil	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,11	1,11	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	GUILHERME MALTA VASCONCELOS - Engenheiro Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	ANDRÉ BATISTA BORIN - Tecnólogo em Saneamento Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,78	3,78	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	DÉBORA RAQUEL CARDOSO DE MARQUES - Técnica em Meio Ambiente	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,78	3,78	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	THAYNÁ CRISTINY BOTTAN - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	GESIANE KESSILU MARSOLI - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,11	1,11	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P5	CONCEPÇÃO para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.	TIPO																																								
	JAMILLE CARIBÉ - Engenheira Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	1,42	1,42	1,92	2,36	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	JOSÉ CARLOS LEITÃO - Engenheiro Civil	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	1,89	1,89	1,89	2,36	2,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	GUILHERME MALTA VASCONCELOS - Engenheiro Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	ANDRÉ BATISTA BORIN - Tecnólogo em Saneamento Ambiental	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	
	DÉBORA RAQUEL CARDOSO DE MARQUES - Técnica em Meio Ambiente	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	4,72	
	THAYNÁ CRISTINY BOTTAN - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	GESIANE KESSILU MARSOLI - Técnica em Edificações	horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	
P6	Estabelecer, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social																																									

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, este documento, denominado Plano de Trabalho tem o objetivo de Guia orientativo para os municípios beneficiados, além de servir como norteador das etapas a serem desenvolvidas no decorrer da prestação de serviços, ressaltando a importância da participação social.

O Plano de Trabalho tem por objetivo estabelecer os direcionadores estratégicos assim como a agenda das ações e atividades que deverão orientar os trabalhos; planejar as atividades para um dado período de tempo, primeiro para aprovar junto aos tomadores de decisão, depois como documento-guia para atividades que serão realizadas durante o ciclo de planejamento e permitindo assim o respectivo acompanhamento e participação dos Grupos de Trabalho constituídos no município.

7. EQUIPE TÉCNICA

Os trabalhos descritos no presente Plano de Trabalho serão desenvolvidos pela empresa B&B Engenharia, onde a equipe técnica composta para o desenvolvimento dos mesmos contempla os profissionais abaixo relacionados:

- Luís Guilherme de Carvalho Bechuate – Engenheiro Civil e Especialista em Gestão de Projetos – Coordenador Geral e Responsável Técnico;
- Eduardo Augusto Ribeiro Bulhões – Engenheiro Civil e Sanitarista – Responsável Técnico;
- Eduardo Augusto Ribeiro Bulhões Filho – Engenheiro de Materiais (Modalidade Química) e Especialista em Gestão de Projetos – Responsável Técnico;
- Jamille Caribé Gonçalves Silva – Engenheira Ambiental – Equipe Técnica;
- José Carlos Leitão – Engenheiro Civil e Especialista em Engenharia Hidráulica – Equipe Técnica;
- Guilherme Malta Vasconcelos – Engenheiro Ambiental e Pós-Graduando em Gestão de Resíduos – Equipe Técnica;
- André Batista Borin – Tecnólogo em Saneamento Ambiental – Equipe Técnica;
- Débora Raquel Cardoso de Marques – Técnica em Meio Ambiente – Equipe Técnica;
- Thayná Cristiny Bottan – Técnica em Edificações e Graduando em Engenharia Civil – Equipe Técnica;
- Gesiane Kessili Marsoli – Técnica em Edificações e Graduando em Engenharia Civil – Equipe Técnica.

O Grupo de Trabalho Local e Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Louveira contarão com a participação e acompanhamento dos membros nomeados pela Prefeitura Municipal, através de Decreto ou Portaria.

Os trabalhos terão ainda o acompanhamento e fiscalização da equipe técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme abaixo:

- Elaine Franco de Campos;
- Patrícia Gobet de Aguiar;
- Marina Peres Barbosa;
- Karla Romão;
- Aline F. Rocha Meneses – EPS Consultoria Ambiental (Gerenciadora);
- Anderson Assis Nogueira – EPS Consultoria Ambiental (Gerenciadora);
- Eduardo Paschoalotti – EPS Consultoria Ambiental (Gerenciadora);
- José Roberto da Silva – EPS Consultoria Ambiental (Gerenciadora);
- Líliliana Paschoalotti – EPS Consultoria Ambiental (Gerenciadora);
- Waldomiro Martini Neto – EPS Consultoria Ambiental (Gerenciadora);
- Thiago Camilo Paschoalotti – EPS Consultoria Ambiental (Gerenciadora).

8. ANEXO

Abaixo segue anexo o Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Agência das Bacias PCJ.

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO
AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ E O MUNICÍPIO DE LOUVEIRA, SP**

Pelo presente instrumento, a Fundação Agência das Bacias PCJ – **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, neste ato, representada por sua Diretora-Presidente em exercício, Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi, portadora da Cédula de Identidade nº 18.408.721-1, emitida pela SSP/SP, CPF nº 110.166.178-01, com sede à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, Sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 11.513.961/0001-16, conforme seu estatuto e o município de Louveira, SP, neste ato representado por seu Prefeito, Nicolau Finamore Junior, portador da Cédula de Identidade nº 13.020.427, emitida pela SSP/SP, CPF nº 962.447.478-87, com sede à Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451, Vila Caldana, Bairro Leitão, Louveira, SP, doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**, concordam em celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui **OBJETO** do presente Termo de Cooperação Técnica a contratação pela **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, de empresa de consultoria para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada dos resíduos Sólidos para o município de Louveira, com recursos da Cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União – **COBRANÇA PCJ FEDERAL**, visando à realização, em conjunto com a **PREFEITURA**, em conformidade com o Plano de Trabalho, o qual inclui Cronograma de Execução, que constitui Anexo I do presente Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, ao final do prazo do presente Termo de Cooperação Técnica, compromete-se a entregar, sem qualquer encargo, à **PREFEITURA**, uma (01) via impressa e uma (01) via em mídia óptica (CD-R ou DVD-R) do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município, declarando a Prefeitura Municipal de Louveira expressamente, pelo presente Termo, que o aceita, para ser aprovado na forma da lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES: Para a execução do presente Termo de Cooperação Técnica a **PREFEITURA** e a **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ** terão as seguintes obrigações:

2.1 OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

1. Tornar disponível para a **EMPRESA CONTRATADA** pela **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ** os dados necessários ao atendimento do **OBJETO**, dentro de sua responsabilidade e atribuições;
2. Fornecer apoio técnico de modo a tornar possível a realização do trabalho conjunto;
3. Indicar pessoal técnico qualificado para apoiar a execução das atividades em questão e participar do Grupo de Acompanhamento do Plano;
4. Os técnicos indicados pelo executivo municipal, terão dentre outras atribuições e responsabilidades fazer a análise dos produtos apresentados, assim como tomar todas as medidas gerenciais e administrativas necessárias ao andamento dos trabalhos;
5. Prestar colaboração para o desenvolvimento das etapas do trabalho;
6. Promover intercâmbio de produtos e serviços de interesse para o desenvolvimento do projeto;
7. Quando solicitado pela **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, organizar, convocar e promover sob sua responsabilidade as Audiências Públicas, necessárias para aprovação do referido Plano e submetê-lo à sua Casa de Leis para tal;
8. Disponibilizar local apropriado para a realização dos eventos a serem programados para cumprimento do **OBJETO**.

2.2 OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

1. Contratar o previsto na Cláusula do **OBJETO** do presente Termo, nos prazos e nas condições estabelecidas, observadas a legislação pertinente, nos melhores padrões de qualidade e economia;
2. Doar à **PREFEITURA** o **OBJETO** discriminado na Cláusula Primeira do presente Termo, conforme previsto no Termo de Referência, constante do Anexo I, deste termo;
3. Gerenciar os trabalhos da equipe Técnica e do Grupo de Acompanhamento do PMSB e PMGIRS;
4. Fornecer apoio técnico de modo a tornar possível a realização do trabalho conjunto;
5. Indicar pessoal técnico qualificado para apoiar a execução das atividades em questão e participar do Grupo de Acompanhamento do Plano;
6. Prestar colaboração para o desenvolvimento das etapas do trabalho;
7. Realizar as apresentações sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, por meio da **EMPRESA CONTRATADA**, nas Audiências Públicas, previamente agendadas e organizadas pela **PREFEITURA**, visando prestar todos os esclarecimentos necessários aos interessados e a população em geral, para a sua aprovação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

1. Cada um dos partícipes designará o seu Coordenador, dentro de quinze (15) dias contados da assinatura do presente Termo, para constituir a Coordenação Técnica da Cooperação e do Grupo de Acompanhamento do Plano.
2. À Coordenação Técnica, caberá supervisionar os trabalhos de acordo com o Plano de Trabalho e Cronograma de Execução, anexos ao presente Termo.
3. À Coordenação Técnica competirá também à solução de questões de ordem técnica e administrativa que eventualmente surjam durante a vigência deste Termo, ou o seu encaminhamento às autoridades competentes para as providências necessárias, conforme o caso.
4. Não haverá transferência de recursos humanos entre os partícipes em decorrência da execução das atividades previstas neste Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS: Não haverá transferência de recursos financeiros de uma entidade à outra, devendo cada qual arcar com o ônus administrativo das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DA PROPRIEDADE DE RESULTADOS:

1. Os resultados, metodologias e inovações técnicas, obtidos em virtude da execução das atividades previstas neste Termo serão, em proporções iguais, de propriedade comum dos partícipes;
2. Cada um dos partícipes poderá, para fins de pesquisa e desenvolvimento, utilizar, em benefício próprio, esses resultados, metodologia e inovações técnicas, sem que seja obrigado a consultar a outra parte ou pagar-lhe qualquer indenização ou recompensa.
3. A utilização ou a propriedade do produto final fica estendida ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ, no sentido de subsidiar projetos específicos vinculados as metas estabelecidas no seu Plano de Bacias vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO: O prazo para a execução do presente ajuste será de 12 meses, contados a partir da data da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente acordo poderá ter o seu prazo prorrogado, mediante Termo de Aditamento e prévia autorização da **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:

1. Este Termo de Cooperação Técnica poderá a qualquer tempo ser denunciado, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a faculdade de rescisão, desde que comprovado o não cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas.
2. Nos casos de denúncia ou rescisão do ajuste, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento da Cooperação Técnica, em que se definam e atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências, inclusive no que se refere aos direitos autorais ou de propriedade, dos trabalhos em andamento, bem como às restrições ao uso dos resultados e metodologias e à divulgação de informações, colocadas à disposição dos partícipes.
3. Tanto em caso de denúncia como de rescisão do presente Termo de Cooperação, subsiste o compromisso por parte da **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ** de doar à **PREFEITURA** o **OBJETO** elaborado com recursos da **COBRANÇA PCJ FEDERAL**, nos termos do estatuído no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do presente.

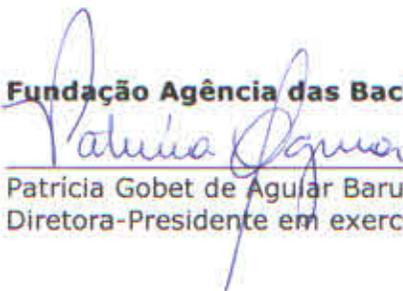
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ANEXOS: Constitui anexo do presente instrumento, dele fazendo integrante, o **Anexo I – Do Plano de Trabalho**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Piracicaba para dirimir eventuais dúvidas oriundas da execução deste Termo, depois de esgotadas as instâncias administrativas.

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

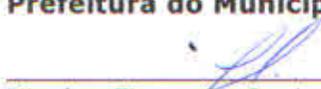
Piracicaba, 24 de julho de 2013.

Fundação Agência das Bacias PCJ – AGÊNCIA PCJ



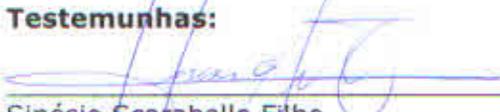
Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi
Diretora-Presidente em exercício

Prefeitura do Município de Louveira, SP



Nicolau Finamore Junior
Prefeito de Louveira

Testemunhas:



Sinésio Scarabello Filho
Secretário Municipal de Água e Esgoto
CPF: 675.388.438-68
RG: 6.664.204-8



NOME: SANDRA DENIZETI BATISTA
CPF: 089.160.978-43
RG: 13.758.728-4

ANEXO III

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E PLANO
MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DO
MUNICÍPIO DE LOUVEIRA

B&B Engenharia Ltda.

Plano de Mobilização Social para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Louveira-SP.

Louveira, 2013.

Contratante: Fundação Agência das Bacias PCJ.

Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Racz Center – CEP: 13416-901 - Piracicaba/SP.

Contratado: B&B Engenharia Ltda.

Endereço: Rua Guararapes, nº 1461, Brooklin – CEP: 04.561-002 – São Paulo/SP.

Elaboração:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA-SP

GRUPO DE TRABALHO LOCAL E GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA-SP, NOMEADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 3.975 DE 23 DE OUTUBRO DE 2013 QUE SEGUE ANEXO NESTE DOCUMENTO.

COORDENAÇÃO GERAL E RESPONSÁVEL TÉCNICO DA B&B ENGENHARIA

LUÍS GUILHERME DE CARVALHO BECHUATE

Engenheiro Civil

Especialista em Gestão de Projetos

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

EDUARDO AUGUSTO RIBEIRO BULHÕES

Engenheiro Civil e Sanitarista

EDUARDO AUGUSTO RIBEIRO BULHÕES FILHO

Engenheiro de Materiais – Modalidade Química

Especialista em Gestão de Projetos

EQUIPE TÉCNICA

JAMILLE CARIBÉ GONÇALVES SILVA

Engenheira Ambiental

JOSÉ CARLOS LEITÃO

Engenheiro Civil

Especialista em Engenharia Hidráulica

GUILHERME MALTA VASCONCELOS

Engenheiro Ambiental

Pós-Graduando em Gestão de Resíduos

ANDRÉ BATISTA BORIN

Tecnólogo em Saneamento Ambiental

DÉBORA RAQUEL CARDOSO DE MARQUES

Técnica em Meio Ambiente

THAYNÁ CRISTINY BOTTAN

Técnica em Edificações

Graduando em Engenharia Civil

GESIANE KESSILI MARSOLI

Técnica em Edificações

Graduando em Engenharia Civil

RENATA MARTINÊS DATRINO

Socióloga

ANDRESSA MARQUES SIQUEIRA

Bióloga

APRESENTAÇÃO

O presente relatório, denominado Plano de Mobilização Social apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato nº 25/2013, assinado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a B&B Engenharia Ltda., que tem por objeto a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico conforme Lei nº 11.445/2007, contendo determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, bem como o desenvolvimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010”.

Este documento apresenta para o município de Louveira, a definição do Processo de Mobilização e Participação Social que irá acompanhar e suportar a cronologia das etapas subsequentes e as metodologias de implantação das atividades incluindo a Audiência Pública e a Conferência Municipal de Saneamento. Contêm também a descrição de ferramentas e métodos necessários à divulgação do processo, formas e canais de comunicação, formas de estimular a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

Com este documento dá-se atendimento ao item 10.1, item II do Termo de Referência que norteia a presente contratação.

O presente documento é apresentado em um único volume, contendo anexos.

O presente documento tem como objetivo apresentar o Plano de Mobilização Social a ser aplicado no município de Louveira.

Este Plano de Mobilização Social apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato nº 25/2013, firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a B&B Engenharia Ltda., que tem por objeto a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico conforme Lei nº 11.445/2007, contendo determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais, bem como o desenvolvimento do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010”.

Este Plano de Mobilização configura-se como ferramenta para comunicação do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), garantindo o caráter participativo e informativo do processo, conforme preconiza a Lei nº 11.445/2007 em conjunto com a Lei nº 12.305/2010, que definem funções de gestão e garantia do atendimento essencial à saúde pública, direitos e deveres dos usuários, controle social e sistema de informação, como princípios fundamentais que asseguram ampla divulgação e participação. Tem também como objetivo promover e/ou intensificar o relacionamento da Prefeitura Municipal de Louveira com a comunidade local.

A estruturação de um Plano de Mobilização Social para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) justifica-se não apenas pela qualificada ferramenta que este representa, tendo em vista o caráter participativo necessário à elaboração dos referidos planos, mas também, pela necessidade de garantir que o embasamento da comunidade, acerca dos planos em questão, seja valorizado e, de alguma forma, representativo para o processo de elaboração dos mesmos, o que garante, também, fazer um trabalho que esteja pautado pelas diretrizes do Estatuto das Cidades, definido na Lei nº 10.257/2001, sobretudo no que diz respeito ao item b, do inciso II, art.2º, que cita o “Direito da sociedade à participação na gestão municipal [...] na formulação, execução e avaliação dos planos de desenvolvimento urbano”. As ferramentas definidas no Plano de Mobilização Social auxiliarão a difusão de informações de forma clara e objetiva, atendendo toda a comunidade do município, acolhendo dúvidas, críticas e sugestões e as respondendo de forma satisfatória, evitando possíveis conflitos decorrentes da divulgação de informações incorretas e incoerentes com as ações a serem executadas.

Também contribuirão para o processo de diagnóstico das comunidades, uma vez que as ações participativas, enfatizadas no plano e, de acordo com o Termo de Referência, permitirão maior eficácia na identificação, avaliação e consideração das variáveis socioculturais e ambientais do município, que devem ser envolvidas na formulação das soluções de saneamento, desde a adequação às necessidades, expectativas e valores culturais da população, até as vocações econômicas e preocupações ambientais da cidade.

1.1. Objetivo Geral

- Desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e da importância de sua participação neste processo.

1.2. Objetivos Específicos

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB e do PMGIRS;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do PMSB e do PMGIRS; e,
- Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento e da fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

1.3. Área de Abrangência

A área de abrangência compreende tanto a população urbana como a rural do município de Louveira que serão informados e consultados durante o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Será disponibilizado um sistema amplo de divulgação, com canais diversos de comunicação, permitindo que o processo de Comunicação Social aqui proposto atinja comunidades de quaisquer locais, inclusive com canal de contato ligado à internet.

1.4. Público Alvo

O público alvo desta proposta compreende prioritariamente a população do município de Louveira, em sua totalidade, mas a proposta em questão também atingirá um público diverso, pois está previsto canal de contato ligado à internet, além de eventos abertos à comunidade.

No entanto, parte das ações previstas tem como foco a sociedade civil organizada e instituições de interface com o tema, a saber: Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, Conselhos Municipais da Cidade tais como de Saúde, Meio Ambiente, Educação, ONGs e demais instituições ligadas ao Meio Ambiente, entidades representativas de bairros e/ou regiões do município.

Este Plano tem como base o conceito de Comunicação Socioambiental, que é diferente de um mero fluxo informativo, pautado por indicadores quantitativos, ela confere existência social e qualitativa ao processo. Sendo assim, este tipo de comunicação tem o papel de agente que acolhe e interpreta as demandas da sociedade e as converge em decisões e ações do empreendedor, de modo a responder a essas demandas.

Neste sentido, este plano de comunicação vai além do caráter informativo e é voltado à participação comunitária, captação e retorno de contatos, como o aqui proposto, representa ferramenta importante, pois é um canal contínuo de interlocução com a comunidade que, quando eficiente, permite rápido retorno – denotando transparência e respeito com o cidadão, e subsidiando a elaboração de ações mais amplas e assertivas no que tange ao Desenvolvimento Sustentável, conceituado nas esferas ambiental, social e econômica.

Para tanto, algumas atitudes são necessárias, como: a transparência nas ações e objetivos, a percepção do contexto sociocultural que a cerca, o foco numa relação de corresponsabilidade social e ambiental junto à comunidade e aos órgãos competentes.

Da mesma forma, as ações a serem empreendidas na execução do Plano de Mobilização devem incorporar tais valores e corresponder às expectativas do Poder Público e da sociedade em questão.

1.5. Ferramentas Comunicacionais

As ferramentas comunicacionais previstas são diversas e deverão ter conteúdos e linguagem adequados a cada público e a cada momento, considerando sempre a realidade municipal, e a fase de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

Essas ferramentas deverão conter layouts planejados para que se crie uma identidade visual dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de forma que estes sejam facilmente reconhecidos pela comunidade. Elas serão utilizadas não apenas para informar, mas também para auxiliar na participação da comunidade e para validação dos produtos elaborados.

1.5.1. Site da Prefeitura

Ferramenta mais ampla que tem como alvo todos os públicos. Será utilizada não apenas para que a comunidade possa acompanhar a elaboração do PMSB e do PMGIRS, mas também para acompanhar os produtos, realizar consultas, e tirar dúvidas através de formulário que será disponibilizado no site da prefeitura.

Visando criar um canal de interlocução permanente e facilitar o acesso do público em geral às informações sempre atualizadas, sobre o PMSB e PMGIRS, os processos de elaboração dos dois planos citados deverão estar disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Louveira.

O site deverá conter todos componentes do saneamento básico, a saber:

I – Abastecimento de Água;

- II – Esgotamento Sanitário;
- III – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais;
- IV – Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

O site deverá conter também um espaço estruturado (formulário) para recebimento de dúvidas, comentários, críticas, elogios, etc. Esse espaço deverá ser de livre acesso, mediante pequeno cadastramento (nome, endereço de e-mail) para retorno do contato feito.

A prefeitura deverá disponibilizar pessoal para providenciar o recebimento do contato e encaminhamento para a B&B Engenharia, responsável pela resposta e retorno ao solicitante da informação.

A estrutura organizacional dentro do site, bem como seu layout, deverá ser definida pelos responsáveis do site da prefeitura em conjunto com a Agência PCJ e a empresa B&B Engenharia. Deverá estar de acordo com o layout das demais ferramentas informativas, visando à criação de uma identidade visual dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

1.5.2. Linha Direta

Como complementação ao site, visando um canal de contato para população que não tem a ferramenta da internet a disposição, prevê-se a implantação de uma linha direta, através do telefone da Prefeitura Municipal. A chamada deverá ser direcionada a um dos membros do grupo de trabalho local designado para acompanhar a elaboração dos planos, que receberá o contato e fará o encaminhamento para a B&B Engenharia que providenciará resposta e retornará para a prefeitura, para que seja efetuado o contato via telefone ou carta impressa (após cadastramento – nome, telefone, endereço).

1.5.3. Impressos – cartazes, folhetos e livretos

Poderá a critério da Prefeitura, ser efetuada a elaboração de impressos para divulgação de informações, convite para eventos, dentre outros. Os cartazes terão como objetivo divulgar os eventos a serem realizados; os folhetos informativos poderão ser utilizados para divulgação dos principais produtos e/ou resultados do processo de elaboração do PMSB e PMGIRS e, ao final de todo processo, poderá ser elaborado livreto contendo os planos. Os locais de distribuição dos impressos serão definidos pela equipe de comunicação da prefeitura e deverão contemplar locais de interesse social, visando atingir toda a comunidade. Sugere-se a divulgação em equipamentos sociais, como biblioteca, Unidade Básica de Saúde e a própria prefeitura, entre outros.

1.5.4. Reuniões

O grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos a seu critério, poderá agendar reuniões como ferramentas comunicacionais a serem utilizadas com públicos específicos e consistirão em espaços de participação direta deste público na elaboração do PMSB e PMGIRS. Poderão utilizar diversos formatos tais

como Reuniões de Partida e Reuniões de Acompanhamento. Tem como objetivo principal construir os planos de maneira participativa junto aos públicos de maior interface com o tema. Para tanto, é imprescindível um trabalho anterior de levantamento e seleção de lideranças comunitárias, associações representativas da comunidade e aquelas inscritas em conselhos municipais, tais como saúde, meio ambiente, habitação, planejamento urbano, assistência social, entre outros, como, por exemplo, representantes dos Comitês de Bacias.

1.5.5. Eventos

O grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos a seu critério poderá realizar Seminários temáticos e Conferências Municipais de Saneamento Básico ao final da elaboração dos planos. Esses eventos serão abertos ao público e deverão ser amplamente divulgados através do site criado para interlocução com a comunidade sobre o PMSB e o PMGIRS, mídia impressa de grande circulação local, rádio comunitária, faixa informativa fixada na prefeitura e nos locais a serem realizados os Seminários e Conferências Públicas, dentre outros a serem definidos pela equipe de comunicação de acordo com a realidade sociocultural do município. Os eventos terão como objetivo apresentar os principais resultados e validá-los junto à comunidade do município.

A metodologia a ser utilizada para o plano de comunicação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) tem como ponto de partida o conceito de Comunicação Socioambiental e, por isso, a comunidade local poderá participar e atuar como parceira das equipes responsáveis pelo Plano de Mobilização Social e pela elaboração do PMSB e do PMGIRS. Desta maneira, os Planos de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos serão construídos em conjunto e estarão de acordo com as necessidades e anseios da comunidade, o que acarretará na maior credibilidade dos mesmos.

Partindo deste roteiro, a metodologia aqui proposta para o **Plano de Comunicação Social** consiste em três etapas básicas interligadas, uma vez que as ações e o resultado de cada uma delas subsidiam a subsequente, e que são subdivididas de acordo com as ações necessárias para seu cumprimento, são elas:

- ✚ Etapa 1 – Planejamento das ações;
- ✚ Etapa 2 – Execução e validação do Plano de Mobilização Social;
- ✚ Etapa 3 – Audiência pública e divulgação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

1.6. Etapa 1 – Planejamento das Ações

Essa etapa consiste na seleção do público alvo das ações informativas previstas. Deverão ser identificados os Conselhos Municipais da cidade que irão participar das reuniões de trabalho e eventos previstos. Também serão definidas as instituições que irão compor o coletivo de entidades ambientalistas e entidades representativas de bairro que deverão ser convidadas para as ações comunicacionais com público específico.

Nesta etapa será também planejado o conteúdo, estrutura e formato do site a ser elaborado como ferramenta de comunicação direta com a comunidade.

A prefeitura deverá providenciar a impressão e distribuição dos informativos referentes a esta fase do processo de elaboração dos planos. Deverão apresentar o trabalho de elaboração dos planos ao grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos, a Agência PCJ e a B&B Engenharia, bem como divulgar os canais informativos e de contato (site e linha direta).

✚ Ações previstas:

- Definição do público alvo específico – conselhos municipais, entidades, associações da sociedade civil e entidades representativas de bairro;
- Elaboração do site dos PMSB e PMGIRS;
- Criação da linha direta;

- Elaboração e produção de impressos de divulgação do início dos trabalhos e dos canais de contato.

1.7. Etapa 2 – Execução e Validação do Plano de Mobilização Social

Essa etapa consiste na execução das ações previstas no Plano de Comunicação tais como reuniões de partida, reuniões de trabalho, seminários, audiência pública e conferências. Todas as atividades previstas nessa fase estão atreladas às ações de elaboração dos PMSB e PMGIRS e aos componentes do saneamento básico, a saber:

- I – Abastecimento de Água;
- II – Esgotamento Sanitário;
- III – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais;
- IV – Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

1.7.1. Reunião de Partida

A primeira ação comunicacional prevista é a Reunião de Partida que terá como objetivo apresentar as ações previstas para a elaboração dos PMSB e PMGIRS e apresentar o endereço do site de divulgação e acompanhamento das ações e o número da linha direta.

Essas apresentações deverão ocorrer em fóruns já existentes dos públicos alvos específicos. Apenas no caso das entidades ambientalistas e entidades representativas de bairro poderá se planejar reuniões específicas a serem realizadas em locais de fácil acesso.

Ações previstas:

- Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação dos trabalhos do PMSB e PMGIRS;
- Contatar entidades para agendar reunião de partida;
- Contatar entidades representativas de bairro para agendar reunião de partida.

Público alvo:

- Agência e Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá;
- Conselhos Municipais da Cidade tais como: de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros;
- Entidades ambientalistas;
- Entidades representativas de bairros.

Quantificação:

- Considerando o público alvo acima o grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos definirão o número de reuniões de partida para o município.

1.7.2. 1ª Reunião de Trabalho

A primeira reunião de trabalho deverá ocorrer após o Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico e tem como objetivo validar esse diagnóstico e, se necessário, complementá-lo junto ao público alvo específico. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração do PMSB e PMGIRS.

O conteúdo dessa reunião de trabalho deverá ter como base o *Produto 3 - Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município*. No entanto, o conteúdo de cada reunião deverá ser definido pela equipe executora do serviço e equipe executora do plano de comunicação e ter linguagem adequada a cada público específico.

+ Ações previstas:

- Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação do Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico;
- Contatar entidades ambientalistas para agendar a 1ª Reunião de Trabalho;
- Contatar entidades representativas de bairro para agendar 1ª Reunião de Trabalho;
- Selecionar conteúdo e elaborar as apresentações específicas para cada Grupo de Trabalho;
- Executar a reunião prevista.

+ Público alvo:

- Agência e Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá;
- Conselhos Municipais da Cidade tais como: de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros;
- Entidades ambientalistas;
- Entidades representativas de bairros.

+ Quantificação:

- Considerando o público alvo acima estima-se a realização de 01 (uma) reunião.

1.7.3. 2ª Reunião de Trabalho

A segunda reunião de trabalho deverá ocorrer após desenho dos Prognósticos e Alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico e tem como objetivo apresentar os prognósticos e alternativas e coletar impressos e opiniões dos grupos de trabalho. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração do PMSB e PMGIRS.

O conteúdo dessas reuniões de trabalho deverá ter como base o *Produto 4 - Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico*. No entanto, o conteúdo de cada reunião deverá ser definido

pela equipe executora do serviço e equipe executora do plano de comunicação e ter linguagem adequada a cada público específico.

✚ Ações previstas:

- Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação dos Prognósticos e Alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico;
- Contatar entidades ambientalistas para agendar a 2ª Reunião de Trabalho;
- Contatar entidades representativas de bairro para agendar 2ª Reunião de Trabalho;
- Selecionar conteúdo e elaborar as apresentações específicas para cada Grupo de Trabalho;
- Executar a reunião prevista.

✚ Público alvo:

- Agência e Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá;
- Conselhos Municipais da Cidade tais como: de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros;
- Entidades ambientalistas;
- Entidades representativas de bairros.

✚ Quantificação:

- Considerando o público alvo acima estima-se a realização de 01 (uma) reunião.

1.7.4. 3ª Reunião de Trabalho

A terceira reunião de trabalho deverá ocorrer após a concepção dos programas, projetos e ações para o Plano de Saneamento Básico e definição dos mecanismos de monitoramento e avaliação. Tem como objetivo apresentar os referidos programas e mecanismos e coletar impressões e opiniões dos grupos de trabalho sobre os mesmos. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração do PMSB e PMGIRS.

O conteúdo dessas reuniões de trabalho deverá ter como base o *Produto 5 - Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB* e o *Produto 6 - Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas*. No entanto, o conteúdo de cada reunião deverá ser definido pela equipe executora do serviço e equipe executora do plano de comunicação e ter linguagem adequada a cada público específico.

✚ Ações previstas:

- Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB;

- Contatar entidades ambientalistas para agendar a 3ª Reunião de Trabalho;
- Contatar entidades representativas de bairro para agendar 3ª Reunião de Trabalho;
- Selecionar conteúdo e elaborar as apresentações específicas para cada Grupo de Trabalho;
- Executar, se necessário, reunião.

Público alvo:

- Agência e Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá;
- Conselhos Municipais da Cidade tais como: de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros;
- Entidades ambientalistas;
- Entidades representativas de bairros.

Quantificação:

- Considerando o público alvo acima estima-se a realização de 01 (uma) reunião.

1.7.5. Seminário Aberto à Comunidade

Após a concepção dos programas, projetos e ações, como rege o *Produto 5 - Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB* e definição dos mecanismos de monitoramento e avaliação, como rege o *Produto 6 - Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas* e após a discussão dos mesmos com os públicos alvos específicos nas reuniões de trabalho, prevê-se a realização de seminário no município, aberto ao público em geral.

- Seminário Municipal de Saneamento Básico e de Gestão de Resíduos Sólidos:

Esse evento terá como foco a apresentação dos resultados dos dois produtos acima citados (Produto 5 e Produto 6) para a comunidade como um todo, mas também deverão apresentar uma síntese das etapas anteriores (diagnósticos, prognósticos e alternativas) para melhor compreensão do processo de elaboração do PMSB e do PMGIRS pela comunidade.

Terão como objetivo apresentar os resultados obtidos ao longo do processo de elaboração do PMSB e do PMGIRS, validar esses resultados junto ao público em geral e oferecer para comunidade um espaço aberto para discussão dos resultados e propostas apresentadas, sendo um momento de escuta da comunidade.

Os grupos de trabalho, representados pelos públicos específicos que participaram nas reuniões de trabalho, deverão atuar nesses seminários como protagonistas, junto com a Agência PCJ e a empresa B&B Engenharia executora dos serviços de elaboração dos planos. Isso infere que esses públicos deverão participar inclusive da formatação dos eventos.

Ações previstas:

- Apresentar a proposta do seminário para os públicos específicos durante a 3ª Reunião de Trabalho;
- Definir os conteúdos prioritários e o formato do seminário com os públicos específicos;
- Elaborar cartazes e folhetos de divulgação do Seminário previsto;
- Divulgar o seminário no município através dos materiais impressos e do site da Prefeitura;
- Executar o seminário previsto com registro de todo evento

Público alvo:

- População em geral.

Quantificação:

- Estima-se a realização de 1 (um) seminário.

1.8. Etapa 3 – Audiência Pública e Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico

Após elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de forma participativa deverá ser realizada a apresentação dos mesmos para conhecimento e validação da comunidade através de Audiência Pública, como estabelecido na Lei nº 11.445/2007.

A audiência será o espaço para população conhecer e opinar sobre os planos apresentados o que fornecerá elementos para validação ou avaliação dos planos propostos.

Após a realização da Audiência Pública, o Grupo de Trabalho Local deverá encaminhar ao Legislativo Municipal o Projeto de Lei que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico contendo os PMSB e PMGIRS, além da disponibilização dos planos para comunidade, como rege a Lei nº 11.445/2007.

Após a aprovação da referida Lei, o Grupo de Trabalho Local deverá elaborar Livreto da Política Municipal de Saneamento Básico para toda a população de Louveira.

1.8.1. Livreto do Plano Municipal de Saneamento Básico

O livreto do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) deverá atuar como documento de registro de todo processo de elaboração e será um resumo dos planos escrito em linguagem clara e acessível a toda comunidade. Esses livretos deverão estar disponíveis para a comunidade no site da prefeitura e em locais de fácil acesso, além de serem distribuídos à população.

A definição de conteúdo, linguagem e layout do livreto ficará a cargo do grupo de trabalho local e da equipe técnica responsável pela elaboração dos planos juntamente com a equipe de comunicação da prefeitura, bem como a definição da tiragem e forma de distribuição.

1.8.2. Conferências Municipais de Saneamento Ambiental

Após a realização da Audiência Pública e da aprovação da Lei da Política Municipal de Saneamento Básico, como rege o *Produto 7 – Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico* deverá ser realizada a Conferência Municipal de Saneamento Básico que apresentará os PMSB e PMGIRS a toda comunidade, em conjunto com as instituições que participaram mais intimamente de toda construção dos planos através das reuniões de trabalho. Esse evento tem como objetivo promover a divulgação pública dos planos, como estabelecido na Lei nº 11.445/2007.

Terá como foco a apresentação de todo o processo de construção do Plano de Saneamento Básico (PMSB), do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e apresentação do plano propriamente dito, para que os munícipes possam analisar, definir e deliberar sobre as diretrizes da Política Municipal de Saneamento proposta. Os grupos de trabalho, representados pelos públicos específicos que participaram nas reuniões de trabalho, deverão atuar nestas conferências como protagonistas. Isso infere que esses públicos deverão participar inclusive da formatação dos eventos.

Ações previstas:

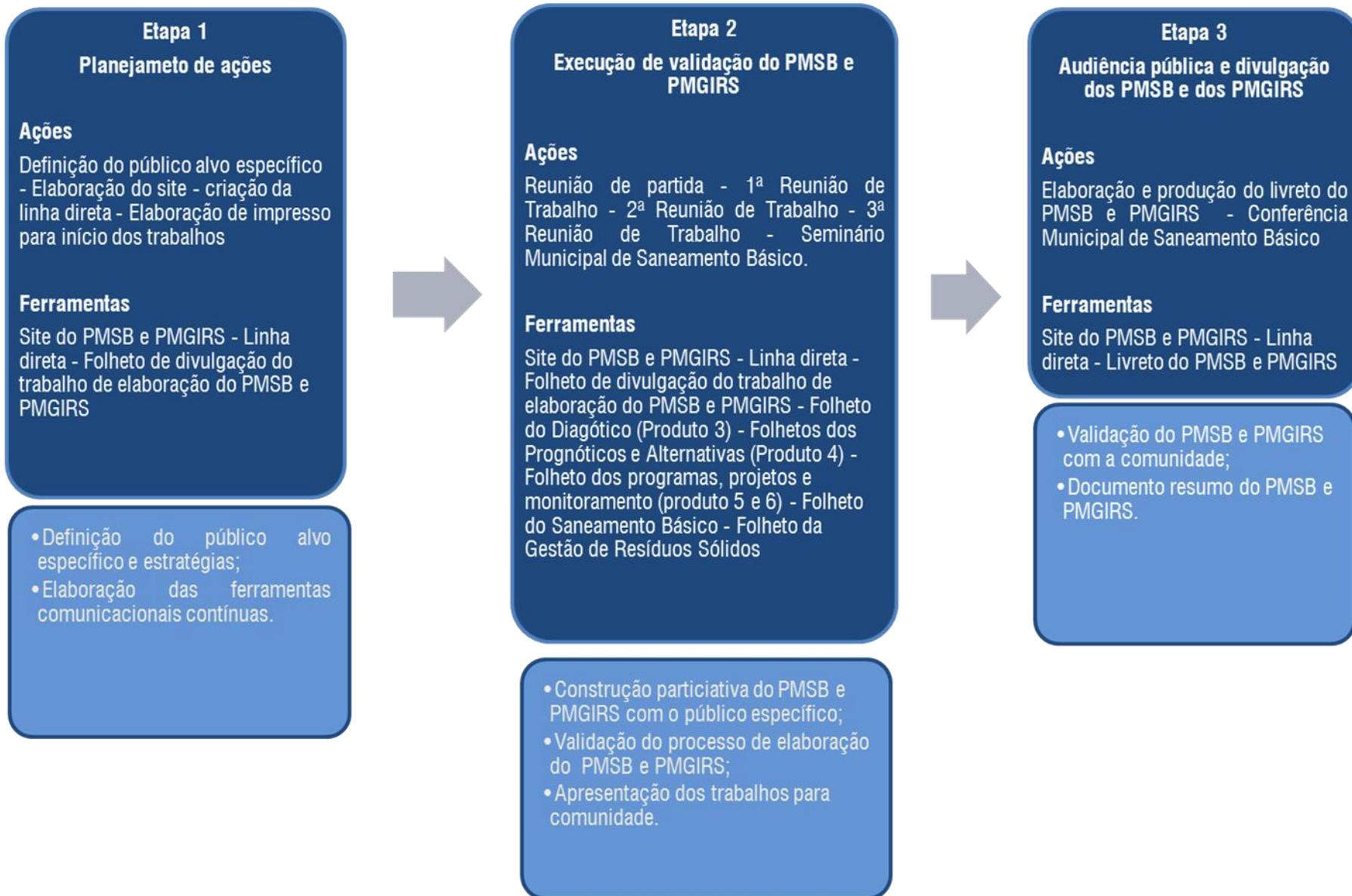
- Apresentar a proposta da Conferência para os públicos específicos em reunião específica;
- Definir os conteúdos prioritários e o formato da conferência com os públicos específicos;
- Elaborar cartazes e folhetos de divulgação da conferência;
- Divulgar a Conferência no município através de materiais impressos e do site da Prefeitura;
- Executar a Conferência prevista com registro de todo evento.

Público alvo:

- População em geral.

Quantificação:

- Estima-se a realização de 01 (uma) conferência.



Por fim, este documento, denominado Plano de Mobilização Social consiste num guia referencial de planejamento das atividades a serem realizadas especificando os objetivos gerais e específicos a partir da proposição metodológica e de planejamento para a realização dos trabalhos.

O Plano de Mobilização Social – PMS é um documento integrante dos PMSB (Plano Municipal de Saneamento Básico) e PMGIRS (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos) e visa, em linhas gerais, traçar as diretrizes para o trabalho junto à população, contribuindo para o desenvolvimento e o acompanhamento de ações de mobilização e participação popular no processo de elaboração dos planos.

Em termos legais o chamado Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001) afirma em seu Artigo 2º inciso II que a “gestão democrática por meio da participação popular” deve ser uma prerrogativa na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Apesar de fundamental para o desenvolvimento dos PMSB e PMGIRS, o protagonismo popular está longe de ser um processo natural, por isso a necessidade de construção de equipamentos públicos e legais que promovam esta prática junto à população.

Os processos de mobilização e participação da sociedade civil são compreendidos como um produto que está sempre em construção, no sentido de conquistas que vão se aglutinando nos espaços sociais. A participação legítima é, justamente, aquela que interfere nos processos decisórios por meio da participação política voltada ao bem coletivo.

NOTA: Tendo em vista que o Plano de Mobilização Social em questão contém ferramentas comunicacionais de divulgação que podem não ser aplicáveis ao município devido a sua realidade local, a ata da reunião de apresentação do referido Plano de Mobilização Social ao Grupo de Trabalho do município de Louveira, que ocorreu no dia 13/11/2013 e encontra-se anexa a este Plano, define todas e somente as ferramentas comunicacionais que esse município utilizará para divulgação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como outros assuntos que lhe couber a particularidade.

Os anexos do presente documento são:

- Decreto de Nomeação do Grupo de Trabalho e Acompanhamento Local;
- Memória técnica e lista de presença referentes à reunião de apresentação relativa ao desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMSB e PMGIRS de 24 municípios das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, realizada na Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA / Campinas – SP em **23/09/2013**;
- Slides utilizados na Reunião de 23/09/2013;
- Ata e lista de presença da reunião realizada no dia **13/11/2013** referente à divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), apresentação do Plano de Trabalho e do Plano de Mobilização Social, e, aprovação das ferramentas comunicacionais;
- Documento de aprovação do presente Plano de Mobilização Social.

DECRETO Nº 3.961 DE 02 OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre a criação e constituição do grupo de trabalho local e constituição de grupo de acompanhamento da elaboração do plano municipal de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos e dá outras providências.

NICOLAU FINAMORE JUNIOR, Prefeito do Município de Louveira, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais;

Considerando a necessidade da criação e constituição de Grupo de Trabalho Local para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos do Convênio formalizado entre o município e a Fundação Agência das Bacias PCJ, tendo por objeto a conjugação dos participantes para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em consonância às normas dos artigos nº 47, Capítulo VIII da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e Artigo 8º, Capítulo III da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Considerando mais, o que consta no procedimento administrativo nº 06995-183/2013;

Decreta:

Art. 1º - Ficam criados o Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Grupo de Trabalho Local responsáveis pela elaboração da Política Pública e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e cujas respectivas composições e atribuições são definidas a seguir.

Art. 2º - O Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, composto pela Fundação Agência das Bacias PCJ e pelas empresas responsáveis pela elaboração dos Planos, deverá elaborar o Plano de Trabalho, documento de referência que definirá o processo de elaboração da Política Pública supracitada e dos respectivos Planos, com a definição do escopo, dos objetivos, do processo construtivo e do cronograma de execução das atividades.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho será o responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e terá a seguinte composição:

I – Secretaria Municipal de Serviços Públicos:

- a) Sandro Luis de Moraes
- b) Cristian Lima Vindileno

II – Secretaria Municipal de Gestão Ambiental:

- a) Rose Mary Garcia Skelton Celidonio
- b) Livia Rocha Barreto Brandão

III – Secretaria Municipal de Água e Esgoto:

- a) Sinésio Scarabello Filho
- b) Juliana Constante Zafani Conti

Art. 4º - A Coordenação dos trabalhos do Grupo de Trabalho Local, será exercida pela Secretaria Municipal de Água e Esgoto, a qual deverá designar responsáveis para o fornecimento e organização dos dados relativos aos temas água, esgoto, drenagem e resíduos, constantes do Plano de Gestão Integrada.

Art. 5º - Os trabalhos a serem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Local implicam na obrigação dos membros em:

I - Avaliarem, discutirem e proporem alterações sobre todas as etapas de desenvolvimento dos trabalhos a contar de seu início;

II - Atuarem junto ao Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Intergrada de Resíduos Sólidos e a Empresa responsável pela elaboração do referido plano, até a sua aprovação pelo Legislativo Municipal;

III - Representarem diretamente ao Prefeito Municipal, quando da constatação de procedimentos que contrariem as normas legais de elaboração e instituição do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Intergrada de Resíduos Sólidos e do convenio acima citado.

Art. 5º - As funções dos membros do grupo de trabalho não serão remuneradas, contudo consideradas de relevante interesse público.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Louveira, 02 de outubro de 2013.

NICOLAU FINAMORE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração em 02 de outubro de 2013.

ANDRÉ LUIZ RAPOSEIRO
Secretário de Administração

ATA DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS CONTRATADAS PELA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMSB e PGIRS, BEM COMO DA DEFINIÇÃO DO ESCOPO, DOS OBJETIVOS, DO PROCESSO CONSTRUTIVO E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES.

Aos vinte e três de setembro de 2013 realizou-se na sede da Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA, localizada na Avenida Brasil, nº 2.340, Campinas – SP, reunião entre representantes dos municípios da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, dentre eles Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Extrema, Ipeúna, Itapeva, Itatiba, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Louveira, Morungaba, Nazaré Paulista, Rafard, Saltinho, Tuiuti, Valinhos, Vargem (dos 24 convocados), das Companhias de Saneamento COPASA/MG e SABESP/SP, das empresas contratadas para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - B&B ENGENHARIA LTDA, e NS ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL S/S LTDA. – EPP, da Promotoria – GAEMA/PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ.

1. Abertura: A abertura da reunião foi realizada pela sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi – Diretora Presidente em Exercício, da Agência das Bacias PCJ, com os devidos agradecimentos ao Dr. Heinz Otto Hellwig – Coordenador da CDA, pela cessão do espaço para a realização da reunião, além do sr. Luiz Antônio Brazi da CATI/SAA, que prestou suas considerações.

2. Informes: A sra. Patrícia anunciou e agradeceu também, a presença dos representantes dos municípios, bem como da Promotoria Pública Estadual - GAEMA/PCJ, nas pessoas dos srs. Dr. Geraldo Navarro Cabañas – 24º PJ de Campinas, Dr. Ivan Carneiro Castanheiro – 2º PJ de Americana e Dr. Rodrigo Sanches Garcia – 4º PJ de Valinhos. A sra. Patrícia fez referência à pesquisa realizada no ano de 2012, pela Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ, junto aos municípios da Bacia, a respeito da necessidade de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, para aqueles municípios que até então não o tinham aprovado, em atendimento à Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, totalizando 24 municípios. Baseada na demanda, bem como nas necessidades expostas pelos municípios da bacia, a Agência inseriu também, no edital de contratação de empresa de consultoria especializada a elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em atendimento à Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Foram contratadas com recursos da Cobrança Federal, com base na modalidade técnica e preço, duas empresas de consultoria para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sendo que edital previu a contratação por lotes de municípios, sendo 4 (quatro) lotes, com 6 (seis) municípios cada:

Tabela 1 – Distribuição de municípios por lote.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR LOTE			
Lotes	Municípios	População por Município	População Total
Lote 1	Rafard	8.635	149.110
	Elias Fausto	15.961	
	Jaguariúna	45.975	
	Charqueada	15.289	
	Louveira	38.654	
	Jarinu	24.596	
Lote 2	Valinhos	109.290	179.047
	Morungaba	11.956	
	Bom Jesus dos Perdões	20.429	
	Nazaré Paulista	16.612	
	Vargem	8.992	
	Joanópolis	11.768	
Lote 3	Pedra Bela	5.797	179.803
	Ipeúna	6.200	
	Saltinho	7.187	
	Toledo	5.764	
	Tuiuti	5.930	
	Bragança Paulista	148.925	
Lote 4	Itatiba	101.471	179.160
	Pinhalzinho	13.105	
	Extrema	28.599	
	Itapeva	8.664	
	Camanducaia	21.080	
	Sapucaí-Mirim	6.241	
População Total			687.120

Fonte: ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e os municípios/companhias de saneamento).

As empresas contratadas e a divisão dos respectivos lotes encontram-se descritos a seguir: A) B&B ENGENHARIA LTDA com sede à Rua Guararapes, nº 1.664, Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº07.140.111/0001-42 e Inscrição Estadual nº 146.965.445.117. Representante: Sócio e proprietário, Sr. Luis Guilherme de Carvalho Bechuate. Contrato nº 25/2013 - Lotes 1, 2 e 3; e B) NS ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL S/S LTDA. – EPP, com sede à Rua Paissandú, nº 577, sala 03, Mogi Mirim - SP, inscrita no CNPJ sob nº 02.470.978/0001-42 e Inscrição Estadual isenta. Representante: Sócio e proprietário, Sr. Neiroberto Silva. Contrato nº 26/2013 - Lote 4.

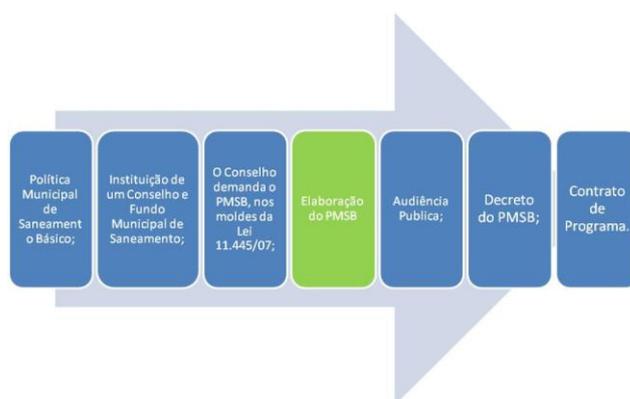
Pauta Proposta: 1. Abertura da reunião e agradecimentos; 2. Introdução e explanação sobre o processo licitatório, bem como sobre o histórico da necessidade de elaboração dos Planos; 3. Apresentação das empresas contratadas para o desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMSB e PGIRS); 4. Explanação pelas empresas contratadas: revisão do escopo dos trabalhos, nivelamento conceitual, cronograma de execução e produtos, responsabilidades e atribuições das partes e demais assuntos pertinentes; 5. Abertura para questionamentos, colocações por parte dos municípios, promotoria e companhias de saneamento; e 6. Encaminhamentos, conclusão e encerramento.

3. Apresentações:

Apresentação das Propostas - O Sr. Luis Guilherme de Carvalho Bechuate, representante da empresa B&B Engenharia iniciou sua explanação, a partir da revisão do escopo dos trabalhos

de consultoria técnica e apresentou uma revisão conceitual das informações referentes aos temas inerentes ao saneamento básico, com a finalidade de nivelamento do conhecimento. Os quatro eixos relativos à temática dos planos, água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, foram explanados na apresentação ministrada pelo Sr. Luis Guilherme, que ressaltou que os Planos serão instrumentos de desenvolvimento dos municípios, configurando-se como documentos de diretrizes, objetivos e metas. Os Planos não seguem a estrutura de um projeto, mas configuram-se como documentos de ordenamento das questões tangentes ao saneamento básico municipal. Com relação à integração das Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências) e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências), a primeira torna obrigatório a todos os municípios, a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. O Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, o qual regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências, define em seu **art. 26, § 2**: “A partir do exercício financeiro de 2014, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para acesso a recursos orçamentários da UNIÃO...”; o atendimento à segunda, constitui uma condição fundamental para que os municípios continuem tendo acesso à recursos da União, destinados ao tema (prazo legal: agosto de 2012). Foi explicado que o PMGIRS pode estar inserido no Plano de Saneamento Básico integrando-se com os planos de água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos, previstos na Lei nº 11.445/2007. Neste caso deve ser respeitado o conteúdo mínimo definido em ambos os documentos legais. Foi apresentado o diagrama que define a sequência de elaboração dos Planos:

Figura 1 – Diagrama PMSB



Fonte: B&B Engenharia Ltda

O sr. Guilherme complementou que os PMSB elaborados devem estar compatibilizados com as propostas definidas no PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico, sob a coordenação

da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, conforme determina a Lei 11.445/2007 e a Resolução Recomendada nº 33, de 1º/03/2007, do ConCidades. O PLANSAB tem o objetivo de melhorar o sistema de saneamento básico do País - eixo central da política federal para o saneamento básico. Sua expectativa de formalização é em 2013. A questão da participação social no processo de desenvolvimento dos planos foi abordada como fator preponderante para o propósito dos mesmos, de mobilização social e construção participativa. O cronograma de serviços e os produtos a serem entregues foram apresentados, conforme tabelas 2 e 3 abaixo:

Tabela 2 – Cronograma de serviços

ATIVIDADES	Peso Relativo	Prazo (meses)							
		Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
P1 - PLANO DE TRABALHO	8%	■							
P2 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	10%	■							
P3 - DIAGNÓSTICO da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômicofinanceira e de endividamento do Município.	34%		■	■					
P4 - PROGNÓSTICO e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.	12%				■	■			
P5 - CONCEPÇÃO para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência	12%					■	■	■	
P6 - Estabelecer, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.	12%						■	■	
P7 - Relatório do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	12%							■	■
PRODUTOS	100%								

Fonte: B&B Engenharia Ltda

Tabela 3 – Produtos

LEGENDA DA ENTREGA DE PRODUTOS		ENTREGAS
Produto 1	Plano de Trabalho	15 dias
Produto 2	Plano de Mobilização Social	Mês 01
Produto 3	Diagnóstico dos Sistemas	Mês 03
Produto 4	Prognósticos, Objetivos e Metas	Mês 04
Produto 5	Concepção dos Sistemas	Mês 05
Produto 6	Mecanismos de Avaliação, Regulação e Controle Social e Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira e Modicidade Tarifária	Mês 06
Produto 7	PMSB Final Consolidado	Mês 07

Fonte: B&B Engenharia

Com relação às responsabilidades das partes, as mesmas serão definidas no Plano de Trabalho referente aos serviços prestados, e todas elas (contratante, contratadas, municípios e

companhias de saneamento) deverão ser cumpridas pelos respectivos responsáveis, a fim de possibilitar a evolução e efetividade da elaboração dos trabalhos propostos. É de suma importância que haja a disponibilização de informações referentes aos sistemas de saneamento básico dos municípios, por parte das companhias (prestadoras de serviços – COPASA/MG e SABESP/SP), das prefeituras e dos demais órgãos detentores de tais informações. O sr. Neuroberto Silva da empresa NS Engenharia fez suas considerações a respeito dos assuntos tratados e complementarmente, ressaltou o caráter de Lei, do PMSB e PGIRS, bem como a importância da renovação do mesmo a cada quatro anos, antes da elaboração/renovação do Plano Plurianual Municipal. Com relação ao PLANASA, o mesmo deverá ser aprovado até o final do ano vigente. Conforme informações advindas do Ministério das Cidades, é possível que haja certa flexibilização com relação ao prazo de 31/12/2013, estabelecido para a conclusão dos PMSB, para os municípios que não o possuem até a data supracitada, desde que os mesmos assinem um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta ou então, para aqueles que se encontram em fase de elaboração dos Planos. Entretanto, a prioridade no pleito de recursos será para os municípios que já tenham o Plano devidamente aprovado. Com relação à participação popular, o sr. Neuroberto ressaltou a importância e necessidade de efetivação da mesma a fim de conferir aos Planos elaborados, características compatíveis com a realidade de cada município. Adicionalmente, comentou a respeito da importância do cumprimento aos prazos estabelecidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ, bem como pelas empresas contratadas, no que se refere ao envio e informações e documentação aplicáveis, os quais subsidiarão os trabalhos. Foi questionado por alguns dos representantes dos municípios presentes na reunião, a respeito dos trâmites envolvidos no fornecimento dos dados relativos ao saneamento básico às empresas contratadas, via Agência das Bacias PCJ, pelas companhias de saneamento/ concessionárias. A sra. Elaine Franco de Campos resgatou a questão do estabelecimento de Termos de Cooperação Técnica entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e as companhias de saneamento/ concessionárias (duas concessionárias – COPASA e SABESP; e um Departamento de Água e Esgoto – DAEV-Valinhos), o que formaliza o compromisso firmado, principalmente no que tange à disponibilização dos dados. Ainda sobre o assunto, o Sr. Neuroberto ressaltou a importância da inclusão de representantes das concessionárias no Grupo de Trabalho a ser estabelecido pelos municípios. A sra. Patrícia, de modo a detalhar a questão dos Termos de Cooperação Técnica estabelecidos junto às concessionárias SABESP e COPASA, apontou que os municípios atendidos por cada uma delas foram indicados no texto dos termos. O sr. Guilherme destacou a importância de estabelecer um sistema de parceria entre todos os envolvidos, o que contribuirá sensivelmente para a eficácia do processo e das atividades que o compõe.

O Dr. Ivan Castanheiro – GAEMA questionou a respeito da não inclusão no Termo de Referência relativo à contratação de empresa para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dos temas drenagem urbana e poluição difusa. Adicionalmente, ressaltou que de acordo com as Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos e de Saneamento Básico, considerando o horizonte de 20 anos dos planos,

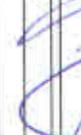
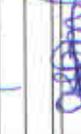
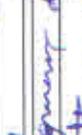
ainda que os mesmos possam ser revisados a cada 4 anos ou a qualquer momento, seria de grande importância a avaliação da possibilidade de readequação do Termo de referência, no que tange à inserção dos fatores mencionados, anteriormente ao tempo recomendado para a revisão dos planos tradicionalmente. A sra. Elaine, acerca do Termo de Referência mencionado, citou as fontes utilizadas para a elaboração do mesmo, dentre elas o Ministério das Cidades, FUNASA e o material “passo a passo” produzido pelo Estado de São Paulo. O sr. Neuroberto, em resposta aos questionamentos do Sr. Dr. Ivan, falou a respeito da necessidade de elaboração do cadastro de redes de drenagem urbana, planos de micro e macrodrenagem, além das inúmeras dificuldades encontradas no decorrer da elaboração dos mesmos pelos municípios, além de representarem metas de implantação em curto prazo. Sobre a questão da poluição difusa, também questionada pela promotoria do GAEMA, uma das tratativas para tal, apontadas pelo sr. Neuroberto foi a adoção de programas de educação ambiental voltados para as questões de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos, o que se configura também como um dos objetivos e metas pertencentes ao Plano de Gerenciamento Integrado, além das tratativas de logística reversa, disposição de materiais recicláveis e eletrônicos. O fomento à criação de consórcios intermunicipais relativos à disposição de resíduos sólidos, também foi apontado pelo Sr. Neuroberto. O Dr. Rodrigo Sanches Garcia - Promotor GAEMA (4º PJ de Valinhos) questionou a respeito das tratativas a serem adotadas para com as comunidades isoladas pertencentes aos municípios, com a observação de que algumas delas são relativamente grandes. Adicionalmente, questionou a respeito das medidas que serão adotadas no que se refere ao fato de que vários municípios já estão finalizando os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, principalmente no que tange à integração desses planos com os de saneamento. O Dr. Rodrigo levantou a questão da sensível necessidade de inclusão da elaboração de estudo gravimétrico no Termo de Referência licitado, o que possibilitará a identificação das principais características dos resíduos gerados pelos municípios. Também citou a imensa dificuldade no estabelecimento da comunicação social, observada pela promotoria pelo acompanhamento das atividades de outras regiões do país, principalmente com relação à disponibilização dos planos em tempo hábil para as audiências públicas, o que deveria ser feito com pelo menos 15 dias de antecedência. A ausência da divulgação prévia mencionada é ou pode ser causa de nulidade do processo. A sra. Elaine, em resposta a um dos questionamentos da promotoria, resgatou a questão da pesquisa realizada pela Agência junto aos municípios da Bacia PCJ, à época, referente à necessidade de recurso para a elaboração de PMSB. Concomitantemente à pesquisa, muitos dos municípios levantaram a necessidade também de elaboração de PGRS. A sra. Elaine também ressaltou que, para os municípios que já possuem algum dos planos em elaboração ou finalizados, o material produzido será recebido e, posteriormente, realizada a revisão e integração dos mesmos, pelas empresas contratadas conforme aplicável. O sr. Neuroberto salientou que a Lei nº 11.445/07 faculta a realização de consulta pública ou audiência pública, e que o Termo de Referência elaborado faz referência à segunda. Todos os objetivos e requerimentos da mesma serão efetivamente cumpridos, tendo como foco principal a participação popular. O sr. Guilherme, em

resposta ao questionamento relativo às comunidades isoladas, expôs que poderão ser adotadas soluções individuais ou coletivas, além do diagnóstico das mesmas. Tratamentos individuais serão dados a possíveis problemas pontuais identificados nessas áreas. Com relação à gravimetria, o sr. Guilherme afirmou que a mesma não foi prevista no Termo de Referência elaborado, bem como que o plano de contratação não possibilita a realização da mesma. Porém, serão consultados e utilizados estudos disponíveis com maior proximidade da realidade dos municípios. Para os casos em que os municípios não tenham o estudo elaborado, será recomendado que o faça, de forma a possibilitar a prospecção dos dados inerentes ao mesmo. O Dr. Ivan questionou sobre o tempo hábil necessário para a elaboração de estudos gravimétricos pelos municípios, além do comprometimento do processo de logística reversa, diretamente atrelado à realização ou não do referido estudo. O sr. Guilherme, em resposta, afirmou que em tese há tempo hábil, porém devem ser levados em consideração os trâmites burocráticos envolvidos o que atrela-se ao comprometimento e/ou inviabilidade do processo. O sr. Guilherme ainda ressaltou que é fundamental que se faça a composição gravimétrica, partindo-se do pressuposto de que só é possível gerenciar aquilo que se mede, entretanto, existe certa urgência no cumprimento do prazo contratual (8 meses), mas que certamente a questão estará contemplada nos objetivos e metas estabelecidos. O Dr. Rodrigo levantou a possibilidade da Agência elaborar novamente uma consulta aos municípios, porém esta com relação à presença ou não de estudos gravimétricos elaborados pelos mesmos, como sendo uma solução adequada para a questão. Para os municípios que não tiverem os estudos supracitados elaborados, poderia ser adotada a licitação única ou a recomendação de elaboração e acompanhamento individual de cada um dos municípios, processo este que poderia ser realizado em paralelo à elaboração dos PMSB e PGIRS, como uma questão de planejamento. O Dr. Geraldo, do GAEMA Campinas, reiterou a recomendação do Dr. Rodrigo, no que tange ao planejamento, levando-se em consideração a base de dados produzida pela gravimetria, sendo que a presente sugestão alinha-se com a apresentada anteriormente, no sentido de que a Agência centralize a questão de forma a evitar maiores dificuldades no decorrer da realização delegada apenas aos municípios. O sr. Neuroberto afirmou que um termo de referência acerca da contratação de estudo gravimétrico dificilmente será feito pelos municípios, individualmente. O Dr. Ivan alegou que o recurso a ser investido na realização de estudo gravimétrico pode ser inicialmente considerado um gasto adicional para o município, porém o mesmo configura-se exatamente de maneira a contrariar esta primeira interpretação. A questão do gerenciamento de resíduos abrange o Estado todo, no decorrer da elaboração dos trabalhos inerentes ao tema, a promotoria acompanhará a mesma também no sentido de orientação das regiões, o que é de suma importância no estabelecimento da logística reversa (conforme Lei 12.305/10), no que se refere à responsabilidade pós-consumo, a qual não é conferida aos municípios, mas sim às empresas, o que precisa estar muito claro nos Planos de Resíduos Sólidos. A oneração das empresas, no momento em que houver a mensuração da quantidade e tipo de lixo produzido, muitos setores serão identificados como envolvidos. A oneração referenciada não é facultativa, mas sim obrigatória, o quanto antes a mesma for

identificada através do diagnóstico da composição do lixo, mais satisfatório e coerente será o sistema de estabelecimento das cobranças inerentes ao tema. A sra. Patrícia ressaltou que a questão isolada do gerenciamento de resíduos não se configura compatível com as atribuições dos Comitês PCJ, bem como de que uma verificação junto ao jurídico da Agência das Bacias PCJ será feita, no que se refere a um possível aditamento de contrato e/ou solução técnico-jurídica mais adequada. A sra. Patrícia e o Dr. Ivan fizeram referência à Lei Federal nº 12.862, de 17 de setembro de 2013, a qual altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água. O sr. Neuroberto afirmou que a questão das perdas hídricas se encontram inclusas no Plano de Bacias, que estabelece metas com relação às mesmas, bem como com relação à temática educação ambiental, dentre outras. Sobre o estabelecimento dos grupos de trabalho locais, pelos municípios, o sr. Guilherme destacou a importância da despolitização do mesmo, de forma a conferir aos grupos criados um caráter técnico e de representatividade no que tange aos temas a serem abordados. A sra. Elaine determinou junto à diretoria da Agência das Bacias PCJ e empresas contratadas, o prazo (27/09/2013) para entrega do Decreto municipal referente à criação dos grupos de trabalho e acompanhamento, pelos municípios, com destaque para a necessidade de nomeação dos representantes de cada esfera da administração e outras pertencentes ao município, de forma a possibilitar o contato além de estabelecer o fluxo de informações necessárias às próximas etapas do trabalho. O Dr. Ivan orientou as companhias de saneamento, COPASA e SABESP a encaminharem os dados pertinentes solicitados, diretamente à Agência das Bacias PCJ, com cópia para os municípios, otimizando assim o fluxo de informações e dados inerentes ao processo. O Dr. Rodrigo, complementarmente ao Dr. Ivan, ressaltou que qualquer contestação ou indisponibilidade no repasse de dados solicitados, por parte das concessionárias está sujeito as sanções legais, sendo que os municípios, caso identifiquem algum tipo de dificuldade no acesso aos dados necessários à elaboração dos trabalhos, poderá acionar o jurídico do município ou, quando aplicável, o Ministério Público. A promotoria GAEMA/PCJ continuará acompanhando os trabalhos a serem desenvolvidos nas próximas etapas e encontram-se à disposição para quaisquer outras informações que se fizerem necessárias. A sra. Patrícia agradeceu a todos os presentes e deu a sessão por encerrada. Eu, Marina Peres Barbosa, redigi a presente ata.

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi Dir. Técn. e Presidente em exercício Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera Diretor Admin. e Financeiro Agência das Bacias PCJ	Elaine Franco de Campos Coordenadora de Projetos Agência das Bacias PCJ
--	--	---

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO - PMSB'S E PGRS'S
 DATA: 23/09/2013 - HORÁRIO: 8H00 ÀS 12H30 - LOCAL: COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - CDA - CAMPINAS/SP
 LISTA DE PRESEÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO	Assinatura
1	Elaine Franco de Campos	Agência das Bacias PCJ	
2	Karla Romão		
3	Marina Peres Barbosa		
4	Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi		
5	Sérgio Razera		
6	Anderson Martins dos Santos (Secretário de Saneamento)	Prefeitura do Município de Bom Jesus dos Perdões	
7	Dayene Nascimento Paulino (Secretaria de Saneamento)		
8	Joaquim Pereira (Secretaria de Planejamento)		
9	Francisco Chen (Secretaria de Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Bragança Paulista	
10	Adriano José de Souza Espadeiro		
11	André Vinicius S. Carbone (Assessor de Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Camanducaia	
12			
13	Oracy Melo de Menezes (Secretário de Desenvolvimento e Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Charqueada	
14			
15	Alexandre José Grego	COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	
16	Waldyr Souza		
17	Márcio Andrade	DAEV - Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos	
18	Rodrigo Basso		
19	João Lino de Oliveira (Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Elias Fausto	
20			
21	Aline de F. Rocha Menezes	EPS - Acessoria Ambiental (Gerenciadora)	
22	Anderson Assis Nogueira		
23	Eduardo Paschoalotti		
24	José Roberto da Silva		
25	Liliana Paschoalotti		
26	Valdomiro Martini		
27	Thiago Camilo Paschoalotti		
28	Benedito Afrindo Cortez (Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Extrema	
29	Paulo Henrique Pereira (Meio Ambiente)		
30	Bruno Lourenço da Silva (Secretário de Obras)	Prefeitura do Município de Ipeúna	
31	Gráça Favaris (Secretaria de Obras)		
32	Ildebran Prata (Prefeito do Município de Ipeúna)		
33	Reginaldo Godoi (Meio Ambiente)		
34	Sidney José da Rosa (Secretário - CODEMA)	Prefeitura do Município de Itapeva	
35	Simone Furquim (Secretaria de Obras)		
36	Claudia Zago (Secretaria de Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Itatiba	
37	Carlos A. G. G. G.		
38	Ineue Gaetano Júnior (Secretário de Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Jaguariúna	
39	Rafaela Giusti Rossi (Secretaria de Meio Ambiente - Departamento de Meio Ambiente)		

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO - PMSB'S E PGRS'S
 DATA: 23/09/2013 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 12:30 - LOCAL: COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - CDA - CAMPINAS/SP
 LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO	Assinatura
40	Rodrigo Parisé (Secretário de Planejamento)	Prefeitura do Município de Jarinu	
41	<i>Marilena S. Sarant</i>		
42	Bruno Zappa (Secretaria Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Joanópolis	
43	Adalberto Bueno de Camargo (Secretaria de Obras e Projetos)		
44	Adilson José da Silva (Secretário de Infraestrutura)		
45	Lilia Machado Mendes (Secretaria de Obras e Projetos)		
46	Cássio Antônio Ramazini (Água e Esgoto)		
47	Juliana Conti - (Água e Esgoto)	Prefeitura do Município de Louveira	
48	Livia Rocha Barreto Brandão (Meio Ambiente)		
49	Sinésio Scarabello Filho (Responsável Saneamento)		
50	Gilberto de Matos Gualberto (Diretor de Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Monungaba	
51	<i>Clara Geronzi</i>		
52	André Augusto Pinheiro (Defesa Civil e Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Nazaré Paulista	
53			
54	Ricardo Fonseca (Engenharia)	Prefeitura do Município de Pedra Bela	
55			
56	José Henrique (Secretário de Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Pinhalzinho	
57			
58	Dra. Alexandra Faccioli Martins - 2ª PJ Auxiliar de Piracicaba		
59	Dr. Geraldo Navarro Cabañas - 24ª PJ de Campinas	Promotoria - GAEMA	
60	Dr. Ivan Carneiro Castanheiro - 2ª PJ de Americana (Secretário)		
61	Dr. José Flávio (Assistente Jurídico) - GAEMA Piracicaba		
62	Dr. Rodrigo Sanchez Garcia - 4ª PJ de Valinhos (Secretário)		
63	Camila Garcia Santos (Chefe da Divisão de Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Rafard	
64	Carlos Roberto Bueno (Vice-Prefeito e Diretor de Obras)		
65	Eduardo Camargo Maia (Chefe de Gabinete - Convênios)		
66	Elicio José Ricomini (Chefe da Divisão de Água e Esgoto)		
67	Eliana Kitahara - Diretoria de Sistemas Regionais - R	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	
68	Hélio Figueiredo - Divisão Metropolitana		
69	José Roberto Fumach - Diretoria de Sistemas Regionais - RJ		
70	Oswaldo Oliveira Vieira (Engenheiro - Departamento de Planejamento Integrado Norte - MNI)		
71	Silvana Garcia (Departamento de Planejamento Integrado Norte - MNI)		
72	José Valdemir Sada "Boto" (Diretor de Saneamento Básico)	Prefeitura do Município de Saltinho	
73	<i>José de Jesus Rocha - SABESP</i>		
74	Geovane Diógenes (Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Sapucaá-Mirim	
75			
76	Jouberth Calvão (Engenheiro - Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Toledo	
77			
78	Julio da Silveira Lima (Vice-Prefeito)	Prefeitura do Município de Tuiuti	
79	Luiz Fernando Gonçalves (Convênios)		

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO - PMSB'S E PGRS'S
 DATA: 23/09/2013 - HORÁRIO: 8H00 ÀS 12H30 - LOCAL: COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - CDA - CAMPINAS/SP
 LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO	Assinatura
80	Bruna Pimentel Ciente (Div. de Registros Públicos/Procuradoria Adm. - SAU)	Prefeitura do Município de Valinhos	
81	Fernando Canton Antoniazzi (Diretor do Departamento de Meio Ambiente)		
82	Alexandro Moraes (Meio Ambiente)	Prefeitura do Município de Vargem	
83	<i>Diogo Moraes</i>		
84	VIC ANTONIO C. S. BROS	PCJ/CTD	
85	NEIAS BORTO SILVA	N. S. ENGENHARIA	
86	JOX. A. DUTRA SILVA	N. S. ENGENHARIA	
87	Olivera, Guacachelle	Prefeitura de Guaratuba	
88	HERMILDO BERTAZZO JR	P. ITATIARA	
89	WILSON AP. DA F. REILLO	ETA VITA	
90	X LUIZ CARLOS A. DE SOUZA	DAE - VALINHOS	
91	X SUIZEL CARLOS DE C. PEDREIRA	B. H. ENGENHARIA	
92	X SUIZEL CARLOS LÉITAO	" " "	
93	<i>Michelle Sombra</i>	ARES - PLS	
94	AFERNANDO GILBERTO DE ARAUJO	PROF. HUGO JARIN J	
95	<i>Carla de Angelis</i>		
96	<i>ARVAL DE ALMEIDA</i>		
97			
98			
99			
100			
101			
102			
103			
104			
105			
106			
107			
108			
109			
110			
111			
112			
113			
114			
115			
116			
117			
118			
119			
120			
121			
122			

Relatório Fotográfico Reunião Dia 23/09/2013











Evento de lançamento do Programa de Desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, promovidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ.



Abertura:

- Termo de Convênio/Cooperação entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e municípios, para elaboração dos PMSB e PMGIRS;
- Licitação promovida pela Agência PCJ, para contratação de empresas de consultoria para a elaboração dos trabalhos;
- Apresentação do escopo a desenvolver, empresas, produtos, responsabilidades e atribuições das partes.

Agente Promotor:



Empresas Contratadas:



AGENDA



- Escopo Contratado (lotes);
- Nivelamento Conceitual PMSB e PMGIRS;
- Cronograma e Produtos;
- Atribuições/Responsabilidades das Partes.



ESCOPO DO TRABALHO



❖ **Escopo Contratado:** Prestação de serviços de consultoria especializada para elaborar os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) nos termos da Lei 11.445/07 e Decreto 7.217/10 e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos termos da Lei 12.305/10, para os Municípios de:

Lotes	Municípios	Lotes	Municípios
Lote 1 	Rafard	Lote 3 	Pedra Bela
	Elias Fausto		Ipeúna
	Jaguariúna		Saltinho
	Charqueada		Toledo
	Louveira		Tuiuti
	Jarinu		Bragança Paulista
Lote 2 	Valinhos	Lote 4 	Itatiba
	Morungaba		Pinhalzinho
	Bom Jesus dos Perdões		Extrema
	Nazaré Paulista		Itapeva
	Vargem		Camanducaia
	Joanópolis		Sapucai-Mirim



NIVELAMENTO CONCEITUAL



O QUE É SANEAMENTO BÁSICO?

O SANEAMENTO BÁSICO é o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

- abastecimento de água;
- esgotamento sanitário;
- drenagem urbana e manejo das águas pluviais e;
- limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.



NIVELAMENTO CONCEITUAL



O **SANEAMENTO BÁSICO** é parte integrante do **SANEAMENTO AMBIENTAL**, que tem caráter de maior abrangência, incluindo-se:

- Poluição atmosférica
- Controle de pragas e vetores;
- Emissões industriais e
- Outros fatores relacionados a gestão ambiental.



NIVELAMENTO CONCEITUAL



O QUE É O PMSB?

O PMSB é um documento e funcionará como instrumento de desenvolvimento do município na área de saneamento básico, estabelecendo diretrizes para o saneamento no município, trazendo diversos benefícios à população, melhorando a qualidade de vida. A elaboração do PMSB é obrigatória, conforme a Lei 11.445/2007.

O QUE É O PMGIRS?

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS consiste no planejamento sobre o gerenciamento de resíduos sólidos nos municípios brasileiros, imposto pela Lei 12.305/10 e Decreto 7.404/10. Este plano constitui uma condição fundamental para que os municípios continuem tendo acesso à recursos da União, destinados ao tema.

Prazo Legal Agosto de 2012.

O PMGIRS pode estar inserido no Plano de Saneamento Básico integrando-se com os planos de água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos, previstos na Lei nº 11.445/2007. Neste caso deve ser respeitado o conteúdo mínimo definido em ambos os documentos legais.



NIVELAMENTO CONCEITUAL



Aspectos Legais

- Lei Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007): estabelece diretrizes para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): estabelece diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos.
- Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005): permite estabilizar relações de cooperação federativa para a prestação desses serviços;



NIVELAMENTO CONCEITUAL



Princípios Fundamentais dos Serviços de Saneamento, segundo a Lei 11.445/07:

I - **universalização** do acesso;

II - **integralidade**, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos disponíveis em todo o município de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;



NIVELAMENTO CONCEITUAL



Princípios Fundamentais dos Serviços de Saneamento, segundo a Lei 11.445/07:

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;



NIVELAMENTO CONCEITUAL



Princípios Fundamentais dos Serviços de Saneamento, segundo a Lei 11.445/07:

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

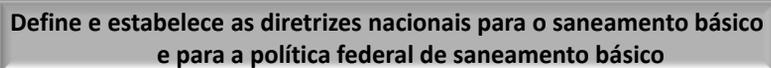
XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.





A Lei 11.445/2007

↓ Marco regulatório



O saneamento básico contempla:

- o abastecimento de água;
- o esgotamento sanitário;
- a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- a drenagem e manejo de água pluviais.



Art. 26, § 2 - A partir do exercício financeiro de 2014, a existência de Plano de Saneamento básico elaborado pelo titular dos serviços, será condição para acesso a recursos orçamentários da UNIÃO, Federal







PMGIRS

Após anos de vácuo regulatório, a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Segundo a Lei nº 12.305/10, os planos são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 8º), sendo que todo gerenciamento desses resíduos são planejados e estruturados por este instrumento.





NIVELAMENTO CONCEITUAL



PMGIRS

A elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada possibilita principalmente:

- Subsidiar o poder público na racionalização e priorização dos investimentos para o setor, principalmente na confecção e condução de contratos com a iniciativa privada.

- Identificar oportunidades de gestão associada entre municípios, através de consórcios públicos ou outros arranjos regionais.

- Planejar o cumprimento de metas progressivas até o atingimento da obrigação de se receber apenas rejeitos nos aterros sanitários a partir de agosto de 2014, conforme exige a PNRS.



NIVELAMENTO CONCEITUAL



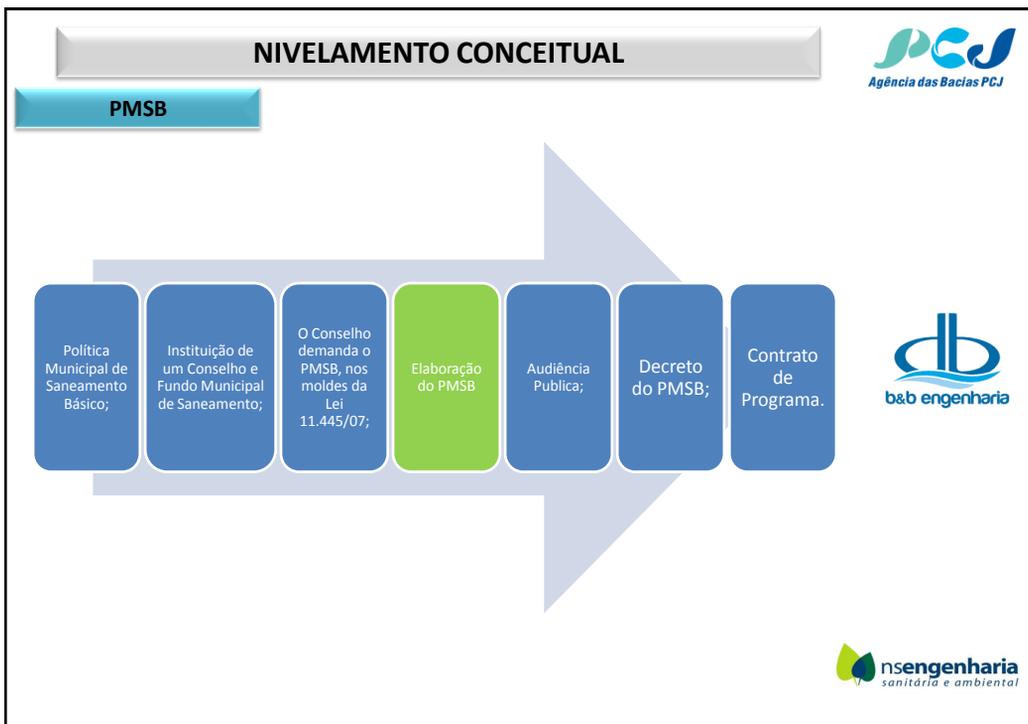
PMGIRS

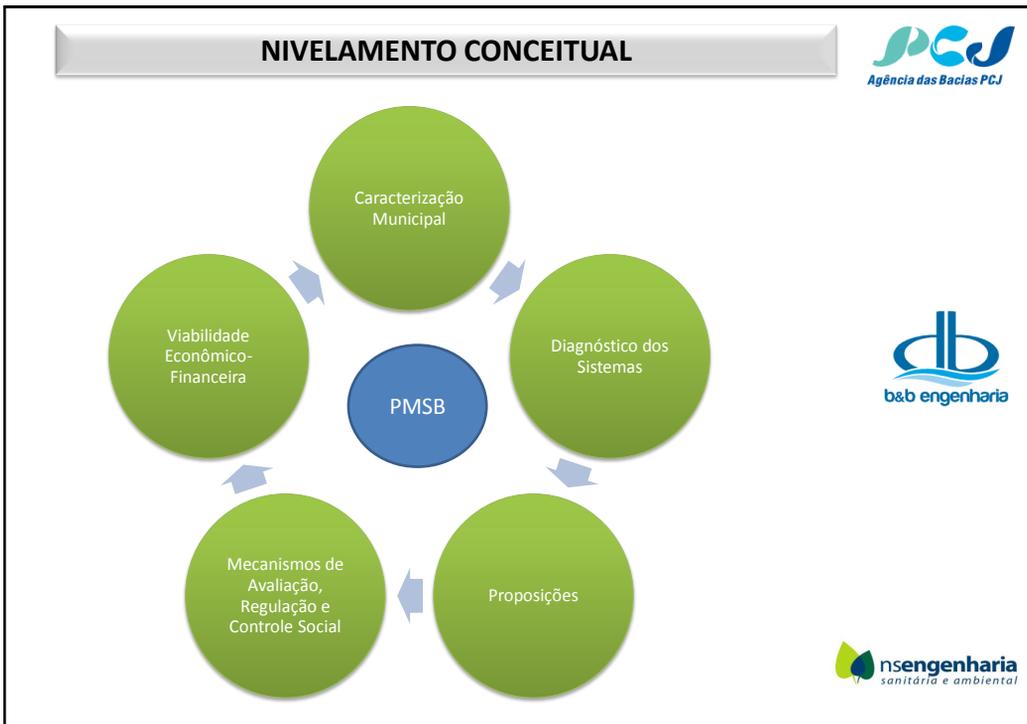
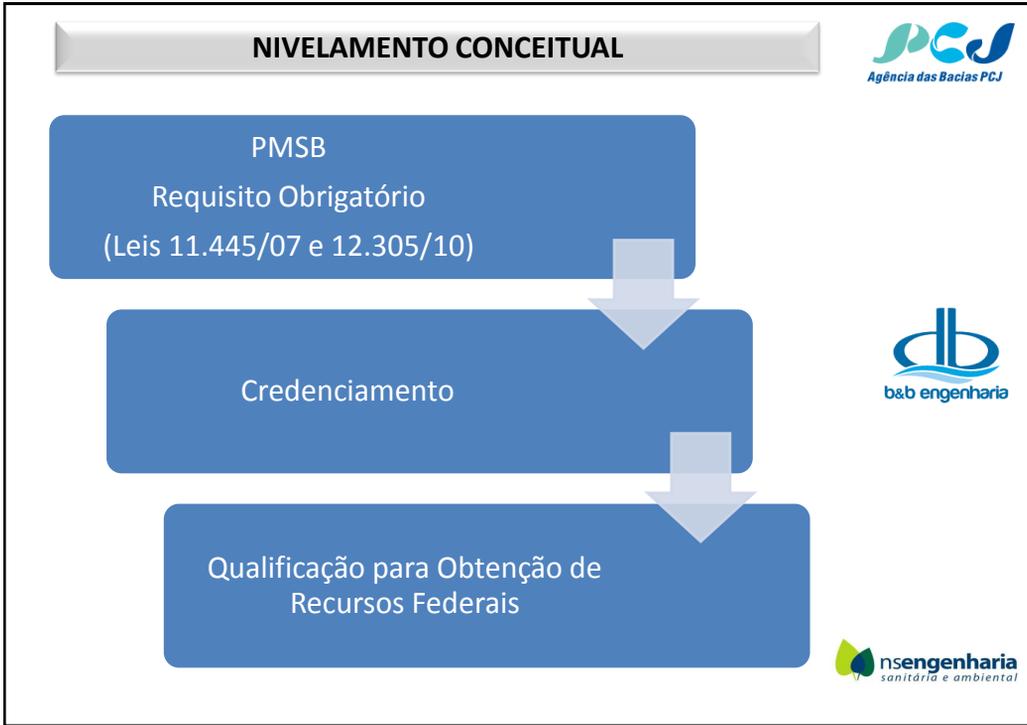
A elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada possibilita principalmente:

- Desonerar a máquina pública identificando os geradores responsáveis pela confecção dos Planos de Gerenciamento de Resíduos do setor privado, e pela Logística Reversa.

- Criar sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, assegurando assim a sustentabilidade econômico-financeira e promovendo a universalização dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos, prestados com eficiência e eficácia e sob controle social.







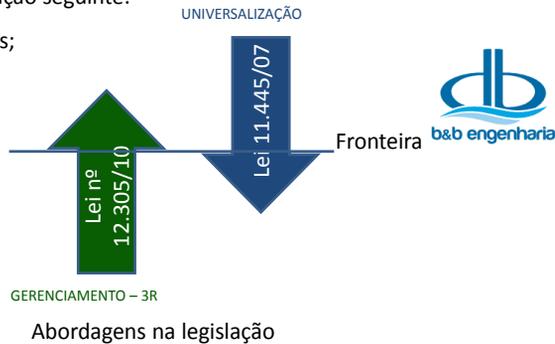
NIVELAMENTO CONCEITUAL



PMSB e PMGIRS

➤ Para o alcance dos Objetivos e Metas do Município, foram constituídos **programas** segundo a classificação seguinte:

1. Disposição dos Resíduos Sólidos urbanos;
 - a) Resíduos Sólidos Secos Recicláveis;
 - b) Resíduos Sólidos orgânicos;
2. Resíduos Sólidos da construção civil;
3. Resíduos sólidos de saúde;
4. Resíduos volumosos;
5. Resíduos verdes;
6. Logística reversa.



NIVELAMENTO CONCEITUAL



PLANSAB

O Governo Federal e o Conselho das Cidades (ConCidades) estão trabalhando na continuidade do processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), sob a coordenação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, conforme determina a Lei 11.445/2007 e a Resolução Recomendada nº 33, de 1º/03/2007, do ConCidades.



O Plansab tem o objetivo de melhorar o sistema de saneamento básico do País - eixo central da política federal para o saneamento básico. Expectativa de formalização em 2013.

Os PMSB elaborados devem estar compatibilizados com as propostas definidas no PLANSAB.



NIVELAMENTO CONCEITUAL



NOTA: Processo de Participação da Sociedade.

Faz-se presente ao longo do desenvolvimento de todo o trabalho, através das ferramentas que promoverão a participação da sociedade organizada, da comunidade em geral e do próprio poder público.

Este processo efetivo de participação da sociedade se dará especialmente pela realização de Reuniões com o Grupo de Acompanhamento, Grupo de Trabalho local e Audiência Pública, devidamente documentados, divulgados, disponibilizados à sociedade, cujas manifestações deverão ser coletadas e analisadas.

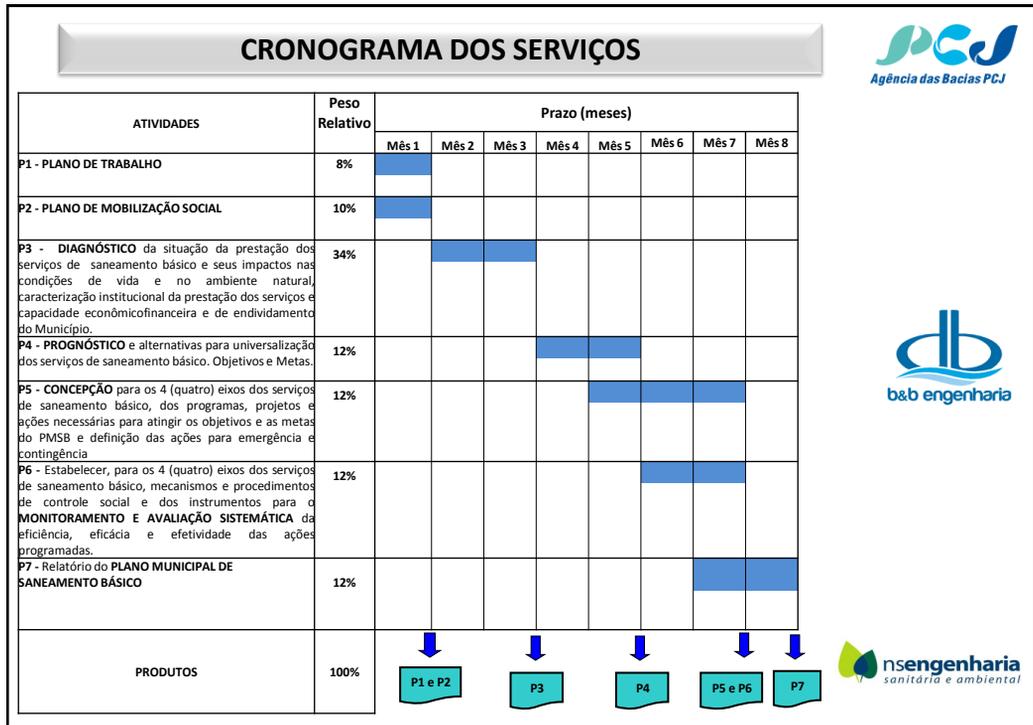


NIVELAMENTO CONCEITUAL



NOTA: Processo de Participação da Sociedade.





PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

LEGENDA DA ENTREGA DE PRODUTOS		ENTREGAS
Produto 1	Plano de Trabalho	15 dias
Produto 2	Plano de Mobilização Social	Mês 01
Produto 3	Diagnóstico dos Sistemas	Mês 03
Produto 4	Prognósticos, Objetivos e Metas	Mês 04
Produto 5	Concepção dos Sistemas	Mês 05
Produto 6	Mecanismos de Avaliação, Regulação e Controle Social e Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira e Modicidade Tarifária	Mês 06
Produto 7	PMSB Final Consolidado	Mês 07

RESPONSABILIDADES DAS PARTES



PCJ

A Contratante disponibilizará, para consulta e análise pela Contratada, cópia dos seguintes documentos, em via digital, ou indicação de sítio virtual:

- a) Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB 2008 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- b) Dados da série histórica referentes a abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos - SNIS - Ministério das Cidades;
- c) Diagnósticos Simplificados (ATLAS) dos Sistemas de Abastecimento de Água Elaborados pela Agência Nacional de Água (ANA);
- d) Atlas Brasil: abastecimento urbano de água, regiões metropolitanas, Estados e Municípios, ANA (2010);
- e) Documento “Diretrizes para a Definição da Política e Elaboração do Plano de Saneamento Básico”;
- f) Demais documentos que podem servir de subsídio para a elaboração do Plano de Saneamento Básico;
- g) Plano das Bacias PCJ 2010 – 2020;
- h) Plano Municipal de Habitação;
- i) Plano Diretor de Saneamento Básico do Município (se existir);
- j) Plano Diretor de Combate às Perdas (se existir);
- k) Plano Diretor de Resíduos Sólidos (se existir).



RESPONSABILIDADES DAS PARTES



PCJ

A Contratante nomeará uma Equipe de Fiscalização (Grupo de Acompanhamento do PMSB) para acompanhar e avaliar a execução dos serviços, que atuará sob a responsabilidade de um Coordenador.



RESPONSABILIDADES DAS PARTES



PREFEITURAS

- Caberá ao Município, uma vez aprovado o PMSB no Município, fazer cumprir as ações de mobilização ora pactuadas com a população local, conforme recomendações referendadas no plano.
- As ações de promoção dos eventos de mobilização social tais como reuniões e audiências públicas, comunicação expressa, mídia, promoção de eventos, publicações, etc. ficarão a cargo de cada um dos municípios contemplados neste TRD, **cabendo à consultoria CONTRATADA, o apoio técnico consultivo.**
- Cada município contemplado neste TRD disponibilizará local apropriado para a realização dos eventos a serem programados.
- Caso o município disponha, apresentar a consolidação das informações do Sistema de Abastecimento de Água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição) com modelagem hidráulica e análise crítica do sistema operacional.
- Analisar os produtos apresentados, assim como tomar todas as medidas gerenciais e administrativas necessárias ao andamento dos trabalhos.



RESPONSABILIDADES DAS PARTES



PREFEITURAS

- Instituir (caso ainda não tenham), uma política municipal de saneamento básico, e nomeie a cabo disso, um grupo multidisciplinar para compor o chamado Conselho Municipal de Saneamento, ou Comitê Executivo, ou algo do gênero, que seja o interlocutor do PMSB para com as parcelas da Sociedade que representam.
- Fornecer listagem da legislação pertinente aos temas saneamento básico e resíduos.
- Aprovação do PMSB.
- Implementação do PMSB.
- Avaliação e revisão do PMSB.



RESPONSABILIDADES DAS PARTES



CONTRATADA

- Desenvolver ferramentas de gestão de saneamento básico nos municípios atendidos por este TDR, por intermédio da elaboração do PMSB e PMGIRS.
- Diagnosticar o estado de salubridade ambiental da prestação dos serviços de saneamento básico e estabelecer a programação das ações e dos investimentos necessários para a universalização, com qualidade, destes serviços.
- Criar condições para promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, de forma a que cheguem a todo cidadão, integralmente, sem interrupção e com qualidade.



RESPONSABILIDADES DAS PARTES



CONTRATADA

- Fornecer ao gestor público municipal, mediante elaboração dos PMSB e PMGIRS, instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazo, de forma a atender as necessidades presentes e futuras de infraestrutura sanitária do município.
- Estudar as alternativas e soluções dos problemas encontrados.
- Propor intervenções e melhorias nos Sistemas de água, esgoto e drenagem.
- Levantar a situação dos resíduos sólidos no município, as condições do aterro sanitário e sua vida útil.
- Propor ações e investimentos.
- Implementar medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.



AVISO IMPORTANTE!!



COMUNICAÇÃO

É **MUITO** importante que haja a disponibilização de informações referentes aos sistemas de saneamento básico dos municípios, por parte das companhias (prestadoras de serviços), das prefeituras e dos demais órgãos detentores de tais informações.



OBRIGADO!

Contatos:

- Agência de Bacias PCJ
Rua Alfredo Guedes, 1949 – Piracicaba – SP
19 3437.2100
elaine@agenciapcj.org.br
- B&B Engenharia Ltda.
Rua Guararapes, 1664 – São Paulo – SP
11 5103 2013
jamille@bbengenharia.com.br
- NS Engenharia Ltda.
Rua ...- Mogi Mirim-SP
19
nsengenharia@uol.com.br



ANEXO IV

ESTUDO GRAVIMÉTRICO DO MUNICÍPIO
DE LOUVEIRA

APRESENTAÇÃO

O presente relatório, denominado Relatório Consolidado (Composição Gravimétrica), apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Aditivo ao Contrato nº 25/13, assinado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a B&B Engenharia Ltda., que tem por objeto a “ELABORAÇÃO DE ESTUDO GRAVIMÉTRICO, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 12.305/2010, PARA 15 (QUINZE) MUNICÍPIOS PERTENCENTES ÀS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ”.

O Estudo Gravimétrico que será elaborado exclusivamente para o município de Louveira/SP é objeto do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Prefeitura Municipal de Louveira no dia 24 de julho de 2013.

O presente documento é apresentado em um único volume, contendo anexos.

ÍNDICE ANALÍTICO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	5
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA	6
3.1. Aspectos Regionais e Demografia	6
3.2. Clima	6
3.3. Recursos Hídricos	6
3.4. Distritos e Municípios Limítrofes.....	6
3.5. Atividades Econômicas	6
3.6. Turismo	7
3.7. Sistema Viário.....	7
4. METODOLOGIA DO ESTUDO GRAVIMÉTRICO	8
5. RESULTADOS.....	16
5.1. Composição Gravimétrica	16
5.2. Peso Específico Aparente dos Resíduos	17
5.3. Teor de Umidade.....	19
5.4. Geração per Capita.....	19
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
7. REFERÊNCIAS	26
ANEXO I – SETORIZAÇÃO DA COLETA REGULAR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA-SP.....	28

1. INTRODUÇÃO

Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos é, em síntese, o envolvimento de diferentes órgãos da administração pública e da sociedade civil com o propósito de realizar a limpeza urbana, a coleta, o tratamento e a disposição final do lixo, elevando assim a qualidade de vida da população e promovendo o asseio da cidade, levando em consideração as características das fontes de produção, o volume e os tipos de resíduos, para a eles ser dado tratamento diferenciado e disposição final técnica e ambientalmente corretas.

As características sociais, culturais e econômicas dos cidadãos e as peculiaridades demográficas, climáticas e urbanísticas locais são importantes para auxiliar nas discussões do resultado alcançado referente à composição gravimétrica do município. Os resíduos sólidos (RS) são definidos, segundo a NBR 10.004 (ABNT, 2004) como: “Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível”.

Para tanto, as ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que envolvem a questão devem se processar de modo articulado, segundo a visão de que todas as ações e operações envolvidas encontram-se interligadas, comprometidas entre si.

Para além das atividades operacionais, o gerenciamento integrado de resíduos sólidos destaca a importância de se considerar as questões econômicas e sociais envolvidas no cenário da limpeza urbana e, para tanto, as políticas públicas, locais ou não, que possam estar associadas ao gerenciamento do lixo, sejam elas na área de saúde, trabalho e renda, planejamento urbano etc.

Políticas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sistemas e arranjos de parceria diferenciados, como a parceria público privada, deverão ser articulados para tratar de forma específica os resíduos recicláveis, tais como o papel, metais, vidros e plásticos para que ocorram avanços no setor como formalização da situação trabalhista dos catadores informais, investimentos em maquinários que auxiliem a segregação e outras etapas de manejo destes resíduos nas cooperativas, além de melhorias na organização administrativa destas cooperativas. Estas melhorias auxiliam na rentabilidade destes resíduos; resíduos orgânicos, passíveis de serem transformados em composto orgânico, para enriquecer o solo agrícola; entulho de obras, decorrentes de sobra de materiais de construção e demolição, e finalmente os resíduos provenientes de estabelecimentos que tratam da saúde. Esses materiais devem ser separados na fonte de produção pelos respectivos geradores, e daí seguir passos específicos para remoção, coleta, transporte, tratamento e destino correto. Conseqüentemente, os geradores têm de ser envolvidos, de uma forma ou de outra, para se integrarem à gestão de todo o sistema.

O gerenciamento integrado revela-se com a atuação de subsistemas específicos que demandam instalações, equipamentos, pessoal e tecnologia, não somente disponíveis na prefeitura, mas oferecidos pelos demais agentes envolvidos na gestão, entre os quais se enquadram:

- A própria população, empenhada na separação e acondicionamento diferenciado dos materiais recicláveis em casa;
- Os grandes geradores, responsáveis pelos próprios rejeitos;
- Os catadores, organizados em cooperativas, capazes de atender à coleta de recicláveis oferecidos pela população e comercializá-los junto às fontes de beneficiamento;
- Os estabelecimentos que tratam da saúde, tornando-os inertes ou oferecidos à coleta diferenciada, quando isso for imprescindível;
- A prefeitura, através de seus agentes, instituições e empresas contratadas, que por meio de acordos, convênios e parcerias exerce, é claro, papel protagonista no gerenciamento integrado de todo o sistema.

2. OBJETIVO

O estudo direcionado para a análise das características do lixo é uma atividade importante para os municípios, uma vez que, através das informações coletadas, os órgãos responsáveis pelo serviço de limpeza pública poderão verificar as alterações ocorridas nos aspectos referentes à qualidade dos materiais e do volume de rejeitos gerados na região.

A análise da composição dos RS viabiliza conhecer os resíduos produzidos em determinada localidade, identificando o percentual dos materiais em sua constituição, permitindo assim, inferir sobre a viabilidade da implantação de coleta diferenciada, instalações adequadas, equipe de trabalho, equipamentos, além de estimar receitas e despesas decorrentes (FUZARO e RIBEIRO, 2003).

Segundo Freitas (2006), Macêdo (2006), Philippi Jr. e Aguiar (2005), Lacerda (2003) e Jardim et. AL (1995), a classificação que os RS recebem é determinante para se estabelecer qual ou quais as melhores formas de tratamento e disposição final que devem ser adotadas em determinado município, buscando assim, minimizar os impactos socioeconômicos e ambientais.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA

3.1. Aspectos Regionais e Demografia

Louveira é um município do estado de São Paulo. Localiza-se a uma latitude 23°05'11" sul e a uma longitude 46°57'02" oeste, estando a uma altitude de 690 metros. A população estimada pelo SEADE em 2011 era de 40.668 habitantes e a área da unidade territorial é de 55,133 km².



Fonte: IBGE (2014).

Figura 1 - Município de Louveira.

3.2. Clima

Segundo Köppen e Geiger a classificação do clima em Louveira é Cfb, com temperatura média anual de 18,8°C. A pluviosidade média anual é de 1304 mm.

3.3. Recursos Hídricos

A cidade de Louveira possui alguns cursos d'água, dentre os mais importantes estão o Rio Capivari e o Córrego Fetá.

3.4. Distritos e Municípios Limítrofes

O município de Louveira tem como vizinhos: Jundiaí, Vinhedo, Itatiba e Itupeva, e está a 72 Km da capital.

3.5. Atividades Econômicas

Louveira é um município em que a maior parcela da economia local provém do setor secundário, mais especificamente das indústrias de bens de consumo como absorventes, fraldas descartáveis, shampoo, etc. Gera diretamente 870 empregos. O setor primário também é representativo para economia local, já que a agricultura no município emprega por volta de 1.630 trabalhadores. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), possui um IDH-M de 0,8, e segundo o SEADE (2011) possui PIB per capita de R\$287.367,39.

3.6. Turismo

O turismo de Louveira tem como principal atrativo o passeio de Agroturismo, visto que está localizada no coração do Pólo Turístico do Circuito das Frutas. Os passeios oferecem oportunidades ao turista de conhecer atividades agropecuárias, agroindustriais e artesanais que são desenvolvidas nas pequenas propriedades familiares.

3.7. Sistema Viário

O município de Louveira tem como eixos principais as seguintes rodovias:

- Rodovia SP-63
- Rodovia SP-330
- Rodovia SP-332

4. METODOLOGIA DO ESTUDO GRAVIMÉTRICO

O Método da Composição Gravimétrica foi realizado nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2014 no galpão de triagem de resíduos recicláveis secos de Louveira, já que atualmente o município destina seus resíduos direto para o centro de gerenciamento de resíduos (CGR) de Paulínia.

Os dias 24, 25 e o período da manhã do dia 26 de junho foram utilizados para realização do preparo da amostra final e determinação do teor de umidade dos resíduos, enquanto que o restante do dia 26 foi utilizado para determinação do peso específico aparente, cálculo da geração de resíduos per capita e composição gravimétrica.

A atividade baseou-se nas orientações das NBRs 10.004 (ABNT, 2004) e 10.007 (ABNT, 2004), além do Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (IBAM, 2001) e principalmente do Termo de Referência referente ao aditivo do contrato 25/13, respeitadas as características de geração do município em estudo.

Foram respeitadas principalmente as seguintes orientações do Termo de Referência:

- Realizar a coleta de amostras fora dos feriados e períodos sazonais como em datas de eventos importantes, períodos turísticos, etc...;
- Realizar o estudo entre segunda e quinta-feira.

Essas orientações são para evitar distorções nos resultados da composição gravimétrica, uma vez que a sazonalidade interfere na dinâmica do município, que pode receber turistas, ter migração temporária de munícipes para outros municípios em período de férias, dentre outros fatores que interferem na geração de resíduos do município.

O estudo então foi dividido em duas etapas, sendo a primeira para coleta de amostras dos diferentes setores e determinação do teor de umidade, a qual abrangeu os dias 24, 25 e o período da manhã do dia 26 de junho, e a segunda etapa para realização da composição gravimétrica, determinação do peso específico dos resíduos e da geração per capita realizada no restante do dia 26 de junho.

A primeira etapa iniciou-se com a coleta da amostra inicial. A coleta do resíduo domiciliar é realizada diariamente em diferentes setores da cidade. Dessa forma, o resíduo coletado para o estudo gravimétrico respeitou a setorização realizada pela coleta regular do município, representada no anexo I deste relatório.

A coleta final abrangeu todos os setores do município, que utiliza 4 rotas diferentes e dois caminhões compactadores para realizar a coleta regular. A coleta da amostra inicial referente ao dia 24/06 abrangeu a rota 2. O segundo dia, 25/06, foi utilizado para separar amostras das rotas 1 e 4, enquanto que a amostra referente à rota 3 foi coletada no período da manhã do dia 26/06. Para cada caminhão compactador foi retirada uma amostra inicial, ou seja, se a rota 1 possui 2 veículos, foi retirada uma amostra do veículo 1 e outra do veículo 2, e assim por diante. As amostras iniciais de cada caminhão representam 3m³ cada uma, ou seja, durante os três dias a coleta foi realizada por um total de 6 caminhões compactadores, por isso foram coletadas 6 amostras de 3 m³. Para cada uma das amostras foram realizados três quarteamentos com objetivo de obter-se 325 litros de cada uma delas. Ao final da última amostra, coletada no período da manhã do dia 26/06, foram adicionadas a ela as outras 5 amostras

coletadas durante os dias 24 e 25. As 6 amostras, total de toda a coleta e equivalente à aproximadamente 2m³, foram misturadas e homogeneizadas, realizando-se um último quarteamento com objetivo de obter-se um total de aproximadamente 1m³ referente às 4 rotas, ou seja, dos 18m³ coletados durante todos os dias, apenas aproximadamente 1m³ foi selecionado como amostra final para ser utilizada nos demais estudos realizados no dia 26.

Para execução do trabalho de campo dos primeiros três dias foram utilizados os seguintes materiais: dois tambores metálicos de 200 litros, uma lona plástica de 6 x 6 metros, sacos de lixo de 50 e 100 litros, 3 enxadas e 3 pás metálicas, duas vassouras, além dos EPI's básicos como máscara anti-odor e luvas para os três integrantes da equipe técnica.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 2 - Materiais e EPI's utilizados no método.

A sequência das atividades realizadas em campo foi:

- De cada viagem dos caminhões coletores, compactadores, disponibilizados para coleta domiciliar de Louveira eram coletados sacos e sacolas de resíduos, aleatoriamente, e seguindo o procedimento da NBR 10.007/2004, de onde foram retirados das laterais, base e topo da pilha de resíduos. Estes sacos e sacolas foram suficientes para encherem 15 tambores de 200 litros, totalizando aproximadamente 3.000 litros ou 3m³.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 3 - Coleta de resíduos realizada pelos caminhões compactadores e seleção de amostra inicial.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 4 - Amostra de 3m³ sendo separada.

- As amostras foram colocadas sobre a lona plástica, em área plana a céu aberto e misturadas com o auxílio de pás e enxadas, rasgando-se os sacos plásticos, caixas de papelão, caixotes e outros materiais utilizados no acondicionamento dos resíduos, até se obter um lote homogêneo.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 5 - Disposição dos resíduos sobre a lona e retirada dos sacos e sacolas.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 6 - Homogeneização dos resíduos.

- Na fração de resíduos homogeneizada foram realizados três quarteamentos por caminhão, sendo estes quarteamentos realizados nos 6 caminhões disponibilizados durante os 3 dias de estudo. O primeiro quarteamento de cada caminhão resultou em cerca de 750 litros em cada quarto. Foram selecionados dois dos quartos resultantes (quartos opostos) e descartados os outros dois. Os dois quartos selecionados foram novamente homogeneizados e quarteados, restando cerca de 325 litros em cada quarto. Foram selecionados dois quartos opostos e efetuado o mesmo procedimento de homogeneização e quarteamento, restando 162,5 litros em cada quarto, ou seja, após este último quarteamento foram armazenados cerca de 325 litros de cada caminhão temporariamente em bags.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 7 - Quarteamento e seleção de amostragem homogeneizada.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 8 - Armazenamento das amostras coletadas.

- O procedimento descrito acima foi repetido para cada um dos dias. No final do terceiro dia, após ter acumulado todas as amostras, um total de 6 amostras, e ter realizado todos os quarteamentos, a amostra acumulada dos três dias foi cerca de 2.000 litros. Esta foi misturada e homogeneizada. Foi realizado um quarteamento final e selecionados dois quartos opostos e descartados os dois restantes. Dessa forma, ao final desse processo restou apenas uma amostra de resíduo de um pouco mais de 1 m³ (1.000 L).

- Desta amostra final, foram retirados aproximadamente 2 litros de resíduos aleatoriamente com objetivo de determinar o teor de umidade. Esta amostra foi picotada com facão e inserida dentro de um recipiente de inox aferido em 2 litros. Este recipiente foi tarado, posteriormente pesado com o resíduo, e na sequência inserido em uma estufa de secagem e esterilização onde permaneceu a 105°C por 24 horas.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 9 - Amostra de 2L de resíduos sendo selecionada e posteriormente pesada.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 10 - Amostra de 2L sendo inserida em estufa que aquecerá até 105°C.

- Após a separação da amostra de 2 litros para determinar o teor de umidade do resíduo, a amostra final de 1m³ selecionada ao final do dia foi pesada para determinação do peso específico do resíduo. Para isso foram utilizados 2 tambores de 200 litros, identificados como 1 e 2, tarados, ou seja, pesados vazios, e posteriormente preenchidos por algumas vezes até que se obtivesse o equivalente a 5 tambores (1m³).



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 11 - Tambores com resíduos da amostra final sendo transportados até a balança e pesados.

As atividades referentes aos dias 24, 25 e período da manhã do dia 26/06 se encerraram após a pesagem dos tambores contendo a amostra final de 1m³. Já as atividades referentes ao restante do dia 26/06, segunda etapa do estudo, iniciaram-se com a composição gravimétrica conforme descritas a seguir:

- O volume de 1m³, amostra final, selecionado no período da manhã do dia 26/06 foi espalhado sobre a lona plástica e os resíduos foram separados minuciosamente de acordo com as subdivisões descritas na Tabela posterior às figuras.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 12 - Segregação e armazenamento de cada tipo de resíduo.

Tabela 1 - Subdivisões dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Estudo Gravimétrico
Orgânicos
Matéria orgânica + Massa Verde
Recicláveis secos
Papel/Jornais/Revistas
Papelão
Plástico maleável (sacolas, sacos, etc)
Plástico duro (embalagens, etc)
PET
Metais ferrosos
Alumínio
Vidros
Embalagens mistas
Demais Recicláveis
Isopor
Borracha
Madeira
Ráfia
Rejeitos
Papel higiênico/fraldas/absorventes, etc
Tecidos/sapatos
Demais rejeitos (bituca de cigarro, espuma, etc.)
Serviço de Saúde
Outros
Lâmpadas e lixas
Total

Material (Resumo)
Orgânicos
Recicláveis secos
Demais Recicláveis
Rejeitos
Serviço de Saúde
Outros

- Após a segregação, cada tipo de resíduo foi pesado separadamente e anotado seu valor com objetivo de determinar a composição gravimétrica através do peso em Kg e do percentual de peso de cada resíduo.



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 13 - Pesagem dos resíduos segregados conforme Tabela 1 e identificados através de etiquetas.

- Paralelamente a pesagem dos resíduos segregados, a amostra de 2 litros, armazenada na estufa a 105°C, atingiu o tempo de 24 horas. Então foi retirada e pesada para obtenção do teor de umidade, encerrando assim as atividades do dia 26/06.

•



Fonte: B&B Engenharia Ltda (2014).

Figura 14 – Pesagem do recipiente com 2 L de amostra para determinação do teor de umidade.

As atividades realizadas nos dias 24, 25 e 26/06 possibilitaram a obtenção das características qualitativas e quantitativas dos resíduos, evidenciando seus aspectos físicos. Os resultados serão apresentados no item seguinte. Vale ressaltar que os resíduos excedentes das coletas realizadas nestes dias foram removidos para os caminhões compactadores disponibilizados pela empresa Litucera, responsável pela coleta do município, através de pá carregadeira. Após carregados, os caminhões seguiram para o CGR de Paulínia realizando a destinação final destes resíduos.

5. RESULTADOS

5.1. Composição Gravimétrica

Na tabela a seguir é apresentada a tradução percentual de cada componente em relação ao peso total da amostra de resíduo analisada (peso de cada componente / peso total da amostra). Esses resultados representam valores da amostra final de 1m³ coletada durante o período da manhã do dia 26/6 e pesadas individualmente no mesmo dia.

Tabela 2 - Composição Gravimétrica do município de Louveira.

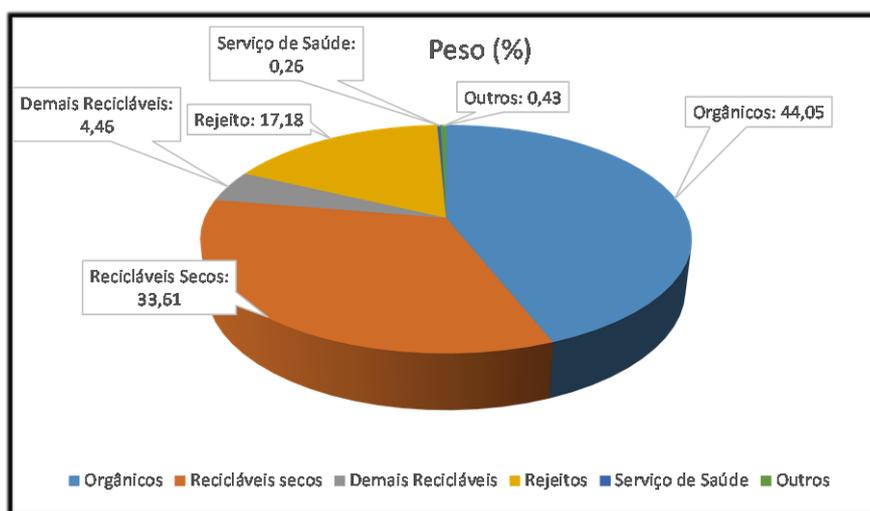
Estudo Gravimétrico	Peso (Kg)	Peso (%)
Orgânicos	33,580	44,05
Matéria orgânica + Massa Verde	33,580	44,05
Recicláveis secos	25,620	33,61
Papel/Jornais/Revistas	4,220	5,54
Papelão	3,880	5,09
Plástico maleável (sacolas, sacos, etc)	11,100	14,56
Plástico duro (embalagens, etc)	2,600	3,41
PET	0,560	0,73
Metais ferrosos	0,760	1,00
Alumínio	0,340	0,45
Vidros	0,260	0,34
Embalagens mistas	1,900	2,49
Demais Recicláveis	3,400	4,46
Isopor	0,600	0,79
Borracha	1,620	2,13
Madeira	0,460	0,60
Ráfia	0,720	0,94
Rejeitos	13,100	17,18
Papel higiênico/fraldas/absorventes, etc	7,520	9,86
Tecidos/sapatos	5,560	7,29
Demais rejeitos (bituca de cigarro, etc.)	0,020	0,03
Serviço de Saúde	0,200	0,26
Outros	0,330	0,43
Lâmpada, pilhas e baterias.	0,330	0,43
Total	76,230	100,00

Tabela 3 - Resumo da Composição Gravimétrica do município de Louveira.

Material (Resumo)	Peso (Kg)	Peso (%)
Orgânicos	33,580	44,05
Recicláveis secos	25,620	33,61
Demais Recicláveis	3,400	4,46
Rejeitos	13,100	17,18
Serviço de Saúde	0,200	0,26
Outros	0,330	0,43

Para facilitar a visualização, o gráfico seguinte demonstra as porcentagens dos componentes subdivididos de forma mais macro.

Quadro 1 - Composição Gravimétrica do município de Louveira.



5.2. Peso Específico Aparente dos Resíduos

Através do estudo, determinou-se também o peso específico aparente dos resíduos. Peso específico aparente é o peso do resíduo solto em função do volume ocupado livremente, sem compactação. O peso específico foi retirado da amostra final de 1m³ antes da realização da segregação para determinar a composição gravimétrica, por isso seu peso foi superior à soma final de todos os componentes segregados, já que pode ocorrer pequenas perdas durante a segregação. A tabela seguinte demonstra o peso dos 5 tambores cheios, totalizando 1m³.

Tabela 4 - Peso específico dos RSD do município de Louveira.

PESO ESPECÍFICO DA AMOSTRA DE 1m³			
MUNICÍPIO		LOUVEIRA-SP	
DATA DAS COLETAS DOS RSD		24 e 25/06	
COLETA FINAL	1m³		
TAMBORES	PESO DO TAMBOR (TARA) (Kg)		
TAMBOR 1	13,42		
TAMBOR 2	13,38		
TAMBORES	PESO (Kg)	TAMBOR UTILIZADO	PESO - TARA (Kg)
TAMBOR 1	26,48	TAMBOR 1	13,06
TAMBOR 2	29,24	TAMBOR 2	15,86
TAMBOR 3	30,40	TAMBOR 1	16,98
TAMBOR 4	29,54	TAMBOR 2	16,16
TAMBOR 5	32,70	TAMBOR 2	19,32
PESO TOTAL (Kg) SUBTRAINDO-SE A TARA DOS	81,38		

A determinação do peso específico é fundamental para o dimensionamento de equipamentos e instalações. O Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (IBAM, 2001) orienta a utilização dos valores de 230 kg/m³ para o peso específico do resíduo domiciliar, 280 kg/m³ para os resíduos de serviços de saúde e de 1.300 kg/m³ para resíduos da construção civil, valores estes estimados e não necessariamente ideais. O obtido do estudo foi:

$$\frac{\text{Peso total da amostra (em kg)}}{\text{Volume do tambor (em m}^3\text{)}} = \mathbf{81,38 \text{ kg/m}^3}$$

Esse valor encontrado é muito inferior ao adotado pelo Manual por vários fatores, como por exemplo: a porcentagem de matéria orgânica resultou em aproximadamente 44,05% neste estudo realizado, significativamente inferior ao resultado apresentado pelo Manual que é de 65%. Os resíduos recicláveis secos representados por este estudo foram de aproximadamente 33,61%, enquanto que no Manual é de aproximadamente 25%. Estes dados influenciam diretamente no peso específico, uma vez que a matéria orgânica é o resíduo com maior densidade, conforme visto nos resultados da tabela 3, enquanto que os resíduos recicláveis secos são mais volumosos, porém com menor peso, o que proporciona alguns vazios no tambor, ocasionando a redução de peso específico da amostra. Os resultados serão discutidos com maior abrangência no item “considerações finais”.

5.3. Teor de Umidade

O Teor de umidade, segundo (IBAM, 2001), representa a quantidade de água presente no lixo, medida em percentual do seu peso. Este parâmetro se altera em função das estações do ano e da incidência de chuvas, podendo este índice variar, sendo estimado entre 40 a 60%. Esta característica do resíduo pode influenciar principalmente nos processos de tratamento e destinação final do lixo.

A incineração é um exemplo importante de tratamento que deve considerar a umidade dos resíduos, uma vez que a umidade se relaciona com outras características, como é o caso da massa específica e calor calorífico, este último essencial para obter-se o potencial de aproveitamento energético proveniente da incineração.

O resultado obtido do teor de umidade de Louveira está representado na tabela seguinte:

Tabela 5 - Determinação do teor de umidade.

DETERMINAÇÃO DO TEOR DE UMIDADE			
PESO RECIPIENTE (Kg)	0,22	Recipiente 2L	
PESO AMOSTRA RSD INICIAL(kg)	0,56	PESO AMOSTRA RSD (kg) - PESO RECIPIENTE (kg)	0,34
PESO RSD SECO (Kg) PÓS ESTUFA	0,36	PESO RSD SECO (kg) - PESO RECIPIENTE (Kg)	0,14
TEOR DE UMIDADE = $\frac{\text{PESO AMOSTRA RSD} - \text{PESO RSD SECO}}{\text{PESO AMOSTRA RSD}}$			TEOR DE UMIDADE = 58,82%

O teor de umidade dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta regular realizada em Louveira é de 58,82%, se enquadrando no percentual citado pelo Manual.

5.4. Geração per Capita

A metodologia sugerida pelo termo de referência indica a conjunção entre dados primários, obtidos durante o estudo, e secundários, estes últimos obtidos através de informações literárias.

Segundo (IBAM,2001), a geração per capita pode ser obtida através do peso específico obtido durante o estudo, que combinado a quantidade de caminhões que o município recebe durante um dia é possível obter-se a massa deste resíduo, ou seja, $\text{Peso específico} = \text{Massa}/\text{Volume}$, onde o volume é referente aos resíduos que chegaram dos caminhões para serem aterrados.

Ainda segundo o Manual, obtendo-se a massa (Kg) gerada durante o dia é necessário verificar qual percentual da população é atendida pela coleta. Posteriormente é necessário aplicar este percentual na população total do município, dado este disponível em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, ao identificar a população atendida, basta dividir o valor da massa pela população atendida, obtendo-se a geração per capita do município.

No quadro seguinte é apresentado o resultado da geração per capita segundo metodologia utilizada em campo:

Quadro 2 – Geração per capita de RSD do município de Louveira.

GERAÇÃO PER CAPITA DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA-SP	
Itens para o Cálculo da Geração Per Capita de Resíduos Sólidos	Dados
População (hab.)	40668
Percentual População atendida pela coleta regular (%)	100
Quantidade de caminhões referente ao dia (25/06)	6
Capacidade de armazenagem dos RS de cada caminhão (m ³) - volume livre	60
Volume livre dos RS destinados ao aterro sanitário durante o dia	360
Peso Específico (Kg/m ³)	81,38
Massa de resíduos gerada diariamente (Kg)	29297
Geração Per Capita (Kg/(hab. x dia))	0,72039

Vale ressaltar que a quantidade de caminhões diárias no município é 3, porém não realizam a coleta em 100% do município, sendo que segundo o itinerário contido no anexo I são necessários 6 caminhões para realizar a coleta de 100% do município, por isso foram considerados 6 e não apenas 3 caminhões que realizaram a coleta no dia 25/06. Durante a aplicação desta metodologia, notou-se discrepância no resultado quando comparado à estimativa de produção *per capita* em função da população urbana estabelecida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) em seu Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos (2013) e no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – Versão Preliminar Volume I Panorama (2014). Vale ressaltar que estes índices foram elaborados pelo Grupo de Trabalho composto por técnicos da CETESB e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), com participação de outros órgãos estaduais específicos, sob coordenação da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), todos com vasta experiência no segmento.

Quadro 3 – Índices estimativos de produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos, adotados em função da população urbana.

POPULAÇÃO (hab)	PRODUÇÃO (Kg/hab.dia)
Até 25.000	0,7
De 25.001 a 100.000	0,8
De 100.001 a 500.000	0,9
Maior que 500.000	1,1

FONTE: CETESB (2013)

Segundo o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos elaborado pela CETESB, para os municípios onde são efetuadas pesagens das quantidades de resíduos destinados ao tratamento e/ou disposição final, poderão ocorrer índices diferentes dos acima indicados, em decorrência de vários fatores, tais como: tipo de atividade produtiva predominante no município, nível socioeconômico, sazonalidade de ocupação, existência de programas de coleta seletiva e de ações governamentais que objetivam a conscientização da população quanto à redução da geração de resíduos.

Nestas condições, o inventário deve ser utilizado como um instrumento de acompanhamento das condições ambientais e sanitárias dos locais de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos e não como fonte de informações sobre as quantidades de resíduos efetivamente geradas nos municípios.

Assim como descrito no inventário pode-se considerar que para a metodologia utilizada neste trabalho, extraída do Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos IBAM (2001), ocorrerão discrepâncias em decorrência destas variações naturais citadas, e de outros fatores adversos relacionados a metodologia, tais como: os caminhões coletores compactadores considerados no dia de estudo não estarem completamente ocupados, o que interfere no volume livre calculado; dificuldades em identificar o percentual de população atendida por bairro coletado na data de estudo, o que pode afetar a relação geração de RS por habitante; considerar apenas um dia de estudo uma vez que a quantidade coletada pode variar durante a semana.

As duas metodologias visam a estimativa de geração *per capita* de resíduos sólidos urbanos por habitante.dia, por isso entende-se que os dados de geração provenientes delas não deverão ser utilizados como fonte de informações conforme supracitado, uma vez que para isto é necessário a pesagem dos resíduos.

O estudo realizado é de extrema importância por oferecer um panorama sobre os aspectos físicos da gravimetria dos resíduos, porém é imprescindível que os municípios atualizem estes estudos e realizem outros complementares em períodos diferentes, tais como em períodos de férias, grandes eventos, com objetivo de obter dados contínuos e mais abrangentes. Também é necessário que os municípios se mobilizem para realizar a pesagem dos resíduos, o que tornam mais precisos os resultados de geração *per capita*.

Portanto, o resultado de geração per capita obtida por este estudo, 0,72039 Kg/habitante.dia, quando comparado ao resultado demonstrado pela CETESB de aproximadamente 0,8 Kg/habitante.dia representa uma diferença que pode ser justificada segundo os seguintes fatores de influência para este município: Os caminhões não chegaram totalmente lotados, porém foi considerada sua capacidade máxima para estimativa de geração per capita devido à dificuldade de estimar quantidade de resíduos que chegou nestes caminhões. Apesar da coleta seletiva ser realizada em 100% do município, os resíduos recicláveis secos representaram 33,61% dos resíduos estudados, resultado significativo que contribuiu para diminuir o peso específico dos resíduos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada característica dos resíduos sólidos, em particular, seja ela física, química ou biológica, exerce determinada influência sobre o planejamento de um sistema de limpeza urbana ou sobre o projeto de determinadas unidades que compõem tal sistema.

Os estudos realizados em Louveira-SP foram com objetivo de determinar as características físicas dos resíduos.

Há que se considerar ainda, diversos fatores que influenciam as características dos resíduos sólidos. Por exemplo, é fácil imaginar que em época de chuvas fortes o teor de umidade no lixo cresce, que há um aumento do percentual de alumínio (latas de cerveja e de refrigerantes) no carnaval e no verão e que os feriados e períodos de férias escolares influenciarão a quantidade de lixo gerada em cidades turísticas. Assim, tomou-se o devido cuidado com os valores que traduzem as características dos resíduos, já que foram levados em considerações estes fatores que influenciam principalmente no que concerne às características físicas, pois os mesmos são muito influenciados por fatores sazonais, que podem conduzir o projetista a conclusões equivocadas.

Os principais fatores que exercem forte influência sobre as características dos resíduos estão listados na Tabela 6.

Tabela 6 - Fatores que influenciam as características dos resíduos sólidos.

FATORES		INFLUÊNCIA
1. Climáticos	Chuvas	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do teor de umidade
	Outono	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do teor de folhas
	Verão	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do teor de embalagens de bebidas (latas, vidros e plásticos rígidos)
2. Épocas especiais	Carnaval	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do teor de embalagens de bebidas (latas, vidros e plásticos rígidos)
	Natal/ Ano Novo/ Páscoa	<ul style="list-style-type: none">• Aumento de embalagens (papel/papelão, plásticos maleáveis e metais)
	Dia dos Pais/ Mães	<ul style="list-style-type: none">• Aumento de matéria orgânica
	Férias escolares	<ul style="list-style-type: none">• Aumento de embalagens (papel/papelão e plásticos maleáveis e metais)• Esvaziamento de áreas da cidade em locais não turísticos• Aumento populacional em locais turísticos
3. Demográficos	População urbana	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior a população urbana, maior a geração <i>per capita</i>
4. Socioeconômicos	Nível cultural	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior o nível cultural, maior a incidência de materiais recicláveis e menor a incidência de matéria orgânica

Nível educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior o nível educacional, menor a incidência de matéria orgânica
Poder aquisitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior o poder aquisitivo, maior a incidência de materiais recicláveis e menor a incidência de matéria orgânica
Poder aquisitivo (no mês)	<ul style="list-style-type: none"> • Maior consumo de supérfluos perto do recebimento do salário (fim e início do mês)
Poder aquisitivo (na semana)	<ul style="list-style-type: none"> • Maior consumo de supérfluos no fim de semana
Desenvolvimento tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de materiais cada vez mais leves, reduzindo o valor do peso específico aparente dos resíduos • Aumento de embalagens
Lançamento de novos produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de embalagens
Promoções de lojas comerciais	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de materiais não-biodegradáveis (plásticos) e aumento de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis (papéis, metais e vidros)
Campanhas ambientais	

Através da caracterização do município de Louveira observa-se que o município possui área predominantemente urbana, a qual a maior parcela da economia local provém das indústrias de bens de consumo. A agricultura também merece destaque com a criação de aves pelos sítiantes nas inúmeras granjas existentes.

O município ainda possui PIB per capita alto, que segundo SEADE (2011) é de R\$287.367,39, e elevado IDH que corresponde a 0,8.

Neste caso, é importante frisar que o elevado PIB per capita e o alto índice de desenvolvimento humano resultam em consumo elevado de recicláveis. Nota-se que o resultado da composição gravimétrica referente aos resíduos recicláveis secos é elevado (33,61%), considerando que o município já possui coleta seletiva que atende 100% do município, sendo que grande parte dos resíduos recicláveis secos já são segregados e coletados separadamente da coleta regular dos resíduos sólidos domiciliares, e que a média nacional estimada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (MMA, 2012) é de 31,9%.

Cabe ao município, que já pratica a coleta seletiva identificar maneiras de aprimorar a gestão deste processo, seja através da intensificação da coleta, objetivo este já pleiteado pela prefeitura, visto que Louveira duplicou o turno de atendimento à população em 2013, seja da aquisição de maquinário que auxilie na triagem, e através da elaboração de plano municipal de coleta seletiva que proporcione a visão administrativa e operacional para identificar os possíveis entraves e sugerir possíveis soluções.



Fonte: (Prefeitura Municipal de Louveira, 2014).

Figura 15 – Campanha para Reciclagem com objetivo da prática da coleta seletiva no município

Em Louveira existe a prática da agricultura, principalmente criação de aves e cultivos de frutas em pequenas propriedades, o que auxilia na geração dos resíduos orgânicos, gerando restos de cultivos e massa verde. Atualmente não é realizada compostagem pelo município

A composição gravimétrica indicou 44,05% de matéria orgânica, que está abaixo do indicado no Manual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (IBAM, 2001) e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que indicam 65% e 51,4% respectivamente. Apesar de existir a prática da agricultura no município, o resultado está abaixo da média nacional quando relacionado ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos e Manual, por isso é importante que o município reflita sobre implantação da compostagem em escala pequena. O resultado do teor de umidade, apesar de ser uma amostra de 2 litros retirada de forma aleatória de uma amostra final de 1m³, foi de 58,82%. Neste caso, o resultado poderia ser inclusive inferior, mesmo estando dentro da média de 40 a 60% citada no Manual (IBAM,2001), já que possui baixo índice de matéria orgânica, porém como a amostra de 2 litros é retirada aleatoriamente, é comum que não se obtenha um resultado de umidade que seja possível comparar com a composição gravimétrica, já que os resíduos da amostra final são variados, e na escolha da amostra de 2L não leva-se em consideração a composição gravimétrica.

Os resíduos de serviço de saúde (RSS) encontrados na composição gravimétrica representaram 0,26% do total dos resíduos integrantes do estudo, o que pode ser considerado normal, já que é realizada a terceirização dos serviços de coleta e destinação final deste resíduo, o que minimiza a quantidade na coleta regular quando é feita fiscalização adequada.

Para os demais resíduos recicláveis, o percentual gerado considerando todos somados é ínfimo (4,46% do total), cabendo ao poder público avaliar a viabilidade de se implantar tecnologias para o tratamento ou reciclagem de resíduos como isopor, madeira, borracha, dentre outros, ou proceder com a destinação final correta dos mesmos.

Os resíduos considerados como outros foram os resíduos da logística reversa e resíduos da construção civil. São resíduos que já foram abordados no plano de gestão integrada de resíduos sólidos do município e que devem receber o manejo correto, pois estão sendo destinados erroneamente ao aterro sanitário.

Nota-se que finalmente os rejeitos, resíduos a serem aterrados, representam 17,18% do total da amostra estudada, o que evidencia a importância de se tomar ações que possibilitem o aproveitamento dos resíduos avaliados, tendo ciência de que a destinação final ao aterro sanitário poderá ser ínfima comparada a atual realidade.

7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação**. Segunda edição – 31.05.2004.

CASADO, A.P.B.; BRASILEIRO, G. M. A.; DE LIMA, A. P. S.; SOARES, F. J. F.; DE ALMEIDA, L. C.; MENEZES, M. L. J. – **DIAGNÓSTICO DA GESTÃO E ANÁLISE GRAVIMÉTRICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PIRAMBU/SE** – 3º Simpósio Ibero americano de Ingeniería de Resíduos 2º seminário da Região Nordeste sobre Resíduos Sólidos – REDISA – Red de Ingeniería de Saneamiento Ambiental ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Inventário de Resíduos Sólidos Domiciliares**. 2013.

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo. Versão Preliminar, Vol I, Panorama**, 2014. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente.

COSTA, L. E. B.; COSTA, S. K.; REGO, N. A. C.; SILVA JUNIOR, M. F. **GRAVIMÉTRICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES E PERFIL SOCIOECONOMICO NO MUNICÍPIO DE SALINAS, MINAS GERAIS**. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aquidabã, v. 3, n.2, p. 73-90, 2012.

DE SOUZA, G. C., GUADAGNIN, M. R. – **CARACTERIZAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES: O MÉTODO DE QUARTEAMENTO NA DEFINIÇÃO DA COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA EM COCAL DO SUL-SC**, 3º Seminário Regional Sul de Resíduos Sólidos – UCS – Caxias do Sul – RS.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Projeções Populacionais**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br>>. Acesso 13 de outubro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. SEDU – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Governo Federal. **MANUAL – GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos. Disponível em www.snis.gov.br.

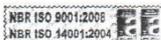
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Governo Federal. – PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Brasília, 2012.

PWC – PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Guia de orientação para adequação dos Municípios à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. [s.l.]: PwC, 2011.

Wikipédia, a enciclopédia livre, Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Louveira>>. Acesso 30 de junho de 2014.

Climate-Data org, Disponível em <http://pt.climate-data.org/location/23967/>. Acesso 21/07/2014

ANEXO I – SETORIZAÇÃO DA COLETA REGULAR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE LOUVEIRA-SP.



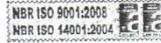
PROJETO DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS MUNICÍPIO DE LOUVEIRA/SP (SETEMBRO/2009) – REVISÃO 000 Revisão conteúdo outubro 2010 - Revisão 001

FREQUÊNCIA	PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO (DIAS DA SEMANA)	PERÍODO E VEÍCULO
4 ^a Alternada	2 ^a , 4 ^a , 6 ^a (ROTA “1”)	Diurno Veíc. “1”, “2”
3 ^a Alternada	3 ^a , 5 ^a , sábado (ROTA “2”)	Diurno Veíc. “1”, “2”
5 ^a Alternada	2 ^a , 4 ^a , 6 ^a (ROTA “3”)	Noturno Veíc. “1”
4 ^a Alternada	3 ^a , 5 ^a , sábado (ROTA “4”)	Noturno Veíc. “1”

Horário da coleta:

* período diurno: de 2^a feira à sábado: das 07:00 às 11:00, das 12:00 às 15:20 horas;

* período noturno: de 2^a feira à sábado: das 19:00 às 23:00, das 24:00 às 02:47 horas.

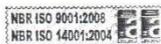


**PROJETO DE COLETA E TRANSPORTE DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS
MUNICÍPIO DE LOUVEIRA/SP (SETEMBRO/2009) – REVISÃO 000
Revisão conteúdo outubro 2010 - Revisão 001**

ROTA “1” (DIURNO – ALTERNADA: 2ª, 4ª, 6ª. Veículo “1”, “2”).

Veículo “1”:

- Condomínio Porto do Sol (lixeria na porta);
- Cemitério;
- Estrada da Boiada;
- Estrada Alfredo Strabello;
- Residencial Piccolo Villaggio (porta a porta);
- Estrada Silvio Caim;
- Condomínio Residencial Delle Stelle (porta a porta);
- Condomínio Village Capriccio (porta a porta);
- Parque das Videiras;
- Reserva das Videiras;
- Bairro Capivari;
- Estrada da Gruta;
- Jardim Niero;
- Residencial Parque Niero;
- Jardim Bandeirantes;
- Condomínio Via Castelli (porta a porta);
- Estrada Miguel Bossi;



- Vila Bossi;
- Parque dos Sabiás;
- Área de Lazer;
- Parque dos Estados;
- Terra Nobre;
- Jardim Vera Cruz;

Veículo "2":

- Restaurante Frango Assado;
- Rua Atilio Biscuola;
- Estrada Francisco Pagotto;
- Residencial Reserva dos Vinhedos (porta a porta);
- Faixa Azul;
- Colina da Bela Vista;
- Avenida José Mamprim;
- Avenida Alexandre Biasi;
- Rua Francisco Pereira Dutra;
- Bairro da Estiva;
- Bairro do Leitão.



ROTA "2" (DIURNO – ALTERNADA: 3ª, 5ª, sábado. Veículo "1", "2").

Veículo "1":

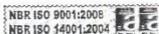
- Rua Luiz Gonzaga;
- Bairro Engenho Seco;
- Bairro Arataba I;
- Bairro Arataba II;
- Bairro Monterrey;
- Estrada Tereza Bizetto Cestarolli – Bairro Luiz Gonzaga;
- Bairro Cestarolli;
- Estrada do Barreiro – Bairro do Barreiro;
- Estrada das Rainhas;
- Residencial Jardim Primavera (porta a porta);
- Bairro Ponte Preta.

Veículo "2":

- Bairro Rainha;
- Residencial Caldana;
- Chácara Martini;
- Loteamento Polozzi;
- Jardim Nova América;
- Bairro Abadia;
- Jardim Abadia;
- Estrada São José;
- Bairro do Leitão;



- Estrada do Bugio;
- Vila Caldana;
- Conjunto Habitacional Sagrado Coração de Jesus;
- Jardim 21 de Março;
- Vila Pasti;
- Restaurante Frango Assado.



ROTA "3" (NOTURNO – ALTERNADA: 2ª, 4ª, 6ª. Veículo "1").

- Restaurante Lago Azul;
- Bairro Pinho Rei;
- Vila Nova Louveira:
- * Rua Armando Steck (da Igreja até a Rua José Niero);
- * Avenida José Niero (da Rua Armando Steck até a Rua Doraci de Ludres);
- * Rua Nicola Tarallo (da Avenida José Niero até a Rua Ercilia Martins Cruz);
- * Rua Armando Schiamanna (da Rua Doraci de Ludres até a Rua Capitão Álvaro Pereira);
- * Rua Frederico Zanella (da Rua Presidente Castelo Branco até a Rua Capitão Álvaro Pereira);
- * Rua Ângelo Steck (da Rua Presidente Castelo Branco até a Rua José Romeiro Pereira);
- * Rua Monsenhor Herculano Casarim (da Rua Ângelo Steck até a Rua Armando Steck);
- * Rua Valentim Cruz (da Rua Antonio Schiamanna até a Rua Ângelo Steck);
- * Rua Ercilia Martins Cruz (da Avenida José Niero até a Rua Ângelo Steck);
- * Rua Antonio Della Torre (da Rua Nicola Tarallo até a Rua Ângelo Steck);
- * Rua José Romeiro Pereira (da Rua Nicola Tarallo até a Rua Ângelo Steck);
- * Rua Capitão Álvaro Pereira (da Rua Nicola Tarallo até a Rua Ângelo Steck);
- Condomínio Villagio Del Fiori (lixeira na porta);
- Condomínio Casa Grande I (lixeira na porta);
- Condomínio Casa Grande II (lixeira na porta);
- Condomínio Casa Grande III (lixeira na porta);
- Residencial Burck;
- Jardim Juliana;
- Jardim Ana Maria;

- Colinas de São José;
- Parque Brasil;
- Jardim Ana Lúcia;
- Cidade Jardim;
- Tito Livio Meireles;
- Jardim Primavera;
- Jardim Esmeralda;
- Loteamento Residencial Serra Azul.



ROTA “4” (NOTURNO – ALTERNADA: 3ª, 5ª, sábado. Veículo “1”).

- Restaurante Lago Azul;
- Jardim Lago Azul 1ª Gleba;
- Jardim Lago Azul 2ª Gleba;
- Jardim Lago Azul 3ª Gleba;
- Jardim Santo Antonio;
- Estrada Municipal Hugo Picchi (até o término do 2º lago: lago grande);
- Estrada Pau a Pique (até a divisa com o Município de Itupeva);
- Terra da Uva;
- Residencial Cavalli;
- Jardim Vista Alegre;
- Jardim Amazonas;
- Jardim Diamante;
- Altos da Colina;
- Jardim Belo Horizonte;
- Nelo Chicalhone;
- Irmãos Chiqueto;



LOUVEIRA
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
E PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS